

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**ANA CLÁUDIA JACINTO PEIXOTO DE MEDEIROS**

**INCLUSÃO DIGITAL DOS SURDOS: DESAFIOS SOCIAIS E PRODUÇÃO DO  
CONHECIMENTO**

**UBERLÂNDIA**  
**2020**

ANA CLÁUDIA JACINTO PEIXOTO DE MEDEIROS

INCLUSÃO DIGITAL DOS SURDOS: DESAFIOS SOCIAIS E PRODUÇÃO DO  
CONHECIMENTO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

**Área de Concentração:** Estado, Política e Gestão da Educação.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup>Dr.<sup>a</sup> Lázara Cristina da Silva

UBERLÂNDIA

2020

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

M488 Medeiros, Ana Cláudia Jacinto Peixoto de, 1979  
2020 INCLUSÃO DIGITAL DOS SURDOS [recurso eletrônico] :  
DESAFIOS SOCIAIS E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO / Ana Cláudia  
Jacinto Peixoto de Medeiros. - 2020.

Orientador: Lázara Cristina da Silva. Tese (Doutorado) - Universidade Federal  
de Uberlândia, Pós-graduação em Educação.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2020.333>

Inclui bibliografia.

1. Educação. I. Silva, Lázara Cristina da, 1967-, (Orient.). II. Universidade  
Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:  
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação  
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia -MG,  
 CEP 38400-902 Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



## ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, 05/2020/248, PPGED				
Data:	Vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte	Hora de início:	[14:20]	Hora de encerramento:	[18:00]
Matrícula do Discente:	11613EDU001				
Nome do Discente:	ANA CLÁUDIA JACINTO PEIXOTO DE MEDEIROS				
Título do Trabalho:	"POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL DOS SURDOS: CONSTRUÇÕES E POSSIBILIDADES"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	Estado, Políticas e Gestão da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"INCLUSÃO DIGITAL SURDOS: DESAFIOS SOCIAIS E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO"				

Reuniu-se no Anfiteatro/Sala 1, Bloco 5M, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Sinara Pollom Zardo - UnB; Elisa Tomoe Moriya Schlünzen - UNESP; Marcelo Soares Pereira da Silva - UFU; Maria Célia Borges - UFU e Lázara Cristina da Silva - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Lázara Cristina da Silva, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Lazara Cristina da Silva, Presidente**, em 28/02/2020, às 17:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Soares Pereira da Silva, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/02/2020, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Celia Borges, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/02/2020, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SINARA POLLOM ZARDO, Usuário Externo**, em 28/02/2020, às 19:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elisa Tomoe Moriya Schlünzen, Usuário Externo**, em 06/03/2020, às 07:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://www.sei.ufu.br>

[/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#), informando o código verificador **1895326** e o código CRC **B8E6365C**.

Dedico este trabalho a todos que caminharam comigo nesta empreitada: família, amigos, professores... Em especial, ao meu esposo Márcio e meu filho Francisco...

## AGRADECIMENTOS

É longa e árdua a caminhada para se alcançar o título de doutor. E, por ser longa e árdua, nunca estamos sós. Mesmo nos momentos em que tudo parece dar errado, em que as pessoas parecem estar distantes, mesmo assim, não estamos sós. Nesses momentos, resta-nos a companhia da fé. Seja a fé religiosa em alguma entidade ou força superior, seja a fé nos professores, nos amigos de jornada ou mesmo a fé em si... A fé, que pode ser entendida como o exercício de acreditar que tudo pode dar certo mesmo quando as condições não se mostram favoráveis, acreditar que sempre podemos contar com alguém, que uma força superior nos guia... Todo movimento nosso, de alguma forma, é impulsionado por algum tipo de fé. Só se chega ao final de uma jornada, como essa, com a ajuda da fé.

Por isso, agradeço imensamente a Deus, que, por intercessão de Nossa Senhora Aparecida, me guiou até aqui(só para constar: não por intenção minha, mas por uma obra do “acaso”, terminei de redigir este trabalho justamente no dia dedicado à Nossa Senhora de Aparecida, dia 12/10/2019). Sem essa força maior, não conseguiria jamais concluir este estudo. Na labuta diária dos diversos papéis que exerço (mulher, esposa, mãe, dona de casa, professora, estudante), houve momentos de tamanho estresse que até mesmo a fé em mim eu perdi. Nesses momentos, a fé em Deus me resgatou e me trouxe de volta para o centro das minhas atividades. Agradeço também a Deus por ter colocado no meu caminho pessoas tão especiais que me entenderam e me apoiaram, que caminharam comigo, que dividiram comigo as angústias e também as alegrias desse caminhar.

Agradeço ao meu esposo, Márcio Francisco de Medeiros, pela compreensão nos momentos de ausência e pelo companheirismo. Pelo Francisco, nosso filho lindo que nasceu durante esse caminhar e que enche a nossa vida de esperança cada vez que sorri...

Agradeço à minha querida orientadora Lázara Cristina da Silva, por acreditar e confiar em mim, pelas palavras de incentivo e apoio... Ela me fez acreditar que eu conseguiria, foi fundamental para o resgate da minha autoestima! Sempre meiga, humilde e companheira, é gigante em tudo que faz!

Agradeço ao meu pai Luiz Carlos Peixoto (*in memoriam*), que, cheio de orgulho pela aprovação da filha no Curso de Doutorado em Educação da UFU, não pôde estar comigo ao final desta caminhada. Agradeço à minha mãe, Célia Jacinto Peixoto, por tudo que fez e faz por mim, e, do seu jeitinho, não mede esforços para amparar cada uma de suas filhas.

Agradeço aos professores Vilmar Antônio Coelho e Maria Terezinha Faria Coelho, que, ainda no Ensino Médio, me introduziram na formação do pensamento crítico-reflexivo,

contribuindo decisivamente para que eu pudesse ousar sonhar com a realidade que agora se concretiza: a conquista do título de doutora em educação.

Agradeço à minha cunhada e comadre Márcia de Medeiros Silva, pelo apoio e por cuidar do nosso “Ico”(Francisco), tantas vezes, para que eu pudesse participar das atividades do Doutorado.

Agradeço à minha querida amiga Valdete Mendes Teixeira, por também me ajudar a cuidar do Francisco.

Agradeço às minhas queridas amigas Maria Alcina Gomes de Sousa Monteiro, pelas palavras de incentivo, e Luciana Charão de Oliveira, pelas longas conversas. E ao grande amigo irmão Rodrigo Silva de Sousa, pelas valiosas contribuições...

Agradeço aos professores: Dr. Marcelo Soares Pereira Silva, Dr.<sup>a</sup> Elenita Pinheiro Queiroz Silva, Dr.<sup>a</sup> Sinara Pollom Zardo, Dr.<sup>a</sup> Elisa Tomoe Moriya Schlünzen, Dr.<sup>a</sup> Maria Célia Borges, pelas valiosas contribuições na banca de qualificação e defesa. E também a professora Marisa Dias Lima, pela participação especial na minha defesa.

Agradeço à Universidade Federal de Uberlândia e ao Programa de Pós-Graduação em Educação por me acolherem como pós-graduanda.

Agradeço, também, aos colegas e demais professores por todo conhecimento compartilhado, pelos agradáveis momentos que passamos juntos.

## RESUMO

Este estudo foi desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, na Linha de Pesquisa Estado, Política e Gestão da Educação”, e se propôs a refletir sobre a importância da elaboração e implementação de políticas públicas de inclusão digital específicas para pessoas Surdas. Seu problema de pesquisa se pautou nas seguintes questões: a) como as TICs podem colaborar com a ampliação das possibilidades de comunicação e de inclusão das pessoas Surdas? b) Quais os pré-requisitos para que seus processos de inclusão digital ocorram? c) Quais as condições sociais, econômicas e políticas experimentadas pelas pessoas Surdas nos processos de inclusão digital? d) Como as pessoas Surdas têm buscado, coletivamente, participar do mundo digital? e) Existem políticas públicas nacionais destinadas à inclusão digital das pessoas Surdas no Brasil no período correspondente a 1995 a 2018? f) Existem contribuições da pesquisa científica/acadêmica nos processos de inclusão digital das políticas públicas brasileiras voltadas para o público Surdo? Com base nesses questionamentos, definiu-se como objetivo geral analisar e compreender as políticas públicas de inclusão digital das pessoas Surdas brasileiras no período de 1995 a 2018, bem como as contribuições das pesquisas científicas/acadêmicas neste processo. Quanto aos objetivos específicos, considerando a realidade das pessoas Surdas brasileiras no período correspondente a 1995 a 2018, pretende-se identificar e analisar: a) A existência de políticas públicas nacionais voltadas para a sua inclusão digital; b) A existência de pré-requisitos para a sua inclusão digital; c) O uso das TICs para a ampliação das possibilidades de sua inclusão digital; d) As implicações das políticas públicas e das relações de poder nos processos de inclusão digital; e) As formas utilizadas, coletivamente, para a sua participação na inclusão digital; f) O papel das políticas públicas no fomento à pesquisa científica e nos processos de inclusão digital. Trata-se de um estudo bibliográfico exploratório que, embasado nos estudos de Foucault a respeito dos processos de linguagem e das relações de poder na constituição dos sujeitos, pretendeu compreender a importância das políticas públicas nos processos de inclusão digital dos sujeitos Surdos brasileiros no período correspondente a 1995 a 2018, com dados empíricos coletados na plataforma Capes. Ao final, dentre as principais considerações, aponta-se a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de coleta e tratamento de dados a respeito da situação social, econômica e educacional das pessoas Surdas para averiguar suas reais condições de vida e, assim, contribuir com a elaboração e a implementação de políticas públicas de inclusão digital que melhor atendam às especificidades destas pessoas.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Inclusão Digital. Surdos.

## ABSTRACT

This research was developed in the Post-Graduation Program in Education of the Federal University of Uberlândia, in the Investigation Field of “State, Politics and Education Management” and intended to think about the importance of elaboration and implementation of public policies of digital inclusion related specifically to deaf people. Therefore, the focus of this paper concerns to these following issues: a) How can the Communication and Information Technologies (CITs) contribute to the amplification of the communication possibilities and the inclusion process of deaf people? b) What are the prerequisites to occur the process of digital inclusion? c) What are the social, economic and political conditions experienced by the deaf people in these processes of digital inclusion? d) How have intended the deaf people participate of the digital world? e) Are there public national policies earmarked to the digital inclusion of Brazilian deaf people in the period between 1995 and 2018? f) Are there contributions of academic and scientific research in the processes of digital inclusion of the Brazilian public policies targeted to the deaf people? Considering these questions, this paper aimed to analyze and comprehend the public policies of digital inclusion of the Brazilian deaf people between 1995 and 2018, as well as the contributions of scientific and academic research in this process. The specific goals, considering the reality of the Brazilian deaf people in the mentioned period of years, intend to identify and to analyze: a) The existence of public national policies targeted to their digital inclusion; b) The existence of prerequisites to their digital inclusion; c) The using of the CITs to the expansion of the possibilities for their digital inclusion; d) The consequences of the public policies and the power relations in the processes of digital inclusion; e) The collective ways used to their participation in the digital inclusion; f) The role played by the public policies in the promotion of scientific research and in the processes of digital inclusion. This is a bibliographic exploratory study underpinned on the Foucault works about the language processes and the power relations in the subject’s constitution that intended to comprehend the importance of the public policies in the processes of digital inclusion of Brazilian deaf people in the period between 1995 and 2018 with empiric dates collected in the Capes platform. Finally, as the main considerations, we point out the necessity of improvement of the data processing and collect mechanisms regarding to the social, economic and educational situation of deaf people in order to investigate their real life conditions and, thus, contribute to the construction and the implementation of public policies of digital inclusion that serve the specificities of these people in a higher quality.

**Keywords:** Public Policies. Digital Inclusion. Deaf people.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Demonstrativo do Catálogo de teses da Capes sobre Surdos.....	31
Figura 2 – Demonstrativo do Catálogo de teses da Dialnet sobre Surdos.....	35
Figura 3 – Questão sobre dificuldade de audição do Censo IBGE 2010 .....	118
Figura 4 – Questão sobre linguagem Censo IBGE 2010.....	120

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Demonstrativo da definição de representação por cores das áreas de concentração das teses sobre Surdos.....	32
Quadro 2– Demonstrativo do Instrumental de Ficha de leitura das teses utilizado neste estudo.....	33
Quadro 3 – Exemplo de quadro de Demonstrativo dos objetivos das produções acadêmicas brasileiras que envolvem a temática “Surdos” e “Inclusão Digital” de 1995 a 2018, por campo de conhecimento, conforme dados da Capes.....	34
Quadro 4 – Exemplo de quadro de Demonstrativo das referências das produções acadêmicas brasileiras que envolvem a temática “Surdos” e “Inclusão Digital” de 1995 a 2018, por campo de conhecimento, conforme dados da Capes.....	34
Quadro 5 – Demonstrativo do total de pessoas Surdas no Brasil em 2010, segundo dados do IBGE.....	117
Quadro 6 – Demonstrativo de Rendimentos das pessoas surdas em 2010 por faixa etária, segundo IBGE.....	123
Quadro 7 – Demonstrativo da quantidade de estudos de doutorado sobre pessoas Surdas por área de conhecimento, presentes no banco de dados da Capes, de 1995 a 2018.....	134
Quadro 8 – Demonstrativo Comparativo de média de estudos de doutorado sobre pessoas Surdas, produzidos por ano e área, conforme banco de dados da Capes de 1995 a 2018.....	135
Quadro 9 – Demonstrativo dos títulos, instituições e ano das produções acadêmicas brasileiras que envolvem a temática “Surdos” e “Inclusão Digital” de 1995 a 2018, por campo de conhecimento, conforme dados da Capes.....	141
Quadro 10 – Demonstrativo da quantidade de estudos de doutorado sobre pessoas Surdas por área de conhecimento, presentes no banco de dados da Dianet, de 1995 a 2018.....	149
Quadro 11 – Demonstrativo da quantidade de estudos de doutorado com temáticas que envolvem “Surdos” e “Inclusão Digital” por área de conhecimento, conforme o banco de dados da Dianet, de 1995 a 2018.....	150
Quadro 12 – Demonstrativo dos objetivos das produções acadêmicas brasileiras que envolvem a temática “Surdos” e “Inclusão Digital” de 1995 a 2018, por campo de conhecimento, conforme dados da Capes.....	152
Quadro 13 – Demonstrativo das referências das produções acadêmicas brasileiras que envolvem a temática “Surdos” e “Inclusão Digital” de 1995 a 2018, por campo de conhecimento, conforme dados da Capes.....	169

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AEE</b>	Atendimento Educacional Especializado
<b>Capes</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>BPC</b>	Benefício de Prestação Continuada
<b>CIC</b>	Central de Intermediações de Comunicação
<b>EPAEE</b>	Estudantes Público Alvo da Educação Especial
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>Feneida</b>	Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo
<b>Feneis</b>	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<b>INES</b>	Instituto Nacional de Educação para os Surdos
<b>Libras</b>	Língua Brasileira de Sinais
<b>MSN</b>	Microsoft Service Network
<b>NTIC</b>	Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação
<b>Nupad</b>	Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico
<b>TDD</b>	Telecommunications Device For The Deaf
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OEA</b>	Organização dos Estados Americanos
<b>SMS</b>	Secretarias Municipais de Saúde
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde
<b>TAN</b>	Triagem Auditiva Neonatal
<b>TICs</b>	Tecnologias da Informação e da Comunicação
<b>UBS</b>	Unidades Básicas de Saúde
<b>WFD</b>	Federação Mundial de Surdos

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>Contextualização do tema dentro do caminhar pessoal e profissional da pesquisadora</b> .	<b>15</b>
<b>As questões da pesquisa</b> .....	<b>20</b>
<b>SEÇÃO 1 CONSTRUINDO UMA PESQUISA: PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	<b>24</b>
<b>SEÇÃO 2O PAPEL DA LINGUAGEM NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO SURDO E NOS PROCESSOS DE INCLUSÃO DIGITAL</b> .....	<b>38</b>
<b>2.1 Linguagem e formação dos sujeitos</b> .....	<b>42</b>
<b>2.2 Comunicação e linguagem</b> .....	<b>49</b>
<b>2.3 As relações entre comunicação, as condições socioeducacionais e o aprendizado da língua: a realidade das pessoas Surdas</b> .....	<b>53</b>
<b>2.4 Linguagem e Letramento Digital</b> .....	<b>59</b>
<b>2.5 As pessoas Surdas e o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação</b> .....	<b>68</b>
<b>SEÇÃO 3AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO DIGITAL PARA O SUJEITO SURDO</b> ....	<b>75</b>
<b>3.1 O conceito de política e o exercício da cidadania</b> .....	<b>76</b>
<b>3.2 Foucault: as relações econômicas no âmbito do Estado</b> .....	<b>83</b>
<b>3.3 A formação das identidades e o conceito de <i>homo oeconomicus</i></b> .....	<b>86</b>
<b>3.4 Exercício da cidadania: a questão do poder e a posição de Foucault</b> .....	<b>91</b>
<b>3.5 As relações entre o conceito de poder e os conceitos de (in)exclusão</b> .....	<b>96</b>
<b>3.6 O aspecto político da inclusão digital e a importância da educação</b> .....	<b>102</b>
<b>SEÇÃO 4 POLÍTICAS PÚBLICAS DIGITAIS E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO-ACADÊMICO PARA O SUJEITO SURDO</b> .....	<b>114</b>
<b>4.1 As condições econômicas das pessoas Surdas</b> .....	<b>123</b>
<b>4.2 Estudos que envolvem a causa Surda e os processos de inclusão digital</b> .....	<b>132</b>
<b>4.3 O que pensam os pesquisadores</b> .....	<b>151</b>
<b>4.3.1 Com o que se preocupam os pesquisadores brasileiros: análise dos objetivos gerais das teses</b> .....	<b>152</b>
<b>4.3.2 Como os pesquisadores brasileiros têm tratado dos seus objetos de pesquisa: evidências do posicionamento teórico pelas referências bibliográficas</b> .....	<b>168</b>
<b>4.4 A organização política das pessoas Surdas: as lutas por inclusão social</b> .....	<b>191</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>200</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>217</b>
<b>APÊNDICE 1</b> .....	<b>229</b>
<b>APÊNDICE 2</b> .....	<b>234</b>

## INTRODUÇÃO

Vivenciamos na sociedade contemporânea uma realidade marcada pela evolução do capitalismo em sua fase neoliberal, caracterizado, dentre outras coisas, por constantes transformações em função do acirramento do processo de globalização mundial. Segundo Harvey (2011, p.102), tal evolução é marcada por grandes paradoxos: por um lado, é possível visualizar crises econômicas periódicas, guerras mundiais intercapitalistas, problemas da degradação ambiental, pobreza entre as populações em crescimento, crises na saúde pública, alienações e exclusões sociais, violência, dentre outros. Por outro lado, uma pequena parcela da população usufrui de excelentes padrões de vida material, com acesso a viagens, aos produtos advindos da evolução dos conhecimentos médicos e biomédicos, os quais têm oferecido vida mais longa, além do acesso às benesses que a revolução nas comunicações proporcionou ao reduzir as barreiras espaciais físicas das grandes cidades, participando de um mundo onde proliferam o conhecimento, a esperança e tudo parece possível.

Nesse contexto, em que a rapidez da propagação de informações nos diversos meios e as possibilidades de acesso a elas adquiriram importância em função dos grandes avanços tecnológicos, fala-se de uma “Revolução Digital”, que emerge impactando as formas de existir no mundo em suas diferentes esferas. Em outras palavras, essa “Revolução Digital” foi possível graças ao advento das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTIC), que, segundo Mourão (2010), são produtos de avanços tecnológicos os quais se refletiram, inclusive, no contexto econômico e na cultura educacional, influenciando a formação, a apreensão e a propagação dos saberes, assim como a ação dos sujeitos. Entretanto, tal “revolução” carrega consigo profundas divergências, visto que, relacionado a ela e em função dos processos de exclusão social, surgiu um novo tipo de exclusão – a digital. Se, por um lado, um universo de possibilidades se abriu, por outro, criou-se um exército de “excluídos digitais”, caracterizados pelo não acesso ou pelo acesso precário aos recursos produzidos pela referida “revolução digital”.

Um dos grandes avanços possibilitados por essa “revolução” com o advento da internet é o surgimento de novas e inúmeras possibilidades de comunicação e interação entre as pessoas, especialmente para os sujeitos Surdos<sup>1</sup>. Conforme Sousa (2009), a internet trouxe a possibilidade de uma escrita virtual e uma fala digitalizada as quais representam, sobretudo,

---

<sup>1</sup> Nesta tese optou-se por utilizar a palavra Surdo com S maiúsculo, quando este for considerado usuário da Língua de sinais e possuir vínculos identitários com a comunidade Surda nacional e/ou local, sendo a língua um traço cultural forte de sua constituição como sujeito. Está é uma forma de marcar politicamente o lugar de onde se parte o compromisso do estudo realizado.

uma mescla das duas modalidades da língua. Além disso, segundo Piscitelli (1995), a possibilidade de se comunicar com pessoas de várias partes do planeta, com outras línguas falantes, mas por meio de uma língua comum, modificou profundamente as formas de convivência. Valente (2001) aponta, ainda, para o fato de o computador se apresentar como um recurso flexível, capaz de ser adequado às diferentes necessidades de cada pessoa.

Porém, esses avanços ainda não estão ao alcance de todos. De acordo com Maigret (2010), o acesso às TICs está relacionado ao crescimento dos níveis de renda e de escolarização, de forma que a população que não dispõe do mínimo para sobreviver acaba ficando à margem da acessibilidade a esses recursos. Em contrapartida, as camadas mais abastadas se apropriam da TICs e das informações disponibilizadas nesses meios, fato que resume basicamente o contexto de exclusão digital, mencionado anteriormente.

Tal situação pode ser amenizada com a implementação de políticas de inclusão social, o que requer uma luta por parte das pessoas excluídas no sentido de buscarem por seus direitos na esfera pública da sociedade, sendo estes os únicos sujeitos capazes de garantir a participação nas diversas esferas da vida social de forma permanente e solidária, desde que estejam organizados, seja em associações, seja em movimentos para reivindicar seus direitos. Dentre esses direitos, está incluso o de acesso aos recursos digitais, visto que, tal como afirmou Valentini (1999, p.236), “[...] o desconhecimento dos ambientes informatizados e como utilizá-los pode criar uma nova geração de ‘analfabetos tecnológicos’, colocando novamente grupos minoritários, como no caso dos Surdos, à margem da sociedade”.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), as pessoas com deficiência auditiva representam 5,10% da população brasileira, e as pessoas com deficiência auditiva severa correspondem a 1,12% dessa população. E, apesar da falta de conhecimento da maioria das pessoas a respeito da cultura Surda, existe uma organização da comunidade Surda para lutar pelos seus direitos. Nesta luta, é possível constatar grandes conquistas, como o reconhecimento da surdez sob o paradigma do multiculturalismo nos documentos oficiais em nível mundial e, posteriormente, o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – Libras como a língua de instrução e comunicação dos surdos no ano de 2002, por meio da Lei nº 10.436.

Colaborara para essas conquistas a atuação de algumas entidades, dentre elas, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – Feneis, criada em 1987. Trata-se de um órgão máximo de representação dos Surdos que, desde a sua criação, tem trabalhado na defesa dos direitos linguísticos e culturais das pessoas Surdas. De acordo com Backes e Mourão (2009), além de promover ações para propagar a importância da Libras como meio

natural de comunicação das pessoas surdas, a entidade também tem como objetivo promover a inclusão dos profissionais surdos no mundo do trabalho.

Quanto à inclusão dos Surdos no mundo do trabalho, fato que, como acreditam Paiva et al. (2015), possibilitaria a estas pessoas a conquista da independência econômica e da realização profissional no ambiente social, os dados do IBGE (2010) têm demonstrado que se trata de um ponto problemático e que merece ser melhor analisado quando se busca uma compreensão mais ampla da situação das pessoas Surdas nos meios sociais. Conforme esses dados, a taxa de atividade entre os homens com alguma deficiência auditiva chega a 52,4%, e, entre as mulheres, essa taxa é ainda menor, atingindo apenas 31,3%. Considerando que se trata de um índice que mede a capacidade de uma determinada parcela da sociedade, economicamente ativa, segue-se que mais da metade do quantitativo de pessoas Surdas não possui acesso ao mundo do trabalho de forma satisfatória.

Para Campos (2016), a inclusão das pessoas Surdas no mundo do trabalho representa um grande desafio para esses sujeitos. Segundo o autor, além de possuírem a competência técnica requerida pela função, ainda precisam demonstrar fluência em Língua Portuguesa, mesmo não sendo ouvintes, fato que, em grande parte das situações, acaba sendo relacionado à sua capacidade como indivíduo e como ser humano, o que torna o ambiente de trabalho estigmatizante, excludente e sem muitas perspectivas para as pessoas Surdas. Nesse aspecto, a sua inclusão digital pode representar um importante mecanismo de ampliação das oportunidades de comunicação, contribuindo com a inclusão social e econômica.

No âmbito da inclusão social, o acesso aos meios de informação e de relações interpessoais também são importantes instrumentos que poderiam colaborar com processos de conscientização das pessoas a respeito da condição do sujeito<sup>2</sup> Surdo, enquanto ser dotado de uma cultura própria com uma língua específica (Libras), contribuindo, assim, com a promoção do combate a atitudes discriminatórias de forma efetiva.

Outra grande barreira para a inclusão dos Surdos no mundo do trabalho e para a sua inclusão social está relacionada ao acesso à educação. Quanto ao nível de instrução da população surda brasileira, o IBGE (2010) não apresenta dados específicos. Mostra apenas um quadro geral do nível de instrução de pessoas com, pelo menos, um tipo de “deficiência”. De acordo com esse quadro, 61,1% das pessoas com alguma deficiência não possuem

---

<sup>2</sup> Neste trabalho entende-se por sujeito o homem enquanto ser histórico, que, apesar de ser construído por meio de relações de poder, é capaz de adquirir consciência dessas relações e, assim, construir novas formas de subjetividade e de existência, transformando a realidade que o cerca e as suas próprias condições de existência.

nenhuma instrução e/ou possuem o Ensino Fundamental incompleto; somente 17,7 conseguem concluir o Ensino Médio; e apenas 6,7 % concluem o Ensino Superior.

Segundo o Censo Escolar realizado em 2017, no Brasil havia 768.360 pessoas com alguma deficiência matriculadas no Ensino Fundamental naquele ano e 94.274 no Ensino Médio. No Ensino Superior, segundo o INEP, a quantidade de pessoas surdas que ingressou neste nível de ensino em 2017 somou um total de 2.138.

Diante desses dados, foi possível compreender a necessidade de se refletir sobre a importância e a urgência de políticas de inclusão digital específicas para pessoas Surdas, que possam contribuir, também, para a sua inclusão social e para os processos de formação acadêmico/intelectual desses sujeitos. Entretanto, apesar de assistirmos a um aumento no acesso aos produtos digitais nos últimos anos, em função do incremento do poder de compra do brasileiro e da implementação de políticas públicas para esse fim, no período que compreende os anos de 2003 a 2015, a inclusão digital das pessoas Surdas mostra-se como algo nebuloso e que merece ser melhor investigada.

### **Contextualização do tema dentro do caminhar pessoal e profissional da pesquisadora**

Nasci em 21 de dezembro de 1979 no município de Araguari/MG, no seio de uma família modesta e com poucos recursos financeiros. Cedo percebi a importância dos estudos como um dos poucos meios de melhoria das condições de vida para pessoas com poucos recursos. Filha do pintor de construção Luiz Carlos Peixoto e da vendedora de roupas e doméstica Célia Jacinto Peixoto, depois das aulas, sempre acompanhava minha mãe em suas andanças pela cidade de Araguari para vender os produtos (roupas, lingerie etc.) que ajudavam no sustento da casa. Com isso, aprendi desde os sete anos de idade quão desafiadora é a vida da maioria dos jovens brasileiros que necessitam de uma ocupação remunerada enquanto se aventuram pelas estradas da formação acadêmica.

Aos seis anos de idade, depois de muito insistir com os meus pais que não acreditavam ser o melhor momento para o ingresso na escola, fui matriculada no pré-escolar da Escola Estadual Padre Damião, escola simples na periferia da cidade, onde estudei até o quinto ano do Ensino Fundamental e, com a ajuda das tantas professoras que marcaram minha história, adquiri o gosto pela busca de conhecimentos.

Aos 12 anos de idade, nova luta foi travada com meus pais, agora para uma possível mudança de escola. Acreditando ser o melhor caminho para adquirir uma formação acadêmica no futuro, depois de muita insistência para que minha família me transferisse de escola, fui

cursar o sexto ano do Ensino Fundamental na Escola Estadual Professor Antônio Marques, conhecida na cidade como colégio “Estadual”, lugar onde permaneci até a conclusão do Ensino Médio.

Situado na região central da cidade e reconhecido como escola de excelente qualidade, o colégio “Estadual” atendia desde a população com baixa renda até pessoas de nível socioeconômico mais abastado. Com isso, pude sentir na pele que a escola (lugar onde as diferenças deveriam ser trabalhadas e respeitadas) também pode se transformar em local de reprodução das desigualdades sociais, graças a atitudes de discriminação em função de minha classe social por parte dos agentes da instituição, nos quais se incluem professores e funcionários da escola. Mas, também, pude ter contato com professores que, devido ao nível de excelência e formação que possuíam, possibilitaram-me o contato com novos conhecimentos, os quais serviriam de base para o resto de minha vida acadêmica.

Durante o Ensino Médio, já pensado como forma de se preparar para o ingresso no Ensino Superior e também para obter uma formação que me habilitasse para o mundo do trabalho, afastei-me das atividades remuneradas para me dedicar somente aos estudos. Assim, a contragosto dos meus pais, que me incentivavam a buscar uma atividade remunerada formal, cursei o Ensino Médio pela manhã na modalidade “colegial” e no turno da noite na modalidade “normal”, o que me possibilitou futuramente o ingresso, via concurso público, na rede municipal de educação de Uberlândia como professora de 1º ao 5º ano.

Muito importante para minha formação nesse período foi a atuação de um casal de professores do colégio, os quais me introduziram os fundamentos de uma formação além de acadêmica, também política, crítica e reflexiva. Com o professor Vilmar Antônio Coelho (excepcional professor de língua portuguesa e literatura) e com sua esposa, a professora Maria Terezinha Faria Coelho (professora de filosofia, psicologia e sociologia da educação), pude perceber que meu campo de conhecimento a ser explorado seria o campo das Ciências Humanas.

Terminado o Ensino Médio, novos desafios foram encontrados e, motivada pelo exemplo de minha irmã mais velha, Ana Paula Jacinto Peixoto, que foi a primeira pessoa do meu círculo familiar a ingressar no Ensino Superior e numa universidade pública, decidi trilhar o mesmo caminho, reafirmando o sonho de criança. Depois de muito esforço e de três tentativas frustradas de ingresso na Universidade Federal de Uberlândia via vestibular – única possibilidade de ingresso no Ensino Superior devido ao caráter público do ensino e diante das minhas condições sócias econômicas –, consegui aprovação em segunda chamada no curso de Ciências Sociais, no ano de 2000.

Com essa nova realidade, desvela-se um mundo novo e maior, repleto de possibilidades, com espaço para novos sonhos. Assim que pisei pela primeira vez no Campus Santa Mônica para meu primeiro dia de aula, ousei sonhar que daquela universidade sairia como doutora. E, embora o curso escolhido fosse “Ciências Sociais”, a escolha se deu em função das influências dos estudos de sociologia e filosofia da educação, ministrados durante o curso normal, ainda no ensino médio.

À medida que ia cursando as disciplinas do curso de Ciências Sociais, ia também compreendendo as causas de fenômenos sociais, como exclusão, diferenças de classe e tantos outros conceitos que, embora sejam muito presentes na vida das pessoas, são pouco compreendidos no senso comum. E, assim, conforme ia entendendo um pouco mais de política, de antropologia e de sociologia, ia também compreendendo minha história de vida, minhas dificuldades e, ao mesmo tempo, definindo-me enquanto pesquisadora.

No terceiro ano do curso, já em 2003, ingressei na rede municipal de educação do município de Uberlândia como professora concursada, conforme mencionado anteriormente. Meu primeiro contato com a sala de aula como professora foi bastante conturbado, devido à falta de experiência e de formação adequada, embora habilitada para a função. Entretanto, o encantamento com a profissão, o dia a dia da escola e os processos de formação oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia contribuíram para que pudesse me encontrar e me descobrir enquanto profissional.

Um dos pontos máximos desses processos de formação eram os encontros anuais ofertados pela Secretaria de Educação, em que grandes palestras eram ministradas por convidados de renome nacional. Nessas palestras, chamava-me a atenção o trabalho dos intérpretes de libras, que traduziam as palestras de forma simultânea aos professores e profissionais Surdos do município, o que me causava verdadeiro fascínio e encantamento, instigando-me o desejo (ainda não realizado) de compreender melhor como se comunicam as pessoas Surdas.

Mas esse ainda não foi o foco de minha atenção naquele momento, visto que, inserida numa sala de aula cheia de crianças provenientes de classes menos favorecidas e totalmente despreparada para lidar com essa realidade, precisei voltar meus esforços para a compreensão daquele fenômeno. Desta forma, já no final do curso de Ciências Sociais, quando surge a necessidade da produção de trabalho de conclusão de curso para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais e influenciada pelos estudos de sociologia da educação no ensino médio, bem como pela primeira experiência como professora em sala de aula, optei por compreender as relações de poder que permeiam as relações aluno-professor na escola.

Daí resultou a produção de uma pesquisa materializada numa monografia com o título: “Repensado o atual modelo de ensino e sua real eficácia no cotidiano da escola”, sob orientação da Professora Doutora Sandra Leila de Paula, defendida no ano de 2007. Nesse estudo, que marcou meus primeiros passos no mundo da pesquisa, toda minha atenção estava voltada para a análise do modelo educacional vigente e sua relação com as estruturas sociais, visando compreender a eficácia desse modelo frente às expectativas depositadas na escola num contexto escolar cada vez mais violento.

Utilizando os conceitos de violência simbólica, de duplo arbitrário da ação pedagógica, de autoridade pedagógica, de trabalho pedagógico e de sistema de ensino institucionalizado, tais como desenvolvidos por Bourdieu e Passeron, e utilizando também as ideias desenvolvidas pelas tendências progressistas, mais especificamente os históricos críticos que buscavam compreender o caráter político da educação, o estudo apontou para a existência de um abismo entre aquilo que o sistema de ensino propõe e aquilo que ocorre na prática, na realidade escolar. O estudo também chamou a atenção para a necessidade de que os sistemas de ensino passassem a considerar as diferentes configurações culturais, sociais, econômicas e históricas, entendendo que seria um passo para que a escola conseguisse, de fato, promover a socialização do conhecimento.

Diante das grandes dificuldades enfrentadas durante o processo de pesquisa e para além da importância acadêmica, o trabalho acima mencionado representou para mim uma grande conquista, um verdadeiro divisor de águas, visto que, por meio desse trabalho, pude me sentir capaz de almejar novos e mais altos voos. Nasceu ali o gosto pela pesquisa acadêmica e um desejo, uma luta obstinada para alcançar, quem sabe, uma vaga no mestrado.

No mesmo ano em que ocorreu a defesa da monografia, a escola em que trabalhava começou a ser preparada para receber um laboratório de informática. Apesar de não contar com nenhuma experiência na área de informática e de sequer saber ligar um computador, participei de um processo seletivo para professora de informática educativa na expectativa de aprender mais sobre informática, podendo usar esses conhecimentos em minha prática docente.

Aprovada nesse processo e depois de passar por vários cursos de capacitação, no ano de 2008 assumi o laboratório de informática da Escola Municipal Professora Orlanda Neves Strack, instituição onde trabalho desde sua fundação (há onze anos) até os dias atuais. Nesse contexto, encontrei diversas dificuldades, como a resistência dos demais professores em incorporar as tecnologias oferecidas pelo laboratório de informática em suas atividades docentes em função da falta de conhecimento, o que resultava numa possível subutilização

dos recursos do laboratório e que poderia ser atribuído, dentre outras coisas, à forma como as políticas de inclusão digital estavam sendo conduzidas no município de Uberlândia.

Dessa inquietação e do desejo obstinado em prosseguir galgando os passos da vida acadêmica, nasceu um projeto de pesquisa de mestrado, o qual foi submetido à apreciação por quatro longos e difíceis processos seletivos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – PPGED. Durante esse período, até mesmo para conseguir lidar melhor com o sentimento de frustração em cada negativa e com a grande vontade de estudar, iniciei o curso de graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Ouro Preto, na modalidade a distância.

Em 2010, consegui ingressar no programa de mestrado em educação da UFU como aluna especial, aumentando ainda mais meu desejo de fazer parte daquela instituição. Em 2011, finalmente ocorreu a aprovação como aluna regular no mestrado e, sob a orientação do Professor Doutor Gabriel Humberto Muñoz Palafox, pude desenvolver estudos sobre a política de inclusão digital das escolas do município de Uberlândia, o que resultou numa dissertação defendida em 2013 com o título “Análise das Políticas de Inclusão Digital da Rede Pública Municipal de Ensino de Uberlândia no Período de 1999-2012”.

Nesse estudo, que teve como referência o paradigma marxista e o processo de inclusão digital das escolas municipais de Uberlândia/MG, pude compreender, dentre outras coisas, que as políticas públicas de inclusão digital das escolas, em geral, são formuladas de modo a desconsiderarem possíveis ambivalências políticas/sociais, intelectuais/culturais e econômicas quando relacionadas, por exemplo, às condições socioeconômicas, ao nível de formação cultural/intelectual (inclusive a capacidade de acesso à informação e ao conhecimento), bem como às condições de exercício de direitos por parte das populações afetadas diretamente por estas políticas.

Também pude constatar que as políticas de inclusão digital adotadas no âmbito dos sistemas de ensino público, embora tenham se ocupado de implementar laboratórios de informática nas escolas públicas, encontravam-se em sérios problemas de gestão de recursos financeiros e de falta de profissionais capacitados. Ademais, havia oferta de processos de formação docente incipientes e que não conseguiam acompanhar a evolução das tecnologias da informação e da comunicação, resultando na subutilização desses laboratórios.

No mestrado, além dos conhecimentos relacionados a meu objeto de estudo, também pude ter contato com outros conhecimentos durante o cumprimento dos créditos necessários para a conclusão do curso. Conhecimentos estes que a cada disciplina cursada aumentavam

ainda mais o desejo de compreender o mundo que me cercava os processos de exclusão sofridos pelos sujeitos e as possibilidades de inclusão das minorias.

Contribuíram para fomentar este desejo as leituras realizadas durante a disciplina optativa “Tópicos Especiais em Política e Gestão em Educação II: Educação Inclusiva e Especial”, cujo objetivo geral foi analisar e compreender o discurso da inclusão educacional e suas implicações nas políticas públicas educacionais do país. Um dos temas estudados durante a disciplina, “As tecnologias da Informação e da Comunicação e a Educação Especial”, chamou minha atenção, e passei a considerar a possibilidade de continuar meus estudos sobre inclusão digital relacionando-se às causas de uma minoria bem específica: as pessoas Surdas. A escolha por essa população se deu em função do convívio com pessoas com surdez durante o curso da disciplina, o que reacendeu aquele encantamento por essa forma de comunicação surgido durante os cursos de formação da rede municipal de educação de Uberlândia com a observação do trabalho dos intérpretes de libras, conforme mencionado anteriormente.

Também durante o curso da disciplina, pude ter os primeiros contatos com as ideias de Foucault e sua sofisticada análise a respeito das relações de poder, que, para o autor, ocorre também de forma capilar, no sentido de se infiltrar nas mais diversas instâncias, influenciando relações de dimensões micro e macrocósmicas.

Desse encantamento veio a necessidade de compreender melhor como os processos de inclusão digital poderiam contribuir para os processos de inclusão das pessoas Surdas e como essas pessoas são afetadas pelos referidos processos. Daí surgiu um projeto de pesquisa de doutorado. Aprovado em 2015 pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia e orientado pela Professora Doutora Lázara Cristina da Silva, lançou as bases para o estudo que se materializa neste trabalho e que tem como tese: Há relação direta entre o estabelecimento de políticas públicas e o desenvolvimento de produção de conhecimento sobre a inclusão digital dos Surdos, bem como para a promoção de políticas que possibilitem o seu acesso ativo e crítico ao mundo digital.

### **As questões da pesquisa**

Em face do quadro descrito anteriormente e da contextualização do tema no caminhar acadêmico da pesquisadora, surgiram as seguintes questões de pesquisa: a) Existem políticas públicas nacionais destinadas à inclusão digital das pessoas Surdas no Brasil no período correspondente a 1995 a 2018? b) Quais os desdobramentos na produção acadêmico-científica decorrentes dessas políticas? Nestes casos, é importante pensar ainda: a) Como as TICs

podem colaborar com a ampliação das possibilidades de inclusão digital das pessoas Surdas? b) Quais os pré-requisitos para que seus processos de inclusão digital ocorram? c) Quais as condições sociais, econômicas e políticas experimentadas pelas pessoas Surdas nos processos de inclusão digital? d) Como as pessoas Surdas têm buscado, coletivamente, participar do mundo digital? e) Existem contribuições da pesquisa científico-acadêmica nos processos de inclusão digital das políticas públicas brasileiras voltadas para o público Surdo?

Frente a essas questões, a tese apresentada defende que há relação direta entre o estabelecimento de políticas públicas e o desenvolvimento de produção de conhecimento sobre a inclusão digital dos Surdos, bem como para a promoção de políticas que possibilitem o seu acesso ativo e crítico ao mundo digital.

Como objetivo geral, pretendeu-se analisar e compreender as contribuições das políticas públicas de inclusão digital das pessoas Surdas brasileiras no período de 1995 a 2018, bem como as suas contribuições para as pesquisas científicas/acadêmicas neste processo.

Definiram-se como objetivos específicos, considerando **as pessoas Surdas brasileiras**, no período correspondente entre 1995 e 2018, **identificar e analisar**:

- a) A existência de políticas públicas nacionais voltadas para a sua inclusão digital;
- b) A existência de pré-requisitos para a sua inclusão digital;
- c) O uso das TICs para a ampliação das possibilidades de sua inclusão digital;
- d) As implicações das políticas públicas e das relações de poder nos processos de inclusão digital;
- e) As formas utilizadas, coletivamente, para a sua participação na inclusão digital;
- f) O papel das políticas públicas no fomento à pesquisa científica e nos processos de inclusão digital.

O texto desta tese está organizado em quatro seções, sendo a seção I reservada à explicitação dos procedimentos metodológicos percorridos durante o estudo. Quanto a esses procedimentos, trata-se de um estudo bibliográfico, que se utiliza da análise de documentos, da revisão da literatura científica sobre o tema e da análise dos principais estudos de doutorado que envolvem a temática “Surdos” e “Inclusão Digital” registrados no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), para construir o *corpus* de dados que compõem o estudo. Esses dados foram submetidos a uma análise bibliométrica e, também, a um processo de interpretação permeado pelas ideias de Michael Foucault e suas conjecturas sobre como ocorrem os processos de linguagem, as relações de poder e as relações políticas.

Na seção 2 deste trabalho, foi realizada uma discussão sobre as relações entre comunicação, linguagem, conhecimento e inclusão digital, tendo como referência os estudos a respeito dos processos de linguagem desenvolvidos por Foucault. Tais discussões têm início com uma análise das interconexões entre os processos de comunicação e os processos de formação/aquisição de linguagem, em que estes últimos impactam e são impactados por inovações no âmbito dos primeiros numa complexa rede de relações. Nesse espaço, buscou-se trabalhar o primeiro objetivo específico, qual seja, analisar e discutir as TICs no processo colaborativo para a ampliação das possibilidades de comunicação e de inclusão digital, aqui se considerando a comunicação, a linguagem e o conhecimento como os pré-requisitos demandados para a sua inclusão digital.

A compreensão dessa rede de relações na sociedade contemporânea, a qual se encontra profundamente afetada pelo desenvolvimento de recursos digitais, perpassa a necessidade de compreensão das experiências coletivas de linguagem dos sujeitos, das condições de aquisição/formação de conhecimentos e de acesso a estes recursos. Importante dizer que, no caso das pessoas Surdas, existem algumas especificidades tanto no que se refere às condições de acesso à linguagem, quanto de acesso à informação e aos conhecimentos em função das dificuldades de comunicação enfrentadas por estas pessoas. A seção é encerrada com a premissa de que faz parte dos requisitos necessários à inclusão digital dos sujeitos surdos a garantia de oportunidades de formação cognitivo-intelectual, o que requer uma formação bilíngue. A formação bilíngue é que vai possibilitar tanto o acesso à língua de sinais, quanto o acesso à língua oralizada do meio no qual este sujeito está inserido.

De posse dessas reflexões, na seção 3 foi realizada uma análise do aspecto político dos processos de inclusão digital, passando pelo conceito de política e de poder, para compreender como a ideia de exercício de cidadania é possível numa sociedade marcada por governamentalidades profundamente influenciadas por uma racionalidade economicista. Racionalidade esta que, ao apregoar a necessidade de domínio dos recursos digitais como requisito básico para inclusão social, econômica e cultural, impacta, inclusive, nos processos de formação de identidades. Decorre dessa avaliação a conclusão de que o simples acesso aos recursos digitais não é suficiente para possibilitar a inclusão digital das pessoas quando esse acesso não acompanha processos de formação de habilidades para operar de forma consciente tais recursos. Em outras palavras, o processo de inclusão digital das pessoas Surdas só terá êxito quando for acompanhado de um processo formativo das habilidades destes sujeitos para a utilização dos recursos. Contemplou-se, aqui, o objetivo específico demarcado como

compreender as implicações das políticas públicas e das relações de poder nos processos de inclusão digital.

Na seção 4, cujo título é “Políticas Públicas Digitais e Produção do Conhecimento acadêmico/científico para o Sujeito Surdo”, é realizada uma análise da importância das políticas públicas para a promoção de inclusão social e, conseqüentemente, de condições favoráveis à promoção de inclusão digital. A seção tem início com um contexto que busca a caracterização das condições socioeconômicas das pessoas Surdas, bem como da importância do papel das políticas de inclusão na promoção dos processos de inclusão digital destas pessoas. Focou em compreender o papel das condições sociais, econômicas e políticas experimentadas pelas pessoas Surdas nos processos de inclusão digital. Assim, demarcou-se que um fator limitante a esta caracterização encontra-se relacionado à falta de dados oficiais que permitam um detalhamento maior da realidade desta temática. Diante desta limitação, o estudo se desenvolveu no sentido de buscar indícios dessas condições na produção científica sobre o assunto. Em outras palavras, os dados foram buscados em teses de doutorado que versam sobre a questão.

Ao final, dentre as principais considerações, o estudo aponta para necessidade de aprimoramento dos mecanismos de coleta e tratamento de dados a respeito da situação social, econômica e educacional das pessoas Surdas, a fim de possibilitar uma melhor visualização das condições de vida dessas pessoas e, conseqüentemente, de possibilitar, também, a elaboração e a implementação de políticas públicas de inclusão digital que melhor atendam às especificidades desta parcela da população.

## SEÇÃO 1

### CONSTRUINDO UMA PESQUISA: PERCURSO METODOLÓGICO

Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar (FREIRE, 2003, p. 155).

Conforme Gatti (2007, p. 43), a construção do método utilizado em uma pesquisa científica não pode ser encarada como uma tarefa abstrata, pois se trata de algo vivo, concreto, que se revela nas ações do pesquisador, na sua forma de organizar o trabalho científico e na sua maneira de encarar o mundo. Dessa forma, os métodos nascem do embate das ideias, das perspectivas e das teorias com a prática.

O objeto deste estudo é a compreensão das políticas públicas nos processos de inclusão digital dos sujeitos Surdos brasileiros, no período correspondente a 1995 a 2018, e sua correlação com a produção do conhecimento acadêmico/científico na área para esses sujeitos. Assim, o percurso metodológico trilhado se fez à medida que foram surgindo questões relacionadas à temática, num processo contínuo de construção, de maneira que se optou, considerando a produção teórica sobre metodologia de pesquisa, pela realização de um estudo de concepção qualitativa, de natureza básica, de objetivo exploratório e de procedimento bibliográfico.

A adoção de uma perspectiva antropológica requer um cuidado metodológico especial, visto que, conforme Bisol e Sperb (2010), o modelo socioantropológico propõe compreender a surdez como uma diferença capaz de conduzir a uma formação cultural diferenciada, análoga às diferenças de outras minorias étnicas e linguísticas, partindo não de uma ligação da surdez com a ideia de perda, de privação, mas, sobretudo, como condição capaz de criar uma identidade linguística e cultural com normas, atitudes e valores distintos.

Bisol e Sperb (2010) também abordam a existência de outro viés, que propõe analisar as questões relacionadas à condição de surdez tendo como foco a constituição subjetiva das pessoas surdas. Tal viés se encontra na agenda dos psicanalistas e permite pensar a temática do ponto de vista da singularidade, da formação de identidades. De acordo com as autoras, têm colaborado com essa forma de interpretação os diversos estudos que se utilizam da análise de narrativas e de relatos autobiográficos de pessoas Surdas, como no estudo de Campos (2016) e de Razuck (2011). Nestes moldes, existem também estudos de doutoramento que se utilizam de recursos etnográficos para compor a base de dados de suas pesquisas, como, exemplo, os estudos de Colacique (2018).

A pesquisa científica a respeito das condições de vida das pessoas Surdas tem avançado nesse sentido, oferecendo uma produção capaz de transcender concepções de cunho mecanicista fundamentadas em dados brutos. A compreensão, pelo menos em parte, dos sujeitos Surdos enquanto dotados de subjetividades requer uma pluralidade de técnicas de coletas e de análise de dados, o que inclui tanto dados da realidade empírica e quantificáveis, quanto dados subjetivos que necessitam de um cuidado maior no processo de interpretação.

Dessa forma, este estudo encontra-se formatado nos moldes de uma pesquisa do tipo qualitativa. Ela, conforme Gatti (2016), no processo de sua constituição ao longo da história no campo da educação e em função da busca de reconhecimento e legitimidade, muitas vezes foi colocada numa posição dicotômica em relação às pesquisas de cunho quantitativo.

Entretanto, a dicotomia qualitativo/quantitativo na pesquisa em Educação, exaustivamente analisada em diversos estudos, parece superada. Se, num primeiro momento, assim como as grandes correntes de investigação, sofreu os impactos de um paradigma positivista, num segundo momento, foi necessário buscar alternativas que pudessem responder aos novos desafios que iam se delineando no campo da Educação. Desafios que não se enquadravam nas condições de coleta e análise de dados de uma investigação puramente quantitativa e necessitavam, então, de novas alternativas metodológicas.

Essas alternativas começam a se delinear no final do século XIX, quando o desenvolvimento dos estudos antropológicos etnográficos deu sustentação a uma nova forma de investigação, a investigação qualitativa. Sendo assim, a investigação qualitativa surgiu quando

[...] os cientistas sociais começaram a indagar se o método das ciências físicas e naturais, que por sua vez se fundamentava numa perspectiva positivista de conhecimento, deveria continuar servindo de modelo para o estudo dos fenômenos humanos e sociais (ANDRÉ, 1995, p. 18).

Também chamada de pesquisa naturalística (porque se dedica ao estudo do fenômeno em seu ambiente natural), a investigação qualitativa defende uma visão mais holística dos fenômenos e tem influenciado a pesquisa em Educação, de tal modo que Gatti (2004, p. 13) chegou a afirmar que “[...]na área da pesquisa educacional, excluindo análises de dados de avaliações de rendimento escolar realizadas em alguns sistemas educacionais no Brasil, poucos estudos empregam metodologias quantitativas”.

Apesar disso, a autora apresenta que existem problemas no campo da educação cujos dados necessitam passar por um tratamento quantitativo para que haja uma compreensão mais

contextualizada e mais adequada. Bauer, Gaskell e Allun (2002) chegam a construir um quadro comparativo com as características dos dois tipos de investigação (qualitativas e quantitativas). O olhar apressado a ele, de fato, pode passar a ideia de que a investigação quantitativa pode conduzir a uma análise tecnicista.

Quanto aos objetivos da abordagem quantitativa, são apontados no quadro em questão: testar teorias, encontrar fatos, descrever estatísticas, encontrar relação entre variáveis e predição. Diante desses objetivos, a elaboração da proposta de investigação é caracterizada como extensa, detalhada e específica, tanto nos objetivos, como nos procedimentos, o que exige uma longa revisão de literatura, a qual deve ser escrita antes da escolha de dados e das especificações de hipóteses. A seleção de amostras também é ampla, estratificada, precisa, marcada pela existência de grupos de controle, pelo controle de variáveis extrínsecas e, por fim, submetida à seleção aleatória.

Os dados, por sua vez, são de natureza quantitativa e quantificável, submetidos a contagens, medidas, ou seja, são variáveis operacionalizadas que podem ser expressas em estatísticas. Portanto, sua análise é dedutiva e verificável após a conclusão dos dados, por meio das estatísticas.

O que importa para esta análise é demonstrar o quanto a pesquisa quantitativa é mais ampla e complexa do que se tem apresentado. Gatti (2004) alerta que, no Brasil, são comuns afirmações equivocadas de que até meados do século passado predominavam os estudos quantitativos no campo da educação. Para a autora, o que de fato ocorreu foi a predominância de uma pesquisa do tipo escassa e incipiente, que apenas empregava análise descritiva de tabelas de frequência, não utilizando dados qualitativos. Segundo ela, esta foi a razão pela qual a pesquisa educacional no Brasil não conseguiu fundar uma tradição sólida do uso de dados quantitativos.

De acordo com Gatti (2004, p.13), para que o emprego de métodos quantitativos seja alcançado de forma ampla, é necessário considerar dois aspectos,

[...] primeiro, que os números, frequências e medidas têm algumas propriedades que delimitam as operações que se podem fazer com eles, e que deixam claro seu alcance; segundo, que as boas análises dependem de boas perguntas que o pesquisador venha a fazer, ou seja, da qualidade teórica e da perspectiva epistêmica na abordagem do problema, as quais guiam as análises e as interpretações.

Em outras palavras, o uso dos métodos quantitativos requer do pesquisador o reconhecimento de que as técnicas quantitativas possuem limitações, as quais podem ser

transpostas com um sólido desenvolvimento teórico, com uma pesquisa muito bem amparada no arcabouço epistêmico adotado durante a construção do problema. O pesquisador precisa ter em mente que os métodos quantitativos são recursos dos quais dispõe para colaborar com a compreensão do seu contexto de reflexão.

A autora acrescenta, ainda, ser necessário o domínio dos pressupostos que sustentam cada técnica de análise quantitativa empregada, o conhecimento do contexto em que os dados foram produzidos, as condições da coleta de dados. Ressalta que há diversas formas de obter quantificações, as quais dependem da natureza do objeto de pesquisa, dos objetivos do pesquisador e do instrumento de coleta de dados utilizado. Nesta pesquisa, em que o *corpus* empírico de dados foi construído tendo como base uma busca no catálogo de teses da Capes, na tentativa de quantificar os estudos que trazem informações sobre a inclusão digital dos Surdos, os dados quantitativos foram analisados na relação com os estudos teóricos, contribuindo para uma melhor visualização da questão investigada.

Em resumo, Gatti acredita que os dados quantificáveis precisam ser contextualizados por perspectivas teóricas, com procedimentos metodológicos cuidadosamente escolhidos, podendo, assim, oferecer grandes contribuições ao campo da educação, tanto na compreensão dos fenômenos para além dos casuísmos, como no enfrentamento de políticas educacionais (planejamento, orientação, gestão), além de orientar ações pedagógicas e desmistificar conceitos construídos com base no senso comum.

Por outro lado, a investigação qualitativa busca coletar seus dados no ambiente natural diretamente, o que requer a imersão intensa do pesquisador nesse ambiente e o contato direto com os sujeitos da pesquisa. Apesar disso, Bauer e Gaskell (2010) colocam a importância de não se equiparar a pesquisa qualitativa a um conhecimento engajado, com a finalidade de dar voz aos oprimidos. Para os autores, essa forma de encarar a pesquisa qualitativa, embora louvável, revela-se ingênua e mal encaminhada.

Segundo Bogdan e Biklen (1994), a maioria dos investigadores das abordagens qualitativas identifica-se com a perspectiva fenomenológica. Dentro desta perspectiva, tentam descobrir os significados que as pessoas atribuem aos acontecimentos e interações. Entretanto, nem todas as abordagens que utilizam a investigação qualitativa se alinham com a abordagem fenomenológica. Como exemplo, os autores citam os chamados “estudos culturais”. A expressão inclui o neomarxismo, o materialismo feminista e o feminismo pós-estruturalista. Diferem da abordagem fenomenológica ao rejeitarem a ideia de que o mundo pode ser conhecido diretamente, empiricamente. Para esses autores, as relações sociais são

influenciadas por relações de poder, as quais só podem ser compreendidas por meio de uma análise das interpretações que os sujeitos constroem das suas próprias situações.

A base epistêmica deste estudo teve como fundamentação teórica principal as ideias de Michel Foucault acerca dos conceitos de governamentalidade, biopolítica, *homo oeconomicos* e, também, das relações microfísicas de poder. Entretanto, há momentos em que são citados autores de outras orientações epistêmicas, como Freire (1996), Dussel (2007), Demo (2009) e Bauman (1999), os quais também contribuem para a compreensão de determinados pontos.

De acordo com Bogdan e Biklen (1994), ainda que várias sejam as formas de investigação qualitativa, todas partilham do mesmo objetivo: compreender os sujeitos com base em seus pontos de vista. Nesse sentido, voltando ao quadro de Bauer, Gaskell e Allun (2010), investigação qualitativa é um tipo de investigação que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais, assumindo diversas formas, nos diversos contextos em que é conduzida. Os autores comparam a análise de uma situação social a uma partida de futebol e afirmam que,

[...] uma cobertura adequada dos acontecimentos sociais exige muitos métodos e dados: um pluralismo metodológico se origina com uma necessidade metodológica. A investigação da ação empírica exige: A) a observação sistemática dos acontecimentos, inferir os sentidos desses acontecimentos das (auto)-observações dos atores e dos espectadores exige; B) técnicas de entrevistas; e a interpretação dos vestígios materiais que foram deixados pelos atores e espectadores exige C) uma análise sistemática (BAUER; GASKEL; ALLUM, 2010, p. 18-19).

[...] a investigação qualitativa tenta preencher os "espaços vazios" deixados pelos modelos estatísticos, procurando compreender como as ações individuais são socialmente condicionadas, mas sem cair numa abordagem psicológica. Assim, os dados quantitativos e os dados qualitativos produzem descrições da realidade que são igualmente ricas, mas que se diferenciam pelo grau de proximidade (ALVES; SOARES, 2007, p.17).

Disso decorre que o uso das duas modalidades de investigação (quantitativa e qualitativa) pode ser possível e, até mesmo, desejável em alguns casos. Porém, o uso concomitante das duas formas de investigação pode levar o pesquisador a enfrentar grandes problemas. Afinal, trata-se de duas abordagens com pressupostos diferenciados. O investigador inexperiente que pretenda combinar as duas abordagens em busca de produto híbrido pode acabar chegando a um trabalho final que não se enquadre em nenhuma das abordagens.

Dessa forma, assim como recomendou André (1995), é mais conveniente não utilizar o termo “pesquisa qualitativa” de forma genérica, mas apenas os termos quantitativos e qualitativos para diferenciar técnicas de coleta de dados ou o tipo de dados obtidos. A autora justifica que, em uma pesquisa, é possível a utilização de dados quantitativos, desde que submetidos a uma análise valorativa do pesquisador que esteja alinhada a tipologias mais precisas de pesquisa, como histórica, descritiva, participante, etnográfica, fenomenológica etc.

No caso deste trabalho, especificamente, trata-se de um estudo bibliográfico que se propôs a analisar a importância das políticas públicas nos processos de inclusão digital dos sujeitos Surdos brasileiros no período correspondente a 1995 a 2018, subsidiada pelo olhar investigativo marcado por uma abordagem foucaultiana. Convém ressaltar que, embora se apoie nas ideias de Foucault, a metodologia desenvolvida para tratar da temática em questão foi sendo construída ao longo do percurso da pesquisa e, nesse sentido, talvez se aproxime da ideia de método arqueológico se tomado em seu sentido amplo, mas não foi assim demarcado como propósito central.

Conforme Araújo (2013), nesse sentido, a história arqueológica não se preocupa com a questão normativa de busca da verdade da ciência, mas busca encontrar inter-relações conceituais na história dos saberes, constituindo aí a essência da arqueologia de Foucault, que, na interpretação de Araújo, pode ser entendida como um “discurso sobre discursos”. Nesse discurso arqueológico, em que se escapa de sistematizações e sucessões cronológicas, importa compreender as formações discursivas enquanto formações relacionadas às condições de existência dos indivíduos. Assim, na história arqueológica o que importa é tentar revelar como as práticas discursivas dão lugar a um saber que assume o *status* de ciência.

Araújo (2013) esclarece que, embora Foucault tenha se esquivado de discutir questões metodológicas ao longo de suas obras, em “A arqueologia do saber” é possível encontrar algumas pistas sobre o entendimento de método na perspectiva foucaultiana.

[...] É possível que haja vários métodos, inviabilizando a possibilidade de se ter “um único método” a ser seguido, segundo nos ensinou a tradição. Talvez, o problema maior esteja no uso feito do termo. É comum se ver nas aulas de metodologia, principalmente nos cursos de graduação e pós-graduação lato sensu (se estende também ao mestrado e ao doutorado), o método ser o grande vilão e terror da/na pesquisa. E, dessa maneira, ironicamente, o que seria a luz condutora e caminho a ser percorrido tornou-se um grande fantasma. Trata-se de um problema, ao que parece sem solução, um círculo vicioso, ao menos enquanto não mudar a maneira de pensar a questão. A “nossa modernidade”, nos dizeres de Foucault, exige um salto qualitativo, pois o método, muitas vezes é tornado camisa de força (ARAÚJO, 2013, p. 125-126).

Araújo (2013) complementa seu raciocínio afirmando que o método para Foucault não é algo que está dado previamente, como nos métodos convencionais. E, diferente destes métodos convencionais, não pode ser encarado como ponto de partida de uma pesquisa, mas é preciso reconhecer que cada percurso, por ser suscetível a mudanças e substituições, precisa ser avaliado segundo suas condições e possibilidades.

É com este pensamento que, no âmbito deste estudo, buscou-se apoio tanto em dados oficiais (com as devidas ressalvas realizadas na seção quatro quanto à fidedignidade dos dados frente à maneira como foram coletados durante a pesquisa do IBGE), quanto nas ideias de Foucault e na literatura científica sobre a realidade Surda para compor o quadro de análise.

Baseada na concepção de linguagem desenvolvida por Foucault, o qual entende a linguagem enquanto processo constitutivo do pensamento e do sentido que se atribui às coisas em cada momento histórico, a pesquisa tem início com uma reflexão a respeito do papel da linguagem nos processos de inclusão digital das pessoas Surdas. Reflete, também, a respeito das condições históricas de acesso à linguagem vivenciadas pelas pessoas Surdas e dos processos de formação acadêmica desses sujeitos, buscando compreender as suas intercorrências na constituição das subjetividades Surdas e na formação de uma cidadania Surda respaldada no livre exercício do pensamento crítico.

Dessa forma, a pesquisa segue buscando compreender como os conceitos amplos de política e das estruturas de poder podem interferir na formação do pensamento crítico e da cidadania Surda, passando pela compreensão dos conceitos de “poder”, “governamentalidade” e “*homo oeconomicus*”, tal como concebidos por Foucault. Procura, também, expor uma reflexão sobre as relações entre Estado neoliberal, práticas de consumo e exercício da cidadania, bem como uma reflexão sobre os impactos das condições políticas na formação dos sujeitos, no processo de aquisição de conhecimento e nos processos de inclusão e exclusão digital das pessoas Surdas, especificamente.

Na sequência, os estudos se desenvolvem com o objetivo de realizar um levantamento das condições sociais, econômicas, políticas e de acesso aos recursos digitais vivenciadas pelas pessoas Surdas no Brasil, investigando a importância da implementação de políticas públicas. Para tanto, foi realizado um trabalho de busca de dados em sites oficiais, como o IBGE, mas também em pesquisas de doutorado que versam sobre a temática.

Na composição do *corpus* de dados da pesquisa, foram utilizadas como recursos, além da pesquisa bibliográfica, técnicas bibliométricas, que, de acordo com Pritchard (1969), ao tentar quantificar processos de comunicação escrita, possibilitam uma análise estatística de referenciais bibliográficos e uma avaliação objetiva de estudos científicos. Conforme Trienta

et al. (2012), o recurso à bibliometria pode ser útil quando se trata de pesquisas em áreas de desenvolvimento incipiente. Para os autores, a metodologia de pesquisa num trabalho do tipo bibliométrico envolve duas etapas básicas: na primeira, o planejamento da pesquisa e a construção de um portfólio de artigos; e, na segunda, a aplicação do método multicritério de apoio à decisão para a produção de artigos, ambas realizadas criteriosamente neste estudo.

A primeira etapa envolve a definição dos conceitos principais da pesquisa (contexto, problema, objetivos), a definição da estratégia de pesquisa, a realização da pesquisa, a formação do banco de dados inicial e, por fim, o refinamento da amostra e a formação do portfólio de artigos. Já a segunda etapa refere-se à aplicação do método multicritério de apoio para priorização de artigos e à ordenação dos trabalhos selecionados.

Para a construção do portfólio de teses, nesta pesquisa, optou-se por utilizar a base de dados da plataforma Capes, por entender que, por ser uma agência de avaliação dos programas de pós-graduação brasileiros, abriga os trabalhos de doutorado acadêmico, definidos como objeto deste estudo. Para tanto, foi realizada uma pesquisa junto ao banco de teses da Capes disponível em um catálogo da internet<sup>3</sup>. Quando utilizada a palavra “SURDOS” como palavra-chave, foram encontradas 404 teses de doutorado sobre o tema, conforme podemos visualizar na figura 1:

Figura 1 – Demonstrativo do Catálogo de teses da Capes sobre Surdos

The screenshot shows the Capes Theses Catalog interface. At the top, there is a navigation bar with the Capes logo and various links. Below that, a search bar contains the word "SURDOS" in red. The search results section shows "2303 resultados para SURDOS" and "Exibindo 1-20 de 2303". A filter section on the left allows refining results by type, with "Doutorado (Tese)" selected and highlighted in red, showing a count of 404. The main list of results includes two entries: 1. Silva, Cesar Augusto de Assis. *Entre a deficiência e a cultura : análise etnográfica de atividades missionárias com surdos*. 01/09/2010 194 f. Doutorado em CIÊNCIA SOCIAL (ANTROPOLOGIA SOCIAL). Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: FFLCH/USP. Trabalho anterior à Plataforma Sucupira. 2. ZANELLATO, DANIELLA. *Ensino de Arte, Educação de surdos e Museus: Interconexões possíveis*. 12/09/2016 201 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: FEUSP. Detalhes.

Fonte: Banco de Teses da Capes (2019).<sup>4</sup>

<sup>3</sup> O banco de teses da Capes pode ser visualizado no seguinte endereço eletrônico: <<http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>

<sup>4</sup> Dados coletados em agosto de 2019.

Após realizar uma leitura das referências bibliográficas, essas 404 teses foram organizadas por concentração de áreas de conhecimentos afins e contabilizadas por cores, de forma que pudesse facilitar a visualização da proporção de teses produzidas em cada concentração de área, conforme a data em que o estudo foi realizado, o que pode ser melhor visualizado na tabela disponível no apêndice 2 deste trabalho.

Para a realização dessa atividade, foi analisada a linha de pesquisa na qual o estudo está inserido. A escolha das cores para representar a concentração de cada área foi realizada aleatoriamente, conforme o Quadro 1.

Quadro 1- Demonstrativo da definição de representação por cores das áreas de concentração das teses sobre Surdos

CONCENTRAÇÃO DE ÁREA	COR REPRESENTADA
Sociologia, filosofia, antropologia, ciência política, epistemologia e direito	Azul claro
Educação (incluindo educação especial e educação relacionada a Artes, matemática, história, geografia, educação física etc.)	Laranja
Artes, arquitetura e design	Cinza
Psicologia	Rosa
Linguagem (programas de Letras, Língua Portuguesa, Linguística, Tradução, Literatura, Comunicação Social)	Verde
Informática, da computação e das engenharias.	Amarelo
Química e da Química Biológica	Azul escuro
Saúde, medicina, enfermagem, odontologia, fonoaudiologia, biologia e afins.	Vermelho

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Realizada essa organização, a investigação prosseguiu no sentido de avaliar a proporção de estudos realizados antes e depois da implementação da Lei de nº 13.146/2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência, a fim de avaliar possíveis relações entre a implementação de políticas públicas e a produção científica sobre a temática surda.

Novamente, foram analisadas as referências bibliográficas, mas agora com o objetivo de tentar encontrar no título das teses algum termo que remetesse a temáticas relacionadas à inclusão digital, informática, tecnologias digitais e afins. Nessa segunda análise, foram encontradas 37 teses sobre pessoas surdas, as quais continham em seus títulos alguma expressão relacionada à temática da inclusão digital, como os termos: “ambiente telemático de interação e comunicação”, “Audiovisual”, “Ambiente Virtual”, “Contexto digital”, “Recursos Educacionais Digitais”, “Ícones Digitais”, “Tecnologias Assistivas”, “Legendas”,

“Computador”, “Hipermissão”, “On-line”, “Cibercultura”, “Facebook”, “Websites”, “Framework”, “Internet”, “Web”, “Software”, “Multimídia” e “Avatares”.

Destas 37 teses, em 01 (uma) não foi possível ter acesso ao texto. Após a leitura das 36 teses restantes, foi realizado um fichamento desses estudos registrado num formulário padrão. Para tanto, a ficha de leitura possui como foco 05(cinco) questões: a) Ligação do pesquisador com a condição surda (se o pesquisador possui alguma limitação auditiva ou possui parentesco com alguma pessoa nessa condição); b) O tipo de pesquisa; c) Problemática central da tese; d) O percurso metodológico desenvolvido durante o trabalho de pesquisa (incluindo as principais fontes de dados e a população estudada, quando estudo de caso); e) As principais conclusões do autor. Segue abaixo o modelo de instrumental utilizado; os fichamentos completos podem ser visualizados no Apêndice 3 deste estudo.

Quadro 2– Demonstrativo do Instrumental de Ficha de leitura das teses utilizado neste estudo

<b>FICHA DE ANÁLISE DE TESE</b>	
<b>TESE 1</b>	
<b>TÍTULO:</b>	
<b>AUTOR/ANO:</b> (tipo de ligação do autor com a causa dos surdos)	
<b>DOUTORADO EM:</b>	
<b>INSTITUIÇÃO:</b>	
<b>TIPO DE PESQUISA:</b>	
<b>PROBLEMÁTICA CENTRAL:</b>	
<b>METODOLOGIA:</b>	
<b>PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:</b>	
<b>POPULAÇÃO ESTUDADA:</b>	
<b>CONCLUSÕES:</b>	

Fonte: Elaborado pela autora.

A fim de tentar compreender a posição epistemológica adotada pelos pesquisadores, o processo de fichamento das teses também se ocupou de realizar a identificação dos objetivos gerais das pesquisas e dos principais autores listados nas referências bibliográficas desses estudos, os quais foram organizados em tabelas conforme as respectivas áreas de conhecimento a que estão vinculadas. A organização das tabelas seguiu uma padronização, conforme modelo dos quadros 3 e 4.

Quadro3 – Exemplo de quadro de Demonstrativo dos objetivos das produções acadêmicas brasileiras que envolvem a temática “Surdos” e “Inclusão Digital” de 1995 a 2018, por campo de conhecimento, conforme dados da Capes.

OBJETIVOS DE CADA TESE POR CAMPO DE CONHECIMENTO			
EDUCAÇÃO	LINGUAGEM	INFORMÁTICA, DA COMPUTAÇÃO E DAS ENGENHARIAS	NO CAMPO DA SAÚDE, MEDICINA, E AFINS

Quadro 5 – Exemplo de quadro de Demonstrativo das referências das produções acadêmicas brasileiras que envolvem a temática “Surdos” e “Inclusão Digital” de 1995 a 2018, por campo de conhecimento, conforme dados da Capes.

PRINCIPAIS AUTORES UTILIZADOS EM CADA TESE POR CAMPO DE CONHECIMENTO			
EDUCAÇÃO (5)	LINGUAGEM (12)	INFORMÁTICA, CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO E ENGENHARIAS (18)	SAÚDE, MEDICINA E AFINS (2)

Ressalta-se que os autores foram organizados em quatro categorias: autores específicos/educação, autores do campo da surdez, autores do campo da TIC/globalização e autores do campo da linguagem. Em diversas teses, os mesmos autores são listados tanto no campo da surdez quanto no campo da linguagem, pois se trata de casos em que os pesquisadores das teses utilizaram obras de autores que tratam da relação entre as duas temáticas. Outra observação importante a ser feita é que a vinculação aqui estabelecida de um autor em um determinado campo de conhecimento não significa que seja um estudioso específico desse campo do saber. Significa apenas que o pesquisador de uma determinada tese, dentre todas aqui fichadas, utilizou alguma referência desse autor sobre alguma temática relacionada ao campo de conhecimento em questão.

Outra questão importante a ser ressaltada é o emprego de autores do campo da educação juntamente com autores das áreas específicas tratadas nas respectivas teses. Tal fato se justifica, pois a maior parte dos estudos de doutorado fichados, exceto aqueles da área da “Saúde, medicina, enfermagem, odontologia, fonoaudiologia, biologia e afins”, e alguns do campo da “Informática, da computação e das engenharias”, em algum momento, relacionavam-se com o campo da educação.

Demarca-se que a justificativa para que a inclusão de referências teóricas no campo da TIC e da Globalização se encontrem no mesmo espaço vincula-se à ideia de que a avaliação

de ambas em conjunto colaboram para compreensão da visão de sociedade e das relações nesse âmbito na atualidade por parte dos pesquisadores.

Com o intuito de situar a realidade brasileira sobre a produção acadêmica produzida que envolve a temática Surdos/inclusão digital num cenário internacional, também foi realizada uma pesquisa na plataforma Dialnet. A escolha por esta plataforma se justifica em função do alcance de seu catálogo. Trata-se de um portal criado pela Universidad de la Rioja, da Espanha, especializado em ciências humanas, jurídicas e sociais que permite o livre acesso a produções científicas de diversas universidades da Espanha, de Portugal, da América Latina e outras. A navegação neste portal é similar à navegação no portal da Capes e ainda oferece a possibilidade de realizar as pesquisas utilizando os idiomas inglês ou espanhol.

Dessa forma, realizamos a busca nos mesmos moldes da pesquisa feita no portal da Capes. Optamos pela versão espanhol do portal e selecionamos a aba “Tese”. Utilizando “SORDOS” como palavra-chave, foram encontradas 202 teses de doutorado sobre o tema, conforme registrado na imagem 2.

Figura 2– Demonstrativo do Catálogo de teses da Dialnet sobre Surdos

The screenshot shows the Dialnet search interface. The search bar contains the word 'sordos', which is circled in red. A red arrow points to the search bar, and another red arrow points to the search results. The search results show 202 theses found, also circled in red. The first result is 'Procesamiento de información social en adolescentes sordos' by Jesús Torres Ruiz - UJ, published in 2013. The second result is 'Las habilidades sociales en niños sordos profundos' by M. Jesus Suarez Rodriguez - ULL, published in 1997. The interface includes filters for 'Rango de años' and 'Idiomas', and a sidebar with 'Fundación Dialnet' and 'Entrar' buttons.

Fonte: Banco de teses da Dialnet (2020)<sup>5</sup>

Foi realizada uma análise das referências bibliográficas encontradas com o objetivo de tentar reconhecer no título das teses algum termo que remetesse a temáticas relacionadas à

<sup>5</sup> Dados coletados na primeira quinzena de março de 2020.

inclusão digital, informática, novas tecnologias digitais e afins. Dessas 202 teses, descartamos 23, pois estavam fora do recorte temporal deste estudo, que compreende o período de 1995 a 2018. Portanto, consideramos para nossas análises 179 teses desse grupo de 202 cadastradas no portal Dialnet.

Desse grupo, apenas 28 teses apresentavam em seus títulos alguma expressão relacionada com a temática da inclusão digital, como os termos: “*Subtitling*”, “*Cálculo de parámetros articulatorios del habla española*”, “*Cuentos electrónicos*”, “*comunicación virtuales*”, “*contenidos on-line*”, “*gramática computacional*”, “*modelo computacional*”, “*Aplicación al reconocimiento gestual*”, “*entornos móviles e IP*”, “*Nuevas tecnologías*”, “*accesibilidad*”, “*Audiodescripción*”, “*espacio multimodal*”, “*aplicación web*”, “*imágenes multimedia*”, “*Brecha digital*”, “*el cine*”, “*expresión gráfica en un nuevo mundo visual*”. Para facilitar a análise, essas teses foram agrupadas conforme a área de conhecimento na qual foram desenvolvidas, de maneira similar ao que foi feito com as teses pesquisadas no portal da Capes.

De posse das informações obtidas nas tabulações e fichamentos, foi possível compor o banco de dados que permeou as discussões desenvolvidas neste estudo. Tais dados, submetidos à análise bibliométrica, ofereceram condições de visualizar as aproximações entre as reflexões contidas nas teses analisadas. Segundo Trienta et al. (2012), a análise bibliométrica tem como resultado a gestão da informação e do conhecimento científico sobre um dado assunto.

Quanto ao tratamento dos dados obtidos, à medida que eram coletados, passaram por um esforço de interpretação conforme os conceitos e ideias foucaultianos. Nesse sentido, a insuficiência de informações na busca de dados oficiais do IBGE sobre as condições socioeconômicas e educacionais das pessoas Surdas, que pudessem fornecer pistas sobre as condições de acesso a linguagem, de formação acadêmica e de exercício dos direitos de cidadania pelos sujeitos foco deste estudo, foi analisada sob o entendimento foucaultiano das relações microfísicas de poder. Relações estas que, em condições neoliberais, podem representar, sobretudo, reflexo de mecanismos externos de exclusão (FOUCAULT, 2014) criados por uma forma de governamentalidade que preza pela manutenção de relações desiguais de poder, ao colocar na invisibilidade a realidade e as demandas específicas de uma parcela da população, como a parcela de Surdos.

O estabelecimento dessa relação, que, na concepção foucaultiana, ocorre por meio da difusão da ideia “aparente” de neutralidade e de igualdade de condições, foi possível, dentre outras coisas, graças à formação daquilo que o autor conceituou como “*homo oeconomicus*”

(FOUCAULT, 1998) e que pode ser traduzido como o tipo de sujeito conformado com as determinações da racionalidade expressa na governamentalidade neoliberal. O conceito de *homo oeconomicus*, portanto, constituiu-se num importante instrumento de compreensão da forma como ocorre a conformação dos sujeitos às determinações político-ideológicas neoliberais pelas quais os Surdos, assim como os demais sujeitos, são acometidos. O que nesta tese pode ser avaliado implicitamente na dificuldade de estabelecimento de mecanismos de criação de condições para a formação de protagonismo entre os Surdos nos seus processos de lutas históricas.

Ainda na compreensão das relações microfísicas de poder e da possibilidade de ocorrência de processos de resistência, que, na percepção de Foucault (2015), podem acontecer, em certos momentos, de maneira explícita, contra formas de poder político, ideológico ou ético, a avaliação de estudos de doutorado com a temática “Surdos” e “Inclusão digital” foi tratada como um recurso na busca pela compreensão da realidade e das necessidades das pessoas Surdas. O que se explica pelo fato de que, também na percepção de Foucault (1998), os intelectuais possuem papel preponderante nas relações de poder, pois, tendo o espaço de produção científica como aquele institucionalmente estabelecido para sua atuação na sociedade, pode favorecer ou não uma ideologia vigente numa determinada forma de governamentalidade. Nesse sentido, a pesquisa das teses se encaminhou para a compreensão do alinhamento político e ideológico dos pesquisadores por meio da análise das opções teóricas por eles adotadas.

Esclarecido o percurso metodológico trilhado, passemos à segunda seção, que, iniciando as discussões propriamente ditas, introduz a avaliação dos pré-requisitos para a compreensão dos processos de inclusão digital das pessoas Surdas, ao tratar da análise do papel da linguagem nesses processos e na formação de individualidades.

## SEÇÃO 2

### O PAPEL DA LINGUAGEM NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO SURDO E NOS PROCESSOS DE INCLUSÃO DIGITAL

A obra apresenta o recorte da vida de um aluno com dislexia, suas dificuldades, seu contexto familiar, mas também é uma profunda crítica aos sistemas educacionais e encaminhamentos escolares dados a problemas de aprendizagem. [...] O personagem central, Ishaan Awasthi, interpretado por Darsheel Safary, é um menino de 9 anos que apresenta dificuldades na escrita e leitura. Aparece no começo do filme como uma figura que perturba a sua própria família, os vizinhos e a classe onde estuda. As dificuldades apresentadas pelo garoto são sintomas da dislexia e que não eram compreendidos pela família e pelos profissionais da escola. A repetição na terceira série e o medo que o garoto pudesse perder mais um ano letivo fazem o pai de Ishaan tomar a atitude de colocá-lo num colégio interno longe da família no meio do ano letivo. As dificuldades escolares e as dificuldades de relacionamentos são concebidas pelo pai como preguiça, recebimento em demasia de mimo pela mãe e desatenção. A figura do pai é retratada no filme como intolerante aos erros e derrotas e com extremas dificuldades nas reações de afeto para com os filhos. A mãe aparece num papel submisso, mas acolhedora mesmo sem reconhecer o que ocorre com o filho. As comparações entre os filhos são inúmeras vezes apresentadas no filme. O longa-metragem apresenta brilhantemente uma crítica ao sistema educacional nas atitudes agressivas e intolerantes dos professores com as salas cheias de alunos e com o lema da disciplina, ordem e competitividade. A falta de aproximação dos docentes com os alunos é retratada no filme. O contato distante e aos gritos pela chamada de atenção. Sob vários ângulos percebe-se no filme como um problema pode se tornar ainda maior para uma criança se o professor não estiver realmente interessado naquilo que escolheu como profissão. O esmero e a atitude de um professor em investigar as razões daquilo que se passam com o aluno além da sala de aula. A realização profissional é apresentada no filme além da identificação que o professor tem com o aluno por ter tido dificuldades escolares como as de Ishaan. O contentamento em realizar a docência é apresentado nos momentos em que ele está na escola de Ishaan, mas também numa outra escola onde ele trabalha com alunos especiais. Gostar do que se faz revela amor nas atitudes da profissão docente. A figura contagiante do professor é acompanhada de muita música durante o filme. As músicas utilizadas retratam bem cada momento de angústia vivido pelo personagem principal ou de alegria quando o novo professor de artes chega para dar a sua primeira aula. [...] Dois momentos impactantes nesta obra são a postura do professor com o pai do aluno em duas cenas: quando ele vai na casa da família de Ishaan e pede que ele leia chinês e o pai diz que é impossível e o professor faz o pai se colocar no lugar do filho o chamando de insolente e dizendo para se esforçar mais. E outro momento é quando ele vai na escola falar com o professor a fim de que ele mude a primeira impressão pelo ocorrido em sua casa e o professor novamente mostra que o pai realmente não se importa com seu próprio filho. Os confrontos terminam em resultados de reflexão para o pai devido à postura do professor. (Descrição de parte do filme “Como estrelas na terra: toda criança é especial”) (SANTOS, 2018).

A cena em que o professor procura a família da criança, mais que a compreensão, incita à sensibilização para a dificuldade de comunicação. Sensibilização compreendida como ato de “sentir o que o outro sente”. O professor, com toda a sua didática, conduz o pai da criança à experiência de (assim como à qual o filho, ao longo de sua vivência escolar, sempre esteve sujeito) ser colocado diante de uma situação em que um agente exterior (o professor, no caso) lhe imponha uma ordem de compreensão de uma linguagem que ele não domina (a leitura da caixa do jogo escrita em chinês). Assim também ocorre com grande parte das pessoas Surdas, que, integradas numa sociedade predominantemente ouvinte, são diariamente coagidas a se submeterem à linguagem ouvinte.

Partindo da premissa deque o objetivo maior deste estudo se traduz no entendimento dos processos de inclusão digital das pessoas Surdas, nesta seção buscou-se compreender, num primeiro momento, a importância da linguagem na constituição dos sujeitos para, num segundo momento, entender como as interpretações dos processos de aquisição da linguagem podem contribuir com a compreensão da dinâmica da inclusão digital.

Nos meios midiáticos e no âmbito do senso comum, bem como em alguns estudos acadêmicos, fala-se muito na possível emergência de uma nova sociedade, conhecida como “Sociedade da Informação e do Conhecimento”. Nessa sociedade, conforme Pimenta (2014, p. 22), a informação, enquanto formadora de opinião, aparece intimamente atrelada à noção de comunicação, sendo esta última entendida como uma necessidade básica do ser humano, do homem social. Nesse sentido, a comunicação sofre constantemente os reflexos da ação da ciência e da tecnologia no sentido de produzir inovações em termos de recursos comunicacionais, ampliando, assim, as suas possibilidades. Para a autora,

[...] as origens e causas da “sociedade da informação” se alicerçam em dois tipos de desenvolvimento interdependentes: o desenvolvimento econômico a longo prazo e as mudanças tecnológicas. De fato, uma verdadeira “sociedade da informação” é uma sociedade na qual a informação é utilizada intensivamente como elemento da vida econômica, social, cultural e política. Um outro ponto marcante da “sociedade da informação” é o surgimento e o desenvolvimento de uma indústria da informação; dividida em três campos diferentes: o da criação da informação ou setor dos conteúdos; o da transmissão da informação; e o do tratamento da informação (PIMENTA, 2014, p. 35).

Ainda segundo a autora, diante desta realidade segundo a qual é possível perceber uma exigência generalizada de que a informação se traduz em vetor de desenvolvimento estratégico, competitivo e gerencial, percebe-se a existência de uma espécie de fetichização da informação no sentido marxista do termo, mediante o qual se considera a informação como

mercadoria desejada e cultuada por todos, criando uma situação em que as relações sociais entre as pessoas passam a ser mediatizadas pelas coisas. Nessa relação, às coisas é atribuída vida própria, de forma que as pessoas passam a agir como coisas e as coisas como pessoas, sendo que as coisas, agora dotadas de vida própria, voltam-se sobre as pessoas, dominando-as. Enfim, para além da necessidade real de comunicação, existe também uma necessidade, artificialmente criada, de consumir informações que supostamente poderiam se transformar em conhecimento. Nesse contexto, é necessário capacitar as pessoas para o uso seguro e objetivo das informações por meio de uma espécie de letramento digital.

Acreditamos que o grande problema dessa visão é que, ao focarmos no processo de transformação da comunicação e da informação em mercadorias, acabamos por colocar em segundo plano a necessidade real de comunicação e suas transformações mediante a ascensão e a difusão das novas tecnologias da informação e da comunicação, bem como as relações entre o processo de comunicação e o papel de linguagem nesses processos.

Desde tempos imemoriais, o ser humano enquanto ser social estabelece formas de comunicação que, mediadas por linguagens e instrumentos de linguagens diversos construídos de acordo com o tempo e o lugar, possibilitam a existência em sociedade e a identificação dos sujeitos com as formações socioculturais nas quais se encontram inseridos. A linguagem, portanto, mais que um instrumento de comunicação entre sujeitos, também possui a capacidade de formar identidades sociais e individuais.

Como exemplo dessa realidade, poderíamos citar a forma como os processos de linguagem escrita se materializaram ao longo da história. A criação de instrumentos de escrita da linguagem, num primeiro momento, resultou da necessidade pura e genuína de registrar ideias e os grafismos que representavam essas ideias. Num segundo momento, essa necessidade se transforma e passa a ter como motivação a propagação e a socialização dos conhecimentos de linguagem.

Assim, se no início das civilizações foi possível perceber a materialização da linguagem escrita nos ensaios de inscrições representados pelos desenhos rupestres ou pelos hieróglifos (os quais tinham como finalidade a reprodução de conceitos ou coisas), mais tarde é possível observar uma evolução com a criação de instrumentos como o papiro, a caneta de pena e, depois, o papel e a imprensa tipográfica. São estágios do desenvolvimento de instrumentos da linguagem escrita que antecederam a criação dos primeiros computadores e que representaram, em certa medida, a possibilidade de perpetuação e expansão do acesso à linguagem escrita, mas que não extinguiram a necessidade de desenvolvimento da habilidade de escrever com as mãos.

O desenvolvimento de toda essa tecnologia pode ser interpretado numa análise de “mão dupla”, pois, ao mesmo tempo em que representa inovações criadas por homens diante de suas necessidades cotidianas, tais inovações, ao serem incorporadas pelos sistemas sociais nos quais esses homens estão inseridos, passam a representar uma espécie de tentáculo de um poder que transcende aquelas necessidades primárias motivadoras de sua criação. Quando a motivação de registro escrito deixa de se limitar à sua função primária de simples registro para compreender também a necessidade de socialização da linguagem escrita, instaura-se, ao mesmo tempo, um processo de seleção e exclusão, em que alguns sujeitos, ao se apropriarem desses instrumentos de registros, passam a tentar estabelecer quais serão as pessoas que terão acesso a eles e quais não terão.

Entretanto, conforme o desenvolvimento histórico, as sociedades foram caminhando para sociedades cada vez mais letradas, foram se instalando processos de resistência quase que naturais em busca de acesso à linguagem escrita. E, dessa forma, embora o analfabetismo ainda seja considerando um problema recorrente em diversas partes do planeta, é inegável o quanto aumentou o acesso das pessoas ao conhecimento da linguagem oral e escrita e o quanto se faz necessário o desenvolvimento da habilidade de escrita com as mãos.

Sobre esta última, diversos trabalhos no campo da neurociência aplicados à educação têm indicado o quanto as atividades manuscritas são importantes para o desenvolvimento dos processos cerebrais necessários ao desenvolvimento das habilidades de aquisição do conhecimento da língua. Nesse aspecto, destacamos os estudos de James (2012), da Indiana University Bloomington, sob o título “*The effects of handwriting experience on functional brain development in pre-literate children*”. A pesquisadora apresentou os resultados de uma pesquisa onde comparou a atividade do cérebro de crianças submetidas a atividades de escrita manual com o cérebro de crianças que não foram estimuladas a escrever.

A comparação foi realizada por meio de exames de ressonância magnética, e James, por meio da análise e da comparação dos exames entre os dois grupos de crianças, percebeu que a ativação do cérebro durante a percepção das letras foi diferente nos casos acima, concluindo que a escrita é importante para o processamento de letras em regiões do cérebro responsáveis pelo desenvolvimento de uma leitura bem-sucedida.

Portanto, para além das influências do desenvolvimento econômico, das mudanças tecnológicas, culturais e políticas, a formação da linguagem (na qual se inclui a própria língua digital) deve ser compreendida como um fenômeno complexo. Fenômeno esse que, ao mesmo tempo em que sofre importantes influências do meio, também influencia a sua construção e a sua própria essência interior.

Os processos de linguagem se transformam não apenas sob influência de determinações superiores, representadas pelas estruturas de poder mais visíveis, como o poder político ou acadêmico (representados pelos gramáticos e especialistas em educação ou políticas educacionais, por exemplo), mas também por influências da maneira como as pessoas vão tomando parte desse processo, conforme as condições da realidade sociocultural e, até mesmo, biológica (como no exemplo da necessidade da escrita atestada pela neurociência) que possuem.

O mesmo ocorre com a apropriação da linguagem digital. Se, por um lado, há, como afirmou Pimenta (2014), o desenvolvimento de uma indústria da informação preocupada com a criação, o tratamento e a transmissão de informações, por outro lado, existem receptores. Tais receptores, aqui definidos como as pessoas a quem se destinam os produtos da indústria da informação, não são sujeitos os quais possam ser totalmente manipulados e moldados conforme os interesses dessa indústria.

E, assim, por mais que essa indústria da informação almeje o domínio dos interesses e das preferências, as pessoas ainda encontram espaços para a expressão de suas individualidades e, conseqüentemente, para a ressignificação das intenções primeiras depositadas na criação dos produtos digitais. É dessa forma que, embora sem obter o domínio da língua predominante nos textos utilizados pelos meios digitais, algumas pessoas Surdas conseguem se inserir neste espaço e, ainda que de maneira precária, participar da evolução dos processos de comunicação.

Com base nessas considerações e na tentativa de buscar a compreensão das seguintes questões: a) “Como as TICs podem colaborar com a ampliação das possibilidades de comunicação e de inclusão das pessoas Surdas?” e b) “Quais os pré-requisitos para que seus processos de inclusão digital ocorram?”, esta seção, contemplando o segundo e o terceiro objetivos específicos desta tese, tem como propósito analisar e discutir o uso das TICs no processo colaborativo para a ampliação das possibilidades de comunicação e de inclusão digital.

## **2.1 Linguagem e formação dos sujeitos**

A respeito de como os processos de linguagem se formam e atuam sobre os sujeitos, Foucault (1966) apresenta uma interessante análise em “As palavras e as coisas”. Embora na obra em questão não seja possível encontrar uma definição específica, um conceito ou uma

experiência de linguagem, conforme Prado (2014), Foucault, por meio desta, remete à compreensão de como:

[...] a linguagem se submete a diferentes quadros, fazendo proliferar múltiplas experiências, até mesmo essa inicial, que é a experiência do impensável, a experiência além dos quadros de pensamento que conhecemos. Não se escapa da linguagem, mas a implicamos, em vez de nos surpreendermos com a revelação de sua mais profunda e hegemônica forma, com a forma secundária que ela adquire conforme as configurações históricas com as quais foram organizados na história os espaços que albergam os seres. O espaço fundamental de organização nós não poderemos mais designar linguagem, pois a existência de múltiplos espaços impõe, a rigor, dizer que em As palavras e as coisas há uma enciclopédia de linguagens (PRADO, 2014, p. 42).

De acordo com Foucault (1966), na obra citada, toda existência humana no mundo está submetida a ordenações, a uma espécie de lei interior composta por redes secretas de significações que ligam as coisas umas às outras de algum modo. São os códigos fundamentais de uma cultura que regem as diversas dimensões da vida das pessoas, como a linguagem, os esquemas perceptivos, as permutas, as técnicas, os valores e suas práticas. Tais códigos, desde o início, fixam para os homens as ordens empíricas com as quais terão de lidar. Diante dessa realidade, as teorias científicas e as interpretações filosóficas se ocupam de tentar explicar como opera essa ordenação: “porque ela existe, a que lei obedece, por qual princípio é regida e qual o motivo de sua escolha em detrimento de outras ordens” (FOUCAULT, 1966, p.8).

Porém, essa ordem não pode ser considerada como algo linear, único e imutável. Entre as interpretações da ordenação do mundo (tarefa de cientistas e filósofos) e as ordens empíricas propriamente ditas, entre o que Foucault denomina de “olhar já codificado” e “conhecimento reflexivo”, existe uma “região mediana” capaz de atuar sobre uma ordem estabelecida, modificando-a conforme as culturas e as épocas, de maneira contínua ou graduada, fragmentada ou descontínua de acordo com o espaço e o tempo. Tal região mediana é considerada pelo autor como a mais fundamental, visto que, por ser anterior às palavras, às percepções e aos gestos, mostra-se mais sólida, mais arcaica e menos duvidosa do que as teorias ou os fundamentos filosóficos que tentam explicá-la.

Para compreender como essa ordem opera no campo da linguagem, Foucault (1966) procede a uma análise de como os processos de linguagem foram sendo modificados e interpretados ao longo da história, bem como da relação desses processos com as diversas ordens vigentes em cada momento histórico. Percebe, então, duas grandes discontinuidades

na episteme da cultura ocidental: a primeira, que ocorreu em meados do século XVII, quando a ordem predominante no período renascentista—amparada pelo princípio da semelhança — sofre transformações que conduziram ao estabelecimento de uma nova ordem—amparada no princípio da representação —, que predominou em toda época clássica. E a segunda, que ocorreu na passagem para o século XIX, assinalando as transformações decorrentes que levariam ao período moderno, em que a ordem se ampara em um novo conceito de história.

Segundo Foucault (1966), até o século XVII, aproximadamente, toda a análise das coisas, dentre as quais se inclui a própria linguagem, tinha como fundamento geral a “teoria da representação”. De acordo com essa teoria, a linguagem se apresentava como um “[...] quadro espontâneo e quadriculado primeiro das coisas, como intermediário indispensável entre a representação e os seres” (FOUCAULT, 1966, p. 12). Tal situação é totalmente modificada na passagem do século XIX, quando a teoria da representação desaparece e uma historicidade profunda começa a dar o tom na análise das coisas, impondo novas ordens.

Conforme Foucault (1966), a linguagem no século XVI podia ser interpretada como uma massa fragmentada, misteriosa e enigmática, que se misturava e se confundia às figuras do mundo, de forma que o estudo da gramática se assentava na mesma disposição epistemológica das ciências da natureza ou das disciplinas exotéricas. O entrelaçamento entre a linguagem e as coisas era efetivado mais por meio de analogias do que por significação, de forma que não havia uma distinção clara entre o que se lia e o que se via, entre o que era observado e o que era relatado.

Tal situação conferia à escrita um *status* de primazia, de privilégio absoluto. Dentro deste quadro, saber consistia em “[...] referir a linguagem à linguagem. [...] em fazer nascer, por sobre todas as marcas, o discurso ulterior do comentário. O que é próprio do saber não é nem ver nem demonstrar, mas interpretar. (FOUCAULT, 1966, p.64). O tipo de discurso e o de escrita desse período se encontravam formalizados na modalidade do comentário, o qual permitia conhecer o mundo por meio de uma espécie de decifração de suas marcas.

A partir do século XVII ocorre, então, uma primeira descontinuidade. Institui-se uma nova forma de encarar a linguagem fundamentada numa análise binária dos signos, definida pela ligação de um significante a um significado. Esta disposição se encontrava naquilo que o autor denominou “experiência de linguagem” e conduzia ao questionamento de como um signo poderia estar ligado ao que significava.

[...] A tal pergunta a idade clássica responderá pela análise da representação; e, por sua vez, o pensamento moderno responderá pela análise do sentido e

da significação. Mas, do mesmo passo, a linguagem não será mais do que um caso particular da representação (para os clássicos) ou da significação (para nós). A profunda interdependência da linguagem e do mundo acha-se desfeita (FOUCAULT, 1966, p. 67).

Em suma, a escrita deixa de ter primazia e instaura-se uma reorganização da cultura, em que as palavras e as coisas se acham separadas. Graças à sua capacidade de representação, no século XVII, a linguagem passou a ter uma existência própria, toda ela começou a valer como discurso, uma vez que se constituía como uma maneira de assinalar, significar, nomear e designar as coisas. O ser vivo da linguagem deixa de existir e só é retomado no século XIX, com o aparecimento da literatura, tal como se apresentou nos moldes da Idade Moderna.

Para Foucault (1966), a existência da linguagem na Idade Clássica é, ao mesmo tempo, soberana e discreta, pois possui a tarefa e o poder de representar o pensamento e se limita a essa função. É nesse sentido que o autor chega a afirmar que, no período em questão, a linguagem não existe, mas funciona. E funciona como a análise do pensamento, como a instauração profunda de uma ordem no espaço.

[...] a linguagem é feita, como diz Hobbes, de um sistema de notas que os indivíduos escolheram, antes de mais nada, para si próprios [...]. São essas notas que uma convenção ou violência impuseram à coletividade; mas, de toda maneira, o sentido das palavras só pertence à representação de cada um [...] não tem outra existência senão no pensamento dos indivíduos tomados um a um [...]. O que distingue a linguagem de todos os outros signos [...] o facto de ela analisar a representação segundo uma ordem necessariamente sucessiva: os sons, com efeito, não podem ser articulados senão um a um; a linguagem não pode representar o pensamento de uma só vez na sua totalidade; é necessário que o disponha parte por parte, segundo uma ordem linear. Ora, esta é estranha a representação (FOUCAULT, 1966, p. 115).

Diante desta percepção de linguagem é que surge na época clássica um novo domínio epistemológico, denominado “gramática geral”, definida como “[...] o estudo da ordem verbal na sua relação com a simultaneidade, que lhe cabe representar” (FOUCAULT, 1966, p.117). Conforme essa definição, é possível compreender que o objeto de estudo próprio desse novo domínio não é o estudo do pensamento e da língua propriamente ditos. Para além disso, o objeto de estudo próprio da gramática geral se ocupa de compreender os discursos, entendidos como uma sucessão de signos verbais, que não são as mesmas em todas as línguas; procura, ainda, compreender a articulação da ordem, da relação que a linguagem estabelece com a universalidade. E, dessa forma, situa o ponto de encontro entre o processo de formação de conhecimento e o processo de construção da linguagem. Para o autor,

[...] conhecimento e linguagem entrecruzaram-se estreitamente. Ambos têm a mesma origem e o mesmo princípio de funcionamento na representação; apoiam-se um ao outro, completam-se e criticam-se incessantemente. Na sua forma mais geral, conhecer e falar consistem em analisar o *processus* simultâneo da representação, em distinguir os elementos desta, em estabelecer as relações que os combinam, as sucessões possíveis segundo as quais é lícito desenvolvê-las: é de um só lance que o espírito fala e conhece, é pelo mesmo processo que se aprende a falar e se descobrem, quer os princípios do sistema do Mundo, quer os das operações do espírito humano, isto é, tudo o que há de sublime nos nossos conhecimentos(FOUCAULT, 1996, s./p.)

O autor salienta que a linguagem, nesse período, pode ser tomada como uma forma de conhecimento que se impõe aos indivíduos do exterior, ao passo que o conhecimento pode ser tomado como uma espécie de linguagem que encerra uma ordenação de palavras, previamente examinadas, em cada relação verificada. Nesse movimento, “[...] saber é falar bem”, ao passo que “falar é saber o que se pode fazer e proceder segundo o modelo que impõe aqueles que pertencem à mesma estirpe” (FOUCAULT, 1966, p. 122).

A linguagem, que, de acordo com Prado (2014), perde sua soberania, deixa de ocupar uma posição em que fundava o conhecimento para assumir outra, agora de subserviência. Sendo reduzida a uma acepção puramente instrumental, a linguagem deixa de possuir uma realidade em si para servir a uma outra realidade. Passa a ser assimilada como discurso. Por isso não existe, mas funciona.

Por meio do conhecimento da língua, é possível conhecer o vocabulário de um povo e, compreendendo que esse vocabulário é reflexo de todos os conhecimentos desse povo, é possível compreender também a relação da linguagem com o espaço e o tempo em que se encontra. Nesse sentido, a gramática geral não visa definir as leis de todas as línguas. Antes, toma como função compreender cada língua particular como modo de articulação do pensamento. Conforme Prado (2014, p. 50), na visão de Foucault, a linguagem nesse período é assumida como um problema epistemológico, que, perdendo seu âmbito próprio, passa a estar condicionada ao conhecimento, entendido como um procedimento abstrato de distinções que produz representações mentais.

Enfim, depois de uma extensa análise de como a linguagem era concebida no período clássico, Foucault conclui que a função fundamental do discurso, tal como constituído nesse período, era tão somente atribuir um nome às coisas, com base na ordem estabelecida no período. Descobrir uma nomenclatura, a qual podia ser analisada como resultado da articulação de um sistema de signos, e que este último, por sua vez, deixasse transparecer a continuidade do ser.

[...] Todo o sistema clássico da ordem, toda essa grande *taxinomia* que permite conhecer as coisas pelo sistema das identidades desenrola-se no espaço aberto no interior de si pela representação quando se representa a si mesma: o ser e o mesmo têm aí o seu lugar. A linguagem não é senão a representação das palavras; a natureza não é senão a representação dos seres; a necessidade não é senão a representação da necessidade. O fim do pensamento clássico – e da *episteme* que tornou possíveis a gramática geral, a história natural e a ciência das riquezas – coincidirá com o recuo da representação, ou antes, com a libertação, relativamente à representação, da linguagem, do vivo, da necessidade (FOUCAULT, 1966, p. 277).

O final do período clássico, cujo pensamento teve como fundamento os preceitos da representação pelo sistema das identidades, em que a linguagem é a representação das palavras, a natureza é a representação dos seres e a necessidade é a representação da necessidade, e que tornou possível a gramática geral, assim como a história natural e a análise das riquezas, coincidiu com um recuo da representação.

Esse recuo de representação coaduna, por sua vez, com a libertação da linguagem, do vivo e da necessidade dos preceitos da representação. Em outras palavras, tal recuo se explica devido ao fato de que a atuação da representação já não é compatível com a análise das palavras, das classes e das riquezas. Nos domínios empíricos onde, anteriormente, a representação buscava determinar o modo de ser da linguagem, dos indivíduos, da natureza e da necessidade, surge um desejo de liberdade, um desejo de romper com os limites da representação. Para Prado (2019), não se trata aqui de um desejo caprichoso, nem da “vontade soberana de um indivíduo”, mas sim de uma liberdade adquirida pelos sujeitos em suas experiências coletivas de linguagem.

Aqui importa compreender que a linguagem não é mais instrumento; não é mais expressão de outro elemento ao qual ela, assim, se submete; não se sustenta sobre nenhum amparo. Ela possui um vínculo direto com a história e, no entanto, não é possível dizer se a história que da linguagem depende ou o inverso, porque ambas estão, na verdade, mutuamente comprometidas (PRADO, 2014, p. 57).

Essa ruptura com a representação, ocorrida a partir do século XIX, possibilitará um entendimento da História não mais como uma sucessão cronológica de formas fixas por meio de analogias, como no período clássico. A História do século XIX procura aproximar, por meio de analogias, organizações distintas numa série temporal. Deixa de ser entendida como uma sucessão de fatos para ser encarada como “o modo de ser fundamental da empiricidade” (FOUCAULT, 1966, p. 287).

Enfim, na análise de Foucault (1966), a transformação das formas de pensamento vigentes no século XVII, que culminaram nas transformações inauguradas no século XIX, são resultado de alguns grandes acontecimentos. Cita como exemplos a formação de várias ciências positivas, o aparecimento da literatura, um movimento de recuada da Filosofia enquanto ciência que buscava uma interpretação universal do mundo e, por fim, a emergência da História enquanto saber e enquanto modo de ser da empiricidade.

No campo da linguagem, essas transformações ocorreram de forma mais discreta e lenta que em outros campos. No entanto, se no Renascimento a linguagem deixou de ter uma existência própria, no Período Moderno, ela ressurgiu dispersa, fragmentada em muitas experiências. E isso ocorre graças à emergência desse novo conceito de História enquanto saber e modo de ser da empiricidade. Enfim,

[...] ao esclarecer que os homens “se submetem às exigências” da linguagem, que eles “não são senhores” de suas palavras e soberanos de seus pensamentos, fica claro não só um corte perante o modelo clássico, como se esclarece também que implicar a linguagem, no lugar do conhecimento, à liberdade não significa mantê-la em um paradigma da autonomia do sujeito. A liberdade consiste em tornar aquilo que é fatal – a contingência – naquilo que pode ser motor de uma vida, quando se toma de sua história, de sua origem, sentidos e propósitos (PRADO, 2014, p.57-58).

Conforme Socio (2016), em “As palavras e as coisas”, Foucault contribuiu para o entendimento da raiz do pensamento moderno que encontra na linguagem não apenas uma representação do mundo percebido, mas, para além disso, a compreensão da linguagem como a extensão dos modos de funcionamento da mente humana e de seus sujeitos.

Tendo como referência essa maneira de compreender o papel e a importância da linguagem, reafirmamos a convicção de que, embora a indústria da informação supostamente almeje o domínio dos interesses e das preferências, as pessoas ainda encontram formas para ressignificação das intenções primeiras depositadas na criação dos produtos digitais por estas indústrias, permitindo que algumas pessoas Surdas consigam participar da evolução dos processos de comunicação nos meios digitais, ainda que de maneira precária.

Entretanto, o entendimento de todo esse processo requer, além da compreensão de como a linguagem atua na formação dos sujeitos, uma análise cuidadosa de como as experiências de linguagem atuam nos processos de comunicação, de como o processo de apropriação de uma língua contribui para o estabelecimento de relações de comunicação, como tudo isso pode influenciar na apropriação da linguagem digital e, por fim, de como as pessoas Surdas conseguem ainda encontrar formas de inserção nos ambientes digitais.

## 2.2 Comunicação e linguagem

Pensar a linguagem para além da forma como ela pode ser percebida imediatamente aos nossos sentidos, tal como Foucault (1966) nos apresenta, representa um importante recurso para compreender o objeto deste estudo, visto que a compreensão dos processos de inclusão digital das pessoas Surdas também perpassa a compreensão dos processos de comunicação e de aquisição/formação da linguagem.

Segundo Telles (2009), a comunicação é uma prática que se constrói de maneira muito particular e a partir de experiências variadas. Para o autor, comunicar significa basicamente: “interagir, estabelecer um contato que tem por objetivo transmitir informações, buscar entendimento e compreensão” (TELLES, 2009, p. 150). O autor recorre à teoria tradicional da comunicação para elencar os sete elementos por meio dos quais a comunicação se processa. São eles:

- 1º) a **fonte** ou origem da mensagem;
- 2º) o **emissor**, que é o responsável pela transmissão da informação veiculada pela fonte;
- 3º) a **mensagem**, que é a informação a ser transmitida a qual será veiculada por um sistema de códigos manipulados pelo emissor;
- 4º) o **receptor**, que é o elemento a que se destina a mensagem;
- 5º) o **canal de comunicação** ou campo de circulação da mensagem, responsável pelo deslocamento espaço/tempo da mensagem;
- 6º) o **código** ou sistema de signos, aquilo que veicula a mensagem e que é trabalhado pelo emissor e que pode ser verbal (quando se utiliza da palavra falada ou escrita) ou não verbal (constituído por diversos meios e técnicas); e
- 7º) o **referente**, ou o elemento ao qual a mensagem se refere e que pode corresponder a objetos materiais ou a aspectos abstratos (TELLES, 2009, p. 151).

Ainda de acordo com Telles (2009, p.151),

[...] a recepção da mensagem não significa, necessariamente, a sua compreensão. Pode haver falhas de comunicação em qualquer um dos níveis acima mencionados, por exemplo, a mensagem pode ser recebida, mas não compreendida, quando o emissor e o receptor não possuem signos em comum; ou quando a comunicação é restrita, pois poucos são os signos em comum. A comunicação pode ser eficiente quando há uma completa compreensão dos signos emitidos, contudo, não basta que o código seja comum para que se realize uma comunicação satisfatória. Outras variáveis que incidam sobre os outros elementos da comunicação podem atrapalhar o seu sucesso.

Para o autor acima, a compreensão dos processos de comunicação depende da compreensão de alguns conceitos considerados elementares, como os conceitos de linguagem e de língua. No item anterior, pudemos compreender, à luz das ideias de Foucault, como operam os processos de linguagem na constituição dos sujeitos. Entretanto, ainda não foi possível naquele momento estabelecer um conceito de linguagem que pudesse iluminar os questionamentos levantados por este estudo, mas apenas alguns subsídios que pudessem indicar como os sujeitos poderiam encontrar espaço para uma atuação mais ativa nos processos de construção e utilização da linguagem. Em Telles (2009), encontramos uma possibilidade de conceituação que coaduna com todo o referencial até aqui explorado. Dentro desta perspectiva, a linguagem pode ser definida como,

[...] um código, [...] um conjunto de regras para um sistema de signos que permite a construção e a compreensão de mensagens. [...]. Trata-se, portanto, segundo o linguista Émile Benveniste (cf. VANOYE, 2007), de um sistema de signos socializado. Isso significa dizer que a linguagem se constitui como um conjunto de signos que se determinam em suas inter-relações, ou seja, um conjunto no qual os seus termos integrantes não significam nada por eles próprios, mas todos significam em função dos outros. Nesse caso, portanto, o sentido de um termo na linguagem é constituído em função do contexto em que ele ocorre (TELLES, 2009, p. 152).

Este mesmo autor traz, também, um conceito de língua, como

[...] casos particulares de um fenômeno geral que é a linguagem e constituem-se como o objeto primordial do interesse de um campo de estudos que se denomina de linguística geral, a qual trabalha, grosso modo, no sentido de descrever e investigar tanto as características comuns quanto as variáveis das diferentes línguas (TELLES, 2009, p. 152).

Conforme o autor, o sistema de signos é resultado da relação de três termos: o significante, o significado e o referente. O significante é o elemento material do signo, perceptível sensorialmente, podendo ser sonoro ou escrito. Já o significado representa a ideia geral do que esse dado material pode significar, constituindo, portanto, o elemento conceitual e não perceptível. E, por fim, o referente é o objeto real ao qual o signo se remete. O processo de construção de significados se dá, portanto, por meio de um processo simbólico em que se estabelece uma espécie de acordo (implícito ou explícito) entre o significante e o significado pelos usuários de uma mesma língua. É a significação resultante desse acordo que garante a ligação entre o significante, o significado e o referente.

Outra questão levantada por Telles (2009) diz respeito às funções da linguagem. De acordo com o autor, dos elementos do processo de comunicação derivam as funções de linguagem, que podem ser classificadas como:

- a) **Função expressiva**- exprime a atitude do emissor em relação ao conteúdo da mensagem, seus juízos, sentimentos, posicionamento e opiniões;
- b) **Função conotativa** - centrada na figura do destinatário, busca a construção da imagem do leitor, geralmente com intuito argumentativo/persuasivo;
- c) **Função referencial** - quando se pretende um texto informacional, mais objetivo e menos marcado por juízos;
- d) **Função fática** - busca manter ou testar o contato com o destinatário da mensagem;
- e) **Função metalinguística** - é utilizada para explicar a própria mensagem; e,
- f) **Função poética** - revela o caráter de jogo da linguagem, voltando aos signos que a constituem.

Após o levantamento desses conceitos básicos a respeito da teoria da comunicação, Telles (2009) procura demonstrar as implicações da sistematização desses conceitos na construção de estratégias argumentativas. Embora a intencionalidade do autor quanto ao direcionamento do texto consultado esteja um tanto quanto distanciada dos objetivos desta pesquisa, uma vez que se trata de uma construção textual que busca demonstrar de forma sistematizada algumas formas de planejamento do processo comunicacional, tal texto traz elementos importantes para as reflexões levantadas neste estudo, sobretudo no que se refere à revisão das concepções de linguagem.

Para Telles (2009), a língua precisa ser pensada como algo que é construído e reconstruído num processo de interação, em que a linguagem é responsável por tornar possível a constituição dos pensamentos, não podendo ser considerada como mera transmissora ou representante destes. Também não pode ser considerada do ponto de vista da neutralidade, como se fosse apenas um código manipulável. Embora contenha certa noção de código, esta não é suficiente para definir a linguagem. Nesse sentido, comunicação não pode ser entendida apenas como um mero processo que se utiliza da linguagem.

Ainda de acordo com Telles (2009), embora os processos de comunicação existam na esfera da linguagem e operem em função da linguagem, eles devem ser entendidos enquanto interação humana, superando a visão que os limita a um processo de transmissão de informações de um emissor a um receptor. É preciso considerar que, por meio dessa interação com o outro, os sujeitos se constituem na linguagem, fazendo com que a linguagem extrapole o entendimento de comunicação como simples processo de transmissão de mensagens.

Nesse contexto, a linguagem deve ser vista como um trabalho simbólico que institui e promove a mediação das relações sociais, pois suporta também aquilo que não é dito, aquilo que é sugerido, bem como os valores éticos e morais que lhe são externos. Tal concepção abre precedentes para discussões sobre as relações entre linguagem, poder e heterogeneidade linguística.

Por isso, no nosso entendimento, ao revisitar os princípios básicos da teoria tradicional da comunicação, bem como os conceitos de língua e linguagem, é necessário que se tenha certo cuidado para não se deixar conduzir a um entendimento errôneo, de que os processos de comunicação, quando analisados dentro de uma situação concreta, mostrem-se como óbvios e aparentemente articulados mecanicamente de forma que cada um dos seus sete elementos, tais como descritos por Telles (2009), sempre conduzirão a um efeito comum para os interlocutores de uma situação social numa experiência de linguagem.

Nem sempre a articulação entre esses elementos ocorre da maneira esperada pelos sujeitos participantes de uma situação concreta de uso da linguagem e de tentativa de comunicação. Pode ocorrer, por exemplo, uma falha em algum momento do processo de comunicação, de forma que ocorram desvios de intencionalidade entre a mensagem que se deseja transmitir e a mensagem que é recebida pelos interlocutores. Quando tal situação ocorre entre sujeitos que compartilham a mesma cultura e a mesma língua, podemos dizer que houve uma comunicação falha, mas, ainda assim, houve comunicação. Nesta situação, os desvios são mais fáceis de serem percebidos e reparados.

Porém, quando tais desvios ocorrem entre sujeitos que não compartilham da mesma língua, a situação se torna mais complexa. No caso das pessoas Surdas, o problema é ainda mais grave, pois se trata de um grupo de pessoas convivendo em meio a uma multidão de pessoas ouvintes e usuárias de uma determinada língua, num mundo onde tudo está relacionado aos códigos estabelecidos por essa língua, onde toda a produção cultural, intelectual, artística e material está voltada para a cultura ouvinte. Nessa situação, a Língua Brasileira de Sinais – Libras poderia significar um elemento de amenização das dificuldades, um instrumento facilitador dos processos de comunicação e, conseqüentemente, de integração social.

Acreditamos que no ambiente virtual os desvios nos processos de comunicação também ocorrem. Entretanto, em função de algumas características específicas dos ambientes virtuais (como a utilização de recursos de imagens, vídeos, aplicativos autoexplicativos, janela com descrição em Libras para alguns conteúdos etc.), tais desvios podem aparecer de forma mais velada, contribuindo para uma compreensão parcial, e até mesmo errônea, dos

conteúdos acessados. A explicação para essas divergências de compreensões pode ser encontrada na busca do entendimento de como as pessoas Surdas estabelecem contato com o conhecimento da língua ao longo de suas vivências, desde o nascimento até o início da vida acadêmica.

### **2.3 As relações entre comunicação, as condições socioeducacionais e o aprendizado da língua: a realidade das pessoas Surdas**

Conforme Razuck (2011), as línguas de sinais ou gestuais possuem como característica principal a utilização do espaço visual, diferentemente das línguas orais, que fazem uso de recursos orais-auditivos, possibilitando sua percepção sensorial no campo visual. Graças a esta característica, essas línguas são perfeitamente acessíveis às pessoas que possuem dificuldades auditivas, como as pessoas Surdas, uma vez que, reiterando as afirmações anteriores, possuem a capacidade de permitir e potencializar os processos de comunicação entre essas pessoas nos espaços sociais nos quais estão inseridas.

Em nossa avaliação, seja na família, na escola, no trabalho ou em qualquer outro meio social, a linguagem de sinais adquire um imenso valor na medida em que possibilita a quebra de barreiras comunicacionais, retirando do isolamento social as pessoas que, por algum motivo, não conseguem perceber o mundo por meio de estímulos auditivos. E esse isolamento não se restringe à convivência social. Uma vez privada de perceber os sons, a pessoa Surda também deixa de ter acesso a toda uma gama de conhecimentos que, mediados pela linguagem adequada, possibilitaria melhores processos de formação humana, profissional e social.

Dentro deste contexto, Razuck (2011), com base em sua convivência com alunos Surdos no espaço escolar, questiona o processo de alfabetização em Libras sofrido por esses alunos. Segundo a autora, o escasso conhecimento de Libras dificulta o pleno desempenho de todas as funções que a língua deve possibilitar, atuando, pois, como um impedimento comunicativo que afeta inclusive a estruturação do pensamento.

Essa realidade se torna mais agravante, pois não atinge apenas o espaço escolar. Aliás, é anterior à inserção das crianças surdas no processo de escolarização. De acordo com Razuck, 95% das crianças surdas são filhas de pais ouvintes. Ao analisar a literatura científica a respeito dos processos de desenvolvimento das crianças surdas, a autora conclui que, em situação de privação apenas do sentido da audição, a criança surda possui as mesmas potencialidades de desenvolvimento que as demais crianças. Assim como as crianças

ouvintes, nos primeiros anos de vida elas também apresentam os estágios de balbucio. Apesar disso, como não conseguem ouvir respostas aos estímulos sonoros, tendem a silenciar. Daí, tem início a uma espécie de bloqueio do desenvolvimento da linguagem verbal, que pode significar o isolamento do indivíduo, comprometendo todo seu processo de desenvolvimento.

Com base nessa constatação, Razuck (2011, p.70), afirma que,

[...] aos surdos é necessária a aquisição de meios de comunicação alternativos que os possibilitem desenvolver linguisticamente para que assim possam ter maiores possibilidades de comunicações e interações sociais, o que impulsionará seu desenvolvimento.

Diante disso, acreditamos que o grande problema é que, pelo fato de a maioria das crianças surdas estar inserida numa família ouvinte, nem sempre preparada para lidar com as especificidades destas crianças e, na maior parte das vezes, que não domina língua de sinais, ocorre a utilização de “meios alternativos de comunicação”.E tal fato não colabora para a formação dos conhecimentos prévios necessários ao bom desenvolvimento no espaço escolar. As situações cotidianas nas quais a criança surda se encontra envolvida não lhe permitem uma compreensão plena da realidade que a cerca e das trocas simbólicas imbricadas nessas relações devido a um processo de comunicação que é falho.

Apesar disso, é no espaço escolar que os processos de exclusão em função das dificuldades de comunicação se intensificam. Uma criança ouvinte, quando vai à escola, já chega àquele espaço com toda uma bagagem linguística e de vocabulário. Tendo como referência essa bagagem, a escola irá desenvolver todo um trabalho pedagógico necessário à aquisição de novos conhecimentos. No caso das crianças surdas filhas de pais ouvintes, a aquisição da linguagem adequada às suas especificidades só ocorre na escola, portanto, tardiamente, o que compromete seu desenvolvimento cognitivo, que, segundo Razuck (2011), resulta do desenvolvimento da função de estruturação do pensamento verbal. Essa estruturação, por sua vez, faz-se por meio do entrelaçamento entre o pensamento e a linguagem. E cabe acrescentar, aqui, que tal entrelaçamento só é possível graças a um processo de comunicação eficaz.

De acordo com Razuck (2011, p. 75),

[...] a linguagem permite não apenas a comunicação, mas é o principal instrumento do pensamento. A criança precisa ter acesso a uma língua (independente da modalidade), para assim desenvolver o pensamento verbal, o que lhe confere condições para adentrar nos construtos culturais. Desse modo é necessária, desde os primeiros anos de vida, a aquisição de um

sistema simbólico específico que possibilite seu desenvolvimento cognitivo. Então, a criança surda deve ter acesso a língua de sinais (Libras, em nosso país) como sua primeira língua de forma a permitir sua comunicação e, principalmente, sua inserção nas relações sógnicas que são fundamentais para o seu desenvolvimento sociocultural e cognitivo.

Segundo os estudos de Razuck, da mesma forma que é importante para a criança surda ter acesso à língua de sinais como primeira língua, também se faz necessário o domínio da língua local como segunda língua, pelo menos em sua modalidade escrita, de forma que os processos de educação das pessoas Surdas se desenvolvam numa perspectiva bilíngue, a fim de viabilizar a ampliação de suas possibilidades comunicativas, facilitando o acesso aos conhecimentos culturais que os permita interpretar o mundo mediado principalmente pela visão.

Ainda sobre o processo de educação das pessoas Surdas, Razuck (2011) afirma que, como elas não adquirem a língua portuguesa espontaneamente como as ouvintes, sua língua natural é a Libras. Entretanto, apesar de comungar com a ideias da autora, de que a Libras deveria ser a língua natural das pessoas Surdas, encontramos uma incoerência em sua fala, pois, ao fazer esta afirmação, ela ignora sua constatação de que grande parte das pessoas Surdas não domina esta língua. Situação que é agravada por outro dado também levantado por Razuck, o qual demonstra que os alunos surdos têm acesso ao aprendizado de Libras por meio de professores que não possuem um conhecimento fluente desta língua. Colabora, ainda, para o agravamento da situação a falta de convívio com usuários fluentes em Libras.

Assim, as principais consequências desse estado de coisas se resumem à restrição da aquisição do vocabulário em Libras pelas pessoas Surdas, seguido do domínio de uma pequena gama de signos–colocados por Vygotsky como elemento essencial para o processo de formação de conceitos, dificultando, então, o desenvolvimento do pensamento conceitual e, conseqüentemente, da capacidade de abstração.

Nesse sentido, Razuck (2011, p. 95-96), apresenta que,

[...] sendo assim, consideramos que a aquisição tardia da linguagem traz implicações para o desenvolvimento cognitivo do sujeito não apenas devido às dificuldades comunicativas implicadas, mas principalmente, devido à função de estruturação do pensamento (pensamento verbal) que é possível a partir do entrelaçamento de pensamento e linguagem e que é dependente da mediação sógnica exercida pela língua.

Se., por um lado, o acesso à Libras pelas pessoas Surdas acontece tardiamente e de maneira precária (assim como o acesso à Língua Portuguesa), por outro lado, os

conhecimentos culturais e aqueles transmitidos nos espaços escolares são registrados por meio da modalidade escrita da língua predominante em um meio social, que, no caso do Brasil, é a Língua Portuguesa. Nesse sentido, os estudos de Razuck apontam para a necessidade de se promover tanto o pleno aprendizado da Libras, quanto o aprendizado da Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, para que os sujeitos Surdos possam de fato participar plenamente dos processos culturais no meio em que convivem.

Diante dessas constatações, a autora citada deduz (e comungamos dessa avaliação) que o maior problema das pessoas Surdas não está, necessariamente, ligado à sua condição orgânica de privação da audição. Para além disso, o seu principal problema é de cunho social; diante das poucas oportunidades de interação social e de relações estimuladoras, veem-se prejudicadas em seus processos de desenvolvimento. Suas dificuldades, portanto, não são de ordem cognitiva, mas social. Apesar disso, seu desenvolvimento cognitivo acaba comprometido, visto que as dificuldades de comunicação que encontram desde o nascimento dificultam as interações com os outros, comprometendo a qualidade das trocas com o meio e, conseqüentemente, as suas oportunidades de desenvolvimento.

Apesar de todas essas dificuldades, o ambiente escolar para essas pessoas assume um importante papel na medida em que representa uma das poucas oportunidades de desenvolvimento das capacidades cognitivas, ainda que de maneira precária. Apoiando-se nas ideias de Schroedes (2007), Razuck (2011) aponta a escola como o lugar próprio onde ocorre o processo de formação de conceitos científicos por meio de interações com o outro e, também, de transformação das funções mentais superiores, de estruturação de ideias abstratas e liberação da necessidade do concreto.

Relacionando essas ideias às anteriormente apontadas, de que os conhecimentos culturais e aqueles transmitidos nos espaços escolares são registrados por meio da modalidade escrita da língua, predominante em um meio social, é possível perceber a relação entre a necessidade de uma abordagem bilíngue para a apropriação e formação de conceitos científicos. Segundo Razuck (2011, p. 105), “a falta de uma língua que estruture o pensamento é um obstáculo ao processo de hierarquização e generalização dos conceitos”. Somando a isso o fato de que o vocabulário utilizado pelas Pessoas Surdas se encontra, nestes casos, mais focado em um vocabulário concreto, ocorre que as dificuldades de domínio de temas abstratos se tornam ainda maiores.

Todas essas questões colaboram para dificultar um adequado desenvolvimento cultural, cognitivo, social e intelectual das pessoas Surdas. Esses acontecimentos nos levam a crer que o meio escolar (o qual deveria ser um lugar de desmistificação de ideias inadequadas

a respeito da condição de surdez e, também, de promoção de condições para o pleno desenvolvimento dessas pessoas) acaba por não conseguir sequer desenvolver relações sociais dignas e capazes de esclarecer os diversos sujeitos atuantes neste espaço sobre a necessidade de uma educação voltada para o reconhecimento e a valorização das diferenças.

Sobre a inserção das pessoas Surdas no ensino fundamental, Lacerda (2006, p.181) chamou atenção para o fato de que

[...] o aluno surdo, apesar de presente (fisicamente), não é considerado em muitos aspectos e se cria uma falsa imagem de que a inclusão é um sucesso. As reflexões apontam que a inclusão no ensino fundamental é muito restritiva para o aluno surdo, oferecendo oportunidades reduzidas de desenvolvimento de uma série de aspectos fundamentais (linguísticos, sociais, afetivos, de identidade, entre outros) que se desenvolvem apoiados nas interações que se dão por meio da linguagem. A não partilha de uma língua comum impede a participação em eventos discursivos que são fundamentais para a constituição plena dos sujeitos.

Ao estudar as relações sociais desenvolvidas na escola, por meio de um estudo de caso em que se buscou avaliar a situação de crianças surdas na Educação Fundamental e no Ensino Médio em duas escolas públicas de Brasília, Razuck (2011, p.234) chegou às seguintes constatações:

- Um número maior de profissionais no atendimento ao surdo não garante qualidade de atuação docente e maior possibilidade de aprendizagem;
- Os professores regentes ainda não se percebem como responsáveis pelo ensino aos surdos e não assumem tal função;
- Há um distanciamento entre professor regente e o sujeito surdo, pois se acredita que quem está na atuação com esse aluno é o intérprete;
- A atuação do intérprete por sua vez também não favorece o amplo acesso dos surdos ao conhecimento, já que os alunos recebem apenas as interpretações referentes aos conteúdos escolares de forma resumida e simplista. Todos os demais aspectos comunicativos não diretamente ligados aos conteúdos escolares não são interpretados, não favorecendo o estreitamento das relações;
- As relações estabelecidas entre os profissionais e os surdos estão apoiadas na crença de dificuldades naturais destes e, por isso, tendem a ser protecionistas. Oferecer menos, exigir menos, simplificar, superficializar, dar ponto, ações que foram observadas nas relações estabelecidas, refletem a crença de que os surdos não são plenos em possibilidades de aprendizagem.

Essas constatações, embora tenham sido formuladas com base na realidade de duas escolas específicas do Distrito Federal, podem ser percebidas também em outras instituições de ensino regular, o que pode conduzir ao entendimento de que os sistemas de ensino não

estão preparados para propiciar relações sociais que favoreçam a interação e o pleno desenvolvimento dos estudantes Surdos.

Tais relações sociais, de natureza conflituosa, ao mesmo tempo que decorrem de dificuldades de comunicação e de compreensão da condição do Sujeito Surdo no mundo, também podem impactar na formação e na aquisição de recursos linguísticos nas pessoas Surdas. É nesse sentido que Razuck (2011) apresenta os fatores linguísticos como os mais problemáticos quando se trata de avaliar a situação das pessoas Surdas. Tais fatores permeiam todo o processo de aprendizagem e apresentam profundas lacunas no caso das Pessoas Surdas, o que faz com que as implicações dessa situação nas condições de aprendizagem destas sejam mais profundas.

Quanto às condições de acesso a uma língua de sinais entre a população estudada por Razuck (2011, p. 240-241), a autora pôde evidenciar que

- [...] A aprendizagem de Libras ainda não é estimulada nas famílias ouvintes, parecendo que não se percebe que esta é fundamental para o desenvolvimento do sujeito surdo, o que implica em bases lacunares na aprendizagem escolar;
- Quando o sujeito surdo vive com uma família surda fluente em Libras, a aprendizagem de Língua Portuguesa e dos demais conteúdos escolares mostrou-se mais satisfatória;
- O conhecimento de Libras favorece a aprendizagem de outras línguas, como a Língua Portuguesa, fundamental para a aprendizagem do aluno. Assim, o acesso à Libras em tenra idade amplia as possibilidades de aprendizagem do aluno surdo;
- O conhecimento de Libras dos alunos surdos e intérpretes participantes não são satisfatórios. Ainda há carência de muitos sinais específicos à área de Ciências, o que dificulta a comunicação e compromete as possibilidades de aprendizagem;
- A simplificação do vocabulário para o aluno surdo é evidente, contribuindo para que o processo de aquisição da língua permaneça em nível insuficiente.

Todas essas dificuldades aliadas ao fato de que professores e intérpretes não possuíam pleno domínio da língua de sinais e de que os professores não se sentiam responsáveis pelo ensino dos Surdos conduziram-lhe à interpretação de que as dificuldades de comunicação dessas pessoas não estão sendo supridas pela escola. Ademais, também, não está sendo suprida a consolidação da aprendizagem de conceitos, os quais são trabalhados apenas de forma superficial devido às dificuldades de comunicação.

O serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE), o qual conta com salas multifuncionais com recursos necessários ao processo de escolarização das pessoas surdas e com a presença de profissionais especializados, poderia configurar como importante agente

facilitador de acesso ao conhecimento por parte das pessoas Surdas. Entretanto, nas escolas estudadas pela autora, os conceitos científicos não eram diretamente trabalhados nem explicados nestas salas; eram apenas mencionados em algumas atividades, perpetuando uma situação de aprendizagem superficial desses conceitos, baseada na utilização de processos de memorização, e não de compreensão.

O estudo de caso em questão é importante, pois auxilia na compreensão dos processos de escolarização e de inserção das Pessoas Surdas na educação formal. Por meio dele, é possível ter uma noção da dimensão dos problemas enfrentados por este grupo de pessoas na luta para exercerem o acesso ao direito à educação, das dificuldades enfrentadas no processo de alfabetização e de aquisição de conhecimento científico, bem como ao acesso ao “mundo digital”. Como demonstrou Razuck (2011), são imensas as barreiras que as pessoas Surdas enfrentam durante sua formação acadêmica. Ainda, ao longo da vida, são colossais, também, as barreiras que dificultam os seus processos de socialização. O foco dessas barreiras nos parece convergir para uma questão elementar: o acesso a uma linguagem que possibilite uma melhor interação com os outros.

Segundo Moura (2016, p. 78), para além de garantir o direito à matrícula do estudante Surdo na escola, é necessário também lhe garantir o direito de aprender e permanecer nesse espaço. Ainda, o direito real de ter acesso ao conhecimento produzido pela humanidade e condições que, de fato, possibilitem seu desenvolvimento linguístico, cognitivo e emocional, propiciando a oportunidade de alcançar maior grau de escolaridade.

A inclusão digital das pessoas Surdas, aparentemente, poderia colaborar com a diminuição dessas barreiras. Entretanto, assim como o processo de alfabetização e escolarização, o acesso e utilização plenos dos recursos digitais também é assunto complexo, uma vez que envolve o domínio e a utilização de diversas linguagens, já presentes no cotidiano das pessoas e imbricadas nos diversos âmbitos da vida moderna.

## **2.4 Linguagem e Letramento Digital**

Conforme Buzato (2007), na linguagem utilizada pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), é possível perceber uma espécie de plurilinguismo, análogo ao existente na análise da linguagem natural, tal como estudada por Bakhtin (1988). Em função disso, e da busca de uma forma heterogênea de se pensarem os pressupostos de inclusão, Buzato (2007) recorre à concepção de linguagem elaborada por Bakhtin, para quem a língua é compreendida mais como um fenômeno social de interação realizado por meio da enunciação, do que um

mero sistema abstrato de formas, assimilado de maneira impositiva pelos sujeitos. Nessa perspectiva, assim como a linguagem natural, a linguagem digital também possui um sistema abstrato de formas e regras que se relacionam internamente de maneira coerente, dotada de uma rede de signos que atinge diversas consciências – do usuário, do designer, do programador, do processador, do programa de navegação, do servidor de rede etc. – de maneira também diversa.

Buzato (2007) alerta para o risco de se pensar a linguagem digital em termos de rupturas, sejam estas entre o digital e o impresso, entre a linguagem natural e as linguagens artificiais, entre a imagem e o verbal, entre o técnico e cultural etc. Para além de rupturas, o autor acredita que a linguagem digital constitui, de fato, um processo de convergências e hibridização. Cita como exemplo o desenvolvimento histórico das formas de interação humano-computador que, nos momentos incipientes, desenvolveu-se de uma maneira em que a sintaxe e o léxico do inglês (sendo expressos matematicamente) foram refuncionalizados e hibridizados com a lógica da representação elétrica do processador para, em seguida, gerar linguagens de programação que já não eram nem código binário nem língua natural, mas formas híbridas com as quais humanos e computadores conseguiam lidar de forma mais facilitada. Tal tecnologia permanece nos dias atuais. No entanto, no momento presente, ocorre, também, um movimento em sentido contrário, visto que elementos típicos dessas linguagens artificiais têm penetrado os usos quotidianos da escrita em linguagem natural, interferindo nas práticas culturais de leitura e escrita contemporâneas.

Quanto ao hibridismo presente na linguagem digital, Buzato (2007) cita três abordagens da questão, para a qual existem autores que pensam o hibridismo:

a) Apenas do ponto de vista linguístico - procurando identificar misturas entre línguas naturais e gêneros verbais da textualidade digital;

b) Outros, pensam apenas na característica multimodal dos discursos digitais, ou seja, nas diversas formas – verbais, visuais, musicais, sonoras etc. – que podem contribuir para a composição da textualidade digitais;

c) Outros, por fim, pensam na relação entre a linguagem natural, ou nos sistemas semióticos naturais/culturais (escrita, imagem etc.), e as linguagens artificiais/técnicas que permitem a apresentação e o funcionamento dos textos no meio digital.

Assim, para ele, essas três concepções de hibridismo descrevem bem o que tem pautado as pesquisas sobre linguagem digital, as quais acabam por privilegiar:

a) Ora a noção de hibridismo como fusão, ruptura, interpenetração, onde a linguagem digital é vista em combinação com outras formas culturais, permitindo a conservação das “essências” originais de ambas;

b) Ora como força criativa capaz de derrubar formações culturais hegemônicas.

São estudos importantes, já que contribuem para a compreensão de como o hibridismo atua na cultura e nas formações sociais. Diante dessa importância é que o autor se propõe a pensar o hibridismo na perspectiva de Bakhtin, o qual elenca dois modos de hibridismo: um natural/inconsciente e outro intencional/consciente. O primeiro seria inerente a todas as línguas e condição necessária para a sua sobrevivência ao longo do tempo. O segundo seria resultado da justaposição dialógica de duas linguagens ou duas consciências, separadas por épocas ou realidades sociais distintas, num mesmo enunciado.

Conforme Buzato (2007, p. 92), a investigação do hibridismo na linguagem digital pressupõe:

[...] considerar esses seus dois modos de atuação, ou dois tipos de híbridos. Mas, em vista da sua especificidade, isto é, do fato de que nessa linguagem participam elementos verbais e não verbais, assim como linguagens naturais e artificiais, todos eles, em última instância, traduzíveis para uma forma de representação numérica (ou elétrica), há que se estender esses dois modos do hibridismo para além do verbal-literário.

Entretanto, a compreensão do hibridismo na linguagem digital, nessa perspectiva que ultrapassa o campo do verbal literário, requer a consideração de dois pressupostos,

[...] primeiro, por uma concepção de linguagem que, (1) embora não ignore os aspectos nucleares do(s) sistema(s), esteja centrada nos seus usos, e (2) reconheça na heterogeneidade da linguagem o seu traço mais essencial e na materialidade objetiva do signo a fonte radical dessa heterogeneidade. Segundo que se tente transportar essa concepção de linguagem (e não apenas de língua) para além das fronteiras do verbal, situando a análise num nível de abstração capaz de abarcar todos os sistemas semióticos presentes nos discursos digitais, inclusive as linguagens "artificiais", até onde for possível (BUZATO, 2007, p. 92).

Para compreensão do primeiro pressuposto, o autor encontra amparo nas análises de Bakhtin (1988, 2003). Já para a compreensão do segundo pressuposto, apoia-se na teoria da multimodalidade de Lemke (1995, 1998, 2002), o qual procura entender o hibridismo digital do ponto de vista sistêmico. De acordo com esse ponto de vista, na articulação entre o verbal e

o não verbal, os diferentes sistemas semióticos<sup>6</sup> que participam de uma enunciação digital são regidos por uma gramática única, no sentido de que existe uma lógica geral que rege todos os sistemas de signos, o que pode ser percebido na possibilidade de tradução de uma língua para outra.

Essa gramática única é, também, uma gramática da multimodalidade, visto que considera que o significado resultante das construções multimodais é fruto da contribuição, isolada ou combinada, com outros sistemas, dos diversos sistemas participantes na construção desses significados durante a produção de textos/enunciados. Tais sistemas se manifestam de forma simultânea e de maneira diferente dependendo do contexto em que se encontram, contribuindo para a construção de significados de três tipos:

a) **Significados aparentes**—que nos apresentam um estado de coisas através de processos, circunstâncias e coisas;

b) **Significados performativos**—que indicam o tipo de relação estabelecida entre os interlocutores e seus posicionamentos ideacionais em relação ao significado aparente da mensagem; e;

c) **Significados organizacionais**—que dizem respeito à organização relacional de unidades menores em unidades maiores no âmbito da mensagem.

Dessa forma, ainda segundo Buzato (2007), o entendimento dessa configuração na produção de significados permite deduzir que a junção de diversas linguagens na produção de um texto multimodal está sempre sujeita a mecanismos de coerção genérica ideológica, mas também pode estar sujeita a uma força desestabilizadora em função da mistura de linguagens, capaz de conduzir a mudanças nas concepções de mundo. Em outras palavras, existe uma espécie de força centrípeta e, também, de força centrífuga atuando nos processos de linguagem.

Enquanto as forças centrífugas se encarregam de tentar garantir a centralização verbo-ideológica na construção de sentidos, as forças centrípetas, por resultarem da encarnação da língua comum atuando no meio de um plurilinguismo real, contribuem para a promoção de processos de descentralização e desunificação. Ambas (forças centrípetas e centrífugas) caminham juntas de forma que podem conduzir ao entendimento de que duas linguagens podem, ao mesmo tempo, aclararem-se ou se criticarem mutuamente quando justapostas num mesmo enunciado.

---

<sup>6</sup> Considerando semiótica como o campo do saber destinado ao estudo da construção de significados, da semiose (relação que conecta um signo ao objeto a que se refere por meio de um intérprete); sistema semiótico é aquele “que produz, transmite e interpreta signos de diferentes tipos” (QUEIROZ, 2010, p. 8).

Enfim, na tentativa de estabelecer um diálogo entre as ideias de Bakhtin e Lemke para melhor compreender como opera a linguagem digital, Buzato (2007) descreve algumas aproximações e distanciamentos entre os autores para concluir que, embora ambos considerem a possibilidade de existência do “híbrido semântico”, Lemke não considera este conceito completamente. Para este último, a justaposição entre o verbal e o visual, apesar dos mecanismos genéricos de coerção e estabilização, expõe sempre a possibilidade do desmascaramento, visto que o verbal e o visual constituem sistemas diferenciados justapostos. Já para Bakhtin, trata-se de duas consciências (enunciados) diferentes que se servem de um mesmo sistema. Entretanto, esta possibilidade, no entendimento de Buzato, existe na linguagem digital graças à sua dimensão técnica, traduzida como

[...]um sistema lógico-elétrico-matemático que pode ser enunciado de múltiplas maneiras em múltiplos contextos, algo como um componente centrífugo da linguagem digital que, embora imbuído de propriedades formais unificadas, serve, por meio da enunciação, à expressão de diferentes intenções discursivas e diferentes consciências ou visões de mundo.[...] Dito de outra forma, quando se tomam os discursos digitais como um todo (e não apenas aquela parte deles que está visível imediatamente na tela), há que se levar em conta que o computador pode, e frequentemente o faz, representar palavras por meio de imagens e imagens por meio de segmentos textuais. Isto é consequência, ou manifestação, daquela propriedade da linguagem digital mencionada no início deste capítulo à qual Manovich (op. cit.) se refere como “representação numérica”. Porque todos os elementos que aparecem na tela estão sujeitos à linguagem interna do computador para existirem concretamente, verbal e visual podem constituir, do ponto de vista de um certo auditório, consciente dessa possibilidade, enunciados diferentes que utilizam um mesmo sistema lógico-elétrico-matemático, tal qual os híbridos intencionais de Bakhtin (BUZATO, 2007, p. 98).

Dessa forma, o autor conclui que nem sempre o hibridismo entre o visual e o verbal é capaz de conduzir às forças centrípetas/emancipatórias. Isso ocorre, pois a incomensurabilidade dos sistemas não é válida para todos os intérpretes. Assim, certas formas de hibridismo servem, inclusive, para estabelecer uma relação hierárquica entre o programador e o computador, visto que a representação numérica da linguagem é o que permite ao autor de um discurso digital gerenciar a linguagem do usuário, combinando diversas formas de linguagem.

Com base na afirmação acima, o autor ressalta a importância de uma abordagem holística da linguagem digital, que, fundamentada na noção de hibridismo, possa abarcar a compreensão do seu engajamento com as linguagens artificiais que compõem o seu plurilinguismo, a fim de alcançar a superação de uma possível dicotomia entre o técnico e o

cultural no entendimento da relação entre a linguagem digital e os processos de inclusão e exclusão que a envolvem. Isso porque, para Buzato (2007), toda visão de linguagem é uma visão de inclusão que se encontra atrelada a uma concepção de sociedade, e toda visão de alfabetização ou letramento é reflexo de uma concepção de linguagem e de sociedade.

Nessa vertente, o que se tem caracterizado por “alfabetização digital” pode variar de acordo com o contexto em que o termo é utilizado. Em alguns contextos, o termo se encontra limitado ao desenvolvimento de habilidades básicas para o uso de computadores, redes e serviços de internet; em outros, também se menciona a importância da formação das pessoas para o uso consciente das mídias em favor de seus interesses e da formação do senso de cidadania. Outros ainda ressaltam como importante a formação das pessoas para o uso dos recursos digitais nos campos produtivos da economia e da construção de conhecimentos.

Em face dessa diversidade e das limitações que se encerram na opção pelo termo “alfabetização”, Buzato (2007) defende a utilização do termo “letramento digital”, por acreditar que o uso do termo letramento refere-se a “[...] um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos” (KLEIMAN, 1995, p. 19), que melhor se adequa a uma concepção holística do fenômeno.

Para formular sua concepção de letramento digital, Buzato (2007) recorre a outras categorias de letramento, tais como: de tela/interface, letramento de máquina, letramento de mídia, letramento numérico, letramento visual, da informação e crítico. São categorias que não se limitam ao letramento digital, mas compõem a noção de multiletramentos desenvolvida por um grupo de pesquisadores conhecido como New London Group (1996) e que busca compreender o surgimento de uma multiplicidade de formas textuais nas sociedades contemporâneas como impressos, digitais etc. Entretanto, logo se percebe que a noção de multiletramentos não consegue abarcar uma visão holística do fenômeno, visto que, na sua percepção,

[...] a ideia de multiplicidade ou diversidade não dá necessariamente conta das contaminações e entrelaçamentos que caracterizam os letramentos digitais, tampouco enfatiza o fato, altamente relevante, de que esses letramentos estabelecem zonas de fronteira em que os “diferentes” do mundo (assim como seus letramentos) têm a possibilidade de se encontrar de forma muito mais frequente e intensa do que no caso dos letramentos ditos tradicionais (exceto, é claro, no caso daqueles letramentos que já existiam em zonas de fronteira no sentido geográfico) (BUZATO, 2007, p. 165-166).

Diante dessas constatações e da dificuldade de se pensar numa conceituação do termo letramento digital capaz de abarcar todas as especificidades que o fenômeno apresenta, o autor aponta para a necessidade de buscar uma conceituação que ultrapasse a noção do “multi”, para alcançar um estrato mais abrangente, traduzido na noção de “trans”, letramentos transculturais, transletramentos, conforme seus estudos apontam.

[...] um possível ponto de partida para esse caminho pode residir na atenção àquilo que Kostogriz (2005) chama de letramentos transculturais. Para o autor, tais letramentos são um fenômeno das zonas de contato, isto é, "espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação" (PRATT, 1999, p. 27). Em sentido mais concreto, podemos entender esses espaços como aqueles do colonialismo, do escravagismo, das diásporas, e migrações, mas, de forma mais abstrata, também como o espaço de contestação e entrelaçamento que surge quando transcendemos a nós mesmos (nosso Self, nossa consciência) em direção ao outro e vice-versa, não para nos fundirmos com ele em algum tipo de unidade, mas para nos situarmos numa totalidade aberta. Assim, porque são potencialmente voltados para o contato com o outro, mas também porque se entrelaçam e se contestam continuamente em zonas de contato como a Internet, podemos dizer que os letramentos digitais são, potencialmente, letramentos transculturais (BUZATO, 2007, p. 167-168).

Dessa forma, desenvolve uma conceituação para o termo letramento digital que visa superar a dicotomização entre os letramentos digitais e os letramentos tradicionais, ao mesmo tempo em que os especifica, pois oferece ao termo o tratamento de “[...] redes complexas de letramentos (práticas sociais) que se apoiam, se entrelaçam, se contestam e se modificam mútua e continuamente por meio, em virtude e/ou por influência das TIC” (BUZATO, 2007, p. 168).

Segundo Takaki (2008, p.142), a Internet e sua linguagem favorecem práticas de letramentos diferenciados por parte daquilo que chama de hiperleitor. Este último é entendido como resultante de um novo tipo de interlocução entre leitor e autor, a qual não se apresenta com a mesma precisão dos meios tradicionais, mas permitindo que o leitor possa se apresentar ao mesmo tempo como objeto e sujeito “operando nos interstícios on-line e off-line; no virtual e real; no global e local, no privado e público, no convencional e inovador, tanto quanto seu interlocutor-autor”.

Voltando ao conceito de letramento digital de Buzato, tal definição, ao mesmo tempo que não assume uma ideia de ruptura, também não reafirma uma visão de continuidade entre o digital e o tradicional, apontando para um processo contínuo de transformações, entrelaçamentos e hibridizações. Como exemplo dessa nova forma de encarar o fenômeno do

letramento digital, Buzato cita os sete argumentos levantados pelos estudos de Leander e Mckim (2003) a respeito de como o entrelaçamento entre o on-line e o off-line desconstrói a dicotomia real/virtual. De acordo com esses estudos:

- 1) Experiências “virtuais” nem sempre são vistas como excepcionais pelos que delas participam;
- 2) As pessoas constroem o significado de suas experiências no entrecruzamento de espaços on-line e off-line;
- 3) Práticas sociais mediadas pela internet modelam práticas de identificação realizadas off-line;
- 4) O uso das tecnologias on-line estende os relacionamentos off-line em lugar de substituí-los;
- 5) Lugares off-line são incorporados e reproduzidos em ambientes de socialização on-line;
- 6) Identidades nacionais são praticadas no ciberespaço e;
- 7) Espaços on-line são coconstruídos e interpolados dinamicamente.

Enfim, esses sete argumentos baseados em um levantamento de pesquisas sobre as temáticas demonstram o quanto a noção de hibridismo se encontra presente numa ideia holística de letramento digital, enquanto fenômenos inter e transculturais. De posse dessa construção teórica da ideia holística de letramento digital e avaliando a realidade brasileira, Buzato (2007) consegue perceber a existência de três concepções de inclusão digital estrategicamente utilizadas nos programas e discursos oficiais:

- a) Uma primeira, estende o uso ortodoxo da relação entre letramento e inclusão ao conceito de letramento digital, o que conduz a um entendimento do conceito relacionado à noção de ajustamento e conformação às estruturas socioeconômicas e às desigualdades vigentes, depositando o estigma da disfuncionalidade nos sujeitos (ou grupos) individuais iletrados digitalmente;
- b) Contrária a essa visão, uma segunda concepção se apropria de uma noção mais crítica ao apostar na ideia de inclusão digital como um processo de conscientização e emancipação dos sujeitos por meio da tecnologia;
- c) Já a terceira não acredita na inclusão digital como mecanismo de adequação às estruturas de poder nem como instrumento de conscientização e resistência, mas, acima de tudo, como um processo criativo, conflituoso e autogerido de apropriação e enunciação das TICs.

Reconhecer a existência dessas três concepções faz-se necessário, visto que são concepções que coexistem no país, muitas vezes habitando os mesmos espaços e atingindo os mesmos sujeitos por meio dos diversos projetos e programas sociais desenvolvidos nas periferias do país. Reconhecê-los auxilia na compreensão de que

[...] pesquisar, ensinar, promover ou criticar o que chamamos de letramentos digitais implica desvendar os “comos”, os fluxos e os modos de interação entre sujeitos e letramentos que configuram essas redes de práticas. Fazer inclusão digital, igualmente, implica não só promover esses fluxos, mas também ter o olhar atento e a mente aberta para enxergar as relações entre pessoas, signos, máquinas e letramentos que estão espalhados à nossa volta (BUZATO, 2007, p. 176).

Com base nesse arcabouço teórico, Buzato (2007, p. 177-178) elabora três pressupostos para realizar um estudo de caso da organização não governamental “Casa Brasil Água e Vida”. São eles:

**Pressuposto I:** A inclusão digital, em qualquer contexto, será marcada simultaneamente por apropriações e conflitos.

**Pressuposto II:** Os sujeitos envolvidos em um projeto de ID podem ser vistos como produtores e consumidores. Os produtores (os criadores, patrocinadores e administradores do projeto) criam uma estratégia de inclusão que pode ser traduzida na forma de um sistema disciplinar. Essa estratégia deverá levar a um tipo de inclusão que não favorece a transformação das relações de poder que, em última instância, levam à exclusão social. Os consumidores (pessoas da comunidade que são atendidas pelo projeto) defletem e subvertem a estratégia dos produtores por meio de usos e táticas. Esses usos e táticas podem constituir formas de inclusão não previstas e eventualmente não desejadas pelos produtores, mas que têm um potencial transformador. As posições de produtor e consumidor não são absolutas, mas relacionais. Um mesmo sujeito pode atuar como produtor e/ou consumidor em contextos diferentes, ou sob o ponto de vista de relações diferentes.

**Pressuposto III:** A inclusão, no contexto sócio histórico corrente, justapõe homogeneização cultural e proliferação da diferença. A inclusão digital de uma comunidade será tão mais evidente, quanto mais for possível identificar usos das TIC que reflitam essas duas tendências simultaneamente (grifo nosso).

Na nossa avaliação, tais pressupostos são importantes, pois abrem caminhos para uma compreensão que, sem deixar de questionar a existência de ideias deterministas, aponta para a possibilidade de abertura de “pontos de fuga”, de espaços em que se torna possível a manifestação das diversas individualidades. Espaços esses em que é possível a apropriação dos recursos digitais em favor de interesses que escapam àqueles que lhes foram predeterminados originalmente. Pode contribuir, portanto, com a compreensão dos processos

de inclusão e letramento digital em outros contextos, como nos contextos nos quais as pessoas Surdas estão inseridas, por exemplo.

Takaki (2008, p.143), ao avaliar um grupo de usuários da Internet, afirmou que,

[...] no âmbito educacional, o letramento crítico digital vem sinalizar que os hiperleitores têm a capacidade de perceber que: houve uma mudança na rotina provocada pela saturação social; as transformações nos meios de comunicação requerem um desenvolvimento de habilidades e de conhecimento constantes; há riscos de exclusão social se não acompanharem os avanços tecnológicos; há um espaço no qual podem exercer poder e autonomia mediante habilidade e conhecimento adequados para a condução de um jogo de computador; são capazes de interagir com “estranhos” compartilhando o mundo privado [...].

A identificação desses “pontos de fuga” é importante para a compreensão da apropriação da linguagem digital entre os sujeitos, pois nos permite visualizar os múltiplos fatores que podem influenciar as transformações dos processos de linguagem. Também nos ajuda a compreender como Foucault (1966) entende a atuação de “redes secretas de significações” nas ordenações a que a existência humana está submetida no mundo. Ademais, ajuda-nos a compreender o quanto a existência de uma “região mediana”, atuante entre as interpretações da ordenação do mundo e as ordens empíricas propriamente ditas, é capaz de transformar uma ordem estabelecida, modificando-a e derrubando concepções que tentam convencer os sujeitos de que o mundo está submetido a ordenações lineares e imutáveis. Eles põem em evidência a capilaridade das relações de poder, conforme veremos mais adiante na próxima seção.

## **2.5 As pessoas Surdas e o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação**

Segundo Cláudio (2016), pensar a relação entre os meios de comunicação, as mídias e os sujeitos Surdos não é algo simples. A autora acredita que é inegável o fato de que o surgimento do telefone e de outros dispositivos eletrônicos tenha transformado a vida cotidiana das pessoas Surdas. Entretanto, alerta para a necessidade de se pensar de forma crítica sobre a influência de tais recursos na vida dessas pessoas. Para além de uma análise das situações cotidianas concretas, é necessário pensar a influência desses recursos em termos da busca de uma real **cidadania comunicativa surda**, entendida pela autora como algo que envolve

[...] diversas dimensões políticas, sociais, culturais e comunicacionais, bem como, as esferas do exercício dos direitos civis e do conhecimento legal, garantindo esses direitos no campo da comunicação, vinculados aos valores morais e éticos (CLAÚDIO, 2016, p. 109).

Para Cláudio, podemos considerar cidadãos Surdos aquelas pessoas que acompanham as experiências partilhadas nas comunidades Surdas politizadas, que se ocupam de acompanhar a discussão de questões políticas e linguísticas, participando também da luta pelo direito ao acesso à comunicação, à educação, ao emprego etc. Cita como exemplo a luta pela inclusão de legendas e janelas de intérpretes para Surdos na televisão e nos filmes, cujo marco foi o Decreto de Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, o qual, em seu artigo 1º e acrescido do artigo 17, instituiu a obrigatoriedade de inclusão de legendas em português e de recursos de áudio descrição nas obras cinematográficas brasileiras e estrangeiras.

Nessa luta, a autora reitera que, se, por um lado, a utilização dos recursos midiáticos (como a internet) tem possibilitado aos sujeitos Surdos o acesso às informações e a plataformas de interação social, por outro, também oferece barreiras, visto que muitos dos recursos visuais (como vídeos do *YouTube*, por exemplo), apresentam-se apenas nas línguas oralizadas, assim como suas legendas. Tal fato reforça a necessidade de que estas pessoas adquiram uma formação bilíngue.

Voltando à questão da cidadania comunicativa, o uso da internet tem representado um grande recurso facilitador do seu exercício, pois a rede, além de possibilitar o acesso às informações, também possibilita a formação para o diálogo e a reflexão acerca dos acontecimentos do mundo e das próprias comunidades Surdas. Ao analisar as relações entre aprendizagens e as novas tecnologias, Demo (2009, p.53) afirmou que são múltiplas as oportunidades de aprendizagem que os estudantes podem encontrar nos ambientes de aprendizagem mediados pelas TICs. Tais oportunidades, para o autor, apresentam-se mais flexíveis, motivadoras e, portanto, mais capazes de promover processos de autoria e autonomia. Mas alerta sobre a autoria no mundo virtual, o qual é

[...] muito díspar, tal qual os respectivos “remix”: há os que são quase plágios ou se enredam em frivolidades marcantes (um exemplo poderia ser fanfiction), mas há outros de notável densidade, sobressaindo os textos da wikipedia. Por conta desta transparência e abertura, os blogs podem abrigar outras finalidades não menos nobres: i) colocar a público novas idéias e textos, esperando a reação dos leitores (isto pode substituir com vantagem o procedimento comum de avaliação de textos inter pares); ii) discutir o bem comum num novo tipo de esfera pública virtual, procurando sempre priorizar a autoridade do argumento; iii) manter em debate questões fundamentais da “política” (são exemplo disso os blogs de comentaristas de grandes jornais),

procurando influenciar a “opinião pública”; iv) exercitar movimentos sociais como expressão da cidadania, em nome de objetivos comuns; v) construir textos alternativos, para além do impresso tradicional (DEMO, 2009, p. 66).

Cláudio (2016) cita alguns recursos disponíveis no mercado que muito colaboram para facilitar os processos de comunicação das pessoas Surdas, seja com outros Surdos, seja com pessoas ouvintes. São eles:

a) O TDD (*Telecommunications Device For The Deaf*), ou telefone para surdos, um dos primeiros aparelhos telefônicos públicos que permitem enviar e receber mensagens escritas, além de contar com uma central de intermediações de ligações para falar com pessoas ouvintes, a CIC 142;

b) O VPAD+, caracterizado como um equipamento dotado de uma câmera integrada e de um aplicativo que permite realizar ligações pelo computador, celular ou tablet;

c) Filmadoras;

d) Câmera digital com recurso de captação de vídeos;

e) Nanocomputadores;

f) Webcam;

g) Relógios despertadores com vibradores etc.

Ressaltam-se, ainda, outros aplicativos, como: *WhatsApp*, *Skype*, *Facebook*, *Twitter*, *MSN* (*Microsoft Service Network*) e tantos outros que possuem intérpretes de Libras (como o *ProDeaf*, o *Hand Talk* e o *Uni Libras*). Somado a isso, tem-se o recurso da legenda instituído nas mídias televisivas, como mencionado anteriormente.

Os estudos de Cláudio (2016) foram importantes para demonstrar o quanto a tecnologia pode colaborar com as possibilidades de formação do conceito de cidadania comunicativa Surda. Entretanto, por ser um estudo cujos sujeitos entrevistados são pessoas Surdas que possuem algum conhecimento de Libras e de Língua Portuguesa, não possibilitou compreender muito a real situação da maioria deste grupo frente ao uso dos recursos digitais. Como tratado em momentos anteriores, algumas pesquisas realizadas sobre os Surdos apontam para um parco e tardio domínio da Libras e da Língua Portuguesa entre eles.

Isso reforça a ideia de que a utilização das redes sociais de forma satisfatória requer o mínimo de domínio dessas línguas. É evidente que a utilização dos recursos de vídeos pode amenizar o problema. Mas é necessário ponderar que tais recursos só alcançam de forma plena o objetivo de completar uma situação de comunicação quando seu conteúdo é compartilhado numa linguagem comum aos interlocutores do discurso. Linguagem esta que poderia ser alcançada por meio do domínio da Libras por ambas as partes: o emissor e o

receptor da mensagem. Caso contrário, a compreensão da mensagem emitida fica comprometida, visto que a mensagem passa a ser transmitida mais pela utilização de mímicas, ou, ainda, por uma mescla de mímicas com os poucos conhecimentos em Libras.

Mais uma vez, a cidadania comunicativa Surda esbarra na questão do acesso à língua e, conseqüentemente, dos processos de alfabetização (ou letramento) digital. Embora o atraso nos processos de formação acadêmica das pessoas Surdas seja um importante elemento a ser considerado na compreensão dos seus processos de (in) exclusão digital, não é o único. Para além disso, é necessário considerar o fato de que se trata de sujeitos que estão inseridos numa sociedade capitalista, predominantemente ouvinte, cada vez mais marcada pela necessidade dos recursos digitais em todas as instâncias e esferas da vida.

Nossa hipótese é de que nessa sociedade capitalista, predominantemente ouvinte, a produção de recursos e produtos digitais é pensada para atender as demandas e especificidades das pessoas que, por existirem em maior número, enquadram-se nos parâmetros estabelecidos como “normais”. Tudo isso acontece em função da constante necessidade que esta sociedade possui de produzir algo que efetivamente possa gerar lucratividade. Entretanto, o capitalismo também tem buscado agir nas capilaridades, numa analogia com o pensamento de Foucault a respeito do conceito de poder, de maneira a atingir a todos, inclusive os grupos menores, de forma a cooptar as diferenças e tratando-as como mercadoria.

Portanto, trata-se de recursos e produtos cuja produção reflete uma lógica que visa atingir o maior número de consumidores em potencial, o que também coincide com a população ouvinte em termos numéricos. São processos de produção que colocam em segundo plano as necessidades específicas de grupos minoritários, como o grupo de pessoas Surdas.

A produção de *softwares*, por exemplo, quando pensada em função do atendimento ao consumidor Surdo, encontra-se focada naquelas pessoas que conseguem uma maior interação com o mundo ouvinte, por meio do uso de processos de comunicação que se aproximam mais da comunicação centrada na oralização. Deste grupo, ficam excluídas aquelas pessoas que, segundo Perlin (1998), compõem o grupo de pessoas Surdas propriamente ditas.

O que se pode observar no uso das TICs na educação de pessoas surdas é uma abordagem de ensino mais direcionada ao ensino oral, enquadrando-se nesta situação todos os programas que têm por meta o treinamento de voz e a leitura labial, ou seja, todos aqueles que utilizam o computador fortemente como uma ferramenta em auxílio a tratamentos fonológicos. No caso dos

oralistas, existe uma ênfase na língua oral, não se atribuindo valor às línguas de sinais (FARIAS, 2006, p.51).

Se, em 2006, Farias já denunciava a falta de opções de *softwares* adequados às necessidades das pessoas Surdas, em 2015 essa situação não era muito diferente. Martins e Lins (2015), em estudo publicado pela revista “Nuances: estudos sobre Educação”, reafirmam essa inadequação ao colocarem que, embora as ferramentas digitais exerçam forte atração junto às pessoas Surdas devido à grande utilização de recursos visuais, a comunidade Surda brasileira ainda percebe que a maioria dos *softwares* e aplicativos exigem conhecimentos muito avançados em Língua Portuguesa e até mesmo em Língua Inglesa para sua utilização.

Assim, se considerarmos, como nos apresenta Buzato (2007), que a dimensão técnica da linguagem digital pode ser traduzida como um sistema lógico-elétrico-matemático, capaz de se apresentar de múltiplas maneiras em múltiplos espaços, podendo servir à expressão de diferentes intenções discursivas e diferentes visões de mundo, na atualidade a não existência de uma preocupação com as demandas da comunidade Surda evidencia, por um lado o descaso com este grupo e, por outro, o entendimento de que o que existe é capaz de abarcar todos aqueles que se interessam pela comunicação digital. Entretanto, não é possível desconsiderar que, apesar de haver todo esse potencial nesse tipo de linguagem, existe concretamente o fato de que grupos minoritários, como os das pessoas Surdas, ainda encontrem dificuldades de inclusão no mundo digital. Como, então, os dispositivos digitais ainda não são produzidos de forma a atender a demanda desses grupos?

Em nosso entendimento, uma possibilidade de resposta a esse questionamento está justamente nessa capacidade da linguagem digital de servir a diferentes intenções discursivas aliadas à realidade social, política, econômica e cultural da sociedade atual. A questão é um reflexo de numa sociedade desigual, em que os meios de produção estão centralizados numa pequena parcela da população, em que a concentração de renda é uma realidade e onde, cada vez mais, os valores individualistas estão sendo cultivados em detrimento dos ideais de justiça social. Nessa sociedade, não há espaço para o desenvolvimento de diferentes visões de mundo, senão por um processo de lutas e de constantes resistências.

Existem, portanto, forças que, no intuito de tentar sobrepor sua visão de mundo sobre as demais, acabam por minar as possibilidades de acesso e desenvolvimento das demais concepções de mundo, utilizando, por exemplo, o poder econômico como arma nesse processo de luta. Tal poder, ao permitir que aqueles dispositivos com potencial lucrativo

recebam maiores investimentos para sua produção em massa, limita a capacidade de inserção das pessoas Surdas no mundo digital.

Entretanto, essa limitação não pode ser interpretada como fatídica ou irreversível, pois, mesmo com todas as dificuldades encontradas por esses grupos minoritários, entre as intenções primárias depositadas na criação dos recursos digitais e sua efetivação no processo de produção e na disponibilização no mercado consumidor, existe toda uma gama de outras possibilidades que extrapolam essas intenções primárias. E, assim, ainda que de maneira incipiente, os sujeitos Surdos conseguem ressignificar a função desses recursos, encontrando nos interstícios desse processo novas possibilidades de utilizá-los.

A grande questão é que essas possibilidades de escape das intenções primeiras no processo de produção e difusão dos recursos de digitais não são suficientes para promover o acesso equitativo das pessoas Surdas ao mundo digital. E o maior impedimento para a efetivação desse tipo de acesso relaciona-se às dificuldades de linguagem e de comunicação.

Tal situação não contribui para o uso autônomo, independente e produtivo dos sistemas informatizados pelas pessoas Surdas. Nesta perspectiva, é importante que se desenvolvam programas que, para além de considerarem a língua de sinais como recurso para o ensino da língua oral, busquem uma abordagem bilíngue.

Enfim, o resumo das análises desenvolvidas nesta seção aponta para a constatação de que toda a gama de dificuldades encontradas pelas pessoas Surdas converge em problemas relacionados aos processos de comunicação em função da necessidade de domínio de uma linguagem capaz de promover sua interação na convivência em sociedade. Constata-se, então, a importância da linguagem e da língua enquanto instrumentos com capacidade de prover os sujeitos de condições básicas necessárias para sua formação cultural, acadêmica, política, social e econômica ao possibilitar a troca de informações, conhecimentos e experiências na convivência diária com seus pares, possibilitando a participação ativa nas relações de poder existentes na sociedade.

Constata-se, ainda, que a construção das condições de cidadania das pessoas Surdas esbarra nessas questões e que na sociedade contemporânea se encontra fortemente influenciada pela intensificação do uso de recursos digitais em todos os âmbitos da vida cotidiana, transformando os processos de relações pessoais, sociais, econômicas, culturais e políticas. E, por último, que a utilização desses recursos requer a formação de uma percepção transcultural, capaz de compreender minimamente diversas linguagens e as relações entre elas para que se possa adquirir condições de atuar no tecido social de forma ativa, crítica e consciente/intencional. E que, além disso, por se encontrarem atrelados a interesses

predominantemente econômicos, a produção dos instrumentos digitais, como os *softwares* e *hardwares*, nem sempre é pensada para atender as necessidades de grupos minoritários (como das pessoas Surdas), comprometendo a construção das condições de inclusão desses grupos.

Diante disso, reafirmamos aqui a ideia de que um requisito fundamental para a inclusão digital das pessoas Surdas condiz com a oferta de oportunidades que, de fato, possibilitem a formação cognitivo-intelectual dessas pessoas, o que requer um sistema de ensino capaz de pensar a condição de surdez numa perspectiva bilíngue. Mas também demanda a produção de recursos digitais que explorem todas as suas potencialidades diante da preocupação de adequação às necessidades desses grupos minoritários.

Essas considerações nos ajudam a compreender, embora não se esgote o assunto, como as TICs podem contribuir para a ampliação das possibilidades de comunicação e de inclusão digital das pessoas Surdas e as dificuldades para a efetivação desse processo colaborativo, conforme objetivo traçado para esta seção. Entretanto, não basta o reconhecimento da situação e das limitações impostas pela realidade. É preciso avançar nas investigações quando se busca uma compreensão holística de questões relacionadas às condições de exercício da cidadania comunicativa das pessoas Surdas. Daí a importância de se compreender também a necessidade de políticas públicas no âmbito da educação, que, fundamentadas no objetivo de favorecer oportunidades efetivas de formação cognitivo-intelectual, possam promover o acesso à língua de sinais e à língua portuguesa, bem como de políticas que busquem promover o acesso a recursos digitais (*hardwares* e *softwares*) produzidos dentro de uma perspectiva bilíngue.

### SEÇÃO 3

## AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO DIGITAL PARA O SUJEITO SURDO

Gostaria de modo muito especial de dirigir-me à comunidade surda, às pessoas com deficiência e a todos aqueles que se sentem esquecidos: vocês serão valorizados e terão seus direitos respeitados. Tenho esse chamado no meu coração e desejo contribuir na promoção do ser humano - Parte do discurso da primeira-dama Michelle Bolsonaro na cerimônia de posse do presidente eleito Jair Bolsonaro (G1, 2019).

O filósofo Ricardo Vélez Rodríguez é o ministro da Educação do atual governo, mas além do novo nome à frente do MEC, algumas mudanças na estrutura que organiza o ministério já passaram a valer a partir deste mês. A redistribuição de assuntos em diretorias, a extinção de secretarias e a criação de outras foram definidas em decreto divulgado no Diário Oficial, mas além de alterar a estrutura e atribuições internas, ainda não está muito claro como será feita a gestão. As principais reformulações extinguem a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão Social (Secadi) e a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase). Agora descolada da antiga Secadi, a Alfabetização tem uma secretaria própria. Outros assuntos anteriormente destinados às duas secretarias passam a ser de responsabilidade de diretorias dentro das Secretarias de Educação Básica e Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (CALÇADE, 2019, on-line).

Pensar importância da política nas relações cotidianas nem sempre é uma tarefa fácil. Em geral, as pessoas só se lembram de política em período eleitoral. Passado esse período, muitas sequer lembram em que candidato votou. O fato é que, numa sociedade dita democrática como a brasileira, os votos dos cidadãos são (ou, pelo menos, deveriam ser) conquistados por um processo de persuasão e de convencimento das pessoas, o que requer, além de formas eficazes de comunicação, um processo de formação crítica.

Quando nem mesmo os processos de comunicação conseguem se estabelecer de maneira eficaz, fica difícil aos eleitores compreenderem as relações de poder envolvidas no processo político, e o simples fato de poderem se reconhecer numa forma de discurso já é capaz de persuadi-los a votarem num determinado candidato. E, assim, talvez seja possível compreender o fato de que uma parcela das pessoas Surdas brasileiras tenha sido seduzida pelo discurso em Libras da primeira dama Michelle Bolsonaro durante a cerimônia de posse do presidente Jair Bolsonaro, sem se atentarem para o fato de que tal candidato não possuía em seu programa de governo nenhuma proposta para este público, mas apenas promessas vagas.

Embora essas pessoas tenham se sentido representadas pela primeira-dama no discurso de posse, essa representação não se mostrou efetiva; ao contrário, demonstrou o tom

demagógico do governo eleito quando, meses depois, esse mesmo governo decretou a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão Social – Secadi, responsável pela educação das pessoas Surdas. Embora o governo tenha criado subpastas para cuidar das modalidades especializadas, como a educação dos Surdos, muito se perde com essa nova organização, pois tais subpastas tiveram que se organizar num contexto generalizado de cortes de verbas, que limitam ainda mais seu poder de atuação.

Nesse sentido, as situações acima retratadas na epígrafe que dá início a esta seção, “Discurso em Libras da primeira-dama na posse do presidente eleito em 2019 no Brasil” e “Decreto de extinção, por efeito consequente, da Diretoria de Políticas de Educação Especial”, remetem à necessidade de desenvolvimento da capacidade de compreensão crítica do conceito de política e de poder.

A seção anterior foi finalizada com a afirmação de que um dos requisitos fundamentais para a inclusão digital das pessoas Surdas passa pela oferta de oportunidades de formação cognitivo-intelectual, o que requer considerar a Surdez numa perspectiva bilíngue. Nesta seção, agora iniciada, buscou-se pensar as relações políticas envolvidas nos processos de inclusão digital das pessoas Surdas, bem como os conceitos de política, cidadania e poder, relacionando-os aos processos de educação desses sujeitos. Procurando contemplar o quarto objetivo específico estabelecido para este estudo, o qual se propõe a compreender as implicações das políticas públicas e das relações de poder nos processos de inclusão digital, mantém-se na tentativa de compreender mais a fundo os pré-requisitos para os processos de inclusão digital na sua relação com as condições políticas, sociais, econômicas e culturais.

### **3.1 O conceito de política e o exercício da cidadania**

Ao definir política, Machado (2012, p. 30) salienta que, embora o termo não se restrinja a uma disputa de poder, tem como significado “[...] o espaço institucionalizado da disputa de poder”. Segundo Dussel (2007), o poder atinge todo o campo político, numa rede de relações de forças em que cada cidadão, cada representante, cada instituição representa os nós dessa relação. Além disso, para o autor, a política se faz em vários momentos, os quais são identificados em três níveis: as ações estratégicas, as ações das instituições e o estabelecimento de princípios normativos.

A ação política é considerada como estratégica porque se dirige a outros sujeitos que ocupam espaços práticos, podendo ajudar na ação uns dos outros ou oferecer resistências num campo de forças denominado poder. Dessa forma, o potencial estratégico colabora no sentido

de articular e ponderar forças aliadas e antagônicas, buscando utilizá-las para os objetivos propostos.

Mas as ações políticas também ocorrem no âmbito das ações das instituições, que, por sua vez, são resultado das ações estratégicas, ao mesmo tempo que oferecem as condições para as ações futuras. As ações das instituições podem ser encaradas de diversas formas: para os anarquistas, como opressão, repressão, injustiça; para os conservadores, como algo intocável; e, para os críticos, como necessárias, embora, imperfeitas. Por fim, as ações políticas no âmbito das ações das instituições também necessitam de legitimidade, o que ocorre por meio do estabelecimento dos princípios normativos que a garantem em todas as ações e instituições, cruzando os campos do direito, dos sistemas militares, policiais, carcerários etc.

Entretanto, o conceito de política pode ser mais amplo, não se restringindo à questão do poder nem se reduzindo à atividade político-partidária. Em sentido geral, o termo política se refere a uma ação, embora nem toda forma de agir seja política. É nesse sentido que se pode falar em política da “boa vizinhança”, por exemplo. Quando, então, o agir se torna político?

Para Machado (2012), o agir se torna político quando almeja alcançar alguma finalidade relacionada à sobrevivência e à evolução da sociedade, bem como ao controle dos seus destinos. Dessa forma, uma das funções essenciais da política (associada ao pensamento de Thomas Hobbes) é justamente aquela que credita ao Estado um papel quase policial a fim de garantir a ordem, a segurança e a proteção.

Ainda segundo o mesmo autor, a “[...] atividade política e o exercício do poder a ela inerente fazem ressaltar a divergência [...] característica essencial do ser humano” (MACHADO, 2012, p. 32). Em outras palavras, embora seja característica humana quase que nata, situações de divergência são ressaltadas com a ação política e com o exercício do poder.

Diante desse fato e, muitas vezes, na impossibilidade de chegar a um consenso a respeito dos rumos da nação, duas alternativas podem ser tomadas para se solucionar a questão da divergência: o compromisso e/ou a dominação. Conforme Machado (2012), a dominação tem sido historicamente a via mais comum. Entretanto, os regimes democráticos, apesar de todos os percalços, têm procurado atingir a via do compromisso. Enfim, para Machado (2012, p. 34), “[...] poder é relação e a toda ação referente a esta é ação política”.

Pode-se observar na definição de política acima um movimento analítico cíclico no sentido de que, ao mesmo tempo que o conceito de política é dado como espaço de disputa de poder, o conceito de poder é dado como uma relação que gera a ação política. Acrescentamos

aqui que a ação política resultante de uma relação de poder não se faz de forma igual para todas as instâncias envolvidas nessa relação.

Tamanha se faz essa desigualdade a ponto de Mbembe (2018), ao analisar as relações entre o conceito de política e a soberania dos Estados, desenvolver um outro conceito: o conceito de necropolítica. Para Mbembe (2018, p. 9), considerar o conceito de política como “um projeto de autonomia e a realização de um acordo em uma coletividade mediante comunicação e reconhecimento” pode conduzir a uma fragilidade na concepção do termo, pois pode também conduzir à ideia de que o conceito de política encerra em si uma espécie de “verdade dos sujeitos” que interpretam o termo política como o exercício da razão na esfera pública.

Esse exercício da razão, também compreendido como equivalente ao “exercício da liberdade”, é projetado para a compreensão do termo soberania enquanto processo duplo de autoinstituição, autolimitação e autocriação. Entretanto, para Mbembe (2018), as formas de soberania vivenciadas na modernidade não são pautadas na luta pela autonomia. Essas formas possuem como projeto central a “instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material dos corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2018, p. 10-11), rejeitando a tradição filosófica moderna fundamentada na razão e na verdade do sujeito.

Centrada nas esferas da vida e da morte, a ação política dos Estados tem conduzido a um processo de destruição em massa de populações e recursos naturais, que levam Mbembe (2018) à conclusão de que a ação política dos Estados caminha no sentido de decidir sobre a vida e a morte dos sujeitos, definindo quais são os grupos que terão o direito de sobreviver e quais serão conduzidos à morte. Nisso consistem os conceitos de necropolítica e necropoder, que, segundo o autor, abarcam melhor as formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte do que a noção de biopoder<sup>7</sup> de Foucault.

Discordamos dessa posição e, numa avaliação crítica, ressaltamos a importância da capacidade de resistência dos sujeitos. Embora existam, de fato, massacres na contemporaneidade, também existem os processos de migração em massa, os quais são movidos por pessoas que saem pelo mundo em busca de melhores condições de vida em países distantes de suas terras de origem. Nesse processo de migração, enfrentam relações de poder e condições inóspitas, dispostas à adaptação de suas vidas em novos espaços.

Assim, se a capacidade de exercício de poder é diferenciada entre os sujeitos, como compreender historicamente o potencial de exercício de poder desses sujeitos? Para

---

<sup>7</sup> Entendo por “biopoder” uma prática social constituída historicamente com a função de atuar junto à população de forma integrada ao poder disciplinar dos corpos a fim de aprofundar o controle sobre estes corpos.

compreender melhor essa questão, pode-se recorrer a dois conceitos: o conceito de cidadania e o conceito de poder em Foucault. O conceito de cidadania é entendido aqui como a análise da capacidade dos sujeitos de influenciar decisões políticas no âmbito da política de Estado. Tal conceito tem seu desenvolvimento relacionado ao processo histórico que, conforme afirmam Rezende Filho e Câmara Neto (2018), adquiriu na atualidade o significado de relacionamento entre a sociedade civil e seus membros.

Conforme Almeida (2015, p. 151-152), o conceito de cidadania na modernidade

[...] foi sendo construído a partir das demandas históricas, políticas e sociais, que por fim, foi sistematizado numa relação tríplice composta pelos direitos civis, políticos e sociais, com uma grande ênfase nos direitos sociais fundamentados na teoria jusnaturalista desenvolvida no século XVIII. Essa ênfase nos direitos sociais teve como um de seus marcos a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que recolocou em voga a ideia de que os homens tinham direitos inatos advindos de sua natureza humana.

A Declaração dos Direitos Humanos, para além das influências deste texto para a conceituação teórica do termo cidadania, graças ao contexto histórico que culminou em sua redação, também remete à importância de se pensar o significado do termo cidadania sob o ponto de vista prático. Em outras palavras, sob um ponto de vista que busque pensar como o conceito de cidadania influencia o cotidiano das pessoas. Quando se realiza uma investigação dos antecedentes históricos que culminaram na elaboração da carta, é comum encontrar argumentos que relacionam sua criação essencialmente aos horrores praticados durante a Segunda Guerra Mundial.

Menezes e Siqueira (2018), ao discorrerem sobre o histórico e o mito envolvendo o desenvolvimento da Declaração dos Direitos Humanos, argumentam que, muito antes da descoberta do holocausto, atores não estatais tiveram papel fundamental na abertura de caminhos para a promoção da ideia política de tais direitos. Para tanto, citam como exemplo:

- a) A Federação Internacional de Direitos Humanos fundada em Paris, que, em 1922, já estava prestes a redigir uma Declaração Internacional de Direitos Humanos;
- b) Os movimentos em defesa dos direitos das mulheres e dos direitos das minorias;
- c) O bombardeio de Guernica durante a Guerra Civil Espanhola;
- d) A invasão japonesa em Nankin, em 1937, quando mais de 200 mil chineses foram mortos;
- e) A subida ao poder do partido nacionalista na África do Sul, em meio a uma intensa discriminação racial e étnica;

- f) A guerra entre Paquistão e Índia, que promoveu um grande genocídio;
- g) As tensões na Palestina, em que líderes sionistas reivindicavam direito ao Estado expulsando e deslocando milhares de árabes palestinos;
- h) Os linchamentos e a dominação colonial nos EUA;
- i) A limitação das liberdades individuais na União Soviética durante o governo de Stalin.

Enfim, em todos esses eventos havia pessoas que se dispuseram a lutar e pensar sobre a possibilidade de se estabelecer os direitos humanos. Para os autores acima, os padrões universais de direitos humanos estão enraizados em muitas culturas, em diversas práticas culturais. E, quando se procura num passado mais remoto ainda, pode-se encontrar, na Grécia Antiga, a definição de Aristóteles para o termo cidadania, intimamente relacionada às noções de “consenso” e “utilidade”. Para Aristóteles, cidadão era aquele sujeito considerado útil à sociedade e a si mesmo, sendo que a noção de utilidade se definia pelo consenso entre os membros da comunidade a respeito do que é ser útil, considerando a posição ocupada pelos sujeitos naquela sociedade.

Enfim, a ideia de cidadania que povoa o entendimento coletivo do termo não pode ser pensada como algo abstrato e descolado de fatos concretos e da realidade social na qual os sujeitos estão inseridos, o que inclui as condições de existência, no que tange ao acesso à saúde, à educação, à segurança, à cultura etc.

Com base nessas reflexões, é possível compreender como, no atual momento histórico, grupos extremistas têm se multiplicado por diversos cantos do mundo, levantando bandeiras historicamente debatidas e incitando a violência contra grupos minoritários e excluídos. Se o conceito de cidadania no plano prático resulta também das condições de educação e existência dos sujeitos, não há de se estranhar que pessoas com pouca formação acadêmica ou com uma formação acadêmica deficiente nos aspectos humanos levante a voz para defender pautas preconceituosas e historicamente superadas. Daí a necessidade de se incluírem as discussões sobre direitos humanos na formulação da concepção contemporânea de cidadania, já que o direito é visto como a instância capaz de garantir abstratamente o exercício da cidadania.

Em suma, há que se pensar em exercício da cidadania em dois níveis, nos quais os sujeitos atuam simultaneamente. Primeiro, o exercício da cidadania ocorre num nível micro das relações cotidianas e envolve toda a teia de atividades e relações entre os indivíduos e seus pares. Mas, para que o exercício da cidadania seja preservado nesse nível, é necessário que sejam estabelecidas condições de garantia para tal.

Essas condições acontecem no campo do direito, especificamente com a introdução dos direitos humanos. Aqui, então, pode se visualizar o nível macro do poder de exercício da cidadania, reflexo da noção e dos anseios de liberdades das instituições dentro do que coletivamente foi estabelecido como bom e justo. Entretanto, neste estudo, em que se buscou amparo nas reflexões de Foucault (1998), o conceito de cidadania em nível macro adquire menor relevância. Isso porque o foco do trabalho está em avaliar as relações concretas, posto que, conforme afirmou Maia (1995), em Foucault as relações de poder se estendem para além dos limites do Estado, pois o Estado não é capaz de ocupar todo o campo real das relações de poder, mas apenas pode operar com base em outras relações de poder já existentes e que envolvem outras redes, como, por exemplo, o corpo, a sexualidade, a família, a tecnologia etc.

Assim, a compreensão do exercício da cidadania em nível micro (apesar de ter relação com instâncias da superestrutura estatal) adquire contornos mais complexos e menos definidos, visto que alcança uma gama maior de espaços e vivências, embora também sofra influências dessa superestrutura. Influências estas que não podem e não devem ser desconsideradas, pois as relações que envolvem a ação estatal e seu reflexo nas individualidades são múltiplas e multifacetadas. Disso decorre a necessidade de se compreenderem, também, as relações de poder no âmbito do Estado, sobretudo no que tange ao peso das influências econômicas nas ações políticas.

Um exemplo prático e relacionado ao objeto deste estudo para se pensar nesses dois níveis de cidadania talvez possa ser encontrado quando se analisa como as pessoas Surdas têm se organizado historicamente para a luta pela conquista de direitos. Assim, num nível micro e na busca pelo direito de exercício da cidadania, estas pessoas têm se organizado no Brasil em associações, como a Feneis. Tal associação é oriunda de uma primeira, fundada em 1977, a Federação Nacional de Educação e Integração de Deficientes Auditivos (Feneida).

Composta exclusivamente por pessoas ouvintes, a atuação da Feneida passou a ser questionada por não ser capaz de compreender e atender a todas as necessidades das pessoas Surdas. Sua diretoria não considerava estas pessoas como dotadas de capacidade para coordenar a entidade. Tal situação conduziu a um movimento que, em 1983, culminou na criação de uma “Comissão pelos Direitos dos Surdos”.

Após intensa atuação desta comissão, que inicialmente agia de forma não oficializada, em assembleia geral ocorrida em 1987, houve uma reestruturação do estatuto da Feneida. Com essa reestruturação, a “Comissão pelos Direitos dos Surdos” passou a presidir e coordenar a instituição, que também mudou a denominação para Feneis.

Segundo Clélia Regina Ramos, em artigo publicado na revista eletrônica “Por Sinal”, em 2004, a Feneis nasceu com caráter estritamente político, em prol da luta pelo direito de autodeterminação dos Surdos. E, graças à sua atuação, conseguiu movimentar esforços para angariar fundos, com os quais foi possível organizar palestras e participar de encontros e simpósios.

A atuação da Feneis, portanto, tem sido muito importante para elaboração, implementação e divulgação de políticas públicas de inclusão das Pessoas Surdas. E, conseqüentemente, de acesso aos direitos de cidadãos junto ao Estado. Seu nascimento e desenvolvimento nos permite perceber nitidamente o movimento de articulação dos direitos de cidadania em nível micro com o nível macro das relações políticas.

Foram muitas as conquistas políticas junto ao Estado alcançadas pelos Surdos graças à sua capacidade de organização e articulação política. Mas ainda é enorme o fosso que separa, distingue e seleciona os sujeitos em função da sua condição de ser e estar no mundo. E, para as pessoas Surdas, esse fosso torna-se ainda mais profundo, visto que se trata de um grupo numericamente minoritário de pessoas que convivem numa sociedade cuja forma de comunicação predominante é completamente diferente dos seus pares, colocando-os numa situação de exclusão direta e explícita. Conforme Rossi e Silva (2018, p. 168),

[...] as políticas e legislação existentes são frutos das conquistas dos movimentos de lutas dos Surdos para demarcar seu espaço social e educacional com uma educação mais justa. No entanto, houve avanços de um modo positivo, porém não o ideal. Logo, a trajetória que se desenha ainda é longa, carecendo que novas formas de luta se apresentem para que fato se criem condições de efetivação de uma educação bilíngue almejada por todos os surdos brasileiros.

Para as pessoas Surdas e pobres, a situação é ainda mais complicada, pois, quando se busca compreender as relações de poder na sociedade capitalista, o peso das influências econômicas nas ações do Estado e na sua relação com a sociedade impacta decisivamente nas possibilidades de exercício dos direitos de cidadania das pessoas. Mas a compreensão dessa relação não é algo que possa ser percebido de forma imediata; requer uma análise mais cuidadosa do contexto histórico que forneceu as bases para o estabelecimento da realidade atual. Tal compreensão requer também o entendimento das relações econômicas e políticas, visto que devemos sempre considerar o ser humano como ser social e, portanto, inserido num espaço compartilhado e organizado na convivência com seus pares, no estabelecimento de relações micro e macroestruturais.

### 3.2 Foucault: as relações econômicas no âmbito do Estado

Como o próprio Foucault afirmou, em entrevista publicada pela “Revista Eco política”, em 2015, as relações entre economia e política, ou as relações de poder, não são diretas nem simples. Sobre as relações entre o Estado e o mercado, Foucault (1998) apresenta uma interessante análise histórica. Para o autor, o Estado, entre os séculos XVII e XVIII, fundamentava sua racionalidade na ideia de que a limitação da razão de ser do Estado estava nas relações internacionais mantidas por ele e no exercício de um Estado de polícia.

Nas relações internacionais, na medida em que cada Estado deveria perseguir como objetivo primeiro assegurar sua independência frente a outros Estados. E no Estado de polícia, visto que deveria se preocupar com a regulação das atividades dos indivíduos nas diversas instâncias da vida, sem que se encontrassem limites para este último. Conforme o autor,

[...] para poder entrar em concorrência com os outros Estados, isto é, para se manter num certo estado de equilíbrio sempre desequilibrado, de equilíbrio concorrencial com os outros Estados, que quem governava [ter de regulamentar a vida dos] seus súditos, sua atividade econômica, sua produção, o preço [pelo qual] vão vender as mercadorias, o preço pelo qual vão comprá-las, etc. [...]. A limitação do objetivo internacional do governo segundo a razão de Estado, essa limitação nas relações internacionais tem por correlato a ilimitação no exercício do Estado de polícia (FOUCAULT, 2008, p.10-11).

Uma das garantias deste estado de coisas era a existência de todo um aparato jurídico/militar, que atuava com base num código de direito. Com o passar do tempo, de acordo com o mesmo autor, surgiu uma nova racionalidade de governo, uma nova forma de governamentalidade. Mais do que o direito ou outra instância, essa nova governamentalidade passou a ter como limitação a economia política, que, segundo Foucault (1998), propôs-se a manter um equilíbrio entre os Estados ao possibilitar a concorrência entre eles. A economia política acabou por retomar os objetivos da razão de Estado e do Estado de polícia, tal como descrito acima, e uma das características que a coloca como fator de limitação do Estado é que ela se propôs a interrogar o Estado a respeito dos efeitos reais do exercício de sua governamentalidade, importando-se em avaliar se esses efeitos eram negativos ou positivos.

O conceito de governamentalidade, portanto, coloca em questão a ideia de poder como algo, como uma instituição ou como um “*locus*” privilegiado, a ser alcançado por determinados grupos, porém, inacessível a outros. Afinal, para Foucault, poder é definido

como “uma situação estratégica complexa numa sociedade dada” (FOUCAULT, 1976, p. 123). Conforme Candiotti (2010, p. 34), tal compreensão nos remete à ideia de que o poder não é algo que pode ser possuído; antes, refere-se a “sedimentações derivadas da confluência de forças infinitesimais e estratégias plurais atuantes no tecido societário” (CANDIOTTO, 2010, p. 34).

Essa nova forma de governamentalidade, portanto, está intrinsecamente estruturada nos princípios da economia política, creditando a ela seu sucesso ou seu fracasso. Toda essa exposição é desenvolvida por Foucault para tentar compreender, em suas próprias palavras, “a verdade econômica no interior da razão governamental” (FOUCAULT, 2008, p. 28), a fim de compreender também como o liberalismo modifica a razão de Estado sem questionar seus fundamentos. A importância dessa reflexão encontra-se na tentativa de demonstrar como o liberalismo está presente na atualidade concreta e imediata.

Diante disso, se a economia política, tal como entendida pela literatura clássica, é um fator de limitação da ação do Estado, como explicar a existência de políticas públicas? Antes de compreender esta questão, convém retomar a definição de Estado dada por Foucault (2008, p.106):

[...] o Estado não é em si uma fonte autônoma de poder. O Estado nada mais é que o efeito, o perfil, o recorte móvel de uma perpétua estatização, ou de perpétuas estatizações, de transações incessantes que modificam, que deslocam, que subvertem, que fazem deslizar insidiosamente, pouco importa, as fontes de financiamento, as modalidades de investimento, os centros de decisão, as formas e os tipos de controle, as relações entre as autoridades locais, a autoridade central, etc. Em suma, o Estado não tem entranhas, como se sabe, não só pelo fato de não ter sentimentos, nem bons nem maus, mas não tem entranhas no sentido de que não tem interior. O Estado não é nada mais que o efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas.

Pois bem, se o Estado é, como acredita Foucault, o efeito móvel de governamentalidades múltiplas, como seria possível mensurar o peso dessas múltiplas governamentalidades? Ou, dito de outra forma, como essas governamentalidades atuam ou exercem influências sobre o Estado? Impossível compreender essa questão na atualidade sem compreender os fundamentos da governamentalidade liberal ou neoliberal. É justamente a análise da racionalidade liberal ou neoliberal que Foucault (2008) procura compreender em o “Nascimento da Biopolítica”, obra que traz uma coletânea de aulas ministradas por ele no Collège de France. Para tanto, usa como parâmetros as realidades alemã e norte-americana no período pós-Segunda Guerra Mundial.

No caso da realidade alemã, apresenta um quadro em que a intervenção política na economia se justificava basicamente por três exigências daquele momento histórico: reconstrução da economia pós-guerra, planificação e busca de objetivos sociais. Essa exigência de reconstrução econômica se apoiou na ideia de que a economia deveria se libertar das amarras estatais afim de preservar as liberdades dos cidadãos. Nesse sentido, a liberdade econômica foi colocada como peça fundamental para garantir a soberania política. Foi com base nessa premissa que Foucault (2008, p.114) afirmou que,

[...] na Alemanha contemporânea, a economia, o desenvolvimento econômico, o crescimento econômico, produz soberania política pela instituição e pelo jogo institucional que faz precisamente funcionar essa economia. A economia produz legitimidade para o Estado, que é seu avalista. Em outras palavras – é esse um fenômeno importantíssimo, que sem dúvida não é único na história, mas mesmo assim é muito singular, pelo menos na nossa época –, a economia é criadora de direito público.

A explicação dada pelo autor para o fato de a economia produzir soberania ao Estado é que a liberdade econômica produz o consenso permanente de todos os agentes que habitam os processos econômicos: investidores, operários, empresários, sindicatos etc., os quais se tornam parceiros da economia ao aceitarem o jogo econômico da liberdade. Ademais, conforme Candiotta (2010, p. 40),

[...] a analítica do poder foucaultiana apresenta o liberalismo não como uma teoria coesa, mas como uma técnica de governar polimorfa. Se for considerado somente o contexto do século XIX, ora ele é interpretado como exercício crítico diante da razão de Estado que predominava anteriormente, ora é lido como o questionamento sempre atuante em relação às maneiras contemporâneas de governar, no sentido de que procura a limitação constante dos excessos do governo. Seu estilo é descrito como um mecanismo contínuo e complexo de resistência coletiva em face dos poderes exacerbados do governo estatal, mas que nem sempre opera do mesmo modo.

Sendo assim, considerando o Estado como o efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas e o liberalismo como uma técnica polimorfa de governar, as políticas públicas, tanto no contexto liberal quanto neoliberal, podem ser interpretadas como reflexo da atuação dessas múltiplas governamentalidades. Para Medeiros (2012, p. 42),

[...] as políticas públicas têm a finalidade de colocar em prática ações públicas, previamente planejadas e definidas por meio de decisões e ações político-partidárias as quais visam, em tese, atender demandas e/ou resolver problemas sociais sob a ingerência do Estado e o exercício do controle social por parte da sociedade [...].

Portanto, mais que ações político-partidárias, as políticas públicas podem ser traduzidas também como reflexo das ações e da atuação dos sujeitos sociais ou de agentes que levantam determinadas demandas de determinados grupos, assumindo para si o desejo de luta por essas demandas, colocando-se, inclusive, como porta-voz desses determinados grupos, ainda que nem sempre sejam profundamente fiéis a essas demandas.

Enfim, nessa perspectiva, as políticas públicas podem representar ora reflexo de uma ou de várias ações das múltiplas governamentalidades que compõem o Estado, ora a presença da máquina estatal, no sentido de tentar se fazer presente e atuante no combate e/ou controle dos processos de inclusão/exclusão, nos quais está embutida a (in)exclusão digital. Considerando, conforme análise anterior, que a economia política constitui um fator de limitação da ação do Estado, começa-se a compreender o aspecto econômico dos processos de (in)exclusão digital, o qual extrapola as relações políticas no âmbito estatal, atingindo também a formação de individualidades.

Retomando a constatação de Foucault (2008) de que em nossa época a economia política é criadora de direito público e considerando-a como fator de limitação do poder de ação do Estado que extrapola as relações no âmbito estatal atingindo a formação de individualidades, a grande questão que se coloca neste ponto é: como a formação de individualidade é atingida pela economia política? Qual a influência do fator econômico na formação de individualidade?

### **3.3 A formação das identidades e o conceito de *homo oeconomicus***

Uma coisa está bem clara: o fator econômico tem forte poder de influência sobre a formação de individualidades. Entretanto, essa influência é muito mais complexa do que se imagina, pois, quando se considera que a liberdade econômica produz um consenso permanente de todos os agentes que habitam os processos econômicos, é necessário compreender também como esse consenso ocorre nas estruturas concretas da sociedade. Uma das explicações para isso talvez se encontre relacionada à formação de um modo de vida, o qual pode ser melhor compreendido por meio do conceito de *homo oeconomicus*, tal como pensado por Foucault (1998).

O conceito de *homo oeconomicus* pode ser traduzido como um instrumento a serviço da governamentalidade desenvolvida nos moldes do Estado em seus formatos liberal ou neoliberal. Tal instrumento permite ao Estado aliciar individualidades, as quais são atraídas

pelo desejo econômico, transformando-as em cúmplices de determinados grupos influentes no funcionamento da política, os quais passam a ditar um formato de ação governamental pautada em interesses fundamentalmente econômicos.

No entanto, esse aliciamento ocorre de maneira sutil, pois perpassa as diversas relações e os diversos âmbitos que envolvem os sujeitos (família, trabalho etc.), imprimindo na consciência coletiva desses sujeitos uma espécie de racionalidade fundamentada na racionalidade econômica, que pode, inconsciente ou mecanicamente, conduzir a uma ação política fundamentalmente econômica, em que o fator econômico não aparece de forma explícita e pura.

Assim, para Foucault (1998), o *homo oeconomicus* só existe no contexto da sociedade civil. É esta que lhe dá suporte ao assegurar que sejam estabelecidos vínculos econômicos. Tais vínculos não se reduzem a questões e interesses econômicos; antes, abrangem uma gama de interesses que, embora incluam os interesses econômicos, extrapolam-os.

[...] Na sociedade civil, o que une os homens uns aos outros é, sim, uma mecânica análoga à dos interesses, mas não são interesses no sentido estrito, não são interesses econômicos. A sociedade civil é muito mais que a associação dos diferentes sujeitos econômicos, muito embora a forma na qual esse vínculo se estabelece seja tal que os sujeitos econômicos poderão tomar lugar nela, que o egoísmo econômico poderá representar nela o seu papel. De fato, o que liga os indivíduos na sociedade civil não é o máximo de lucro na troca, é toda uma série que poderíamos chamar “interesses desinteressados” (FOUCAULT, 2008, p. 409).

Foucault se apoia em Ferguson para demonstrar como esses “interesses desinteressados” estão associados a instintos e sentimentos como simpatia, benevolência, compaixão, mas, também, à repugnância e toda uma gama de interesses egoístas que se colocam em jogo inconscientemente e de forma aparentemente desinteressada. Entretanto, o autor adverte que a mola propulsora do mercado, que se resume na multiplicação de ganhos, alimenta-se da síntese espontânea dos egoísmos.

O *homo oeconomicus* é aquele que obedece ao seu interesse, é aquele cujo interesse é tal que, espontaneamente, vai convergir com o interesse dos outros. O *homo oeconomicus* é, do ponto de vista de uma teoria do governo, aquele em quem não se deve mexer. Deixa-se o *homo oeconomicus* fazer. O sujeito ou objeto do *laissez-faire*. É, em todo caso, o parceiro de um governo cuja regra é o *laissez-faire*. E eis que agora, nessa definição de Becker tal como eu lhes dei, o *homo oeconomicus*, isto é, aquele que aceita a realidade ou que responde sistematicamente às modificações nas variáveis do meio, esse *homo oeconomicus* aparece justamente como o que é manejável, o que vai responder sistematicamente a modificações sistemáticas que serão

introduzidas artificialmente no meio. O *homo oeconomicus* é aquele que é eminentemente governável. De parceiro intangível do *laissez-faire*, o *homo oeconomicus* aparece agora como o correlativo de uma governamentalidade que vai agir sobre o meio e modificar sistematicamente as variáveis do meio (FOUCAULT, 2008, p. 369).

Ora, a definição do *homo oeconomicus*, tal como elaborada acima, auxilia na compreensão dos processos de exclusão. Ao admitir a possibilidade da existência de um tipo de racionalidade movida por interesses (ainda que inconscientes ou velados), podem convergir com outros interesses que irão resultar em conquista de direitos ou, por outro lado, movidos por impulsos egoístas, poderão conduzir a uma situação de *laissez-faire*.

Dito de outra forma, o autor coloca que, na relação dos “interesses desinteressados”, os vínculos econômicos se encontram numa posição ambígua. Se, por um lado, podem ligar os sujeitos econômicos conduzindo à multiplicação de direitos, por outro, podem promover a dissociação dos sujeitos, ao intensificarem os interesses egoístas dos indivíduos e a concorrência entre eles. Nesse sentido, o conceito de *homo oeconomicus* também pode ser interpretado como um instrumento de regulação da ação social a serviço da governamentalidade.

Um exemplo muito claro disso pode ser visualizado na aula de 7 de fevereiro de 1979, ministrada no Collège de France, por Foucault. Nesse ensaio, Foucault discorre sobre a forma como o liberalismo produziu a liberdade dos sujeitos generalizando o modo de vida do sujeito da troca, enquanto o neoliberalismo do século XX passou a promover a ideia de que os indivíduos deveriam se comportar como indivíduos-empresa, incentivando a concorrência entre os sujeitos econômicos. Segundo Foucault (2008), as diversas instituições sociais (propriedade privada, família, organização de uma casa) acabavam por se constituírem segundo o modelo empresarial, relacionando-se à ideia de concorrência entre desiguais no mercado.

Nesse sentido, o *homo oeconomicus* pode ser interpretado como aquele sujeito que, ao mesmo tempo em que é produto da ação do biopoder, também é capaz de produzir o biopoder que sobre ele atua, disciplinando-o e o punindo. E a biopolítica pode ser caracterizada como a expressão do modo de vida próprio do homem econômico, que se deixa capturar por diversas técnicas de modelagem de conduta, almejando a produção e manutenção das condições de realização de seus desejos e de sua felicidade. Podemos considerar, como um exemplo dessas técnicas de modelagem de conduta e enquadramento dos indivíduos, as relações de consumo. Segundo Guerra (2010, p.15),

[...] é incontestável a centralidade do consumo no processo de reprodução social em qualquer sociedade: cultura e consumo são aspectos fundamentalmente sociais, pois todo ato de consumo é essencialmente cultural. As diversas formas de consumo organizam a vida social por se tratar de meios de interação entre o indivíduo e a sociedade: o que comer, o que vestir, o que presentear, quais objetos comprar e quais repudiar são comportamentos ditados pelos modos socialmente estruturados de usar os bens para demarcar relações sociais.

Entretanto, o mesmo autor adverte que é necessário distinguir os conceitos de consumo e de consumismo. O consumo é uma atividade bem antiga e pode ser definido como um processo de criação, compra e uso de bens e serviços de consumo. Com o advento da modernidade, o consumo adquire centralidade na vida das pessoas, deixa de ser visto como resultante apenas do processo produtivo voltado para o suprimento de necessidades imediatas e passa a incorporar um caráter social, cultural e psicológico (GUERRA, 2010, p. 43). Neste ponto, é possível identificar a passagem do consumo ao consumismo, e uma real “sociedade de consumo” é estabelecida. Conforme Guerra (2010), nessa sociedade a cultura do consumo é marcada pela estimulação sensorial, pelo encantamento da publicidade e pela incitação de novos desejos e necessidades, orientando emoções ligadas ao consumo, como o querer, o desejar e o ansiar.

O consumo adquire tamanha centralidade na vida das pessoas que Guerra chega a afirmar que o ato de consumir se tornou uma peça de autoconstrução identitária. Nesse processo, a identidade dos sujeitos deixa de ser definida biologicamente, pela etnia ou pela posição social, tornando-se uma coisa inacabada e multifacetada (visto que os sujeitos podem adquirir várias identidades em momentos distintos), afetada pelos processos de significação e representação social nos quais os sujeitos estão imersos.

Para além da construção de identidades marcadas pelo consumo, outro aspecto importante para a compreensão das relações de consumo apontado por Guerra (2010) diz respeito às relações consumo/distinção social. Para a autora, embora o consumo não esteja primordialmente marcado por questões relativas à distinção social, em sua pesquisa de doutorado procurou demonstrar o quanto as pessoas ainda estão marcadas por sua posição social em função da capacidade de consumo que possuem.

O consumo passa, desse modo, a incorporar uma utilidade diversa da que se vincula à destinação do produto consumido: ele, o próprio consumo, é útil por se constituir como possibilidade de demonstração de um determinado poder de compra (GUERRA, 2010, p. 113).

Com base nesse poder de compra, é possível reconhecer a posição que os indivíduos ocupam na estrutura social, pois, conforme Guerra, muitas vezes o consumo apresenta-se como forma de inserção e aceitação social dos indivíduos nos grupos sociais, fomentando o desejo de consumir mais pelo ato de consumo do que pelo produto a ser consumido propriamente dito. O consumo adquire a capacidade de representar a demonstração de um determinado poder de compra condizente com as características de determinados grupos sociais. Dessa forma, a noção de consumo ultrapassa sua função meramente utilitarista, atingindo a capacidade de formação de identidades, de relações sociais e, portanto, o campo simbólico das relações sociais.

Com base em dados coletados em dois grupos focais realizados com homens e mulheres na cidade de Belo Horizonte e no referencial teórico escolhido para seu trabalho, Guerra (2010) concluiu que as relações de identidade e de consumo passam pela atribuição de múltiplos sentidos relacionados tanto à identidade individual (gostos e preferências) quanto à identidade social (*status*, estilo de vida, aceitação, pertencimento e reconhecimento), configurando-se como um processo complexo.

Um interessante exemplo de como o consumo pode atingir a formação da identidade social e individual dos sujeitos pode ser encontrado na “metáfora do turista e do vagabundo”, tal como descrita por Bauman (1999). Conforme o autor, os processos de globalização são experimentados de forma diferenciada pelos sujeitos. Alguns experimentam esses processos na posição de “turistas”, enquanto outros se enquadram na posição de “vagabundos”.

A figura do “turista” representa aquele indivíduo que possui uma boa condição socioeconômica e que, graças a essa condição, adquiriu uma capacidade de consumo privilegiada que lhe possibilita viajar pelo mundo pelo simples desejo de viajar e possibilita também, usufruir de uma infinidade de oportunidades de consumo. Já a figura do “vagabundo” representa aquele indivíduo que, por possuir uma situação socioeconômica vulnerável, é forçado a viajar, muitas vezes de maneira ilegal, para buscar melhores condições de vida. Nessa metáfora, o autor coloca que o desejo de todo “vagabundo” é ocupar a posição social de “turista”, enquanto o desejo do “turista” é manter as barreiras que demarcam sua posição privilegiada. Ao turista tudo é possível, as fronteiras são abertas, já para o vagabundo, muitas vezes, o que resta é a sobrevivência na clandestinidade.

E assim também ocorre no acesso aos bens de consumo. Aqueles que usufruem de uma condição financeira confortável possuem acesso aos bens de consumo almejados pelo coletivo social. Já aqueles que não possuem o mesmo poder de compra procuram nos

simulacros (muitas vezes produtos falsificados ou de qualidade duvidosa) alternativas para suprir seus desejos de consumo.

Segundo Sousa e Sousa (2015, p.185), a formação das identidades estabelece um diálogo “[...] com uma cultura de consumo em que as mercadorias passam a fazer parte dos desejos e satisfações pessoais” E os sujeitos Surdos não estão alheios a estas influências. Eles também partilham desse processo de formação de identidades baseado numa cultura de consumo.

Nesse processo, os meios digitais e eletrônicos têm assumido importante papel nas relações sociais, na construção dessas identidades, nas relações profissionais e nas práticas de consumo. Nos meios profissionais, observa-se a tendência de exigir dos sujeitos, além da formação profissional necessária ao exercício de cada função, também a capacitação para atuar num contexto marcado pela mediação das TICs.

Entretanto, segundo Maigret (2010), o acesso às TICs está relacionado ao crescimento dos níveis de renda e de escolarização. Embora a condição de surdez não esteja necessariamente relacionada à condição socioeconômica dos sujeitos, os sujeitos surdos também sofrem os efeitos do processo de exclusão digital direta ou indiretamente.

Tais efeitos manifestam-se de forma direta quando a condição de surdez vem acompanhada de uma situação socioeconômica desfavorável. Isso ocorre, conforme Maigret (2010), quando a população não dispõe do mínimo para sobreviver e fica à margem da acessibilidade aos recursos digitais. Mas, também, indiretamente quando, embora oriundos de famílias bem estruturadas economicamente, as dificuldades de comunicação provenientes das barreiras impostas pelas diferenças de linguagem dificultam o pleno acesso a todas as potencialidades dos recursos digitais. Como exemplo, podemos citar a limitada oferta de condições de formação destinadas aos Surdos, comprometendo ainda mais o desenvolvimento da capacidade de comunicação dessas pessoas e de acesso a postos de trabalho considerados mais influentes, impactando consideravelmente na condição socioeconômica dessas pessoas.

### **3.4 Exercício da cidadania: a questão do poder e a posição de Foucault**

A discussão anterior aponta para o que, à primeira vista, coloca-se como o cerne do aspecto político dos processos de inclusão, pois é exatamente o exercício dos direitos de cidadão que permite a promoção de tais processos. Gozar da condição de cidadão é, em alguma medida, gozar do direito de participar, de fazer parte, de ter acesso a algo que é considerado coletivamente como importante, como necessário.

Na contemporaneidade, o uso das TICs atingiu um elevado grau de infiltração na vida das pessoas, em diversos âmbitos: social, político, econômico, cultural, das relações afetivas cotidianas, dos processos de comunicação etc., permitindo a ampliação dos espaços públicos em escala global e proporcionando uma maior visibilidade destes no mundo virtual.

Graças a essa ampliação, o acesso a essas tecnologias carrega consigo a capacidade de colaborar com a promoção do direito do exercício da cidadania, por meio, por exemplo, do ativismo *on-line*. Por outro lado, a falta de acesso a esses recursos restringe também o acesso a espaços públicos e privados, visto que as diversas instituições têm buscado cada vez mais otimizar a oferta de seus serviços por meio do uso das TICs, tendendo inclusive a migrar os processos de atendimento ao público para os espaços virtuais, utilizando-se de recursos *on-line*. Nesse ínterim, os sujeitos que não conseguem ter acesso a esses recursos passam a ter seus direitos de cidadão restringidos, o que pode representar, também, a restrição de sua capacidade de exercício de alguma forma de poder, seja econômico, político, cultural, social etc.

À primeira vista, tudo parece ter relação com a posse ou a possibilidade de possuir, ou não, uma determinada forma de poder. Entretanto, a questão da (in) exclusão digital é muito mais complexa, e, nesse aspecto, a teoria foucaultiana a respeito da formação do poder muito pode contribuir para a compreensão da participação das pessoas Surdas nos processos de inclusão digital.

Conforme afirmou Machado (1998, p. 12) numa introdução da 13ª edição da obra *Microfísica do Poder*,

[...] não existe em Foucault uma teoria geral do poder. O que significa dizer que suas análises não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente (MACHADO, 1998, p. 12).

Apesar de não ser possível encontrar uma teoria geral do poder sistematizada nos trabalhos de Foucault, estudiosos deste trabalho, assim como Maia (1995), identificaram nos estudos do autor dois níveis de exercício do poder. O primeiro nível está relacionado às técnicas utilizadas para disciplinar os corpos. Já o segundo nível diz respeito ao estudo do corpo como entidade pertencente a uma espécie maior (a população) e, portanto, submetido às suas leis e regras.

Quanto ao primeiro nível de exercício do poder, segundo Maia, trata-se do estudo dos diversos mecanismos que levaram ao domínio dos corpos pelo poder, os quais vêm sendo progressivamente utilizados desde a época clássica até a contemporaneidade, e que fazem uso da disciplina como método de controle minucioso dos corpos. A disciplina dos corpos é entendida como uma tecnologia utilizada em diversos períodos históricos em conventos, oficinas e legiões romanas com a finalidade de extrair dos corpos o máximo possível de força útil, reduzindo o quanto puder sua força política.

Com o advento da sociedade industrial capitalista, essa tecnologia passou a ser utilizada maciçamente em escolas, fábricas, hospitais, hospícios, prisões etc., a fim de extrair tempo e trabalho dos corpos. A disciplina é, portanto, uma técnica ou instrumento de poder que implica vigilância constante e que funciona como uma rede que atravessa diversas instituições, sendo exercida nos diversos espaços do corpo social.

Quanto ao segundo nível de poder, caracterizado por Foucault (2008) como biopoder, formou-se por volta do século XVIII e é concebido como uma nova tecnologia do poder, cuja função é atuar junto à população e integrado ao poder disciplinar dos corpos, a fim de aprofundar o controle sobre estes corpos. A diferença entre este nível e o primeiro é que, neste segundo nível, Foucault (1987) analisa as formas de poder que atuam nos fenômenos da população e de suas regularidades.

Ora, se, na perspectiva foucaultiana, o poder é uma prática social constituída historicamente, o cerne desta pesquisa, cuja análise encontra-se focada nesta abordagem, pode ser resumido em duas questões: como as pessoas Surdas têm participado historicamente dos processos de luta por maior inclusão, por maior acesso a direitos que lhes permitam exercer a cidadania? Como as pessoas Surdas têm buscado coletivamente participar do mundo digital?

Segundo a perspectiva de Machado (1998), Foucault (1998) concluiu, com base em seus estudos, que o poder está distribuído de forma periférica e molecular, sendo exercido em níveis variados e em pontos diferentes da rede social, num complexo de “micropoderes” que podem, ou não, estar integrados ao Estado, de forma capilar. Dessa forma, o Estado não pode ser considerado como um órgão único de poder.

Ao contrário de muitos que buscam pensar as relações de forma descendente, ou seja, de cima para baixo, partindo de instâncias superiores e irradiando para estratos mais elementares da sociedade, Foucault (1998) se propõe a uma análise ascendente. Nessa análise ascendente, buscou compreender como se estabelecem os poderes periféricos, moleculares, nos diferentes pontos da rede social. Conforme Albuquerque (1995), podemos resumir a concepção de poder desenvolvida por Foucault como,

[...] uma relação assimétrica entre indivíduos, entre grupos, que se irradia da periferia para o centro, de baixo para cima, que se exerce permanentemente; dando sustentação à autoridade, e que funciona positivamente, dinamizando, incrementando as forças e recursos existentes.

Assim, em vez de coisas, o poder é um conjunto de relações; em vez de derivar de uma superioridade, o poder produz assimetria; em vez de se exercer de forma intermitente, ele se exerce permanentemente; em vez de agir de cima para baixo, submetendo, ele se irradia de baixo para cima, sustentando as instâncias de autoridade; em vez de esmagar e confiscar, ele incentiva e faz produzir (ALBUQUERQUE, 1995, p. 109).

Embora Machado (1998) advirta que as análises de Foucault sobre poder não possam ser generalizadas, visto que resultam de investigações delimitadas, circunscritas a objetos demarcados (estudo das prisões, dos manicômios), acreditamos que a possibilidade de compreender como os poderes periféricos se formam e como conseguem se desenvolver consegue, também, colaborar para a compreensão de outras questões, como o processo de inclusão digital dos Surdos.

Além da compreensão ascendente das relações de poder, também podem colaborar com este estudo as relações entre poder, saber e resistência, tais como pensadas por Foucault. Conforme Machado (1998), de acordo com a abordagem foucaultiana, todo saber tem sua origem em relações de poder, visto que todo conhecimento só é possível dentro de condições políticas que permitam tanto a formação dos sujeitos, quanto dos seus domínios de saber.

Saber e poder estão mutuamente implicados de forma que não existe relação de poder sem que se constitua um campo de saber a ele relacionado. Nesse sentido, não há um saber neutro. Todo saber é político e constitui novas relações de poder. Enfatiza-se, nesta tese, o poder exercido pelos processos de comunicação e a importância do domínio da linguagem nesses processos, que, no caso da pessoa Surda, afetam profundamente sua condição de existir.

Quando considerado o poder como prática social, como algo que não vem apenas de instâncias superiores, mas que é exercido em maior ou menor grau por diversas instâncias da teia social, é possível perceber uma abertura para processos de resistências. Afinal, como afirmou o próprio Foucault (1998, p. 8),

[...] O que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só com uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais que uma instância negativa que tem por função reprimir.

Disso decorre que, se o poder não se sustenta apenas pela repressão e se ele é capaz de produzir saberes e discursos, também carrega em si a possibilidade da construção de contradiscursos, de resistências. Para Foucault (2015), é impossível conceber qualquer relação de poder sem resistências. O filósofo acrescenta que,

[...] em certos momentos as pessoas resistem explicitamente, voluntariamente, globalmente a uma forma de poder, seja o poder político ou ideológico ou formas éticas de poder. Por exemplo, atualmente na Polônia há ainda uma resistência política, ideológica, social e ética. Eu acredito que esse tipo de processo ocorre muito regularmente na história, ou pelo menos com muita frequência, e que é fundamentalmente por meio desses processos de resistência ativa que as coisas começam a mudar. Mas, por si só, a resistência não pode mudar nada se nas formas pelas quais as pessoas resistem ao poder não há uma nova forma de organização, de relações, de relações sociais, de ideologia do saber e assim por diante (FOUCAULT, 2015, p. 98).

É nessa perspectiva que Foucault (1998) descreve o papel do intelectual na atualidade, em entrevista a Alexandre Fontana.

A figura em que se concentram as funções e os prestígios deste novo intelectual não é mais a do “escritor genial”, mas a do “cientista absoluto”; não mais aquele que empunha sozinho os valores de todos, que se opõem ao soberano e aos governantes injustos e faz ouvir seu grito até na imortalidade; é aquele que detém, com alguns outros, ao serviço do Estado ou contra ele, poderes que podem favorecer ou matar definitivamente a vida (FOUCAULT, 1998, p. 11).

O intelectual pode estar a serviço do Estado ou numa posição de resistência contra ele, o que ocorre graças ao conceito de verdade que carrega. Sobre os conceitos de verdade, Foucault (1998) entende que estes estejam ligados a sistemas de poder, os quais possuem em cada sociedade aquilo que o autor chama de “política geral de verdade” e que pode ser entendido como “os tipos de discurso que ela (a sociedade) acolhe e faz funcionar como verdadeiros [...]” (FOUCAULT, 1998, p. 12).

Enfim, conforme Maia (1995), Foucault não possui uma teoria geral de poder que possa ser aplicada a qualquer contexto. Ele pretende apenas analisar o funcionamento do poder em âmbito local, nos discursos específicos de determinadas épocas. A analítica foucaultiana a respeito de poder se faz numa perspectiva descritiva, procurando identificar diferentes mecanismos e estratégias no funcionamento das relações de poder em sociedade, o qual acontece em formato de rede. Ou seja, Foucault (1998) abandona a ideia de compreender

as relações de poder numa ótica centralizadora para adotar a ideia de uma rede que perpassa todo o corpo social, integrando diversos focos.

Tal entendimento nos leva à compreensão de que aquilo que a sociedade convencionalmente denomina “conquista de direitos de cidadania” pode estar intimamente relacionado à capacidade de exercício de poder dos sujeitos. Assim, quando transpomos esta racionalidade para a compreensão da luta pelo acesso aos direitos de inclusão (dentre os quais estão os direitos de inclusão digital) das pessoas Surdas, é possível perceber de forma nítida um movimento que começa pela base, no sentido de que parte dos próprios sujeitos Surdos frente ao reconhecimento de suas necessidades básicas de educação, saúde, moradia, lazer etc.

Considerando toda essa analítica sobre poder, surge uma nova interrogação: se o poder é uma prática social constituída historicamente e diluída no corpo social, numa relação assimétrica entre os indivíduos irradiando da periferia para o centro, debaixo para cima, como compreender os conceitos de exclusão/inclusão? Esta interrogação parece incoerente quando se pensa nos conceitos exclusão/inclusão de forma isolada do contexto histórico.

### **3.5 As relações entre o conceito de poder e os conceitos de (in) exclusão**

A incoerência em se tomar os conceitos de “exclusão” e de “inclusão” desconectados do contexto histórico ocorre quando se pensam tais termos como sinônimos de binômios do tipo “estar fora” ou “estar dentro”, “não pertencer” ou “pertencer” etc. Tais conceitos precisam ser analisados numa perspectiva mais ampla, considerando o percurso histórico que possibilitaram sua formulação.

Conforme Alvino-Borba e Mata-Lima (2011), os conceitos citados precisam ser entendidos como aqueles com definições abertas e flexíveis, que evoluem conforme a época e as situações. Mas que, entretanto, encontram um ponto de convergência numa abordagem holística da internacionalização da economia neoliberal, que ultrapassa o controle do sujeito. Dentro desta abordagem, a exclusão social (e acrescentamos também a exclusão educacional) manifesta-se numa situação de privações de direitos, de marginalização de indivíduos, enquanto que a inclusão social está associada à solidariedade social com envolvimento de diversos segmentos da sociedade. Sendo que este último, o envolvimento, requer uma gestão econômica concreta que resulte numa política social.

Para os autores, ambos os conceitos estão associados à vulnerabilidade social e à assimetria na variabilidade espaço-temporal. Baseados na análise de pesquisas sobre o tema, constataram que os processos de exclusão social são condicionados pela negação de

possibilidades de igualdade de oportunidades a determinados sujeitos ou grupos. Por outro lado, os processos de inclusão social possuem como objetivo final a equidade social.

Ainda de acordo com Alvino-Borba e Mata-Lima (2011), a exclusão é um processo que abrange a todos de forma diferenciada, englobando, além dos recursos financeiros e materiais, uma diversidade de obstáculos, como a discriminação, doenças crônicas, isolamento geográfico etc. Além disso, as diversas formas de exclusão social conectam-se umas às outras, gerando um efeito cumulativo e multidimensional. Por outro lado, os processos de inclusão social também estão relacionados a diversas variantes.

Os autores também alertam para a importância de uma correta identificação dos condicionantes dos processos de (in) exclusão social quando se almeja uma política social eficaz. Assim, por exemplo, no combate à pobreza, mais que a considerar como resultante da ausência de recursos ou rendimentos, faz-se necessário compreender a pobreza na sua relação com a privação das capacidades sociais, econômicas, culturais e políticas.

Outro exemplo citado pelos autores é o desemprego e o trabalho precário, enquanto problemas que conduzem à exclusão social. Estes devem ser combatidos por meio de medidas que assegurem a plenitude do trabalho, tais como o desenvolvimento de uma legislação laboral e de políticas fiscais que estimulem entre os empregadores investimentos que tenham capacidades de criar novos postos de trabalho.

A inclusão social através do trabalho gera maior envolvimento participativo do indivíduo na sociedade, visto que o emprego possibilita a capacidade de decisão, de escolhas relativamente à utilização dos recursos sociais e de pleno exercício da cidadania (ALVINO-BORBA e MATA-LIMA, 2011, p. 230-231).

Os autores mencionam ainda outros exemplos, como a falta de educação como reflexo da baixa escolaridade, o que reduz as possibilidades de emprego, e a falta de saúde, que pode ser agravada por processos de exclusão social. Entretanto, tão importante quanto a identificação dos condicionantes dos processos de (in) exclusão neste ponto do estudo realizado é a compreensão crítica de tais conceitos.

Conforme Boneti (2006), o conceito de exclusão social superou a dicotomização do dentro e do fora, visto que é reflexo de um momento histórico em que o sistema econômico promoveu a quebra da homogeneidade dos grupos sociais que caracterizava as classes sociais enquanto categorias de análise, permitindo um processo de individualização. Tal processo é resultado do descolamento dos sujeitos de seus pertencimentos coletivos. Pessoas estas que, jogadas à própria sorte, passaram a compartilhar desvantagens sociais, como desemprego,

pobreza, falta de moradia, de educação etc. A exclusão, portanto, não é uma categoria que veio substituir o conceito de classe social. Antes, trata-se de uma problemática social.

Já o conceito de inclusão social, ainda na visão de Alvino-Borba e Mata-Lima (2011), continuou carregando a herança teórica e metodológica da dicotomização do dentro e do fora. Não pode ser considerado como uma noção ou um conceito, visto que se trata de uma positivação de uma problemática social (a exclusão social). É mais um discurso que um conceito. Discurso esse que, associado ao conceito de cidadania, reflete uma visão conservadora da Sociologia Política, a qual coloca a cidadania como condição para estar incluída no “contrato social” e ser digna de usufruir de direitos sociais.

Nesse sentido, o discurso de inclusão “[...] sugere a ideia da existência de um único projeto social, o da classe dominante, e esta classe guarda consigo o direito do controle do acesso aos bens sociais, aos serviços, ao conhecimento socialmente produzido etc.” (BONETI, 2006, p. 192). Aqui se percebe como o acesso aos direitos de cidadania pode estar relacionado à capacidade de exercício de poder econômico dos sujeitos e, conseqüentemente, como se relaciona à posição social desses sujeitos.

Boneti (2006), em suas conjecturas, traz grandes contribuições quando ressalta a superação da dicotomização das ideias de “dentro/fora” na concepção de exclusão social, passando a conceber tal fenômeno enquanto uma problemática social. Por outro lado, considerar a exclusão social como uma problemática social a ser combatida e, ao mesmo tempo, os processos de inclusão como uma positivação da exclusão social são questões que não podem ser interpretadas como fatores que conduzem à existência de ideias permeadas por um projeto social unilateral, elaborado por uma classe dominante, que detém o controle do acesso aos bens e serviços sociais.

Veiga-Neto e Lopes (2011), ao avaliarem os sentidos atribuídos ao conceito de inclusão, identificam uma constante tendência de conferir a tal conceito um caráter disciplinar ou de militância, justificando-o como uma necessidade que a todos se impõe. Nesse sentido, há uma tendência de naturalização dos processos sociais, o que acaba por camuflar o fato de que tais processos são produto de determinadas condições históricas localizadas e datadas. Segundo esses autores, a superação da naturalização dos processos sociais é oriunda de uma crença quase que ingênua de que o mundo em sua essência é um espaço igual e homogêneo para tudo o que nele existe. Conforme esta crença, tudo o que destoa é visto como algo que contraria a natureza do mundo, sendo o homem culpabilizado como agente social responsável pelas disfunções.

Diante desse pensamento, Veiga-Neto e Lopes (2011) ressaltam uma utilização alargada da palavra inclusão, a fim de abarcar um número crescente de sujeitos que, submetidos a determinadas condições econômicas, sociais, etárias, étnico-raciais, de gênero, de aprendizagem etc. são classificados como “excluídos” e, portanto, carentes de processos de inclusão. Dessa forma, ocorre uma banalização do conceito de inclusão, que reduz as condições de igualdade na medida em que resulta, por exemplo, numa postura focada na busca de soluções superficiais. Soluções estas que, preocupadas em encontrar responsáveis pelas mazelas da sociedade, conduzem ao esquecimento ou à rejeição a segundo plano daquilo que deveria ser a questão central no combate às situações de desigualdade: a busca da compreensão das relações sociais que resultaram em situações de desigualdade, o reconhecimento do caráter inventado dessas situações, das determinações e contingências espaço-temporais que lhes possibilitaram florescer.

Dessa forma, para os autores, o movimento global pró-inclusão, ao mesmo que tem contribuído para a expansão dos discursos a favor da inclusão e para a promoção de novas percepções e práticas includentes, também pode servir para estimular uma discriminação negativa ao servir à promoção de fins cujos interesses não correspondem, de fato, às necessidades daqueles que são considerados como excluídos. Daí que os autores sugerem a utilização do termo (in) exclusão:

In/exclusão foi a expressão criada para marcar as peculiaridades de nosso tempo, ou seja, para “atender à provisoriedade determinada pelas relações pautadas pelo mercado e por um Estado neoliberal desde a perspectiva do mercado”. Dessa forma marcadamente relacional, a in/exclusão se caracteriza pela presença de todos nos mesmos espaços físicos e pelo convencimento dos indivíduos de suas incapacidades e/ou capacidades limitadas de entendimento, participação e promoção social, educacional e laboral (VEIGA-NETO; LOPES, 2011, p. 131).

Essa denominação nos permite entender que, entre a constituição da exclusão enquanto problemática social e do discurso de inclusão enquanto posituação dessa problemática, existe toda uma teia de relações de poder. Uma teia que, como bem definiu Foucault (1998), não é tão simples de ser explicada, uma vez que envolve diversas formas de vivenciar e de ser atingido pelas relações de poder. A grande crítica de Lopes e Rech (2013), longe de negar a importância de se pensar em práticas inclusivas, é que os sentidos atribuídos ao conceito de inclusão na atualidade têm se fundamentado numa racionalidade pautada na ideia de enquadramento dos sujeitos ditos excluídos em parâmetros considerados como “normais” dentro de um determinado modelo geral, instituído no âmbito de um grupo.

Conforme os autores, tal enquadramento é realizado por meio de técnicas de disciplinamento dos indivíduos e, também, num plano macro de relações, por meio do biopoder, ou seja, do poder que atua junto à população. Se interpretarmos o Estado como instituição dotada de potencial para exercer esse biopoder, assim como Lopes e Rech (2013) apontaram, é possível compreender como o conceito de inclusão adquire caráter imperativo dentro das ações do Estado.

Dessa forma, inclusão como imperativo implica, pelo seu caráter de abrangência e de imposição a todos, que ninguém possa deixar de cumpri-la, que nenhuma instituição ou órgão público possa dela declinar. Sem mais discutir a pertinência ou não da inclusão, o Estado cria condições de materialização de ações reconhecidas como inclusivas, visando garantir a participação de todos em distintos espaços (LOPES; RECH, 2013, p. 212-213).

Como pensam Lopes e Rech (2013), também acreditamos na ideia de que a inclusão enquanto imperativo de Estado se materializou na atualidade como uma alternativa economicamente viável para o enquadramento dos indivíduos nos padrões de normalidade estabelecidos, sem que houvesse um questionamento a respeito da pertinência ou não da inclusão. E reafirmamos a importância de questionamentos dessa natureza, por entender que ele pode contribuir para a construção de ações inclusivas que, de fato, representem as demandas da sociedade. Mas também em evitar que ocorra a promoção de interesses que não condizem com aqueles das populações às quais se destinam as ações inclusivas, fato recorrente na realidade brasileira.

Assim, por exemplo, como afirmaram Lopes e Rech (2013), quando se trata das ações estatais inclusivas, é possível perceber uma forte associação das políticas de inclusão a mecanismos de assistência social, conforme uma lógica capitalista e uma racionalidade neoliberal. Dessa forma, o discurso de inclusão no Brasil, tanto nos governos de Fernando Henrique Cardoso, quanto nos de Luiz Inácio Lula da Silva, promoveram importantes políticas de inclusão. Tais políticas, por um lado, visavam a equalização das condições sociais e econômicas de indivíduos em condições desiguais, e, por outro lado, tiveram que encontrar formas de conviver no sistema capitalista, o qual se alimenta da produção, da desigualdade, da concorrência, do individualismo e da competição (LOPES; RECH, 2013, p. 214).

A grande questão que Lopes e Rech (2013) colocam é que, ao se associarem a mecanismos de assistência social conforme uma lógica neoliberal pautada na concorrência, as políticas de inclusão (dentre as quais se incluem as políticas educacionais) tentaram criar

condições de inserção no mercado a indivíduos que não conseguiam se inserir no sistema produtivo por meio da distribuição de recursos, cotas etc. sem, no entanto, considerar as desigualdades individuais de concorrência e de competição desses sujeitos. Quando se pensa no impacto de tudo isso no campo da educação, é possível perceber que,

[...] educar para a inclusão ou para uma sociedade inclusiva é uma tarefa que não pressupõe apenas a vontade política de um governo; pressupõe que a população – ou as populações, em um âmbito maior – sejam educadas e conduzidas para um tipo de sociedade onde barreiras econômicas, físicas e relacionais sejam repensadas, porém não removidas por completo. O que vemos modificar são os tipos de relações, pois agora, com o ideal pansófico de incluir a todos, temos novas regras e novas possibilidades de participação no jogo social. Embora o Estado dê aos indivíduos, pelo menos em tese, condições de superar as barreiras que dificultam a sua inserção em algumas práticas sociais, o simples fato de receber certas condições não assegura que todos tenham as mesmas chances de participação e, ainda, não garante a permanência e o sucesso esperado. Isso explica a necessidade de nos mantermos constantemente incluídos (LOPES; RECH, 2103, p. 2015).

Dito de outra forma, os ideais de educação inclusiva passam a ser cooptados para atender a interesses que extrapolam sua finalidade primeira de equalização de oportunidades. Na implementação de políticas de inclusão educacional, são efetivadas práticas que refletem uma espécie de consenso social a respeito do que as pessoas entendem serem suas necessidades. Entretanto, esse consenso é produzido num processo pedagógico de convencimento dos sujeitos, que, alijados de processos de formação crítica, são convencidos por forças externas a crerem que estão incluídos com a promoção de determinadas ações políticas de cunho assistencialista. Porém, o que ocorre é uma espécie de “inclusão temporária e limitada”, incapaz de romper com os processos de exclusão, perpetuando as desigualdades educacionais.

Numa sociedade que incentiva o individualismo, os processos de inclusão são tolerados apenas na medida em que incluem de maneira desigual os sujeitos, dando a eles apenas sensação de equalização de oportunidades. Partem das demandas populares da sociedade para atuar de maneira a maquiagem as diferenças, atuando para reforçar as barreiras e desigualdades sob uma nova “roupagem”. Por meio dessa nova “roupagem”, tentam passar a ideia de que, com as políticas de inclusão educacional, o Estado está trabalhando para dotar os indivíduos de condições igualitárias de competição. Na realidade, ao desconsiderar as condições de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, o Estado faz uso dessa ideia para culpabilizar os sujeitos (in)excluídos pela situação de privação em que se encontram.

### 3.6 O aspecto político da inclusão digital e a importância da educação

Com base nas ponderações levantadas no tópico anterior, quando se busca compreender os processos de exclusão digital dos Surdos, para além de identificar o “estar fora ou dentro” das possibilidades de usufruir das inovações tecnológicas e digitais da contemporaneidade, o que se pretende é avaliar como as pessoas Surdas têm experimentado, ou não, as benesses de tais inovações em suas relações cotidianas.

Voltando às questões centrais desta pesquisa:

a) Como as TICs podem ser usadas para colaborar com a ampliação das possibilidades de comunicação e de inclusão das pessoas Surdas?

b) Quais os pré-requisitos para que seus processos de inclusão digital ocorram?

c) Quais as condições sociais, econômicas e políticas experimentadas pelas pessoas Surdas nos processos de inclusão digital?

d) Como as pessoas Surdas têm buscado, coletivamente, participar do mundo digital?

e) Existem políticas públicas nacionais destinadas à inclusão digital das pessoas Surdas no Brasil no período entre 1995 e 2018?

f) Existem contribuições da pesquisa científica/acadêmica nos processos de inclusão digital das políticas públicas brasileiras voltadas para o público Surdo?

Todas essas indagações são de suma importância quando se busca analisar o aspecto político-social-educacional dos processos de (in) exclusão digital das pessoas Surdas. Outra temática que merece destaque diz respeito às dificuldades de comunicação em função dos problemas envolvendo os processos de formação cognitiva e aquisição da linguagem.

A necessidade de se pensar a relação da linguagem com os processos de inclusão digital não é algo inédito. Há mais de dez anos, Buzato (2007) procurou pensar essa relação quando, em seus estudos de doutoramento, questionou o formato do que convencionalmente tem sido caracterizado por “Inclusão digital” nas políticas públicas formuladas naquele momento. O pesquisador, ao analisar tais políticas, questionou a apropriação do conceito em questão, que parecia estar relacionado à ideia de que inclusão digital se resumia em promover, de um lado, o acesso esporádico das pessoas a computadores conectados à internet por meio de dispositivos públicos; e, por outro, à criação de políticas de subsídio à compra de computadores pela população de baixa renda.

Dessa forma, segundo o autor, se a expressão “inclusão digital”, tal como utilizada nos programas promovidos pelos governos, encontrava-se intimamente ligada ao acesso direto ou

indireto aos recursos digitais (como computadores, aparelhos multimídias etc.), como explicar o fato de que os processos de inclusão digital em curso naquele período, como também na atualidade, transcorriam de forma desigual num ambiente de franca expansão comercial de acesso a esses recursos? Por que algumas pessoas se encontram mais incluídas digitalmente que as outras?

Diante dessas inquietações, Buzato (2007) sentiu a necessidade de repensar o conceito de “inclusão digital”, apontando para a importância de se adotar uma conceituação que superasse a visão limitada ao acesso, ou não, aos recursos digitais, bem como a definição baseada no binômio exclusão/inclusão, tão propagada nas mídias e nos meios acadêmicos. Isso porque, por um lado, era inegável o fato de que a vida cotidiana das pessoas se encontrava profundamente permeada pelos recursos digitais, em maior ou menor intensidade, e, por outro lado, conforme havia constatado, as vivências contemporâneas não permitiam mais afirmar a existência de pessoas totalmente excluídas ou plenamente incluídas.

Os "excluídos" de que falam os discursos da mídia e os economistas de bancos de desenvolvimento são, em verdade, incluídos, perversamente incluídos, numa dinâmica econômica e sociocultural que transforma diferenças em desigualdades. Incluí-los, do ponto de vista que costuma fundamentar aqueles discursos, é dar-lhes um significado e uma função no novo sistema, o qual valoriza a diferença que pode ser codificada e incorporada como mercadoria, e que não prescinde do seu potencial para consumir e trabalhar, mas os expulsa da paisagem urbana e dos lugares em que o convívio é mediado pela capacidade de comprar: os desconecta (BUZATO, 2007, p. 13).

Enfim, o que aparentemente estava ocorrendo é que todas as pessoas se encontravam já naquele momento, de alguma forma, conectadas (em maior ou menor intensidade). Ou, dito de outra forma, a vida das pessoas já se encontrava de tal forma impregnada pelo uso das tecnologias, ao ponto de diversos setores da sociedade apontarem para a constituição de um novo tipo de sociedade que convencionalmente estava sendo tratado como “Sociedade da Informação”.

Conforme Bonilla e Oliveira (2011), o termo Sociedade da Informação encontra-se relacionado ao termo inclusão digital e ambos surgiram e se consolidaram na década de 1990, num espaço político e ideológico impregnado pelo incentivo à adoção de programas que tinham como objetivo a difusão do uso de tecnologias da informação e da comunicação, bem como a formação humana para utilização dessas tecnologias, chamados “Programas Sociedade da Informação”. Tais iniciativas partiram especialmente dos países que compõem a União Europeia e os Estados Unidos, por meio de organismos internacionais como a

Organização da Nações Unidas – ONU e a Organização dos Estados Americanos – OEA que, supostamente, estavam preocupados em contribuir com a diminuição dos processos de exclusão social (dentre os quais estava embutida a exclusão digital) em escala global.

Entretanto, na opinião de Buzato (2007), “inclusão digital” e “sociedade da informação” eram termos que apareciam juntos muito mais para definir como interesses gerais aquilo que representava uma visão particular daqueles que, supostamente, encontravam-se incluídos digitalmente, criando artificialmente a ideia de que o que denominavam “sociedade da informação” fazia referência a um mundo novo, o qual fatalmente estava surgindo. Mundo este em que a potencialização dos recursos de informação e comunicação estava promovendo profundas transformações nas formas de relacionamentos (culturais, econômicos e sociais), entre pessoas e entre nações, ao ponto de constituir uma espécie de aldeia global capaz de eliminar fronteiras num simples clique do *mouse*<sup>8</sup>.

O mesmo autor reitera que todas as propagandas, sejam dos programas sociais desenvolvidos pelos governos com o intuito de promover ações de inclusão digital, sejam de empresas privadas que investiam em ofertar os produtos digitais (*softwares* e *hardwares*), requeridos pelas transformações em curso, apoiavam-se na ideia de que não se tratava apenas de promover a utilização do computador de maneira eficaz nas diversas atividades profissionais. Para além disso, apontavam para a necessidade do domínio de uma nova linguagem, a “linguagem digital”, como requisito fundamental para ser bem-sucedido profissionalmente, num mundo em que o acesso a computadores e redes telemáticas se colocava como norma.

Um dos questionamentos do autor é que, na sua visão, todas as sociedades são, em alguma medida, sociedades que fazem uso da informação. No entanto, “Sociedade da Informação”, tal como na definição em curso, parecia ter mais ligação com as cadeias globais de produção, cuja difusão e propagação de mercadorias encontravam-se dirigidas por publicitários e administradores. Era, portanto, um fenômeno muito mais impulsionado pelas transformações nos processos de trabalho (agora permeados pelas novas tecnologias) do que por transformações culturais, propriamente ditas, embora também influenciassem nos processos de transformação social e cultural das pessoas.

Nossa crítica a essa visão é que, apesar da grande influência das cadeias globais de produção na expansão das TICs, não podemos desconsiderar o fato de que os primeiros

---

<sup>8</sup> Palavra usada para definir o periférico de entrada de dados de um computador que tem como função movimentar o cursor na tela do computador, afim de apontar, indicar, selecionar e acessar por meio de cliques os conteúdos que se deseja.

computadores pessoais a serem comercializados em meios não militares foram produzidos na garagem da casa de Steven Paul Jobs e que a primeira experiência de computadores ligados em rede fora dos meios militares ocorreu no âmbito de universidades norte-americanas. Dessa forma, o seu surgimento já é marcado por interesses comerciais para alimentar as ciências em seus diferentes ramos de produção, logo vêm alinhados para fortalecer os tentáculos do sistema capitalista neoliberal.

É inegável o poder de fascínio e encantamento que essas novas tecnologias exercem sobre as pessoas em função das incontáveis potencialidades de comunicação próprias da sua natureza. A percepção desse encantamento e de suas inúmeras potencialidades é que motivaram as grandes cadeias de produção a investirem nesse mercado. Portanto, para além dos interesses meramente econômicos, não podemos deixar de considerar o potencial de controle desses recursos.

Também não podemos deixar de considerar a capacidade das pessoas de buscarem formas de participação nos processos de inclusão digital, ainda que suas condições socioeconômicas não lhes permitam o pleno acesso. O fato é que as pessoas acabam se incluindo de maneira desigual conforme suas condições econômicas permitem. Essa inclusão desigual é que colabora com a perpetuação da desigualdade de acesso à informação e, aliada a outras formas de exclusão, colabora também com a reprodução das desigualdades sociais.

Voltando às transformações no mundo do trabalho, na visão de Buzato (2007), pareciam decorrer das necessidades colocadas pela formação de uma elite acadêmica, corporativa e cultural nas regiões do planeta em que os conceitos de inclusão digital e Sociedade da Informação primeiro se desenvolveram. Ao mesmo tempo que tais necessidades demandavam dos Estados, além da provisão de insumos, a criação de dispositivos legais que regulamentassem as mudanças em curso e a criação de uma massa de trabalhadores qualificados, demandavam, também, a retirada desse mesmo Estado dos processos de negociações e de transações em face da desterritorialização dos processos de produção e de trocas comerciais e culturais, dos fluxos transnacionais de capitais. Fatores que favoreceram sempre as partes mais fortes da relação, ou seja, os países considerados desenvolvidos desejam a quebra de fronteiras para explorar livremente o mercado nas nações consideradas pouco desenvolvidas.

Desterritorialização essa que, para além dos interesses de Estado de expansão e domínio das nações mais desenvolvidas economicamente sobre os países considerados como subdesenvolvidos, atendia também às necessidades do capital internacional em expandir suas possibilidades de lucratividade. O que acabou por reforçar as diferenças de competição entre

as nações, visto que a exportação das tecnologias digitais de países desenvolvidos para países subdesenvolvidos não foi capaz de equalizar as condições de acesso, pois os países ditos desenvolvidos se mantiveram na vanguarda da produção de tecnologia de ponta. Restaram às nações mais pobres apenas os insumos dessa produção, o que reforça também a relação de dependência e subordinação em relação à necessidade de importação de tecnologias, num mundo cada vez mais permeado pelo seu uso.

Os países subdesenvolvidos, diante da falta de vontade dos governos ou da incapacidade de criar mecanismos de investimento em pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias, constituíram-se em um grande mercado consumidor dos produtos digitais fabricados pelas superpotências econômicas mundiais, como os Estados Unidos. E a dominação do mercado de recursos digitais pelos EUA é tão intensa que até mesmo a linguagem utilizada no emprego de tais recursos em países como Brasil, por exemplo, tem forte influência da língua inglesa. Expressões como “*softwares*”, “*hardwares*”, “*i-Phone*”, “*spam*”, “*notebook*”, “*desktop*” e outras acabaram incorporadas na rotina das pessoas, demonstrando o grau de influência dos países desenvolvidos sobre aqueles ainda em desenvolvimento ou subdesenvolvidos.

Essa influência exercida pelos Estados exportadores de produtos digitais na linguagem local dos países consumidores desses produtos pode parecer, à primeira vista, algo despropositado. No entanto, representa a própria atuação do biopoder, quando o entendemos como uma espécie de técnica de modelagem de vida em que, por analogia, povos “colonizadores” se impõem de maneira sutilmente forçada a povos “colonizados” economicamente. Ilustra, portanto, como os tentáculos de uma biopolítica atuam na cultura dos povos, numa relação íntima com as estruturas de saber, quando determina que os agentes de uma dada localidade devem também ter um acesso mínimo ao conhecimento da língua do “colonizador” para usufruir dos recursos digitais disponíveis no mercado. Por consequência, favorece a formação de pequenas “elites locais”, que, submetidas às “grandes elites colonizadoras”, representam uma classe de pessoas detentoras de um saber específico necessário à operação consciente dos recursos digitais.

Diante dessas reflexões e da percepção de que a maior parte dos investimentos governamentais e privados relacionados à inclusão digital nos países subdesenvolvidos estavam focados na dimensão físico-espacial de acesso à infraestrutura técnica, Buzato (2007) propôs-se a pensar os processos de inclusão digital numa outra perspectiva. Acredita ele que pensar a inclusão pelo viés técnico do acesso pode ser algo problemático, visto que o

fenômeno da exclusão digital não se manifesta somente pela falta de acesso, mas, sobretudo, pelas consequências sociais, econômicas e culturais de uma distribuição desigual de acesso.

Entretanto, para além da questão da dominação, a perspectiva proposta pelo autor busca considerar a possibilidade que a palavra inclusão possui, de deslizar entre um sentido de imposição de uma visão hegemônica capaz de conduzir a um processo de subordinação de significados, valores e crenças de uma elite global, para outro, que considera também a noção de formação de uma contra-hegemonia. Enfim, trata-se de uma perspectiva que inclui a possibilidade de que os subalternos, ao se apropriarem das novas tecnologias, também consigam criar concepções diferenciadas de mundo capazes de superar as concepções que se colocam como dominantes.

Dessa outra perspectiva, inclusão e exclusão não são sinônimos de estar dentro e estar fora, partilhar do consenso ou alienar-se totalmente: são dois modos simultâneos de estar no mundo. Trata-se de uma perspectiva baseada na heterogeneidade (da linguagem, da cultura, do sujeito e da tecnologia) a partir da qual é possível perceber que todos já somos irremediavelmente incluídos e excluídos ao mesmo tempo: o termo inclusão, nesse caso, pretende aludir à possibilidade de subversão das relações de poder e das formas de opressão que se nutrem e se perpetuam por meio da homogeneização, da padronização, da imposição de nossas necessidades ao outro e do fechamento de significados (BUZATO, 2007, p. 24).

Pensar os processos de inclusão digital nessa perspectiva nos ajuda a compreender melhor certa tendência em supervalorizar a atuação dos processos de informação no cotidiano das pessoas. Ao promover uma espécie de “fetichização da informação” em massa, acaba por desconsiderar as relações existentes entre “o tipo de informações que tem se colocado como necessária” e “as necessidades quotidianas reais dos sujeitos”.

Tal questão é levantada por Buzato (2007) para demonstrar o quanto a noção binária de acesso é insuficiente para abarcar todo o conceito de inclusão digital, visto que, numa outra vertente, outra gama de pesquisas tem demonstrado também o quanto “a relevância e a utilidade da informação só existem dentro de processos de construção de conhecimento (inclusive mas não somente escolares) [...]” (BUZATO, 2007, p. 57). Tais pesquisas têm, frequentemente, chegado a duas conclusões: a primeira é a de que o simples acesso às TICs não é suficiente para melhorar as oportunidades de vida das populações de baixa renda (em alguns casos, pode até contribuir para o aumento das diferenças sociais). E a segunda conclusão é a de que, depois de superadas as dificuldades de acesso às tecnologias, quando já difundidas entre as populações da baixa renda, essas tecnologias são integradas às normas,

valores e disposições desses grupos onde são introduzidas, o que conduz ao entendimento de que as normas socioculturais precedem a prática social, determinando-a.

Entretanto, na busca de um olhar mais crítico sobre estes estudos, Buzato (2007) atenta-se para o fato de que os contextos analisados por eles não são contextos homogêneos. Antes, possuem diferenças de gênero, idade, etnicidade e grau de escolarização que exercem grandes influências no tipo de acesso e nas formas de uso dos recursos digitais, compondo uma realidade marcada pela heterogeneidade nas maneiras de ser local. Tal fato revela a existência de diferentes identidades em constantes transformações, conforme as pessoas são representadas nos sistemas culturais que as rodeiam. Atenta-se também para o fato de que, ainda que se possa deduzir uma norma sociocultural comum a um grupo de pessoas de um determinado contexto, esse contexto possui capacidade de se transformar por meio das práticas e da hibridização<sup>9</sup>.

Tendo como ponto de partida essas reflexões acerca dos processos de inclusão digital, Buzato (2007) avança em suas análises, tentando articular o conceito de inclusão digital com o conceito de linguagem digital, por considerar este último como essencial na compreensão do primeiro. Desse modo, para o autor,

[...] Computadores são máquinas especiais porque, antes de mais nada, são máquinas de linguagem. O problema (ou solução) mais básico (a) da interação homem-computador é a necessidade do homem expressar conceitos, relações e atos culturalmente codificados em sua linguagem natural em termos de uma linguagem artificial baseada, em última instância, em dígitos binários mutuamente excludentes (1/0, Verdadeiro/Falso, ligado/desligado, etc.). Na prática, isto é possível por meio de uma cadeia de traduções realizadas por programas interpretadores e compiladores criados especificamente para este fim, e que funcionam independentemente da atenção do usuário (BUZATO, 2007, p. 76).

Enfim, embora a linguagem digital extrapole o uso do computador enquanto ferramenta primeira desse processo (visto que podemos considerar a criação do computador como um dos grandes marcos no desenvolvimento da linguagem digital), todos os principais recursos digitais da contemporaneidade (como os *smartphones*, por exemplo) se desenvolveram a partir de avanços dos conhecimentos no campo da informática.

A informática, entendida como campo de conhecimentos que estuda o tratamento de informações, é anterior à criação do computador. Entretanto, a invenção do computador

---

<sup>9</sup>Hibridização é entendida por Buzato (2007) como a capacidade de negociação de sentidos entre a realidade global e realidade local em que ambas se ironizam e se contaminam. Enfatiza as diferentes formas de acesso às TICs, de apropriação destas e de construção de significados das relações sociais quando passam a ser mediadas pelos recursos digitais.

adquiriu extrema importância para esta ciência, na medida em que possibilitou agilizar, aprofundar e diversificar o tratamento de informações, além de contribuir com a introdução desses conhecimentos nas diversas atividades cotidianas dos sujeitos.

Em estudo de mestrado realizado por Medeiros (2013), pode-se concluir que

[...] a informática, aliada ao desenvolvimento de tecnologias de transmissão de dados, possibilitou o surgimento de mecanismos de comunicação entre os mais variados sistemas de informação que, desde a segunda metade do século XX, começaram a ser integrados entre si nos mundos do trabalho e das finanças, nos aparelhos de Estado até chegar, inclusive, a ocupar um espaço significativo no próprio mundo da vida cotidiana, para tornar todos os tipos de dados e informações acessíveis a grande parte da humanidade que dispõe de educação e meios para se apropriar e usufruir desta complexa tecnologia, em processos de massa que podem ser denominados de “inclusão digital” (MEDEIROS, 2013, p. 24).

A relação entre informática e computador se estreitou de tal forma que, em diversas circunstâncias, a imagem de um remete imediatamente à imagem de outro e ambos remetem à ideia de Sociedade da Informação e do Conhecimento. Noguera-Ramírez (2011), ao analisar a evolução do conceito de Sociedade do Conhecimento, afirma que o entendimento sobre a ideia de “pessoa de conhecimento”, desde o período iluminista até o estabelecimento do período capitalista (em que ocorreu um processo de especialização dos saberes), caminhou no sentido de conduzir a uma passagem para a ideia de conhecimentos, no plural. Dentro desta perspectiva, a Modernidade, enquanto período de grandes transformações culturais, econômicas, sociais e políticas, com início nos séculos XVI e XVII, desenvolveu-se de forma a adentrar o século XIX marcada pela emergência dos discursos a respeito da importância do conceito de aprendizagem a tal ponto que o autor identifica o período como o período da “sociedade da aprendizagem”, graças à

[...] extensão da função educativa além da escola e, de outra, à conseqüente exigência, para o indivíduo habitante desse novo espaço social, de um aprendizado constante e ao longo da vida, exigência que leva a sua consideração como aprendiz permanente, vitalício ou, como diria Popkewitz (2009), um cosmopolita inacabado (NOGUERA-RAMÍREZ, 2011, p.21).

Conforme Noguera-Ramirez (2011), essa forma de encarar os processos educativos, a qual está intimamente relacionada às ideias de “abordagem por competências” e “aprendizagem ao longo da vida”, pode ser interpretada como a disseminação da governamentalidade neoliberal no campo dos processos educativos. Isso ocorre porque a

extensão da função educativa para além da escola está fundamentada nas ideias de liberdade, de interesse e de autorregulação dos indivíduos, o que coaduna com uma forma econômica de governo que busca, nas palavras do autor, “[...] governar menos para governar mais [...]” (NOGUERA-RAMÍRES, 2011, p. 230), em consonância com a filosofia de Estado mínimo. Transforma a educação, portanto, num instrumento de convencimento, de busca de consenso em prol de uma mentalidade voltada para os interesses de determinados grupos, ao passo que coloca nos sujeitos a responsabilidade pela falta de oportunidades educativas.

Com base no pensamento de Foucault e buscando analisar o desenvolvimento do capitalismo na atualidade, o qual evoluiu para um capitalismo de cunho empresarial e financeiro, Lopes e Rech (2013) ressaltam a existência de uma tendência à valorização da competição entre os sujeitos, e, em função disso, uma espécie de imposição de necessidades de autopromoção, que acabam por minar o cultivo de interesses comuns. Acrescentamos aqui que, frente a essa realidade e tendo como pano de fundo a ilusão de que as políticas assistencialistas de inclusão conseguem equalizar as condições de competição, aqueles que não alcançam os parâmetros de normalidade estabelecidos pela sociedade passam a sofrer com um processo de discriminação e culpabilização pelas condições de vida degradantes a que são submetidos.

Acreditamos que o mesmo ocorre com os processos de aquisição de informações que, conforme citado anteriormente, em consonância com Buzato (2007), num contexto social e cultural conhecido como “Sociedade da Informação”, aparenta ter mais ligação com as cadeias globais de produção, cuja difusão e propagação de mercadorias encontram-se dirigidas por publicitários e administradores.

Em uma análise crítica a respeito das influências capitalistas no processo de difusão de informações, Acioli (2014) afirmou que, ao implantar o acúmulo de informações como a base para o processo de dominação, a divisão de classes e o exercício de poder a partir de uma Revolução Tecnológica iniciada no século XX, o capitalismo possibilitou que fosse criado entre pessoas e empresas o desejo de alcançar uma espécie de poder informacional. A autora acrescenta que a posse desse tipo de poder, por estar relacionado com a capacidade de posse, controle e manipulação de informações de diversas naturezas, possibilitou a criação de uma determinada classe econômica-social, formando “elites de expertises” e de potências tecnológicas dos âmbitos público e privado (ACIOLI, 2014, p. 248). A respeito da “Sociedade da Informação”, segundo Acioli (2014, p. 248-249),

[...] Pelo fato do citado modo de produção interferir diretamente na organização social, uma de suas relevantes consequências consistiu no surgimento de um novo modelo de sociedade, caracterizado pela sua estruturação em rede, com fulcro nas citadas tecnologias, pela edição de novas necessidades coletivas para seus componentes, dado inesgotável das necessidades humanas, decorrentes da utilização daquelas e, pelo seu núcleo, centrar-se na produção de novas informações e, conseqüentemente, de conhecimento.

Para a autora, à medida que foram surgindo novas elites sociais, as classes sociais foram se reestruturando de forma que apareceram novas diferenças entre elas, não mais pautadas apenas no critério econômico, mas também em critérios baseados no acesso aos recursos tecnológicos. Acessos que não se restringem a aspectos físicos (como acesso a *hardwares*), mas abarcam a necessidade de saber lidar com a grande quantidade e diversidade de informações a fim de produzir novos conhecimentos. Dessa forma, compartilhamos com Acioli (2014) a ideia de que não é suficiente o acesso aos recursos materiais tecnológicos quando esse acesso não aparece acompanhado com a capacidade de operar esses recursos.

Ao analisar as políticas públicas de inclusão digital implementadas no Brasil até 2014, Acioli (2014) observa três tipos:

- a) Ações de proteção (que buscam construir uma infraestrutura de tecnologia de segurança de dados);
- b) Medidas de combate a violações da integridade e idoneidade das informações;
- c) Ações de promoção de acesso e integração dos indivíduos às tecnologias da informação e da comunicação.

Para Acioli, estas últimas demandaram um alto volume de recursos financeiros, demonstrando que o grande problema que envolvia estas políticas não era a falta desses recursos, mas um planejamento equivocado que conduziu a uma má aplicação de recursos públicos. Para além da ideia de um planejamento equivocado, acreditamos que tudo foi feito conforme um propósito muito claro: incluir para manter a exclusão, incluir para não alterar significativamente a ordem das coisas e as condições de vida dos destinatários destas políticas.

Ainda segundo Acioli (2014), tal fato ocorreu devido a uma tendência em negligenciar a importância de se estabelecerem relações entre a implementação das políticas de inclusão digital e os processos de educação. Para a autora, é necessário que os processos de educação sejam ressignificados do ponto de vista jurídico, no sentido de que as leis criadas com o objetivo de garantir processos de inclusão também abarquem processos de formação para

lidar com os recursos digitais, a fim de repensar o tipo de educação que se pretende quando vinculado ao uso do meio eletrônico.

Se as políticas de inclusão digital e a educação, de modo geral, precisam ser repensadas, a crítica às ações políticas voltadas para as pessoas Surdas é ainda mais urgente. Quando se consideram as dificuldades nos processos de escolarização dessas pessoas (que, conforme descrito na seção anterior, na maioria dos casos ocorre de forma precária, comprometendo o desenvolvimento cognitivo em função das dificuldades de comunicação acarretados pelas dificuldades de acesso à língua – seja Libras, seja Língua Portuguesa) e as condições de inclusão digital que lhes são oferecidas, é possível ter uma noção da dimensão das barreiras enfrentadas pelas pessoas Surdas e o quanto são díspares as condições de vida a que estão submetidas.

Também é possível ter uma noção do quão importantes são as políticas de inclusão para essas pessoas, assunto que será melhor explorado na próxima seção. E, apesar dessa importância, não é possível ainda falar na existência de “políticas de inclusão digital voltadas para pessoas Surdas” propriamente ditas.

De modo geral, podemos pensar como ensaios de construção de políticas de inclusão digital algumas ações de promoção de acesso e integração das pessoas às tecnologias da informação e da comunicação. Quando pensadas para atender às necessidades de inclusão digital das pessoas Surdas, tais ações incluíram a criação de alguns dispositivos legais e o incentivo a pesquisas voltadas para a criação de mecanismos de acessibilidade aos recursos digitais.

Entretanto, ainda na próxima seção, em que foi realizada uma análise da produção acadêmica voltada para a discussão da inclusão digital dos Surdos, é possível perceber, dentre outras coisas, um aumento significativo na quantidade de pesquisas de doutorado após a implementação da Lei 13.146/2015 (popularmente conhecida como “lei de inclusão”), sobretudo no campo da educação e da linguagem. O mesmo ocorreu com o volume de pesquisas concentradas nas áreas mais diretamente ligadas à produção de recursos digitais, como Informática, Computação e Engenharias, as quais dobraram. Trata-se de pesquisas cujo foco de análise sempre esbarra de alguma maneira na necessidade de combate às dificuldades de comunicação aliada à necessidade de melhoria das condições de escolarização e acesso ao conhecimento pelas pessoas Surdas como requisito básico para a promoção da inclusão dessas pessoas.

Apesar disso, com base em todo o referencial teórico consultado neste estudo e voltando aos textos que deram início a esta seção (o discurso da primeira-dama na cerimônia

de posse do presidente eleito em 2020 e o trecho de uma reportagem sobre o fim da Secadi, publicada pela revista Nova Escola), juntamente com a percepção da posição política expressa por parcela das pessoas Surdas nas redes sociais durante o processo eleitoral de 2018, vamos compreendendo como os processos de (in) exclusão atingem estas pessoas.

Muitas delas, assim como uma gama de outras pessoas em situação de exclusão, ao se identificarem com os discursos simplistas e com a forma de comunicação utilizada na campanha eleitoral, mas também influenciadas por mecanismos de difusão de notícias falsas ou “*fake news*”, aliadas a um processo de escolarização e de formação crítico e deficitário, acabaram cooptadas para colaborar com o estabelecimento, por vias democráticas, de um governo cujos interesses reais destoam completamente de suas necessidades.

Embora a primeira-dama tenha se dirigido às pessoas Surdas com a promessa de que elas seriam valorizadas e respeitadas por esse governo, mais de um ano de mandato se passou e nada de concreto nesse sentido foi criado em termos de ações políticas inclusivas. Apenas a intensificação do canal de comunicação por meio da utilização de intérpretes de Libras em quase todas as aparições do presidente.

Daí a necessidade de se pensar nos processos de inclusão digital das pessoas em geral, mas sobretudo das Surdas, que são foco deste estudo, relacionados a processos de formação escolar e acadêmica, buscando a formação de um pensamento crítico-reflexivo que os capacite a visualizar as intenções ocultas nos discursos aparentes e relações de poder imbricadas nesses discursos. Justificando, portanto, a necessidade de se compreenderem as implicações das políticas públicas e das relações de poder nos processos de inclusão, sobretudo de inclusão digital – objetivo central traçado para esta seção.

Nesse sentido, todas as análises até então desenvolvidas nos conduzem à conclusão de que a compreensão dos pré-requisitos para os processos de inclusão digital não é algo que se processa de forma mecânica, objetiva e direta. Diferentemente, passa por um esforço reflexivo de interpretação da realidade na sua relação com as condições políticas, sociais, econômicas e culturais.

**SEÇÃO 4**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS DIGITAIS E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO**  
**CIENTÍFICO-ACADÊMICO PARA O SUJEITO SURDO**

*“O governo não tem dinheiro para pagar estudantes que dependem de bolsa para continuar os estudos. A falta de verba vai interromper desde pesquisas de ponta até projetos que mantêm adolescentes em sala de aula em pleno ano letivo. O Fantástico foi ao interior do Piauí ver o impacto dessa notícia numa cidade onde o sonho é ser professor de matemática”* (Chamada da reportagem do Fantástico sobre o corte de verbas do CNPQ exibida no dia 01/09/2019). A reportagem conta a história de vários adolescentes habitantes da cidade de Cocal dos Alves, localizada no interior do estado de Piauí, que recebem uma bolsa no valor de R\$100,00 custeada pelo CNPQ, por serem medalhistas das Olimpíadas de Matemática. Uma dessas adolescentes é Natalia Lopes, moradora da zona rural do município em questão que, proveniente de uma família carente de recursos financeiros, caminha quarenta minutos por dia para chegar à escola e depende da bolsa para manter seus estudos. Segundo a diretora da escola em que Natalia estuda, a possibilidade de ganhar essa bolsa de estudos transformou a realidade da escola, pois tem estimulado os alunos a se esforçarem para alcançar bons resultados, e assim poder sonhar com melhorias nas suas condições de vida e o ingresso no Ensino Superior. A reportagem também mostra como o acesso a essas bolsas foi determinante para a formação dos três únicos médicos da cidade, que, provenientes de famílias humildes, conseguiram se manter na faculdade de medicina graças à bolsa de R\$400,00 que recebiam durante a graduação, como o caso do médico Rodolfo Fontenele. A reportagem termina mostrando a tristeza com que a notícia dos cortes foi recebida por Natalia e pela sua família. A adolescente conta ao Fantástico, com lágrimas nos olhos, que os cortes das bolsas, colocam como algo distante da sua realidade o sonho de ingressar numa universidade e de mudar a vida de toda a sua família (Reportagem exibida pelo Fantástico em 01/09/2019)<sup>10</sup>.

*“A professora Mariana de Lima Isaac Leandro Campos se tornou nesta quinta-feira (27) a primeira pessoa Surda a defender o doutorado no Estado de São Paulo, segundo a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde ocorreu a banca.”. A reportagem conta que Mariana sempre estudou em escolas para ouvintes (Reportagem exibida pela EPTV em 27/08/2015)<sup>11</sup>.*

Nas seções 2 e 3, foram realizadas, respectivamente, uma análise do papel da linguagem na constituição e nos processos de formação dos sujeitos e uma análise da importância da compreensão do conceito de política para a formação de cidadãos conscientes. Nesta seção, procurou-se identificar a importância das políticas públicas para a promoção de inclusão social e, conseqüentemente, de condições favoráveis à promoção de inclusão digital. Assim, busca compreender:

<sup>10</sup> O vídeo completo pode ser visualizado no link: <<https://www.youtube.com/watch?v=2-BNv5BEfMA>>

<sup>11</sup> A reportagem completa está disponível no link: <<http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/08/professora-e-1-surda-defender-o-doutorado-no-estado-de-sao-paulo.html>>

- a) Quais as condições sociais, econômicas e políticas experimentadas pelas pessoas Surdas nos processos de inclusão digital?
- b) Como as pessoas Surdas têm buscado, coletivamente, participar do mundo digital?
- c) Existem políticas públicas nacionais destinadas à inclusão digital das pessoas Surdas no Brasil no período entre 1995 e 2018?
- d) Existem contribuições da pesquisa científica/acadêmica nos processos de inclusão digital das políticas públicas brasileiras voltadas para o público Surdo?

Na tentativa de encontrar explicações para estas questões, a seção tem, portanto, como objetivo central averiguar o papel das políticas públicas no fomento à pesquisa científica e nos processos de inclusão digital.

As duas reportagens que introduzem esta seção possibilitam uma pequena ideia do papel das políticas públicas para os processos de inclusão das pessoas. A primeira, que trata do corte de verbas em bolsas de estudo, chama a atenção para o relato de uma aluna do ensino médio que depende de políticas públicas de bolsas para continuar os estudos e, assim, ousar sonhar com a construção de um futuro diferente, mais próspero. É interessante perceber que a aluna entrevistada não possui deficiência, mas se encontra em situação de vulnerabilidade social e, nestas circunstâncias, só consegue vislumbrar um futuro diferente com o auxílio de políticas públicas. O segundo caso se refere a uma pessoa Surda que consegue alcançar o título de doutora.

A análise das duas reportagens, tendo como base o referencial teórico apresentado nas seções anteriores deste estudo, demonstra, na realidade prática, duas coisas. Primeiro, que a capacidade cognitiva das pessoas independe da sua condição de ser e estar no mundo, independe se as pessoas se encontram na condição de ouvinte ou Surda. Segundo, demonstra o quanto a implementação de políticas públicas de acessibilidade é importante para toda e qualquer pessoa que se encontra em situação de vulnerabilidade social. Mas no caso das pessoas Surdas e de baixa renda, a necessidade dessas políticas se amplia em função da grande gama de oportunidades que lhes são negadas ao longo da vida devido às dificuldades nos processos de comunicação.

Em geral, as políticas públicas implementadas buscam responder a determinadas demandas da sociedade. Contudo, refletem, também, aquilo que Foucault (2008) chama de “racionalização da prática governamental”, ou “governamentalidade”, conceito descrito na seção 3 deste estudo. A forma como o governo interpreta essas demandas e o tratamento que dispensa a elas é resultado de uma lógica temporal que é própria a cada forma de governo.

Entretanto, assim como Foucault (2008, p. 5) busca em suas análises, até por uma limitação expressa na ausência de dados estatísticos, conforme veremos mais adiante neste estudo,

[...] em vez de partir dos universais para deles deduzir fenômenos concretos, ou antes, em vez de partir dos universais como grade de inteligibilidade obrigatória para um certo número de práticas concretas, gostaria de partir dessas práticas concretas e, de certo modo, passar os universais pela grade dessas práticas (FOUCAULT, 2008, p. 5).

Conforme Foucault (2008), a visão historicista, ao partir do universal, acaba por ignorar a existência de fato da sociedade, do Estado e dos sujeitos que atuam nessas instâncias,

[...] o historicismo parte do universal e passa-o, de certo modo, pelo ralador da história. Meu problema é o inverso disso. Parto da decisão, ao mesmo tempo teórica e metodológica, que consiste em dizer: suponhamos que os universais não existem; e formulo nesse momento a questão à história e aos historiadores: como vocês podem escrever a história, se não admitem a priori que algo como o Estado, a sociedade, o soberano, os súditos existe? (FOUCAULT, 2008, p. 5).

Nesse sentido, se a visualização das demandas da sociedade, que supostamente se busca atender por meio de políticas públicas, pode ser melhor percebida por meio da coleta e análise de dados estatísticos que apontam a natureza e a intensidade das carências de uma população, a falta de dados oficiais, num país de proporções continentais como o Brasil, além de dificultar a compreensão das condições de existência das pessoas Surdas, também coloca na invisibilidade diversas demandas. É assim que, como veremos mais adiante, graças à ausência de dados que permitam identificar essas condições, a maioria das políticas públicas com as quais as pessoas Surdas podem contar não foram desenvolvidas para suas especificidades, mas abarcam uma diversidade de situações e necessidades especiais que acabam sendo colocadas todas sob o rótulo de “pessoas com necessidades especiais”.

Entender quem são e como vivem as pessoas Surdas não é uma tarefa fácil, visto que se trata de um grupo minoritário e esparsos de pessoas que possuem uma forma peculiar de comunicação convivendo com outras pessoas ouvintes, numa distribuição diluída aleatoriamente. Essa distribuição esparsa e diluída parece contribuir para a existência de uma espécie de *apartheid* social no qual as pessoas Surdas são condenadas a viver, na medida em que não conseguem uma interação satisfatória, tanto na família, quanto nos demais espaços de convívio social nos quais estão inseridas.

Em consequência dessas dificuldades em encontrar dados oficiais sobre as condições socioeconômicas dessas pessoas e na busca de alternativas que nos permitissem entender melhor suas realidades, que optamos por recorrer a diversos estudos de doutorado, buscando extrair deles alguns aspectos que, à primeira vista, demonstram certo grau de repetição em diversos contextos.

De acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2010, nesse período o Brasil possuía 344.206 pessoas que se declararam surdas, entre jovens, crianças, adolescentes e idosos, sendo 172.405 do sexo masculino e 171.801 do sexo feminino. Dessa população, 289.561 residiam na zona urbana e 54.645 residiam na zona rural. Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece como crianças os sujeitos com idade de 0 a 12 anos e adolescentes entre 12 e 18 anos, em 2010, o Brasil possuía, de acordo com o IBGE, 52.466 crianças classificadas como surdas (somando os dados relativos às faixas etárias de 0 a 14 anos, que são, respectivamente, 13.593, 16.494 e 22.379); 24.836 adolescentes considerados surdos (somando os dados relativos às faixas etárias que vão de 15 a 19 anos, que são, respectivamente, 14.373 e 10.463); 119.028 adultos de 20 a 39 anos (somando os dados de 30.591, 31.146, 30.508 e 26.753); 74.495 adultos de 40 a 59 anos (somando os dados de 23.843, 18.724, 17.408 e 15.520); e 72.381 idosos (acima de 60 anos que resultam da soma dos dados coletados pelo IBGE: 13.267, 11.925, 10.571, 10.000 e 26.618). O Quadro 5, a seguir, sintetiza esses dados.

Quadro 5 – Demonstrativo do total de pessoas Surdas no Brasil em 2010, segundo dados do IBGE

TOTAL DE PESSOAS SURDAS NO BRASIL EM 2010 – 344.206	
Crianças surdas até 14 anos	52.466
Adolescentes surdos de 15 a 19 anos	24.836
Adultos surdos de 20 a 39 anos	119.028
Adultos surdos de 40 a 59 anos	75.495
Idosos surdos (acima de 60 anos)	72.381

Fonte: IBGE (2010)

A primeira grande dificuldade na busca desses dados coletados e trabalhados pelo IBGE, principal órgão oficial de estudos estatísticos, é que se tratava de dados referentes ao período contemplado até o ano de 2010 e que só seriam atualizados dez anos depois, ou seja, no ano de 2020. Outra grande dificuldade é que parte dos dados referentes à situação dessas

peças não aparecia de forma especificada, mas estava incluída no grupo de pessoas com deficiência em geral, de forma que os dados oficiais não permitem acesso a muitas informações sobre estas pessoas, ou seja, a informações mais específicas.

O IBGE divulgou o que considera a quantidade de pessoas com alguma dificuldade auditiva de acordo com o grau dessa dificuldade e a faixa de rendimentos dessas pessoas, até o ano de 2010. Entretanto, dados como o nível de instrução das pessoas surdas, por exemplo, estão diluídos no grupo de pessoas com deficiência em geral. Assim como a quantidade de pessoas surdas alfabetizadas em Libras e em português.

Mas até mesmo os dados referentes à quantidade de pessoas com deficiência auditiva são questionáveis, pois têm como base apenas a questão 6.15 do questionário geral aplicado pelo IBGE (que pode ser visualizada na imagem abaixo) durante a pesquisa aplicada junto à população. A questão tem como base apenas o relato do entrevistado, sem se preocupar em questionar a respeito da existência de um possível laudo médico que permita uma afirmação mais segura sobre a sua condição. Além disso, questiona a capacidade de audição das pessoas quando no uso de aparelho auditivo. Ora, não é novidade num país tão desigual como o nosso que pessoas com deficiências em situação de vulnerabilidade social nem sempre têm acesso a esses recursos (como o aparelho auditivo). Muitos não conseguem sequer uma consulta com um médico especialista na área, visto que nem sempre a rede pública tem esse profissional à disposição da população carente.

Figura 3– Questão sobre dificuldade de audição do Censo IBGE 2010

DEFICIÊNCIA - PARA TODAS AS PESSOAS					
6.14 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE ENXERGAR? (SE UTILIZA ÓCULOS OU LENTES DE CONTATO, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO OS ESTIVER UTILIZANDO)	<input type="checkbox"/> 1 - SIM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM	<input type="checkbox"/> 2 - SIM, GRANDE DIFICULDADE	<input type="checkbox"/> 3 - SIM, ALGUMA DIFICULDADE	<input type="checkbox"/> 4 - NÃO, NENHUMA DIFICULDADE	Siga 6.15
6.15 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE OUVIR? (SE UTILIZA APARELHO AUDITIVO, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO O ESTIVER UTILIZANDO)	<input type="checkbox"/> 1 - SIM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM	<input type="checkbox"/> 2 - SIM, GRANDE DIFICULDADE	<input type="checkbox"/> 3 - SIM, ALGUMA DIFICULDADE	<input type="checkbox"/> 4 - NÃO, NENHUMA DIFICULDADE	Siga 6.16
6.16 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE CAMINHAR OU SUBIR DEGRAUS? (SE UTILIZA PRÓTESE, BENGALA OU APARELHO AUXILIAR, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO O ESTIVER UTILIZANDO)	<input type="checkbox"/> 1 - SIM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM	<input type="checkbox"/> 2 - SIM, GRANDE DIFICULDADE	<input type="checkbox"/> 3 - SIM, ALGUMA DIFICULDADE	<input type="checkbox"/> 4 - NÃO, NENHUMA DIFICULDADE	Siga 6.17
6.17 - TEM ALGUMA DEFICIÊNCIA MENTAL/INTELLECTUAL PERMANENTE QUE LIMITE AS SUAS ATIVIDADES HABITUAIS, COMO TRABALHAR, IR À ESCOLA, BRINCAR, ETC.?	<input type="checkbox"/> 1 - SIM,	<input type="checkbox"/> 2 - NÃO			Siga 6.18

Fonte: IBGE (2010)

Portanto, até mesmo a quantidade de pessoas surdas expressa nos números divulgados pelos órgãos oficiais é questionável, embora muitas pesquisas se apoiem nesses números para compor seus quadros de dados. Diferente, por exemplo, do exame de triagem neonatal

popularmente conhecido como teste do pezinho, que permite o diagnóstico precoce de diversas doenças.

Em Minas Gerais, como nos diversos Estados do Brasil, este exame envolve diversas instâncias. Em geral, o material necessário para o teste é coletado nos municípios em Unidades Básicas de Saúde – UBS, que atuam em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde – SMS. Em seguida, o material coletado é enviado ao Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico – Nupad, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, onde é analisado e emitido um laudo. Essa logística é interessante, pois, além de permitir que a família do paciente acompanhe o resultado dos exames *on-line*, também pode facilitar a criação de um banco de dados em âmbito estadual sobre possíveis doenças. Tal modelo, adaptado para análise das condições de vida de pessoas com deficiências (como as Surdas), muito poderia colaborar com o diagnóstico da realidade dessas pessoas, bem como com a elaboração e a implementação de políticas públicas de atendimento a esse público.

Em agosto de 2010, o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 12.303, que torna obrigatório o exame denominado Emissões Otoacústicas Evocadas, popularmente conhecido como “teste da orelhinha”. Essa lei prevê a realização gratuita do exame ainda na maternidade a fim de que se possam detectar precocemente eventuais problemas de audição, possibilitando minimizar as consequências da deficiência auditiva para o desenvolvimento da criança.

Entretanto, de acordo com Dias et al. (2017), o indicador de Triagem Auditiva Neonatal – TAN brasileiro registrou que apenas 37,2% dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS têm acesso ao exame. Para as autoras, dentre os diversos desafios do TAN no Brasil, estão o índice de evasão nos programas e uma diversificação nos formatos de protocolos que dificultam a comparação entre os diversos programas do país. No caso do Nordeste brasileiro, a situação é ainda mais agravante, visto que o indicador da TAN se encontra abaixo de 25% do território em questão, devido à carência de profissionais capacitados no campo da fonoaudiologia credenciados ao SUS e de centros de referência em saúde auditiva.

Retomando os dados coletados pelo IBGE, afirma-se, aqui, que eles também não esclarecem de maneira eficaz a quantidade de pessoas surdas alfabetizadas tanto em Libras quanto em Língua Portuguesa. Conforme podemos perceber no questionário padrão, apenas a questão 6.1 indaga se a língua falada pela pessoa surda é o português e pede para considerar também a Libras.

Figura 4— Questão sobre linguagem Censo IBGE 2010

6 CARACTERÍSTICAS DO MORADOR	
6.00 - NOME DA PESSOA <span style="float: right;">Siga 6.01</span>	
6.01 - SEXO <input type="checkbox"/> 1 - MASCULINO <span style="margin-left: 100px;"><input type="checkbox"/> 2 - FEMININO</span> <span style="margin-left: 20px;">Siga 6.02</span>	6.02 - QUAL É O MÊS E O ANO DO SEU NASCIMENTO? 6.021 - MÊS <span style="margin-left: 100px;">6.022 - ANO</span> (Se mês ou ano em branco, siga 6.03) (Se mês e ano preenchidos, passe ao 6.04)
6.03 - QUAL ERA A SUA IDADE EM 31 DE JULHO DE 2010? 6.031 - UM ANO OU MAIS <span style="margin-left: 100px;">6.032 - MENOS DE UM ANO</span> <span style="margin-left: 20px;">MESES</span> <span style="margin-left: 100px;">Siga 6.04</span>	
6.04 - TEM MÃE VIVA? (considere apenas mãe biológica) <input type="checkbox"/> 1 - SIM E MORA NESTE DOMICÍLIO (Siga 6.05) <input type="checkbox"/> 2 - SIM E MORA EM OUTRO DOMICÍLIO (Passe ao 6.06) <input type="checkbox"/> 3 - NÃO (Passe ao 6.06) <input type="checkbox"/> 4 - NÃO SABE (Passe ao 6.06)	
6.05 - NOME DA MÃE DO MORADOR <span style="float: right;">Siga 6.06</span>	
6.06 - A SUA COR OU RAÇA É: <input type="checkbox"/> 1 - BRANCA <input type="checkbox"/> 2 - PRETA <input type="checkbox"/> 3 - AMARELA <input type="checkbox"/> 4 - PARDA <input type="checkbox"/> 5 - INDÍGENA (Passe ao 6.08) (Se terra indígena no tipo de setor e códigos 1 a 4 neste quesito, siga 6.07) (Se Tipo de setor diferente de terra indígena e códigos 1 a 4 neste quesito, passe ao 6.12)	
6.07 - VOCÊ SE CONSIDERA INDÍGENA? <input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 6.08) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 6.12)	
6.08 - QUAL É A SUA ETNIA OU O POVO A QUE PERTENCE? <span style="float: right;">Siga 6.09</span>	
6.09 - FALA LÍNGUA INDÍGENA NO DOMICÍLIO? (Considere também o uso da língua de sinais) <input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 6.10) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 6.11)	
6.10 - QUAL(IS)? (ESPECIFIQUE A(S) LÍNGUA(S) INDÍGENA(S) - ATÉ DOIS REGISTROS)	
6.101	<span style="float: right;">Siga 6.11</span>
6.103	<span style="float: right;">Siga 6.12</span>
6.11 - FALA PORTUGUÊS NO DOMICÍLIO? (Considere também o uso da língua de sinais) <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO	

Fonte: IBGE (2010)

Nesta questão, as opções de resposta já estão prontas (sim ou não), o que não permite esclarecer, por exemplo, se a pessoa é alfabetizada em Português e se comunica por mímica, ou se compreende um pouco de Libras e um pouco de Português etc. Enfim, deixa uma série de lacunas.

Embora não seja possível saber com exatidão o nível de escolaridade das pessoas Surdas, o Censo Escolar, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), permite termos uma noção da situação escolar dessas pessoas. Conforme dados divulgados, o Brasil possuía em 2019 um número de 20.087 alunos surdos e 36.314 alunos com alguma deficiência auditiva matriculados em classes comuns na Educação Básica. Em classes exclusivas, o número de matrículas cai para 4.618 alunos surdos e 2.954 alunos com alguma deficiência auditiva.

No Ensino Superior, o INEP apresenta dados referentes a 2018. Conforme esses dados, o Brasil possuía até esse ano um total de 2.235 alunos surdos e 5.978 alunos com algum tipo de deficiência auditiva matriculados em algum curso de graduação presencial ou a distância. Numa rápida comparação, é possível concluir que a quantidade de alunos surdos ou com algum tipo de deficiência auditiva matriculados no ensino superior representava apenas 11% do total dos alunos surdos e 16% de alunos com algum tipo de deficiência auditiva matriculados na educação básica.

Essa comparação não nos permite uma informação exata sobre a situação escolar das pessoas Surdas, visto que foi realizada com base em dados referentes a períodos

diferenciados, 2019 e 2018. Entretanto, são importantes, pois nos possibilitam ter uma noção do quanto o acesso ao Ensino Superior parece distante da realidade da maioria delas. Outro dado interessante é a quantidade de alunos que estavam matriculados em classes exclusivas na educação básica em 2019, os quais representavam 23% dos alunos surdos e 12% dos alunos com alguma deficiência auditiva.

De modo geral, embora esses dados sejam importantes, deixam algumas questões em aberto, como, por exemplo, a dúvida a respeito de como essas classes exclusivas são formadas: seriam classes em que os alunos estão agrupados por faixas etárias ou classes mistas? São classes onde os conteúdos são trabalhados na língua de sinais ou bilíngues? Enfim, são questões importantes para a compreensão dos seus processos de formação acadêmica, mas que, devido à falta de informações estatísticas em âmbito nacional, escapam à nossa compreensão.

Além disso, é necessário ressaltar que tais dados se referem apenas às pessoas inseridas no espaço escolar. Escapa-nos a informação do quantitativo de Surdos que não estão matriculados em nenhum sistema de ensino, seja por falta de apoio da família, seja por já terem terminado seus estudos. Tais dados só seriam possíveis numa comparação com os levantamentos que são de competência do censo do IBGE, o que não foi possível devido às limitações colocadas anteriormente.

Todas essas questões apontam para um desconhecimento das condições de existência das pessoas Surdas enquanto sujeitos pelos órgãos oficiais do Estado. Revelam, portanto, uma tendência desses órgãos em condenar essas pessoas a viverem, em grande parte das situações cotidianas, às margens do tecido social, silenciando-as ou, simplesmente, inviabilizando o protagonismo dos Surdos na luta pelas suas demandas.

Avaliada à luz de uma análise foucaultiana, esta situação pode ser interpretada como um procedimento de exclusão da sociedade, que, análogo àqueles procedimentos de exclusão dos discursos, passam a determinar, controlar e eleger quais são as demandas consideradas como dignas da atenção do poder público. Como *Homo oeconomicus*, são-lhes investidos requisitos formativos de autogoverno no tocante à empregabilidade e à produção de suas condições de existência na sociedade como subordinados, nunca como protagonistas. Logo, o processo de inclusão os incorpora e ajusta em seus lugares sociais, econômicos, políticos e culturais.

Sobre a ação desses procedimentos na produção dos discursos, Foucault (2014, p.8) afirma que

[...] em toda a sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, seleccionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada, temível materialidade.

A inexistência de dados estatísticos do IBGE referentes às pessoas Surdas, para além de dificultar a identificação das condições de vida dessas pessoas, essencial para a criação e a implementação de políticas públicas adequadas às necessidades desse público; representa, sobretudo, a negação da própria pessoa Surda enquanto sujeito das suas narrativas, de seus discursos e das possibilidades de desenvolvimento do protagonismo Surdo.

Foucault (2014) cita como procedimentos externos de exclusão dos discursos na sociedade: a interdição, a dupla exclusão da separação/rejeição como no caso dos loucos e a oposição verdadeiro/falso ou “vontade de estabelecimento da verdade” expresso nos discursos dominantes. No caso das pessoas Surdas, a invisibilidade manifesta-se na ausência de dados estatísticos, representa uma das facetas desses processos de exclusão a que estão condenadas. Ignorar a existência material de um grupo de pessoas que se utiliza de uma forma diferenciada de comunicação, desconhecida pela maioria dos seus pares, é uma maneira de os submeter a processos de exclusão explícitos.

As relações de poder, na concepção de Foucault (1998), apresentam-se como uma prática social constituída historicamente em relações assimétricas entre pessoas e grupos, que irradia de cima para baixo e sustenta instâncias de autoridade, não apenas pelo peso da força, mas também com o poder do discurso. Ademais, Foucault (2015) também admitiu a possibilidade de resistências constantes como processos motivadores de mudança, ao afirmar que “em certos momentos as pessoas resistem explicitamente, voluntariamente, globalmente a uma forma de poder, seja o poder político ou ideológico ou formas éticas de poder” (FOUCAULT, 2015, p.98).

Diante dessas considerações e da análise da trajetória histórica de luta dos Surdos pela conquista da cidadania, é possível visualizar como uma parcela dessas pessoas consegue aparentemente escapar da ação dos procedimentos de exclusão que a sociedade tenta lhe impor. Assim, tentativa de inserção no mundo do trabalho, de participação das relações econômicas e produtivas, numa sociedade marcada por formas de governamentalidades permeadas pela ideologia neoliberal, representa formas de resistência na luta por inclusão. Daí a necessidade de se compreenderem as condições econômicas experimentadas por essas pessoas, para além das condições sociais, educacionais, culturais, de acesso à informação, aos processos de comunicação, dentre outros.

#### 4.1 As condições econômicas das pessoas Surdas

Apesar das lacunas destacadas, os dados fornecidos pelo IBGE viabilizam uma noção geral da realidade das pessoas Surdas. Estes dados não devem ser tratados como expressão fidedigna da realidade, mas também não precisam ser descartados em sua totalidade. Para avaliar os rendimentos dessas pessoas, por exemplo, feita essa ressalva a respeito da quantidade real de pessoas Surdas, deve-se considerar os dados do IBGE como referência apenas em termos de proporção. Segundo as tabelas do Censo de 2010, considerando apenas os sujeitos surdos acima de 10 anos, que totalizam uma população de 314.119 pessoas, pode-se ter uma noção dos rendimentos, conforme o Quadro 6:

Quadro 6 – Demonstrativo de Rendimentos das pessoas surdas em 2010 por faixa etária, segundo IBGE

<b>RENDIMENTOS DAS PESSOAS SURDAS EM 2010 POR FAIXA ETÁRIA CONFORME DADOS DO IBGE – A PARTIR DE 10 ANOS DE IDADE</b>				
<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>PESSOAS QUE GANHAM ATÉ 1 SALÁRIO-MÍNIMO</b>	<b>PESSOAS QUE GANHAM MAIS DE 1 SALÁRIO-MÍNIMO ATÉ 5 SALÁRIOS</b>	<b>PESSOAS QUE GANHAM MAIS DE 5 SALÁRIOS</b>	<b>PESSOAS SEM RENDIMENTOS</b>
<b>Crianças surdas de 10 até 14 anos</b>	6.102	344	41	15.892
<b>Adolescentes surdos de 15 a 19 anos</b>	8.210	2.120	16	14.490
<b>Adultos surdos de 20 a 39 anos<sup>12</sup></b>	40.416	36.991	4.928	36.694
<b>Adultos surdos de 40 a 59 anos<sup>13</sup></b>	25.190	24.258	6.846	19.202
<b>Idosos surdos (acima de 60 anos)<sup>14</sup></b>	41.281	18.286	3.988	8.827

<sup>12</sup> Os números representados nesta categoria são resultado da somatória de outras categorias encontradas pelo censo 2010 do IBGE para pessoas surdas com idade de 20 a 39 anos que ganham: a) até 1 salário-mínimo (de 20 a 24 anos - 10.170, de 25 a 29 anos - 10.283, de 30 a 34 anos - 10.881, de 35 a 39 anos - 9.682, totalizando 40.416 sujeitos), b) de 1 salário até 5 salários (de 20 a 24 anos - 8.273, de 25 a 29 anos - 10.737, de 30 a 34 anos - 10.086, de 35 a 39 anos - 7.895, totalizando 36.991 sujeitos), c) mais de 5 salários-mínimos (de 20 a 24 anos - 369, de 25 a 29 anos - 1.313, de 30 a 34 anos - 1.639, de 35 a 39 anos - 1.607, totalizando 4.928 sujeitos), d) sem rendimentos (de 20 a 24 anos - 11.779, de 25 a 29 anos - 8.813, de 30 a 34 anos - 8.533, de 35 a 39 anos - 7.569, totalizando 36.694 sujeitos).

<sup>13</sup> Os números representados nesta categoria são resultado da somatória de outras categorias encontradas pelo censo 2010 do IBGE para pessoas surdas com idade de 40 a 59 anos que ganham: a) até 1 salário-mínimo (de 40 a 44 anos - 7.871, de 45 a 49 anos - 5.870, de 50 a 54 anos - 5.764, de 55 a 59 anos - 5.685, totalizando 25.190 sujeitos), b) de 1 salário até 5 salários (de 40 a 44 anos - 7.918, de 45 a 49 anos - 5.984, de 50 a 54 anos - 5.949, de 55 a 59 anos - 4.416, totalizando 24.258 sujeitos), c) mais de 5 salários-mínimos (de 40 a 44 anos - 1.974, de 45 a 49 anos - 2.025, de 50 a 54 anos - 1.559, de 55 a 59 anos - 1.288, totalizando 6.846 sujeitos), d) sem rendimentos (de 40 a 44 anos - 6.080, de 45 a 49 anos - 4.845, de 50 a 54 anos - 4.146, de 55 a 59 anos - 4.131, totalizando 19.202 sujeitos).

<b>TOTAL</b>	121.199	81.999	15.819	95.105
--------------	---------	--------	--------	--------

Fonte: IBGE (2010)

Como pode ser percebido, ao analisar os números do IBGE, 38,6% (121.199) das pessoas Surdas residentes no Brasil em 2010 tinham como rendimento até 1 salário-mínimo; 30,3% (95.105) não possuíam rendimento algum; 26,1% (81.999) possuíam rendimentos de 1 a 5 salários-mínimos; e apenas 5% (15.819) ganhavam acima de 5 salários. Em outras palavras, ao somar a quantidade de pessoas Surdas que não têm rendimento algum (30,3%) com a quantidade de pessoas Surdas que recebem até um salário-mínimo (38,6%), chega-se a quase 70% dessa população em situação de extrema dificuldade financeira. Uma questão interessante a ser observada é a incoerência quando se diz que 81.999 pessoas possuem rendimentos de 1 a 5 salários-mínimos. Ora, quantos ganham um salário-mínimo? E quantos chegam a cinco salários-mínimos? São condições que não deveriam entrar na mesma categoria, pois um possui uma renda cinco vezes maior que o outro, podendo usufruir de condições de vida e subsistência bem mais confortáveis.

O levantamento dos rendimentos dos Surdos é importante para compreensão da inclusão digital dessas pessoas, pois o processo de inclusão digital implica basicamente a aquisição dos recursos digitais e os processos de formação para operar esses recursos. Nas sociedades contemporâneas, altamente influenciadas pelos ditames do mercado, onde a prerrogativa é a mínima intervenção estatal, tanto a viabilidade do acesso aos recursos digitais quanto o acesso aos processos de formação estão cada vez mais sendo transferidos para a iniciativa privada, e, ainda, colocado como responsabilidade individual dos sujeitos o provimento de recursos necessários para adquirir os recursos digitais e os processos de formação.

Nesse sentido, aqueles que possuem uma situação financeira privilegiada conseguem acesso aos recursos de ponta, enquanto os que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica apresentam uma reduzida capacidade de consumo dos recursos digitais. Nisso consiste o que, nas seções anteriores, identificamos como inclusão “perversa” e passa, cada vez mais, pelas condições de trabalho e de renda, de possibilidades de competição no mundo do trabalho.

---

<sup>14</sup> Os números representados nesta categoria são resultado da somatória de outras categorias encontradas pelo censo 2010 do IBGE para pessoas surdas com idade acima de 60 anos que ganham: a) até 1 salário-mínimo (de 60 a 64 anos – 5.884, de 65 a 69 anos – 6.354, com 70 ou mais – 29.043, totalizando 41.281 sujeitos), b) de 1 salário até 5 salários (de 60 a 64 anos – 3.647, de 65 a 69 anos – 3.413, com 70 ou mais – 11.226, totalizando 18.286 sujeitos), c) acima de 5 salários-mínimos (de 60 a 64 anos – 893, de 65 a 69 anos – 739, com 70 ou mais – 2.356, totalizando 3.988 sujeitos), d) sem rendimentos (de 60 a 64 anos – 2.844, de 65 a 69 anos – 1.419, com 70 ou mais – 4.564, totalizando 8.827 sujeitos).

Tais mecanismos também refletem toda uma conjuntura política em escala global, favorecendo o que hoje pode ser identificado como ideologia neoliberal. Conforme constatou Foucault (2008) em o “Nascimento da Biopolítica”, à medida que os conceitos da economia política foram se aproximando dos espaços e decisões da governamentalidade estatal, permeados por uma ideologia ultraliberalista, fundamentada na concorrência de mercado, foi necessário também criar mecanismos de perpetuação dessa ideologia.

Tais mecanismos passam pela infiltração das ideologias neoliberais nas diversas instâncias da vida cotidiana das pessoas em busca de apoio e legitimidade para ações amparadas por ela, ao ponto de produzir aquilo que Foucault (2008) denominou como “*homo oeconomicus*”, representado pela formação de um sujeito que aceita, apoia e deseja as “regras” da racionalidade neoliberal. A compreensão dos processos de luta por inserção no mercado de trabalho reflete bem toda essa analítica, reflete inclusive os interesses ocultos presentes na criação dos instrumentos de inclusão.

Se, como afirmou Foucault (2015), os processos de resistências são constantes e, em alguns momentos, explícitos e globais, deduz-se que, pela lógica neoliberal, sejam então, apropriados e ressignificados, a fim de os tornar passíveis de serem controlados. O que explica a aceitação das políticas de inclusão sob a aparência de que essas políticas possibilitam a equalização das oportunidades. Conforme Foucault (2008, p. 196-197),

[...] uma política social que tivesse por objeto principal a igualização, ainda que relativa, que adotasse como tema central a repartição, ainda que relativa, essa política social seria necessariamente antieconômica. Uma política social não pode adotar a igualdade como objetivo. Ao contrário, ela deve deixar a desigualdade agir e como dizia... Não sei mais quem, acho que era Röpke que dizia: as pessoas se queixam da desigualdade, mas o que isso quer dizer? Em linhas gerais, trata-se simplesmente de assegurar, não a manutenção de um poder aquisitivo, isso de forma alguma, mas de um mínimo vital para os que, de modo definitivo ou passageiro, não poderiam assegurar sua própria existência.

No tocante às condições de trabalho, existem alguns instrumentos de inclusão das pessoas Surdas no mundo do trabalho, além de alguns benefícios que procuram minimizar a situação de ausência de recursos destas pessoas. No caso do acesso ao serviço público, pode-se citar a Lei n° 8.112 de 11 de dezembro de 1990 e a Lei n° 8.213/91. A primeira que garante 20% das vagas em concursos públicos para pessoas com deficiência, e a segunda obriga empresas com cem ou mais funcionários a reservar de 2% a 5% das vagas para pessoas com deficiência. Outros instrumentos importantes nesse processo são as leis de Amparo Social aos Surdos, como a Lei n° 12.435/2011 de 07/07/2011, que adicionou outros dispositivos à Lei

nº8.742 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Cabe ainda mencionar a implementação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que concede um benefício no valor de um salário-mínimo mensal às pessoas com deficiência e/ou acima com 65 anos que não possuam meios de prover seu próprio sustento nem ajuda de um núcleo familiar. Por não se tratar de uma aposentadoria, o surdo que recebe o benefício precisa passar por uma avaliação a cada dois meses para garantir que o benefício não seja cancelado.

Conforme Pastore (2000), grande parte das pessoas com deficiência que recebe o BPC acaba por desenvolver trabalhos informais a fim de complementar sua renda. Tais trabalhos comportam uma série de atividades: camelôs que trabalham irregularmente, vendedores de bilhetes de loteria, de adesivos, entre outros. São pessoas que, por medo de perderem o benefício, evitam o ingresso no mundo formal do trabalho. Mas existem também aqueles que não possuem o benefício, não conseguem trabalho ou estão desempregados e sua única alternativa é ingressar no trabalho informal.

Apesar disso, Santiago (2011) salienta que muitos jovens Surdos estão investindo em sua formação acadêmica com vistas à inserção no mundo formal do trabalho. Muitos, ao ingressarem na universidade, têm procurado profissões que possam exercer independentemente da sua condição bilíngue. Ao analisar a participação dos Surdos num centro universitário privado da grande São Paulo que lhes disponibiliza suporte especializado, foi constatada a participação desses acadêmicos em dez cursos diferentes de graduação e tecnológicos: Administração (08), Ciências Contábeis (03), Engenharia da Computação (01), Engenharia de Produção (01), Pedagogia (02), Técnico em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (03), Técnico em Design Gráfico (05), Técnico em Manutenção de Aeronave (01), Técnico em Recursos Humanos (07) e Técnico em Redes de Computadores (01). De acordo com Santiago (2011):

[...] na última década, os surdos têm completado a sua escolarização e uma parcela desses tem chegado à universidade ou participa de programas de profissionalização. Além dos postos de emprego em linhas de produção das milhares de indústrias, vemos hoje surdos trabalhando em bancos, em postos de trabalho que exigem não mais sua força física, mas o trabalho intelectual (s./p.).

Para Irigaray (2016) o trabalho possui efeito de habilitação e de integração social, contribuindo para o aumento da autoestima e do nível de ajustamento pessoal. Em contrapartida, a ausência da possibilidade de trabalho aumenta os processos de exclusão dessas pessoas, acentuando sua subordinação aos outros e enfraquecendo a construção de sua

própria identidade. Por outro lado, poderíamos também interpretar esse processo como resultado de um movimento de normalização, cuja finalidade seria resumidamente o enquadramento das pessoas Surdas dentro daquilo que é convencionalmente aceito como norma pela sociedade. Numa sociedade capitalista neoliberal, esse enquadramento está intimamente atrelado à capacidade de produção e de geração de lucro das pessoas.

Portanto, se, no passado, as pessoas com alguma deficiência eram excluídas no sentido de serem realmente banidas do convívio social ou ignoradas, a intensificação das lutas por melhores condições de vida e de acesso aos direitos de cidadãos por parte dessas pessoas tem forçado os agentes sociais a repensarem sua posição na sociedade. Dessa forma, uma das saídas encontradas pelas forças econômicas que estão nas entrelinhas das estruturas de poder para incluir as pessoas com deficiência com uma maior redução de custos tem sido a formação para o mundo do trabalho. Ou, dito de outra forma, a absorção desses sujeitos pelo mercado de trabalho, visando à redução de investimentos públicos voltados para estas pessoas e uma tentativa de exploração de seu potencial produtivo. Afinal,

[...] a armadura original do neoliberalismo. Primeiro [...] a intervenção governamental - e isso os neoliberais sempre disseram - não é menos densa, menos freqüente, menos ativa, menos contínua do que num outro sistema. [...]. O governo - nem é preciso dizer, já que se está num regime liberal - não tem de intervir sobre os efeitos do mercado. [...] -, o neoliberalismo, o governo neoliberal não tem de corrigir os efeitos destruidores do mercado sobre a sociedade. Ele não tem de constituir, de certo modo, um contraponto ou um anteparo entre a sociedade e os processos econômicos. Ele tem de intervir sobre a própria sociedade em sua trama e em sua espessura. [...], ele tem de intervir nessa sociedade para que os mecanismos concorrenciais, a cada instante e em cada ponto da espessura social, possam ter o papel de reguladores - e é nisso que a sua intervenção vai possibilitar o que é o seu objetivo: a constituição de um regulador de mercado geral da sociedade. [...]; não é um governo econômico, é um governo de sociedade (FOUCAULT, 2000, p. 199).

Apesar das importantes conquistas alcançadas pelas pessoas Surdas, os dados do IBGE mostram claramente que a maioria delas não conseguem inserção no mundo do trabalho formal de forma satisfatória. Conforme afirmaram Viana e Irigaray, em pesquisa realizada junto ao Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES)<sup>15</sup>: “A grande maioria dos surdos atendidos pelo INES não está conseguindo se inserir nas atuais relações sociais de produção e,

---

<sup>15</sup> Instituto Nacional de Educação para os Surdos - INES é um órgão do Ministério da Educação cuja função é produzir, desenvolver e divulgar conhecimentos científicos e tecnológicos na área da surdez em todo o território nacional, além de subsidiar a Política Nacional de Educação, a fim de promover o desenvolvimento, a socialização e o respeito às pessoas surdas.

desta forma, sem condições de prover seus meios de vida, ainda ficam à margem do atual processo histórico”(VIANA; IRIGARAY,2016, p. 223).

Irigaray (2016) constatou, por meio de entrevistas, que um dos maiores fatores que dificultam a inserção dos sujeitos Surdos no ambiente corporativo é, justamente, o desconhecimento de que eles possuem uma primeira língua, que é a Libras, sendo a língua portuguesa uma língua estrangeira para eles, uma segunda língua. Além do desconhecimento deste fato, há ainda a falta de interesse em conhecer essa primeira língua dos Surdos. Daí a resistência das empresas em contratar um intérprete de Libras e a preferência pela contratação de surdos oralizados, resultando maior desigualdade entre os surdos oralizados e os que se comunicam com as mãos nas disputas pelas vagas no mundo do trabalho.

É nesse sentido que Barros e Marques (2009) afirmaram que os Surdos se sentem “estranhos” e “sozinhos” na ausência de uma comunicação eficiente por meio de uma língua, o que ocorre pelo fato de que eles entendem que suas particularidades não são atendidas na cultura ouvinte. Outro dado importante levantado pela pesquisa de Irigaray (2016) diz respeito aos processos de formação dos surdos. De acordo com entrevistas realizadas durante seu estudo,

[...] a formação profissional da pessoa surda é um desafio premente para as instituições voltadas para essa demanda, nos dias de hoje. Com efeito, distancia-se toda pretensão conciliatória dos interesses e potencialidades dos alunos surdos com as demandas do mundo do trabalho, na perspectiva de levá-los a um desempenho eficaz [...] as escolas de surdos se preocupam com a preparação para o trabalho, principalmente, com o disciplinamento desses sujeitos e, que muitas vezes, escolhem oficinas e projetos de profissionalização voltados para, o que essas escolas entendem por, “melhor profissão para os surdos”. [...] Efetivamente, as oficinas de qualificação profissional para as pessoas surdas são montadas a partir das possibilidades financeiras para a sua manutenção, como também, por meio da escolha dos dirigentes da escola sobre o que se entende por melhor profissão para surdos (IRIGARAY, 2016, p.225).

Enfim, entende-se que a habilidade pessoal e o desejo individual dessas pessoas são desconsiderados. Na realidade, são desconsideradas enquanto cidadãos que possuem desejos, anseios e que são dotadas de vocação para determinadas atividades requeridas pelo mundo do trabalho.

Tal análise nos leva a perceber, portanto, que, inversamente à hipótese levantada na introdução da seção 4, não é no mundo do trabalho, na participação das relações econômicas e produtivas da sociedade que as formas de resistência, na luta por inclusão pelas pessoas Surdas, ganham força. O mercado de trabalho, ao contrário, acaba por reforçar os mecanismos

de exclusão a que estas pessoas são submetidas. No entanto, segundo Irigaray (2016), a inserção dos Surdos no mundo do trabalho e o resgate da sua cidadania não são apenas questões de políticas públicas ou organizacionais, mas sobretudo do engajamento de toda a sociedade.

A questão é que a massificação do tipo de racionalidade que Foucault (2008) identificou como *homo oeconomicus*, expresso na figura do sujeito que aceita e deseja as regras do jogo neoliberal de incentivo à desigualdade e competição, tem dificultado a formação do senso de responsabilidade dessa sociedade e, conseqüentemente, de engajamento. Logo, as políticas sociais de inclusão no mundo do trabalho pouco influenciam no resultado final, pois, conforme demonstra Foucault (2008, p. 221-222),

[...] se há intervencionismo social, permanente e multiforme, não é contra a economia de mercado ou a favor da economia de mercado, mas é, ao contrário, a título de condição histórica e social de possibilidade para uma economia de mercado, a título de condição para que o mecanismo formal da concorrência aja, para que, por conseguinte, a regulação que o mercado concorrencial deve assegurar possa se dar corretamente e não se produzam os efeitos sociais negativos que se deveriam à ausência de concorrência. A *Gesellschaftspolitik* deve, portanto anular, não os efeitos antissociais da concorrência, mas os mecanismos anticoncorrenciais que a sociedade poderia suscitar, que poderiam, em todo caso, nascer na sociedade.

Na análise das relações entre condição socioeconômica e exclusão digital de forma geral, a situação não é diferente. Conforme Maigret (2010), o que resume basicamente o aspecto da exclusão digital dos sujeitos é o fato de que as camadas mais abastadas economicamente se apropriam das TICs e das informações disponibilizadas nesses meios, enquanto que à população economicamente desfavorecida o acesso a esses recursos é limitado.

Acrescentamos aqui que essa limitação de acesso aos recursos digitais aliada a condições precárias de formação, para além da privação de acesso à informações, também pode conduzir a um processo de (de)formação de conhecimento à medida que retira dos sujeitos mais vulneráveis econômica e socialmente a capacidade de desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo. Colocando-os, num movimento cíclico, numa posição de subordinação ideológica capaz de os transformar em presas fáceis para a captura de suas identidades, bem como para a cooptação de seus desejos e anseios em prol de uma racionalidade capitalista, pautada nos princípios da lucratividade e da competição. Situação essa que, no final das contas, aponta para a reafirmação de uma realidade excludente.

A situação dos sujeitos Surdos que se encontram em condições de pobreza é ainda mais alarmante, pois, além das barreiras impostas pelas dificuldades de comunicação decorrentes da diferença entre as línguas utilizadas (a Libras e o português), também precisam lidar com a dificuldade de acesso aos recursos digitais.

Levando em consideração as dificuldades impostas pelas barreiras comunicacionais e, ainda, o fato de que os recursos digitais adquiriram grande importância nos processos de comunicação da atualidade, recorre-se a Valentini (1999, p.236), quando afirma que “o desconhecimento dos ambientes informatizados e como utilizá-los pode criar uma nova geração de ‘analfabetos tecnológicos’, colocando novamente grupos minoritários, como no caso dos Surdos, à margem da sociedade”, dificultando, inclusive, o acesso e a permanência no mercado de trabalho.

Quando se trata da inserção das pessoas Surdas e das pessoas com deficiência, em geral, no mundo do trabalho, além das dificuldades oriundas da falta de formação, dos preconceitos e da dificuldade de comunicação, existem, ainda, as barreiras que a sociedade lhes impõe ao ignorar suas especificidades. Diante dessas evidências e como resultado de um processo de lutas pelos direitos das pessoas com deficiências, foi criada a Lei nº 8.213 de 1991, que estabelece a obrigatoriedade da reserva de vagas de emprego para as pessoas com deficiência. Entretanto, desde a promulgação da lei até o ano de 2019, a realidade dessa população no mundo do trabalho passou por poucas alterações.

Devido à falta de oportunidades de habilitação/profissionalização dessas pessoas, ao ingressarem no mundo do trabalho elas correm o risco de serem submetidas a funções consideradas inferiores dentro das empresas. Conforme Silva e Marques (2013, p. 362), “[...] para aqueles que têm acesso aos bens materiais que lhes proporciona acesso ao conhecimento e à informação, há plena possibilidade de exercício da cidadania e das experiências de direito; aos demais, resta-lhes a ideia dessas prerrogativas”. Considerando o fato de que a inclusão digital dos Surdos possui importante papel como instrumento de acesso à informação, ao conhecimento, à sociedade de consumo e ao mundo do trabalho, favorecendo um processo de inclusão, tal realidade parece distante.

Importante questão a ser levada em conta é a de que a conquista de direitos é resultado de um processo de luta, de jogo de poder entre sujeitos em posições diferenciadas na sociedade civil e, ainda, que os impulsos egoístas dos sujeitos nem sempre permitam a garantia de direitos a grupos minoritários de interesses, produzem-se processos de exclusão (como a exclusão digital) dos Surdos ou uma espécie de inclusão perversa, desigual. Soma-se a isso o fato de que a sua exclusão digital tem relação direta com a exclusão social, sendo, ao

mesmo tempo, gerada também pela falta de oportunidades de trabalho que possam garantir a estes sujeitos a autonomia financeira e econômica. Tudo isso impacta no acesso destas pessoas a recursos financeiros, gerando uma espécie de círculo vicioso, que demarca a posição dos sujeitos Surdos numa sociedade marcada por interesses egoístas. Estes interesses que são típicos de uma sociedade meritocrática e intensificam a concorrência desleal, especialmente no caso dos Surdos, em busca de melhores postos de trabalho.

Embora as causas dos problemas de surdez não tenham nenhuma relação com a situação socioeconômica, podendo atingir pessoas de qualquer classe social, uma vez diagnosticadas com dificuldades relacionadas à audição, as pessoas Surdas se deparam com oportunidades de trabalho escassas. Essa escassez de oportunidades deriva da existência de vários mitos sobre a condição do trabalhador Surdo.

Enfim, são dificuldades que envolvem fundamentalmente questões de ordem comunicacionais. No entanto, as empresas que ainda contratam Surdos, imersas num processo histórico e cultural de exclusão dos sujeitos Surdos, os acolhem com uma concepção impregnada de preconceitos sobre a sua condição, o que os leva a desconsiderarem as suas potencialidades. Assim, por exemplo, a crença de que a pessoa surda tem um nível de atenção mais elevado e dificuldade para lidar com questões mais abstratas e reflexivas sustenta uma tendência das empresas a reservar para estas pessoas os cargos mais relacionados a serviços braçais e repetitivos, que não requerem habilidades intelectuais nem formação acadêmica. Ignoram, assim, suas capacidades para outros cargos, ainda que possuam formação acadêmica condizente com a função.

O fato é que, independente da condição de ser e estar no mundo, as pessoas precisam ser consideradas e tratadas em sua integralidade. Embora todos os sujeitos, em suas vivências coletivas, desempenhem diversos papéis conforme a situação social vivenciada num dado momento e espaço, o ser humano não pode ser tratado como um ser fracionado em unidades independentes. Os diversos papéis que assumem ao longo da vida e nas diversas relações se comunicam entre si de alguma forma. Por mais diferenciados que sejam, tais papéis possuem um ponto de encontro, e este constitui seu “ponto de partida e seu ponto de chegada”. Esse ponto de encontro, que também constitui aquilo que lhe dá fundamento e sustentação, é justamente o “sujeito em sua integralidade”. Daí a necessidade de se desenvolverem pesquisas a respeito da condição das pessoas Surdas nos diversos âmbitos da vida moderna (no âmbito social, das relações pessoais, econômicas, de trabalho e, também, das condições de escolarização).

Enfim, por razões óbvias, não foi possível encontrar o peso dos processos de resistência na análise das relações econômicas e da inserção dos Surdos no mundo do trabalho. Razões óbvias, pois, embora o mundo trabalho e as relações econômicas em geral tendam a se apresentar como naturais e essencialmente igualitárias, fundamentando e perpetuando concepções meritocráticas, no capitalismo neoliberal, o que de fato sustenta suas proposições é marcado pela disseminação de sentimentos e concepções individualistas e concorrenciais. Nisso consiste toda a lógica que rege a economia política, a qual reflete na governamentalidade estatal neoliberal que, conforme explicitou Foucault (2008), encontra na economia política um instrumento de regulação das suas práticas.

Assim, é plausível a hipótese de que a invisibilidade das pessoas Surdas, expressa na sua ausência nas estatísticas oficiais do Estado, representa um instrumento de exclusão e controle, na medida em que deixam de fornecer subsídios para que se possa evidenciar suas demandas, em conformidade com a teia do Estado mínimo ou da mínima intervenção estatal. E é plausível também a constatação da estreita ligação entre mundo do trabalho, mercado econômico, economia política e Estado mínimo. Diante dessas hipóteses, não é de se estranhar a dificuldade em encontrar processos de resistência na análise da inserção dos Surdos no mundo do trabalho.

O mundo do trabalho, em geral, pela estreita relação com o desenvolvimento das premissas que sustentam o capitalismo neoliberal, jamais poderia tratar das diferenças dando a elas um enfoque pautado nas suas especificidades. Se o que move esse modelo econômico e político é justamente a concorrência, por mais que permita a existência de políticas sociais, o que prevalecerá será sempre a “lei do mais apto”. Diante disso, como alternativa encontrada para tentar compreender a realidade das pessoas Surdas, buscou-se recorrer a estudos de doutorado sobre a temática por meio de uma pesquisa bibliográfica.

#### **4.2 Estudos que envolvem a causa Surda e os processos de inclusão digital**

O entendimento de que os estudos de doutoramento poderiam colaborar com a compreensão da realidade das pessoas Surdas decorre do entendimento de que o espaço de produção científicas e constitui como o espaço institucionalmente estabelecido para a atuação do intelectual na sociedade. Se, conforme o concebeu Foucault, “o intelectual constitui um sujeito que detém poderes de favorecer ou matar a vida a serviço do Estado ou contra ele”, (1998, p. 11), pode ser maior a possibilidade de encontrar o movimento de resistência dos Surdos na análise de suas produções.

Entretanto, a procura por pesquisas a respeito da condição Surda de existir com enfoque mais humanista nos sites de busca da internet aponta para a existência de poucas teses de doutorado. Em geral, trata-se de estudos que trazem as dificuldades de comunicação em função da língua como problema central. Ao pesquisar o banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), digitando a palavra “surdos” na barra de busca, o resultado obtido mostrou a existência de 404 teses de doutorado referentes a pesquisas realizadas no período de 1995 a 2018, em diversos programas de pós-graduação do Brasil. Após um exercício de leitura e identificação dos programas de doutorado nos quais estas pesquisas foram desenvolvidas (vide tabela do apêndice 2), para facilitar a análise dos dados, procedeu-se à separação destas pesquisas por cores em 08 grandes grupos, conforme a relação existente entre os nomes dos programas de doutorado nos quais se inserem, como pode ser visualizado no Quadro 7.

Assim, os programas com temática foram divididos nos seguintes campos:

1. Sociologia, filosofia, antropologia, ciência política, epistemologia e direito foram agrupados no bloco azul claro;
2. Pesquisas no âmbito da educação (incluindo educação especial e educação relacionada a artes, matemática, história, geografia, educação física etc.) compuseram o bloco laranja;
3. O bloco das artes, arquitetura e design foi identificado como bloco cinza;
4. As teses no campo da psicologia foram agrupadas no bloco rosa;
5. O bloco verde agrupou os trabalhos no campo da linguagem (programas de letras, língua portuguesa, linguística, tradução, literatura, comunicação social);
6. No bloco amarelo, foram agrupadas as teses desenvolvidas no campo da informática, da computação e das engenharias;
7. O bloco azul escuro agrupou o campo das pesquisas desenvolvidas no âmbito da química e da química biológica;
8. E, por fim, o bloco vermelho, que agrupou pesquisas no âmbito da saúde, medicina, enfermagem, odontologia, fonoaudiologia, biologia e afins.

Quadro 7 – Demonstrativo da quantidade de estudos de doutorado sobre pessoas Surdas por área de conhecimento, presentes no banco de dados da Capes, de 1995 a 2018.

Área	Total trabalhos por campos do saber (por blocos de saber)	Total em %
Sociologia, filosofia, antropologia, ciência política, epistemologia e direito	16	4%
Pesquisa no âmbito da educação (incluindo educação especial e educação relacionada a artes, matemática, história, geografia, educação física etc.)	180	45%
Artes, arquitetura e design	6	1%
Psicologia	31	8%
Campo da linguagem (programas de letras, língua portuguesa, linguística, tradução, literatura, comunicação social).	111	28%
Campo da informática, da computação e das engenharias	21	5%
Química, química biológica	8	2%
Âmbito da saúde, medicina, enfermagem, odontologia, fonoaudiologia, biologia, biotecnologia e afins	30	7%
<b>TOTAL DE TESE SOBRE SURDOS DISPONÍVEL NO PORTAL CAPES</b>	<b>404</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Analisando o quadro7, é possível perceber que a maior parte dos estudos envolvendo as pessoas Surdas está concentrada no campo da educação (45%) e dos estudos que envolvem a linguagem (28%). Somente com esses dados, já é possível compreender algumas das questões que envolvem esse público. A primeira leva à reflexão sobre o fato de ser o campo da educação que se posiciona como aquele que mais se preocupa com a causa dos surdos. Uma das hipóteses é que, sendo a escola, juntamente com a família, situada como um dos primeiros espaços em que criança inicia seu processo de socialização, é também nesses espaços que a criança surda começa a ter visibilidade. Quando se trata da escola, observa-se uma visibilidade forçada, visto que a maioria das escolas regulares de ensino só permite a entrada de Estudantes Público-Alvo da Educação Especial (EPAEE) graças à existência de uma legislação que as obriga a receber estes sujeitos, sem que tenham preparado adequadamente esse ambiente para processos de inclusão na concepção da palavra.

Um dos indícios que conduz a esta hipótese é o fato de que, após a publicação e implementação da Lei nº 13.146, em 6 de julho de 2015, intitulada como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, pela então presidente da República Dilma Roussef, as médias de pesquisas envolvendo a temática “surdos” aumentaram significativamente nas diversas áreas de conhecimento, conforme é possível visualizar no Quadro 8.

Quadro 8–Demonstrativo Comparativo de média de estudos de doutorado sobre pessoas Surdas, produzidos por ano e área, conforme banco de dados da Capes de 1995 a 2018

Ano	Área							
	Educação	Linguagem	Sociologia, Filosofia, Antropologia, Ciência Política, Epistemologia e Direito <sup>16</sup>	Artes, Arquitetura e Design	Psicologia <sup>17</sup>	Informática, da computação e das engenharias <sup>18</sup>	Química, Química Biológica <sup>19</sup>	No Campo Da Saúde, Medicina, Enfermagem, Odontologia, Fonoaudiologia, Biologia, Biotecnologia e Afins <sup>20</sup>
1995		1						
1996	2	2			1			
1997								
1998	1	1						
1999	1	1			1			
2000	2							3
2001	2	1				1		1
2002	3				2			
2003	5	2			3			
2004	2	7			1	1		1
2005	7	1			2			1
2006	1	3			2			1
2007	4	2						
2008	5	7			2			1
2009	9	1		1	2			1
2010	6		3		1	1		1

<sup>16</sup> Embora o objeto de estudo desta pesquisa tenha como recorte temporal o período de 1995 a 2018, os dados desta tabela foram recolhidos a partir de 2010, pois não foram encontrados trabalhos dentro da temática proposta antes deste período.

<sup>17</sup> Embora o objeto de estudo desta pesquisa tenha como recorte temporal o período de 1995 a 2018, os dados desta tabela foram recolhidos a partir de 1996, pois não foram encontrados trabalhos dentro da temática proposta no ano de 1995.

<sup>18</sup> Embora o objeto de estudo desta pesquisa tenha como recorte temporal o período de 1995 a 2018, os dados desta tabela foram recolhidos a partir de 2001, pois não foram encontrados trabalhos dentro da temática proposta antes deste período.

<sup>19</sup> Embora o objeto de estudo desta pesquisa tenha como recorte temporal o período de 1995 a 2018, os dados desta tabela foram recolhidos a partir de 2013, pois não foram encontrados trabalhos dentro da temática proposta antes deste período.

<sup>20</sup> Embora o objeto de estudo desta pesquisa tenha como recorte temporal o período de 1995 a 2018, os dados desta tabela foram recolhidos a partir de 2000, pois não foram encontrados trabalhos dentro da temática proposta antes deste período.

2011	7	6	2	1	2			3
2012	2	6			2	3		3
2013	12	7	2		1	3	2	1
2014	17	10	1	1	1	4	1	3
Média anual	4,6	2,9	1,6	0,5	1,3	0,92	1,5	1,33
	19 anos	20 anos	05 anos	06 anos	18 anos	14 anos	2 anos	15 anos
<b>Subtotal</b>	<b>89</b>	<b>58</b>	<b>08</b>	<b>03</b>	<b>23</b>	<b>13</b>	<b>03</b>	<b>20</b>
Trabalhos de doutorado produzidos após implementação da Lei 13.146/2015								
2015	18	14	1		3	2	1	2
2016	25	14	4	1	1	2	3	2
2017	27	14	1	1	2	1		1
2018	22	11	2	1	2	3	1	4
Média anual (4 anos)	23	13,2	02	0,75	02	02	1,25	2,25
<b>Subtotal</b>	<b>92</b>	<b>53</b>	<b>08</b>	<b>03</b>	<b>08</b>	<b>08</b>	<b>5</b>	<b>9</b>
<b>Total Geral</b>	<b>181</b>	<b>111</b>	<b>16</b>	<b>06</b>	<b>31</b>	<b>21</b>	<b>08</b>	<b>29</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Ainda de acordo com o Quadro 8, o primeiro trabalho de doutorado na área da Surdez, dentro do recorte temporal deste estudo, foi defendido em 1995 na área da “linguagem”, seguido pela “Educação” e “Psicologia”, em 1996, com 02 e 01 trabalhos respectivamente, sendo que a linguística nesse ano obteve mais 02 defesas. No ano de 1997, não houve trabalhos em nenhuma área.

A partir de 1998, as áreas de “Educação” e “Linguagem” continuaram contribuindo com estudos na área da surdez. O campo da “Psicologia” contribuiu ocasionalmente até 2002 e, a partir dessa data, passou a produzir permanentemente.

Ainda dentro do recorte temporal da pesquisa, em 2000 houve o registro dos primeiros trabalhos sobre Surdez no Campo da “Saúde (Medicina, Enfermagem, Odontologia, Fonoaudiologia, Biologia, Biotecnologia e Afins)”, os quais prosseguiram com uma manutenção pequena, mas contínua, de trabalhos na área.

O campo “Informática, da computação e das engenharias” tem o seu primeiro registro de trabalho na área da Surdez em 2001. Desde então, assume uma contribuição

ocasional/sazonal, até 2011. Em 2012, passa contribuir permanentemente. Já o campo da “Artes, Arquitetura e Design” contempla áreas que possuíram pequena inserção na produção no campo da Surdez, com o primeiro registro de trabalho em 2009. “Sociologia, Filosofia, Antropologia, Ciência Política, Epistemologia e Direito” iniciaram suas contribuições em 2010, as quais se mantiveram progressivas e permanentes.

Outro dado que pode ser visualizado no Quadro 7 é que a implementação da Lei 13.146/2015 contribuiu com a ampliação e a manutenção de produções no campo da Surdez. Isso serve como ponto de destaque para representar como a presença de uma ação pública é capaz de provocar modificações na realidade.

Outro destaque que pode ser visualizado no Quadro 8 é que a área da “Saúde e afins”, historicamente sempre muito envolvida com as discussões na área da Surdez, por sua vez, não se sobressaiu na produção acadêmica no âmbito de doutoramento na área, mesmo após a implementação da Lei 13.146/2015. Isso talvez possa ter ocorrido em função de uma mudança generalizada no enfoque dado às questões relacionadas a problemáticas que envolvem os Surdos. Mudança expressa, sobretudo, no esgotamento de uma orientação paradigmática positivista e fundamentada em características fisiológicas, seguida da ascensão de uma outra, mais preocupada com questões culturais, relacionais e políticas, que ocorreu como resultado do longo processo de lutas pelo acesso a processos de cidadania dessas pessoas.

De modo geral, houve preponderância de estudos na área da “Educação” e “Linguagem”, seguida pela “Psicologia”. Mas houve também um silenciamento prolongado das demandas do campo da surdez em “Sociologia, Filosofia, Antropologia, Ciência Política, Epistemologia e Direito”, em “Artes, Arquitetura e Design”, em “Informática, Computação e Engenharias” e em “Química, Química Biológica”, áreas relevantes diante das demandas históricas do campo da Surdez.

Tal silenciamento talvez esteja ligado justamente à dificuldade de acesso das pessoas Surdas a esses espaços de conhecimento, em função dos problemas de escolarização por elas enfrentados e que resultam em dificuldades de acesso ao ensino superior. Dificuldades, inclusive, de vocabulário devido à ausência de sinais em Libras que possam traduzir termos técnicos próprios desses campos do saber.

A avaliação das produções em cada um dos campos específicos do conhecimento, expostos no Quadro 8, também revela outras questões que merecem destaque nos campos da:

a) Educação, por exemplo, de 1996 até 2014, o banco de teses da Capes registrou a produção de 88 teses de doutorado (conforme dados do apêndice 2). Antes da implementação da Lei 13.146/2015, foram produzidas 88 pesquisas sobre as pessoas Surdas num período de

19 anos, o equivalente a uma média de 4,6 estudos de doutorado sobre os Surdos produzidos ao ano. Após a implementação da lei, em 2015, até o ano de 2018, a Capes registrou a existência de mais 92 teses de doutorado envolvendo a temática, ou seja, num período de quatro anos, a média anual de estudos sobre os Surdos aumentou para 23 trabalhos por ano;

b) Linguagem: a média de estudos ao longo de vinte anos foi de 2,9, sendo que foram catalogados 58 estudos, passando para, após a aprovação da Lei 13.146/2015, 13,5 em 04 anos de registros, evidenciando um grande aumento de produções, com um crescimento de 10,6 por ano;

c) Sociologia, Filosofia, Antropologia, Ciência Política, Epistemologia e Direito: os estudos só se iniciaram a partir de 2010, com 08 estudos, média de 1,6 em cinco anos. Após a publicação da Lei 13.146/2015, não houve grandes modificações, em 04 anos foram realizados 08 estudos e a média passou para 2,0 por ano, com um crescimento de 0,4 por ano;

d) Artes, Arquitetura e Design: com o primeiro registro em 2009, em 06 anos, houve 03 trabalhos, sendo uma média de 0,5 por ano, e, após a publicação da referida lei passou, para 0,75 por ano em 04 anos, mantendo sua produção em 03 estudos, mas com um crescimento de 0,25 por ano;

e) Da Psicologia: em 18 anos, foram produzidos 23 trabalhos, com uma média de 1,3 por ano, e, após a publicação da referida lei, em 04 anos, foram catalogados 08 trabalhos, com uma média de 2 por ano, com um crescimento de 0,7 por ano.

f) Informática, Engenharias e da Computação: em 14 anos, foram produzidos 13 estudos, representando uma média 0,92 por ano em 14 anos; após a publicação da referida lei, a média passou para 2 estudos por ano, com uma produção em 04 anos de 08 teses;

g) Química, Química Biológica: em 2 anos, foram catalogados 03 trabalhos, com uma média 1,5 por ano; após a publicação da referida lei, em quatro anos foram realizados 05 trabalhos, e a média passou para 1,25. Entretanto, se considerado o tempo da amostragem, houve crescimento nos estudos;

h) Saúde, Medicina, Enfermagem, Odontologia, Fonoaudiologia, Biologia, Biotecnologia e Afins: foram produzidos 20 estudos em 15 anos, um uma média de 1,33 por ano; em 04 anos, após a publicação da lei, foram realizados 09 estudos, representando uma média de 2,25 por ano.

Os dados sintetizados evidenciam que, após a publicação da lei 13.146/2015, houve maior impulsão dos estudos em algumas áreas, menor em outras menos, entretanto, não se pode desconsiderar que houve ampliação. Assim, aqui se encontra um indicativo de que as políticas/ações governamentais contribuem com a ampliação de estudos, logo as políticas

públicas são primordiais para o desenvolvimento de estudos e sua ampliação em todas as áreas, o que pode ser estendido para as questões digitais.

Destarte, o aumento nas produções de pesquisas sobre as questões envolvendo esse grupo de pessoas parece estar intimamente relacionado ao aumento na ocupação dos espaços públicos por eles, como a escola comum. Isso ocorreu graças ao estabelecimento de uma lei garantindo a essas pessoas tal direito. Ao adentrar o espaço da escola comum, a educação dos Surdos assume a direção de escolarização e deixa de ser responsabilidade exclusiva da família, constituindo-se como responsabilidade do poder público, que precisa prover os recursos materiais e humanos necessários ao processo. Mas se torna também responsabilidade da comunidade escolar como um todo, visto que professores, supervisores pedagógicos, diretores e até mesmo os demais alunos precisam se preparar para receber os Surdos. Quando o contexto escolar não consegue se preparar adequadamente para receber tais alunos, denota-se a ocorrência dos diversos problemas denunciados nas pesquisas de doutorado.

Estes problemas são desencadeados principalmente por dificuldades de comunicação em função da língua, pois, conforme mencionado anteriormente, todos os trabalhos (independentemente da área de estudo ou campo de conhecimento em que se encaixam) mencionam as dificuldades de linguagem como principal aspecto. Isso pode estar relacionado à constatação de que o segundo campo de conhecimento com maior quantidade de pesquisas é justamente o campo aqui identificado pela cor verde e que envolve os estudos de linguagem.

No campo de estudo que envolve conhecimentos de “Linguagem”, também é possível observar um aumento considerável na produção de pesquisas de doutorado a partir do ano de 2015, após a promulgação da Lei nº 13.146/2015. Conforme o Quadro 7, é possível observar um aumento expressivo na quantidade de pesquisas de doutorado, passando de uma média de produção de quase 03 (2,9) trabalhos acadêmicos ao ano para uma média de pouco mais de 13 trabalhos científicos ao ano. Tal fato comprova a importância dos processos de comunicação e do uso da linguagem, como descrito na seção 2 deste estudo.

Outro dado a se observar é que o aumento na quantidade de produções nos campos da “Educação” e “Linguagem”, respectivamente, ocorreu antes mesmo da implementação da Lei 13.146/2015. No campo da “Linguagem”, desde 2011 os números de produções acadêmicas já haviam aumentado significativamente. Foram produzidas 6 teses em 2011, 6 em 2012, 7 em 2013 e 11 em 2014.

O campo da “Educação” registrou um aumento vertiginoso na quantidade de produções ainda em 2009, quando o número de teses sobre o tema somou naquele ano um total de 9. De 2010 a 2014, a quantidade de produções continuou aumentando, exceto em

2012, quando apenas 2 produções foram registradas. Conforme exibido no Quadro 7, no campo da educação há um registro de 6 teses em 2010, 7 em 2011, 12 em 2013 e 17 em 2014.

O período em que ocorreu esse aumento nas produções, registrado antes da implementação da lei de inclusão, coincide com o período em que se iniciou o segundo mandato do governo do então presidente Lula e que, depois, continuou no primeiro mandato do governo da então presidente Dilma, o qual seguia as mesmas premissas do anterior. Tal fato, aliado à análise das políticas sociais implementadas por esses dois governos, talvez demonstre que, para além de políticas sociais, também se faz necessária a existência da “vontade política”.

Exceto no campo da “Química e Química Biológica”, cuja média de produção científica se manteve depois da lei, todos os outros campos registraram aumento na média de produções acadêmicas.

Considera-se, ainda, que os números presentes nos dados do Quadro 8 apontam para duas grandes constatações:

a) A primeira é a importância de políticas públicas de inclusão na promoção do direito de ocupação de espaços públicos (escolas, hospitais etc.) por pessoas público da educação especial, como as pessoas Surdas. Em função da promulgação da lei que garante esse direito aos sujeitos surdos (lei 13.146/2015), foi possível uma ampliação do seu acesso e, conseqüentemente, dar-lhes visibilidade diante da sociedade, a qual se viu na necessidade de repensar antigos preceitos a respeito da condição Surda de ser e estar no mundo;

b) A segunda grande constatação é que, também em função da promulgação da lei e da ampliação da participação dos sujeitos Surdos na sociedade (ainda que de forma precária), houve um aumento considerável na quantidade de pesquisas científicas a respeito do seu modo de vida, não mais focadas apenas na limitação física sob uma ótica patológica, mas, sobretudo, enfatizando aspectos culturais e sociais decorrentes de uma cultura linguística diferenciada, não oralizada.

Retomando a análise do banco de teses da Capes, e destacando os títulos, tem-se que nas referências bibliográficas destes 404 estudos, foram encontradas 37 teses que apontam para assuntos relacionados a problemáticas envolvendo os Surdos, o contexto digital e as TICs. Em outras palavras, no período de 2000 a 2018, 9,1% das teses sobre a condição Surda de ser demonstram alguma preocupação em avaliar as relações entre os surdos e o “Mundo Digital”. São estudos que se encontram em diversos programas de doutorado (informática, engenharias, linguística, educação, biotecnologia, matemática etc.) e que possuem no título expressões que remetem à temática das TICs, tais como: “Ambiente telemático de interação e

comunicação”, “Audiovisual”, “Ambiente Virtual”, “Contexto digital”, “Recursos Educacionais Digitais”, “Ícones Digitais”, “Tecnologias Assistivas”, “Legendas”, “Computador”, “Hipermissão”, “On-line”, “Cibercultura”, “Facebook”, “Websites”, “Framework”, “Internet”, “Web”, “Software”, “Multimídia” e “Avatares”, conforme Quadro 9.

Quadro 9– Demonstrativo dos títulos, instituições e ano das produções acadêmicas brasileiras que envolvem a temática “Surdos” e “Inclusão Digital” de 1995 a 2018, por campo de conhecimento, conforme dados da Capes.

<b>Educação</b>	<b>Linguagem</b>	<b>Informática, Computação e Engenharias</b>	<b>Saúde, Medicina, Enfermagem, Odontologia, Fonoaudiologia, Biologia, Biotecnologia e Afins</b>
<p><b>TESE 1</b> COLACIQUE, R. C. Visibilidades surdas na cibercultura: aprendizagens em rede. (2018)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade do Estado do Rio de Janeiro DOUTORADO EM: Educação</p>	<p><b>TESE 1</b> ARCOVERDE, R. D. de L. Os surdos em contexto digital: O encontro com a palavra escrita em língua portuguesa. (2004)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo DOUTORADO EM: Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem</p>	<p><b>TESE 1</b> CAMPOS, M. de B. Ambiente Telemático de Interação e Comunicação para suporte à Educação Bilíngue de surdos. (2001)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade federal do Rio grande do Sul DOUTORADO EM: Informática na Educação</p>	<p><b>TESE 1</b> BARROS, P. M. F. de. Tecnologia Assistiva: Biofeedback Fonotátil Torácico para surdos. (2011)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade Federal do Ceará DOUTORADO EM: Biotecnologia</p>
<p><b>TESE 2</b> SILVA, A. C. da. Karitu: um software colaborativo no letramento de crianças surdas sob a ótica bilíngue. (2000)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade Estadual de Campinas DOUTORADO EM: Educação</p>	<p><b>TESE 2</b> VIEIRA, P. A. A influência da segmentação e da velocidade na recepção de legendas para surdos e ensurdecidos (LSE). (2016)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade Estadual do Ceará DOUTORADO EM: Linguística Aplicada</p>	<p><b>TESE 2</b> QUIXABA, M. N. O. Diretrizes para Projeto de Recursos Educacionais Digitais Voltados à Educação Bilíngue de Surdos. (2017)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade Federal do Rio Grande do Sul DOUTORADO EM: Informática na Educação</p>	<p><b>TESE 2</b> BRAZ, R. M. M. LIBRAS e a divulgação dos conceitos científicos sobre ciências e biotecnologia: integração internacional de um dicionário científico online. (2014)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade Federal Fluminense DOUTORADO EM: Ciências e Biotecnologia</p>
<p><b>TESE 3</b> LUIZ, T. R. B. O uso de softwares para estimulação da percepção do surdo frente aos parâmetros de velocidade do ritmo: proposta de utilização do BPM COUNTER e do VOM COUNTER no programa de atividades rítmicas adaptado às pessoas surdas. (2008)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade Estadual de Campinas DOUTORADO EM: Educação Física</p>	<p><b>TESE 3</b> CHAVES, E. G. Legendagem de Filmes em Língua Inglesa e Portuguesa: análise dos parâmetros de segmentação e velocidade de legendas para ouvintes. (2017)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade Estadual do Ceará DOUTORADO EM: Linguística Aplicada</p>	<p><b>TESE 3</b> STUMPF, M. R. Aprendizagem de escrita de língua de sinais pelo sistema SignWriting: línguas de sinais no papel e no computador. (2005)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade Federal do Rio Grande do Sul DOUTORADO EM: Informática na Educação</p>	

<p><b>TESE 4</b> NASCIMENTO, G. V. S. do. Para ler vozes na tela: a escola como potencializadora das legendas como recurso de acessibilidade para surdo. (2018)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Grande Dourados DOUTORADO EM: Educação</p>	<p><b>TESE 4</b> MONTEIRO, S. M. M. Legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE) e legendagem para ouvintes: um estudo sobre a segmentação e a velocidade na legendagem da campanha política de 2010. (2016)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade Estadual do Ceará DOUTORADO EM: Linguística Aplicada</p>	<p><b>TESE 4</b> BRITO, R. R. F. de. Modelo de Referência para Desenvolvimento de Artefatos de Apoio ao Acesso dos Surdos ao Audiovisual. (2011)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade federal de Santa Catarina DOUTORADO EM: Engenharia e Gestão do Conhecimento</p>	
<p><b>TESE 5</b> SANTOS, C. E. R. dos. Ambiente Virtual de Aprendizagem e Cenários para investigação: contribuições para uma Educação Financeira acessível. (2016)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade Anhanguera de São Paulo DOUTORADO EM: Educação Matemática</p>	<p><b>TESE 5</b> SOUZA, L. C. de. Recomendações para cursos on-line em língua portuguesa com foco na integração de alunos surdos. (2015)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Minas Gerais DOUTORADO EM: Estudos Linguísticos</p>	<p><b>TESE 5</b> QUEVEDO, S. R. P. de. Narrativas Hipermediáticas para Ambiente Virtual de Aprendizagem Inclusivo. (2013)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade federal de Santa Catarina DOUTORADO EM: Engenharia e Gestão do Conhecimento</p>	
	<p><b>TESE 6</b> CLAUDIO, J. P. A cultura dos sujeitos comunicantes surdos: construções da cidadania comunicativa e comunicacional digital no Facebook. (2016)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade Federal do Vale do Rio dos Sinos DOUTORADO EM: Ciências da Comunicação</p>	<p><b>TESE 6</b> RIBAS, A. C. Diretrizes para Desenvolvimento de Ícones Digitais Acessíveis ao Público Surdo. (2018)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade federal de Santa Catarina DOUTORADO EM: Engenharia e Gestão do Conhecimento</p>	
	<p><b>TESE 7</b> NASCIMENTO, A. K. P. do. Convencionalidade nas legendas de efeitos sonoros na legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE). (2018)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade de São Paulo DOUTORADO EM: Estudos de Tradução</p>	<p><b>TESE 7</b> FLOR, C. da S. Recomendações para a Criação de Pistas Proximais de Navegação em Websites voltadas para Surdos Pré-Linguísticos'. (2016)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade federal de Santa Catarina DOUTORADO EM: Engenharia e Gestão do Conhecimento</p>	
	<p><b>TESE 8</b> SILVA, A. B. da. Literatura em Libras e Educação Literária de Surdos: um Estudo da Coleção "educação de Surdos" e de Vídeos</p>	<p><b>TESE 8</b> BUSARELLO, R. I. Gamificação em Histórias em Quadrinhos Hipermedia: diretrizes para a construção de objeto de aprendizagem acessível. (2016)</p>	

	<p>Literários em Libras Compartilhados na Internet. (2015)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade Federal do Espírito Santo DOUTORADO EM: Letras</p>	<p>INSTITUIÇÃO: Universidade federal de Santa Catarina DOUTORADO EM: Engenharia e Gestão do Conhecimento</p>	
	<p><b>TESE 9</b> OLIVEIRA, A. P. P. de. Ensinar-aprender inglês com uso de tecnologias digitais em contexto de inclusão de surdos: um estudo sob a perspectiva da teoria da atividade. (2017)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade Federal do Rio de Janeiro DOUTORADO EM: Linguística Aplicada</p>	<p><b>TESE 9</b> LAPOLLI, M. Visualização do Conhecimento por Meio de Narrativas Infográficas na Web Voltadas para Surdos em Comunidades de Práticas. (2014)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Santa Catarina DOUTORADO EM: Engenharia e Gestão do Conhecimento</p>	
	<p><b>TESE 10</b> NASCIMENTO, C. B. do. Terminografia em Língua de Sinais Brasileira: proposta de glossário ilustrado semibilíngue do meio ambiente em mídia digital. (2016)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade de Brasília DOUTORADO EM: Linguística</p>	<p><b>TESE 10</b> BUENO, J. Pesquisa-ação na Construção de insumos conceituais para um ambiente computacional de apoio ao letramento bilíngue de crianças surdas. (2014)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade Federal do Paraná DOUTORADO EM: Informática</p>	
	<p><b>TESE 11</b> NOBREGA, C. S. R. de. Literatura Surda: As produções digitais de textos religiosos Literários e Não Literários. (2017)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade Federal da Paraíba DOUTORADO EM: Letras</p>	<p><b>TESE 11</b> TRINDADE, D. de F. G. InCoP: Um Framework Conceitual para o Design de Ambientes Colaborativos Inclusivos para Surdos e Não Surdos de Cultivo a Comunidades de Prática (2013)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade Federal do Paraná DOUTORADO EM: Informática</p>	
	<p><b>TESE 12</b> KRUSSER, R. da S. Design editorial na tradução de Português para LIBRAS. (2017)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Santa Catarina DOUTORADO EM: Estudos da Tradução</p>	<p><b>TESE 12</b> GUIMARÃES, C. Arquitetura Pedagógica Computacional para Interações Intelectuais entre Crianças Surdas e Pais não-Surdos em Libras e Português. (2013)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade Federal do Paraná DOUTORADO EM: Informática</p>	

		<p><b>TESE 13</b> ANTUNES, D. R. Proposta de um Modelo Computacional para Representação de Sinais em uma Arquitetura de Serviços HCI-SL para Línguas de Sinais. (2015)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade Federal do Paraná DOUTORADO EM: Informática</p>	
		<p><b>TESE 14</b> IATSKIU, C. E. A. CORE-SL-SW-GENERATOR: Gerador automático da escrita da Libras a partir de um modelo de especificação formal dos sinais. (2018)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade Federal do Paraná DOUTORADO EM: Ciência da Computação</p>	
		<p><b>TESE 15</b> FERNANDES, J. C. L. Ambiente Virtual para ajudar surdos na construção de frases com diferentes tempos verbais. (2016)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade de Mogi das Cruzes DOUTORADO EM: Engenharia Biomédica</p>	
		<p><b>TESE 16</b> ARAUJO, T. M. U. Uma Solução para Geração Automática de Trilhas em Língua Brasileira de Sinais em Conteúdos Multimídia. (2012)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade Federal do Rio Grande do Norte DOUTORADO EM: Engenharia Elétrica</p>	
		<p><b>TESE 17</b> AMARAL, W. M. do. Sistema de Transcrição da Língua Brasileira de Sinais Voltado à Produção de Conteúdo Sinalizado por Avatares. (2012)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Universidade Estadual de Campinas DOUTORADO EM: Engenharia Elétrica</p>	
		<p><b>TESE 18</b> SOUZA, C. L. de.</p>	

		<p>Abordagem Computacional para Criação de Neologismos Terminológicos em Línguas de Sinais. (2018)</p> <p>INSTITUIÇÃO: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais</p> <p>DOUTORADO EM: Modelagem Matemática e Computacional</p>	
--	--	---	--

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Os estudos de doutorado nos campos da “Sociologia, Filosofia, Antropologia, Ciência Política, Epistemologia e Direito”, da “Artes, Arquitetura e Design”, da “Psicologia” e “Química, Química Biológica” não aparecem no Quadro 9, pois não foram encontradas teses nesses campos de conhecimento cujos títulos tivessem expressões que indicassem temas que relacionassem “Surdos” e “Inclusão Digital”.

De modo geral, o Quadro 9 também evidencia que, no campo da “Educação”, a maior parte da produção analisada encontra-se na região Sudeste, com 01 estudo na região Centro-Oeste e outro na região Sul, predominantemente em instituições públicas.

No campo da “Linguagem”, o foco está na região Sul, com 07 estudos, seguida do Sudeste, com 05 estudos, Nordeste, com 04 estudos, e Centro-Oeste, com 01. Predominam no campo da linguagem as pesquisas em instituições públicas, com apenas 02 trabalhos em instituições privadas. Embora haja maior centralidade na região Sul, há uma expansão para as regiões Sudeste e Nordeste.

No campo da “Informática, Computação e Engenharias”, há predominância na região Sul, com 10 trabalhos, também majoritariamente em instituições públicas. E uma pequena expressão na região Sudeste e Nordeste, com um trabalho em cada região. De maneira geral, a maior concentração está nas regiões Sul e Sudeste, nas instituições públicas. A região Norte não aparece, com pequena representação nas demais regiões.

Um dado interessante é que, dentre esses 37 estudos, 15 teses foram produzidas entre os anos de 2000 e 2014, somando uma média de 1,36 trabalho produzido ao ano, num período de 14 anos. Os outros 22 trabalhos foram produzidos após a implementação da lei de acessibilidade (Lei nº 14.146/2015), compreendendo uma média de 5,5 trabalhos desenvolvidos ao ano num período de 4 anos (entre 2015 e 2018). Ou seja, após a implementação da lei, a média de trabalhos produzidos com temáticas que envolviam questões relacionadas à problemática dos Surdos e as TICs mais que triplicou.

No Quadro 9, é possível perceber que a maior parte dos estudos que envolvem questões relacionadas à inclusão digital das Pessoas Surdas está concentrada, em primeiro lugar, no campo da “Informática, Computação e Engenharias” e, em segundo, no campo das “Linguagens”.

O resumo e a análise dos conteúdos das teses possibilitaram obter uma visão um pouco mais apurada sobre as pesquisas que estão sendo produzidas no Brasil a respeito dos processos de inclusão digital dessas pessoas

Algumas dificuldades foram encontradas durante a realização do fichamento dessas teses, como:

- a) Dificuldade de compreender o tipo de pesquisa e o percurso metodológico da pesquisa, que nem sempre estavam redigidos de forma clara e explícita;
- b) Dificuldade de conhecer a ligação pessoal do pesquisador com a causa surda (se é surdo, se trabalha com surdos ou apenas é simpatizante da causa), que em grande quantidade de teses não aparece no decorrer do texto;
- c) Dificuldade de encontrar a problemática central do trabalho redigida em forma de questão;
- d) Dificuldade de acesso ao próprio texto da tese, que não se encontra disponível para visualização *on-line*.

Diante dessas dificuldades, algumas informações contidas nos fichamentos refletem a interpretação deste estudo, não estando exatamente com as mesmas palavras do texto original. Em outros pontos, optou-se por utilizar as próprias palavras do pesquisador, reproduzindo trechos das teses no preenchimento desse instrumental de fichamento.

Um exemplo em que prevaleceu a interpretação do executor do fichamento está no preenchimento do campo que indaga a respeito do tipo de pesquisa. Em vários estudos com formatos similares, havia identificações diferentes para a caracterização do tipo de estudo executado. Assim, optou-se identificar como “pesquisa aplicada” aqueles estudos que se iniciaram com um diagnóstico da realidade e das dificuldades enfrentadas pelas pessoas Surdas, para, em seguida, desenvolver algum instrumento de apoio ou alguma solução criativa para esta dificuldade e, ao final, testar este instrumento ou esta solução numa pequena população, promovendo um estudo de caso.

Dentre as 36 teses que versam sobre as dificuldades de acesso aos recursos digitais pelas pessoas Surdas aqui fichadas (em 01 não foi possível o acesso ao texto), em apenas uma o pesquisador se declarou como sendo Surdo. O que, à primeira vista, pode parecer irrelevante, mas que, ao contrário, ganha relevância quando se leva em consideração que a

maior parte das pesquisas nesse campo são produzidas por pessoas que pensam pelos e sobre os Surdos, e não por eles, que pensam por si, o que talvez se justifique pela dificuldade de acesso à educação que estas pessoas sofrem.

Na seção 2 deste trabalho, que procurou demonstrar a importância da aquisição da linguagem para os processos de comunicação e as dificuldades de acesso à instrução das pessoas Surdas, foi possível perceber o quanto são conflituosos e restritos os processos de escolarização dos Surdos na educação básica. Se a escolarização na Educação Básica é precária, menores são as chances de uma pessoa Surda cursar o ensino superior. Mais reduzida ainda será possibilidade de essas pessoas alcançarem a oportunidade de integrarem algum programa de mestrado ou doutorado, impactando na formação de pesquisadores Surdos e na possibilidade de dar a esses sujeitos condições de protagonismo na construção de sua história e cultura.

Outra questão interessante é que, neste conjunto de 36 teses fichadas, foi possível identificar que:

a) Pelo menos 21 podem ser consideradas como pesquisas aplicadas, cujo trabalho final resultou em *software*, um aplicativo ou em alguma solução digital voltados para alguma dificuldade de interação dos Surdos no ambiente virtual por meio da linguagem;

b) Em pelo menos 16 desses produtos, as soluções geralmente são pensadas para sujeitos que dominam a Libras<sup>21</sup>;

c) Em outros 05 (cinco) casos, as soluções apresentadas requerem dos surdos uma formação bilíngue (domínio de Libras e de Língua Portuguesa)<sup>22</sup>;

d) Em outros 03 (três) trabalhos, as soluções apresentadas se propõem a colaborar com os processos de letramento das pessoas Surdas<sup>23</sup>, o que coloca mais uma vez a questão da aquisição da linguagem em primeiro plano;

e) 04 (quatro) trabalhos se ocuparam em testar algumas soluções desenvolvidas, como os processos de legendagem de filmes<sup>24</sup>, em que, geralmente, as conclusões apontam para uma inadequação na velocidade em que as legendas aparecem, dificultando os processos de compreensão dos conteúdos veiculados pelas pessoas Surdas. Nas obras pesquisadas, há

---

<sup>21</sup> Como nos estudos de CAMPO (2001), RIBAS (2018), BUSARELLO (2016), FERNANDES (2016), BUENO (2014), FLOR (2016), TRINDADE (2013), ANTUNES (2015), LAPOLLI (2014), ARAUJO (2012), AMARAL (2012), SOUZA (2018), IATSKIU (2018), SOUZA (2015), QUIXABA (2017), KRUSSER (2017).

<sup>22</sup> Como nos estudos de BRITO (2011), OLIVEIRA (2017) e de QUEVEDO (2013), CLÁUDIO (2016), NASCIMENTO (2016).

<sup>23</sup> Como nos estudos de STUMPF (2005), GUIMARÃES (2013) e ARCOVERDE (2014).

<sup>24</sup> Expressos nos estudos de VIEIRA (2016), CHAVES (2017), MONTEIRO (2016) e NASCIMENTO (2018).

momentos em que a legendagem aparece lenta demais, em outros, muito rápida e desconectada do momento da cena;

f) Em 02 (duas) teses<sup>25</sup>, a preocupação central estava relacionada à representação da literatura Surda nos recursos digitais disponíveis (DVDs, vídeos de *YouTube*) voltada para pessoas surdas, sendo que Nobrega (2017) tratou especificamente de literatura religiosa. Nos dois estudos, foi constatada a necessidade do bilinguismo para compreensão das obras.

Quanto às conclusões e constatações dos estudos brasileiros analisados neste trabalho, oito pontos podem ser sintetizados como segue:

1) O meio social é importante no compartilhamento de conhecimentos e experiências de linguagem, sendo que a falta de convivência social pode comprometer o desenvolvimento cognitivo e afetivo das pessoas Surdas, conforme afirmações de Arcoverde (2004) e Quevedo (2013);

2) Alguns pesquisadores, como Quevedo (2013, p.355), encontraram dificuldades para compreender as especificidades dos sujeitos Surdos devido à carência de dados estatísticos;

3) As tecnologias podem contribuir muito com o processo de socialização e de comunicação das pessoas Surdas com o meio ouvinte, desde que haja compreensão da linguagem veiculada, o que depende do grau de escolarização e de compreensão da leitura e da escrita (STUMPF, 2015);

4) A maioria das informações veiculadas nos recursos tecnológicos obedece aos padrões da língua oralizada, sendo inadequada à cultura Surda, o que está explícito nos trabalhos de Campos (2001), Brito (2011) e Ribas (2018);

5) Em grande parte dos trabalhos acadêmicos produzidos, foi constatada a ausência de diretrizes específicas para a produção de recursos digitais voltados para o público Surdo, como nos estudos de Oliveira (2017), Ribas (2018), Busarello (2016) e Flor (2016). Em alguns deles – mais especificamente, Oliveira (2017) e Busarello (2016) –, é possível observar uma tentativa de construção de diretrizes;

6) O conhecimento da língua, tanto da Língua Portuguesa quanto da Libras, é essencial para a navegação nos meios digitais, o que foi explicitado, de forma bem clara, nos estudos de Ribas (2018), Busarello (2016), Flor (2016), Antunes (2015), Souza (2015) e Claudio (2016);

7) Ainda faltam muitos termos que possam traduzir os diversos conteúdos das variadas áreas de conhecimento da Língua Portuguesa para a Libras, o que implica a necessidade de se

---

<sup>25</sup> SILVA (2015) e NOBREGA (2017).

construírem ferramentas de apoio linguístico, como dicionários e tradutores, conforme constataram Trindade (2013), Braz (2014) e Souza (2018);

8) É importante, na produção de ferramentas digitais voltadas para os Surdos, o uso de artefatos de natureza infográfica, visto que a imagem exerce um importante papel nos seus processos de aprendizagem, conforme constataram Lapolli (2014) e Colacique (2018).

Numa tentativa de situar os dados obtidos com a análise das pesquisas brasileiras com dados de estudos em âmbito internacional, também foi realizada uma pesquisa no banco de teses do Portal Dialnet. Conforme essa pesquisa, foram encontradas 202 teses, das quais 23 foram descartadas por não estarem dentro do recorte temporal deste estudo (1995-2018). Utilizaram-se como referência para esta pesquisa, portanto, 179 restantes, que compreendem estudos de 10 áreas do conhecimento, conforme podemos observar no quadro 10a seguir.

Quadro 10 – Demonstrativo da quantidade de estudos de doutorado sobre pessoas Surdas por área de conhecimento, presentes no banco de dados da Dianet, de 1995 a 2018

Área	Total de trabalhos por campos do saber (por blocos de saber)	Total em %
Psicologia e Educação	36	20%
Educação/ Didática e Organização Escolar/ Pedagogia	28	16%
Matemática	3	1,7%
Linguagem/ Linguística/ Filologia/ Literatura/ Tradução/ Letras/ Comunicação/ Jornalismo/ Ciências da Comunicação	51	28%
Saúde/ Biologia/ Ciências Médicas/ Medicina/ Odontologia	26	14,5%
História/ Geografia	8	4,5%
Ciências Tecnológicas/ Computação/ Informática/ Engenharia e Telecomunicações/ Eletrônica/ Física/ Mecânica	14	8%
Antropologia/ Sociologia/ Ciência Política/ Direito/ Filosofia	7	3,9%
Arquitetura/ Artes	3	1,7%
Economia/ Ciências Econômicas	3	1,7%
<b>TOTAL DE TESE SOBRE SURDOS DISPONÍVEL NO PORTAL DIALNET</b>	<b>179</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Considerando os dados referentes às pesquisas desenvolvidas no campo da “Psicologia” em interface com os estudos em “Educação”, que somam 20% das produções acadêmicas, os estudos no campo da “Educação” propriamente dito, que somam 16% das produções, e os estudos no campo da “Linguagem”, que somam 28% das produções, é possível observar que, também no cenário internacional, esses são os campos do

conhecimento que mais produzem estudos científicos sobre questões que envolvem a temática dos Surdos.

Quando se buscam dados de pesquisas envolvendo as temáticas “Surdos” e “Inclusão Digital” no portal da Dialnet, por meio da análise dos títulos das teses, foram encontradas 28 pesquisas distribuídas em sete campos de conhecimento, conforme expresso no quadro 11.

Quadro 11– Demonstrativo da quantidade de estudos de doutorado com temáticas que envolvem “Surdos” e “Inclusão Digital” por área de conhecimento, conforme o banco de dados da Dianet, de 1995 a 2018

Área	Total de trabalhos por campos do saber(por blocos de saber)	Total em %
Psicologia e Educação	2	7,2%
Educação/ Didática e Organização Escolar/ Pedagogia	2	7,2%
Linguagem/ Linguística/ Filologia/ Literatura/ Tradução/ Letras/ Comunicação/ Jornalismo/ Ciências da Comunicação	7	25%
Saúde/ Biologia/ Ciências Médicas/ Medicina/ Odontologia	2	7,2%
Ciências Tecnológicas/ Computação/ Informática/ Engenharia e Telecomunicações/ Eletrônica/ Física/ Mecânica	11	39%
Antropologia/ Sociologia/ Ciência Política/ Direito/ Filosofia	2	7,2%
Arquitetura/ Artes	2	7,2%
TOTAL DE TESE SOBRE SURDOS DISPONÍVEL NO PORTAL DIALNET	28	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Mais uma vez, assim como na realidade brasileira, também no cenário internacional, os campos do conhecimento mais ligados a “Ciências Tecnológicas/ Computação/ Informática/ Engenharia e Telecomunicações/ Eletrônica/ Física/ Mecânica” e os campos da “Linguagem/ Linguística/ Filologia/ Literatura/ Tradução/ Letras/ Comunicação/ Jornalismo/ Ciências da Comunicação” assumem a vanguarda na quantidade de produção científico-acadêmica sobre o tema com, respectivamente, 39% e 25% da produção dessas pesquisas.

Enfim, esses dados colaboram para a compreensão das necessidades das pessoas Surdas, mas, acima de tudo, contribuem com a compreensão da importância de políticas públicas que possam atender a estas necessidades. Embora a maioria dos pesquisadores sejam pessoas ouvintes que abraçaram a causa dos Surdos, a comunidade Surda não está alheia à luta política por ampliação de seus direitos, o que pode ser observado quando se analisa o processo histórico de constituição dos direitos das pessoas Surdas e a organização política

dessas pessoas em torno desta questão, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Entretanto, antes de avaliar os movimentos de luta das pessoas Surdas, é preciso ainda entender o que pensam os pesquisadores que se debruçaram sobre a temática, sobretudo no sentido de compreender seus posicionamentos teórico e político.

### **4.3 O que pensam os pesquisadores**

Ao considerar o papel do pesquisador e da produção científica para a sociedade sob uma análise foucaultiana, podemos encontrar duas formas de engajamento político, que, na concepção de Foucault, podem ser resumidas no seguinte exemplo:

Parece-me que a politização de um intelectual tradicionalmente se fazia a partir de duas coisas: em primeiro lugar, sua posição de intelectual na sociedade burguesa, no sistema de produção capitalista, na ideologia que ela produz ou impõe (ser explorado, reduzido à miséria, rejeitado, "maldito", acusado de subversão, de imoralidade, etc.); em segundo lugar, seu próprio discurso enquanto revelava uma determinada verdade, descobria relações políticas onde normalmente elas não eram percebidas. Estas duas formas de politização não eram estranhas uma em relação à outra, embora não coincidisse necessariamente. Havia o tipo do intelectual "maldito" e o tipo do intelectual socialista. Estas duas formas de politização facilmente se confundiram em determinados momentos de reação violenta do poder, depois de 1848, depois da Comuna de Paris, depois de 1940: o intelectual era rejeitado, perseguido, no momento mesmo em que as "coisas" apareciam em sua "verdade", no momento em que não se devia dizer que o rei estava nu. O intelectual dizia a verdade àqueles que ainda não a viam e em nome daqueles que não podiam dizê-la: consciência e eloquência (FOUCAULT, 1998, p. 70).

Nessa ótica, se o pesquisador é aquele que pode optar entre “alinhar sua produção intelectual à sociedade burguesa” ou “desvelar relações políticas escondidas em nome daqueles que não podem se manifestar”, a avaliação do posicionamento dos pesquisadores se torna um importante elemento na investigação da realidade Surda. Principalmente, quando suas produções apontam para a segunda opção. Daí a necessidade de entender, para além da quantidade de pesquisas produzidas em cada campo do conhecimento, também o posicionamento dos pesquisadores.

Esse posicionamento pode ser observado desde os objetivos gerais estabelecidos para a condução de suas pesquisas, até as referências teóricas utilizadas no trabalho. Por isso, também consideramos importante identificar esses objetivos e as referências teóricas com os quais foram tratados. Com esse intuito é que foram organizados os Quadros 12 e 13, os quais

buscam identificar os objetivos gerais e as principais referências de 36 das 37 pesquisas encontradas no site da Capes que relacionam as duas temáticas, visto que em uma delas não foi possível o acesso ao texto.

#### 4.3.1 Com o que se preocupam os pesquisadores brasileiros: análise dos objetivos gerais das teses

O Quadro 12 foi organizado para evidenciar dos objetivos gerais das teses conforme os campos de conhecimento e possibilitar um olhar mais direcionado acerca deles. Não se tem a pretensão de avaliar se estes são ou não compatíveis com o enunciado, mas apenas de, por meio deles, compreender por onde passam as preocupações e os compromissos políticos dos pesquisadores com os Surdos e a produção do conhecimento na área.

Quadro 12 – Demonstrativo dos objetivos das produções acadêmicas brasileiras que envolvem a temática “Surdos” e “Inclusão Digital” de 1995 a 2018, por campo de conhecimento, conforme dados da Capes.

<b>OBJETIVOS DE CADA TESE POR CAMPO DE CONHECIMENTO</b>			
<b>Educação</b>	<b>Linguagem</b>	<b>Informática, Computação e Engenharias</b>	<b>No Campo Da Saúde, Medicina, Enfermagem, Odontologia, Fonoaudiologia, Biologia, Biotecnologia e Afins</b>
<p><b>TESE 1</b> Compreender como as produções visuais cotidianas na cibercultura têm favorecido a vivência de processos formativos para as pessoas surdas.</p>	<p><b>TESE 1</b> Analisar em que medida as tecnologias digitais podem envolver surdos no uso social da linguagem escrita/língua portuguesa e também as maneiras pelas quais interações entre surdos e ouvintes no contexto digital auxiliam nesse processo de apropriação.</p>	<p><b>TESE 1</b> Considerando que a maioria dos problemas das pessoas surdas relacionadas as dificuldades de acesso à informação é que essas informações encontram-se representadas na língua oralizada, a pesquisadora questiona: “Que características deve ter um ambiente computacional para suporte à construção da leitura e escrita da L1 e da L2 para surdos, utilizando-se interações em encontros virtuais?”</p>	<p><b>TESE 1</b> Desenvolver, de forma integrada, tecnologia assistiva (dura/leve) para auxiliar a produção vocal de pessoas Surdas utilizando o feedback fonoacústico tátil pulmonar utilizando, sistemicamente, diferentes áreas tecnológicas.</p>
<p><b>TESE 2</b></p>	<p><b>TESE 2</b> Apresentar os resultados de uma pesquisa que investigou a influência</p>	<p><b>TESE 2</b> Coletar e sistematizar diretrizes para o apoio a projeto de recursos</p>	<p><b>TESE 2</b> Desenvolver uma ferramenta multimídia na forma de um dicionário</p>

<b>SEM ACESSO</b>	da segmentação linguística em legendas de velocidade lenta (145 palavras por minuto) e rápida (180 palavras por minuto).	educacionais digitais direcionados à Educação Bilíngue de Surdos.	online aberto, gratuito, contendo termos científicos e termos essenciais em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), no intuito de contribuir para o ensino e a divulgação das Ciências Biológicas e da Biotecnologia
<b>TESE 3</b> Avaliar a execução do padrão rítmico de habilidades motoras com e sem a utilização de softwares adaptados para a percepção do surdo ao ritmo externo.	<b>TESE 3</b> Avaliar em que medida as legendas para ouvintes de filmes em DVD, nos contextos de língua inglesa e de língua portuguesa, dialogam com os padrões de segmentação e velocidade encontrados nas pesquisas descritivas e experimentais da legendagem.	<b>TESE 3</b> Identificar ou investigar como as crianças e jovens se apropriam da escrita da língua de sinais.	
<b>TESE 4</b> Planejar, implementar e avaliar a efetividade de atividades didáticas voltadas para a ampliação, especialmente nos alunos surdos, das habilidades para interação com legendas presentes em objetos audiovisuais como recurso de acessibilidade e inclusão escolar e social.	<b>TESE 4</b> Analisar a recepção de surdos e ouvintes da cidade de Fortaleza à legendagem de programas políticos, tendo como principal foco os parâmetros da segmentação e da velocidade.	<b>TESE 4</b> Objetiva-se identificar e analisar as alternativas para o desenvolvimento de um modelo de referência que oriente o reuso de processos, métodos e técnicas para a produção de artefatos que promovam a acessibilidade de surdos aos conteúdos audiovisuais em plataformas digitais.	
<b>TESE 5</b> Criar um curso de educação financeira e verificar o desenvolvimento da matemática nos Cenários para investigação que propusemos em nosso curso, cujo propósito era discutir alguns aspectos da Educação Financeira que fazem parte do dia a dia das pessoas Surdas.	<b>TESE 5</b> Propor recomendações com foco na integração de alunos surdos em cursos a distância em língua portuguesa, para uso por profissionais (professores, designer instrucionais etc.) que atuam na EaD.	<b>TESE 5</b> Propor recomendações para o desenvolvimento de ambientes virtuais de aprendizagem inclusivos e compartilhamento de conhecimento.	
	<b>TESE 6</b> Observar e identificar como ocorre a apropriação dos processos comunicativos digitais dos sujeitos surdos no <i>facebook</i> .	<b>TESE 6</b> Propor diretrizes para a criação de ícones digitais acessíveis, considerando as características da cultura surda.	
	<b>TESE 7</b> Propor não apenas diretrizes que auxiliem o	<b>TESE 7</b> Propor recomendações para a criação de pistas	

	legendista a traduzir efeitos sonoros de forma satisfatória, mas também convencionar legendas para determinados efeitos sonoros.	proximais de navegação em websites voltadas para surdos pré-linguísticos.	
	<b>TESE 8</b> Investigar as representações de leitor, leitura e literatura que se delineiam a partir de obras literárias em língua de sinais da contemporaneidade que circulam no contexto da educação escolar de sujeitos surdos inseridos no Ensino Fundamental, baseado nos pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural, a partir do pensamento de Roger Chartier.	<b>TESE 8</b> Estabelecer diretrizes para a construção de objetos de aprendizagem, que utilize como meio uma história em quadrinhos hipermídia gamificada.	
	<b>TESE 9</b> Avaliar a prática como mediadora de tecnologia, investira como os participantes da pesquisa percebem os diversos instrumentos mediadores, principalmente e interpretação em Libras e a tecnologias digitais, enquanto aprendem/ensinam inglês e; conhecer os principais desafios enfrentados por professores, interpretes e alunos no contexto do ensino de inglês para surdos em turmas inclusivas e apontar possíveis formas de superá-los.	<b>TESE 9</b> Verificar a contribuição da visualização do conhecimento por meio de narrativas infográficas na web para a aprendizagem de surdos em CoPs.	
	<b>TESE 10</b> Desenvolver um glossário ilustrado semibilíngue da área de Meio Ambiente, com vistas à escolarização de surdos do Ensino Fundamental II.	<b>TESE 10</b> Compreender como o ambiente computacional poderia contribuir no letramento bilíngue dos surdos.	
	<b>TESE 11</b> Investigar como são os tipos de textos religiosos existentes nos vídeos feitos em libras, associando os textos religiosos aos da	<b>TESE 11</b> Apoiar o desenvolvimento de ambientes virtuais colaborativos de suporte à CoPs acessíveis, inclusivas aos surdos e	

	Literatura Surda.	não surdos.	
	<p><b>TESE 12</b></p> <p>Avaliar recursos de design e ferramentas computacionais, na tradução de português para Libras, no que se refere à contribuição para a eficácia, eficiência na leitura e satisfação dos leitores surdos.</p>	<p><b>TESE 12</b></p> <p>Desenvolver um meta-ambiente conceitual sob a forma de um “framework” para auxiliar a comunidade de Surdos e os desenvolvedores a construir as ferramentas computacionais intelectuais que promovam as Interações Intelectuais, para cultivar o bilinguismo e reduzir as barreiras comunicacionais existentes entre as crianças Surdas e seus pais.</p>	
		<p><b>TESE 13</b></p> <p>Propor um modelo computacional para a representação de sinais das LS considerando propriedades formais e condições de uso para sua aplicabilidade na Arquitetura HCI-SL.</p>	
		<p><b>TESE 14</b></p> <p>Desenvolver e implementar uma estrutura computacional de suporte à construção de serviços e aplicativos que consideram as reais necessidades dos Surdos, com o intuito de proporcionar e desenvolver um ambiente integrado de ferramentas computacionais a partir de um conjunto de estratégias com potencial para tratar a Libras de forma correta do ponto de vista linguístico e computacional.</p>	
		<p><b>TESE 15</b></p> <p>Auxiliar os alunos com necessidades especiais auditivas, os surdos, na construção de frases, em conformidade com os tempos verbais da língua portuguesa.</p>	
		<b>TESE 16</b>	

		Propor um sistema que permita que trilhas de Libras sejam geradas automaticamente e em tempo real em conteúdos multimídia a partir de trilhas de legendas em língua portuguesa, especialmente quando interpretes de Libras não estão disponíveis.	
		<b>TESE 17</b> Apresentar um sistema de transcrição para descrever as línguas de sinais com o intuito de gerar animação por computador e criar um programa de computador que gere a animação em libras através de um avatar 3D por meio do sistema de transcrição proposto.	
		<b>TESE 18</b> Desenvolver e avaliar uma nova abordagem computacional que permitirá a geração de novos sinais técnicos para a língua de sinais.	

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

No campo da educação, por exemplo, das 04 pesquisas encontradas, em que foi possível o acesso ao texto, apenas Colacique (2018) expressa em seu objetivo geral a preocupação em compreender como os recursos digitais têm colaborado com a ampliação dos processos de vivência e formação das pessoas Surdas. Em duas pesquisas, a preocupação central está em buscar avaliar a utilização de algum recurso digital numa situação de aprendizagem, como em Luiz (2008) e em Nascimento (2018). E em uma, Santos (2016), há como objetivo central criar um curso voltado para pessoas Surdas utilizando recursos digitais, conforme pode ser avaliado na leitura dos objetivos gerais das teses no campo da educação expressos no Quadro 11.

A análise dos objetivos principais traçados pelos estudos em questão aponta para uma visão centrada na dinâmica da vida contemporânea, tão marcada pela influência dos meios digitais e das novas formas de relacionamento do ser humano com o mundo que o cerca e com seus pares pela mediação das TICs. Em 03 desses estudos, Luiz (2008), Nascimento (2018) e Santos (2016), a preocupação central pode ser interpretada como uma preocupação de cunho

mais “técnico”, visto que visam analisar a eficiência de algum recurso, um *software* ou a utilização de legendas e a implementação de cursos em ambientes virtuais.

Portanto, foi possível perceber que há uma preocupação central dos estudos relacionada com a produção/avaliação de um material utilizando as TICs para a acessibilidade das pessoas Surdas às informações e ao conhecimento no meio digital. A acessibilidade, aqui, refere-se tanto ao campo da leitura e escrita, como à língua de sinais. Os estudos estão preocupados com a melhoria das condições das pessoas Surdas para aproveitar/acessar os conhecimentos e informações disponíveis na sociedade midiática e/ou digital.

Diante deste fato, sem a intenção de avaliar se as produções alcançaram o proposto, ressaltando que não é esse o foco deste estudo, apresentam-se apenas possibilidades de compreensão enquanto materiais que afetam a aprendizagem e o desenvolvimento das pessoas Surdas. Com relação aos objetivos das teses da área da educação, sinteticamente é possível elencar que tais objetivos envolvem compreender, avaliar, criar, planejar e implementar temáticas que envolvem as questões de TIC e Aprendizagem de Surdos. Logo, trata-se de objetivos que abordam aspectos relacionados à acessibilidade (visual, sinestésica e motora etc.). Se pensarem estes objetivos relacionando-os com as referências bibliográficas utilizadas das áreas de conhecimento, nas quais haverá necessidade de intersecção, é possível inferir que há necessidade da presença de subsídios para compor o referencial teórico das teses aqui relacionadas nas áreas:

a) De desenvolvimento e aprendizagem, no sentido de proporcionar condições de criação, interpretação, planejamento e avaliação de cursos e softwares envolvendo os Surdos. Destacamos a presença de VYGOTSKY, L. autor essencial que aparece em 03 dos cinco trabalhos selecionados, mas também de FERREIRO, E. e de LURIA, A. R. Ou seja, não há destaques para subsídios teóricos no campo do desenvolvimento e aprendizagem;

b) Da surdez, para tanto são citados 44 autores, sendo que **não** houve preponderância de um grupo de autores. Os que mais se destacaram foram utilizados em apenas dois estudos cada: GOLDFELD, M.; KARNOPP, L. B.; LACERDA, C. B. F. de; LODI, A. C. B.; QUADROS, R. M. de; SKLIAR, C.; ainda houve autores que circularam entre as áreas:

- CAMPELLO, A. R. S.; SKLIAR, C.; e STROBEL, K. circulam nas quatro áreas selecionadas;

- BOTELHO, P. D.; CAPOVILLA, F. C.; GOLDFELD, M.; KARNOPP, L. B.; LACERDA, C. B. F. de; e SACKS, O. estão presentes nas áreas da Educação, Linguagem e da Informática, Ciências da Computação e Engenharias;

- GÓES, M. C. R., na área de Educação, Informática, Ciências da Computação e Engenharias e Saúde, Medicina e afins;

- SOARES, M. A. L. foi citada nas áreas de Educação e Linguagem;

- BRITO, L. F., nas áreas de Educação e Informática, Ciências da Computação, o que indica articulação com os objetos das pesquisas e seus objetivos;

c) Das TICs e Globalização, em que foram utilizados 21 autores, sendo que apenas três tiveram contribuições em 02 trabalhos: CASTELLS, M.; MORIN, E.; e SANTAELLA, L. Destes 21 autores:

- AMARAL, A.; LEMOS, A.; RECUERO, R. estiveram presentes em estudos no campo da Educação e da Linguagem;

- LEVY, P.; e SANTAELLA, L. nos campos da Educação, Linguagem e Informática, Ciências da Computação e Engenharias;

- MORAN, J. M. no campo da Educação e da Informática, Ciências da Computação e Engenharias.

d) Da Linguagem, em que as teses da educação usaram uma base teórica muito restrita, sendo citados apenas 05 autores. Dentre eles, BAKHTIN, M. apresentou contribuições em 02 trabalhos. E ainda chama atenção o fato de que 03 teses não utilizaram nenhum autor da área de linguagem.

Os doze estudos de doutorado nos **campos de conhecimentos relacionados à linguagem** que envolvem as temáticas “Surdos” e “Inclusão Digital” foram desenvolvidos em dez universidades. A Universidade Estadual do Ceará possui o maior número destes estudos, com três pesquisas no Programa de Linguística Aplicada. Todos são vinculados ao grupo Legendagem e Audiodescrição – LEAD, coordenado pela professora Dr.<sup>a</sup> Vera Lúcia Santiago Araújo. São eles os trabalhos de Monteiro (2016), Vieira (2016) e Chaves (2017). Também no campo de estudos sobre legendagem, encontra-se a tese de Nascimento (2018), da Universidade de São Paulo. Tais trabalhos foram considerados como estudos que envolvem a temática “Surdos” e “Inclusão Digital”, visto que em seus objetivos gerais tratam de avaliar ou propor avanços em um recurso digital – a legendagem – voltados para o público Surdo. São estudos bem específicos e técnicos que pouco discutem o sentido de inclusão digital para seus autores.

Ainda com objetivos gerais focados em questões mais técnicas, estão os estudos de Souza (2015), Nascimento (2016) e Krusser (2017), os quais se ocupam respectivamente de: propor recomendações para cursos a distância de língua portuguesa voltados para incluir

estudante Surdos; desenvolver um glossário semibilíngue na área de meio ambiente; e avaliar recursos de design e ferramentas computacionais na tradução de Português para Libras.

Por fim, ainda no campo da linguagem, foram elencados neste trabalho os estudos de doutoramento de Arcoverde (2004), Cláudio (2016), Silva (2015), Oliveira (2017) e Nobrega (2017). São cinco teses cujos objetivos principais basicamente se ocuparam em compreender, respectivamente: como as tecnologias digitais e as interações com ouvintes podem colaborar na apropriação da língua portuguesa pelos Surdos; como ocorre a apropriação dos processos comunicativos digitais pelos Surdos no *Facebook*; como ocorrem as representações de leitor/leitura/literatura nas obras literárias em Línguas de Sinais; como incide a mediação das tecnologias na aprendizagem da língua inglesa em Libras; e os tipos de textos religiosos veiculados nos vídeos produzidos em Libras.

Em síntese, é possível elencar como evidências presentes nos objetivos gerais das 12 teses da área da linguagem:

a) Giram em torno de: avaliar, analisar, identificar, propor, investigar, desenvolver algum objeto cuja temática envolve a acessibilidade do Surdo relacionada às ferramentas e aos produtos das TICs, conforme já destacado;

b) Ficou evidenciada uma pequena confluência de autores em comum, nas respectivas áreas do conhecimento, bem como no tocante à sua circulação entre as áreas;

c) Destaca-se que houve emprego de quatro autores em comum, sendo que CASTILHO, A. de, foi utilizado em 04 estudos, e BAKHTIN, M.; LEMLE, M. e SAUSSURE, F. D. em 02;

d) Quanto à circulação de autores nas áreas, foi identificado que BAKHTIN, M.; BRITO, L. F.; CHOMSKY, N.; FARACCO, C. A.; JAKOBSON, R.; MARCUSCHI, L. A.; e SAUSSURE, F. D. circulam nos campos da Linguagem e Informática, Ciências da Computação e Engenharias;

e) Foram referenciados apenas dois autores da área da educação que não abordam a temática em estudo;

f) Não há evidências de que a área dialoga com autores da área da Psicologia e da Educação que abordem essas temáticas;

g) A centralidade esteve em autores da linguagem, sendo utilizados 33 autores diferentes.

Considerando que os estudos pretendem avaliar, analisar, investigar, propor desenvolver algum objeto que trata da compreensão e do desenvolvimento relacional entre os sujeitos Surdos e o objeto estudado, espera-se que haja utilização de autores que trabalham

com a avaliação, com desenvolvimento e aprendizagem, e, neste caso, VIGOTSKY aparece isolado em apenas uma tese.

O campo de Conhecimentos da Surdez, que não é *corpus* de estudo direto da linguagem, demandaria um grande conjunto de autores para fundamentar as propostas atendendo aos objetivos propostos nas teses aqui destacadas. No entanto, no campo da linguagem, nas teses aqui relacionadas, identifica-se uma maior preponderância de um grupo de autores em comum que abordam as questões relacionadas à surdez, cuja utilização ficou da seguinte forma:

- SACKS, O. W. e QUADROS, R. M. foram citados em 07 estudos;
- STROBEL, K. e STUMPF, M. R., ambas citadas em 05 estudos;
- PERLIN, G., em 04 estudos;
- CAMPELLO, A. R. S.; CAPOVILLA A.; FERREIRA-BRITO, L.; GESSER, A.; GOLDFELD, M.; SKLIAR, C., em 03
- Os demais em 02: BOTELHO, P. F. C.; FELIPE, T. A.; FERNANDES, E.; LOPES, M. C.; STOKOE, C. W.

Chama-se atenção para o fato de um estudo utilizar apenas 02 autores da área da linguagem para o subsidiar e 03 teses não terem buscado apoio em nenhum autor da área específica da surdez. Como seria possível realizar um estudo envolvendo uma área diferente da proponente sem imersão teórica nela?

Dos autores utilizados nas teses, foi identificado um trânsito destes entre as áreas:

- CAMPELLO, A. R. S.; SKLIAR, C.; e STROBEL, K. circulam nas quatro áreas selecionadas neste estudo;
- BOTELHO, P. D.; CAPOVILLA, F. C.; GOLDFELD, M.; KARNOPP, L. B.; LACERDA, C. B. F. de; e SACKS, O. estão presentes nas áreas da Educação, linguagem e da Informática, Ciências da Computação e Engenharias;
- Enquanto FELIPE, T. A. e STOKOE, C. W. estão presentes nas três áreas, Linguagem Informática, Ciências da Computação e Engenharias e Saúde, Medicina e afins;
- SOARES, M. A. L. foi citada nas áreas de Educação e Linguagem;
- FERNANDES, E.; SASSAKI, R. K.; e STUMPF, M. R., nas áreas de Informática, Ciências da Computação e Engenharias e Linguagem.

As teses da área da linguagem utilizaram 49 autores do campo Informática, Ciências da Computação e Engenharias para fundamentarem seus estudos, nas quais houve maior confluência de autores em comum nos estudos, com destaque a quatorze autores, sendo que:

- STOKOE, W. C foi utilizado em 08 estudos;
- QUADROS, R. M.; STUMPF, M. R.; e BRITO, L. F., em 07 estudos;
- CHOMSKY, N.; e FELIPE, T. A., em 05 estudos;
- SUTTON, V., em 04; SAUSSURE, F.; BAKHTIN, M.; e MARCUSCHI, L. A., em 03 estudos;
- Os demais em 02: FERNANDES, E.; FERNANDES, S.; KARNOPP, L. B.; e BARROS, E. M.

Quanto à circulação de autores nas áreas, foi identificado que:

- a. AMARAL, A.; LEMOS, A.; RECUERO, R. estiveram presentes em estudos no campo da Educação e Linguagem;
- b. LEVY, P.; SANTAELLA, L., nos campos da Educação, Linguagem e Informática, Ciências da Computação e Engenharias;
- c. BARBOSA S. D.; HALL, S.; e KENSKY, M., nos campos da Linguagem e Informática, Ciências da Computação e Engenharias.

**Os campos relacionados à Informática, Computação e Engenharias** abarcam quase metade das teses selecionadas neste estudo. Com 18 trabalhos de doutorado, representa 48,7%. A maior parte deles foi desenvolvida, respectivamente, no Programa de Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina (6 teses), no Programa de Pós-Graduação em Informática e no Programa de Ciência da Computação da Universidade Federal do Paraná (5 teses) e no Programa de Informática na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (3 teses).

Os demais foram desenvolvidos no Programa de Doutorado em Engenharia Biomédica da Universidade de Mogi das Cruzes, no Programa de Doutorado em Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no Programa de Doutorado em Engenharia Elétrica da Universidade Estadual de Campinas e no Programa de Doutorado em Modelagem Matemática e Computacional do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

A região Sul do Brasil, portanto, tem sido a que mais investiu em estudos com foco nas temáticas “Surdos” e a “inclusão digital” nos últimos anos. Os estudos mais antigos nesta área do conhecimento dentro do recorte temporal desta pesquisa são os de Campos (2001) e Stumpf (2005), ambas pesquisadoras Surdas, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Depois destes primeiros ensaios, somente a partir de 2011 que Brito (2011) e outros pesquisadores foram se ocupar da questão. Isso talvez possa explicar o fato de que muitos dos estudos aqui analisados

tenham se reportado a Stumpf (2005) e Campos (2001) como referência para compreensão dos Surdos. Além destes últimos, também está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul o trabalho de Quixaba (2017).

Ao analisar os objetivos gerais dessas pesquisas, é possível perceber que o Programa de Informática na Educação da referida universidade, quando se trata de analisar as relações entre inclusão digital e Surdos, possui uma grande preocupação em desenvolver projetos que atendam à necessidade de uma educação bilíngue. Isso pode ser observado, por exemplo, nos trabalhos de Campos (2001) e Quixaba (2017), cujos objetivos gerais visam, basicamente, pensar em diretrizes que possam orientar a construção de projetos digitais destinados a oferecer alternativas para a educação bilíngue dos Surdos. Stumpf (2005), graduada em Educação de Surdos e doutora em Informática na Educação, ocupou-se de compreender como crianças e jovens se apropriam da escrita da língua de sinais.

Com 06 trabalhos concluídos até 2018, o Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina possui o maior número de teses envolvendo as temáticas “Surdos” e “Inclusão Digital”. São eles: Brito (2011), Quevedo (2013), Lapolli (2014), Busarello (2016), Flor (2016) e Ribas (2018). Os objetivos gerais desses trabalhos possuem em comum o fato de que, com exceção de Lapolli (2014), que buscou compreender a contribuição de narrativas infográficas na *web* para a aprendizagem de Surdos, ocuparam-se em tentar encontrar ou propor diretrizes, referências e/ou recomendações para contribuir com a produção de recursos digitais voltados para as necessidades das pessoas Surdas. Portanto, as referências são basicamente as mesmas.

A segunda universidade com maior número de pesquisas com temas relacionados a questões dos Surdos e suas especificidades em relação aos processos de inclusão digital é a Universidade Federal do Paraná, com 04 teses vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Informática – Bueno (2014), Trindade (2013), Guimarães (2013) e Antunes (2015) – e 01 vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Computação – Iatskiu (2018).

A avaliação dos objetivos gerais das teses possibilitou compreender que há uma grande preocupação entre os pesquisadores em desenvolver recursos digitais que atendam às necessidades das pessoas Surdas com o maior grau possível de aproximação das suas necessidades cotidianas. Apesar de se tratar de pesquisas que, em sua maioria, pensam em soluções técnicas, essas soluções propostas pelas teses partem de inquietações já trabalhadas em outras pesquisas que se ocuparam especificamente de estudos sobre os Surdos em campos do conhecimento como aqueles vinculados ao estudo da língua e da educação.

Nesse sentido, buscam: compreender como o ambiente computacional poderia contribuir com o letramento bilíngue dos Surdos (BUENO, 2014); apoiar o desenvolvimento de ambientes virtuais colaborativos de suporte a Comunidades Cooperativas – CoPs – acessíveis (TRINDADE, 2013); desenvolver um meta-ambiente conceitual sob a forma de um “*framework*” para auxiliar a comunidade de Surdos e os desenvolvedores a construírem as ferramentas computacionais que promovam as Interações Intelectuais, para cultivar o bilinguismo e reduzir as barreiras comunicacionais existentes entre as crianças Surdas e seus pais (GUIMARÃES, 2013); propor um modelo computacional para a representação de sinais das LS considerando propriedades formais e condições de uso para sua aplicabilidade na Arquitetura HCI-SL (ANTUNES, 2015); desenvolver e implementar uma estrutura computacional de suporte à construção de serviços e aplicativos que consideram as reais necessidades dos Surdos (IATSKIU, 2018).

Das quatro últimas teses da área da “Informática, Computação e Engenharias”, 02 foram desenvolvidas em Programas de Doutorado em Engenharia Elétrica, sendo 01 da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Araújo (2012) – e outra da Universidade Estadual de Campinas – Amaral (2012). Araújo (2012) tem como objetivo geral propor um sistema que permita que trilhas de Libras sejam geradas automaticamente e em tempo real em conteúdos multimídia, a partir de trilhas de legendas em língua portuguesa, especialmente quando intérpretes de Libras não estão disponíveis. Já Amaral (2012) tem como objetivo geral apresentar um sistema de transcrição para descrever as línguas de sinais com o intuito de criar um programa de computador que gere a animação em Libras através de um avatar 3D por meio do sistema de transcrição proposto. Os objetivos desses dois estudos são semelhantes, no sentido de que tratam de questões técnicas específicas do campo de conhecimento da Engenharia Elétrica, motivo pelo qual a maioria das referências busca tratar de conceitos específicos dessa área de conhecimento.

A tese de Souza (2018), desenvolvida pelo Programa de Doutorado em Modelagem Matemática e Computacional, teve como objetivo geral desenvolver e avaliar uma nova abordagem computacional capaz de permitir a geração de novos sinais técnicos para a língua de sinais. São trabalhos que indicam uma preocupação com necessidades cotidianas, pois uma das dificuldades encontradas para o ensino de estudantes Surdos, de conteúdo específico, está diretamente vinculada à falta de sinais da área técnica capazes de expressar os conceitos em Libras demandados pelos termos utilizados nas áreas. A tese de Fernandes (2016), vinculada ao Programa de Doutorado em Engenharia Biomédica da Universidade de Mogi das Cruzes,

teve como objetivo criar uma solução para auxiliar os alunos Surdos na construção de frases em conformidade com os tempos verbais da língua portuguesa.

Em síntese, apresentam-se como evidências encontradas nos objetivos mostrados nas teses da área da Informática, Ciências da Computação e Engenharias aqui elencados que são introduzidos com verbos diretivos, coletar e sistematizar, identificar e analisar, investigar, propor materiais, propor diretrizes, estabelecer, verificar, apoiar, desenvolver e auxiliar. Eles indicam ações de cunho mais prático e menos crítico/reflexivo, ou seja, direcionam para a realização de ações técnicas, sem grandes preocupações com a compreensão das situações sociais, políticas, econômicas e culturais capazes de direcionar as demandas tecnológicas e virtuais para a inserção destes sujeitos na realidade do capital econômico. Questões compreensíveis por ser esta uma área mais afeita às questões mais propositivas como alternativas para as demandas encontradas do que à sua compreensão macro no sistema. Os verbos compreender e analisar, mais amplos, possuem pouco espaço no escopo dos trabalhos selecionados.

Para atingir os objetivos propostos, os estudos se fundamentaram em autores, aqui denominados de Conhecimentos Específicos de cada tese por Campo de Conhecimento, ficando assim expressos, nos seguintes campos:

a. da Educação: apenas três autores tiveram contribuições em 02 trabalhos: CASTELLS, M., MORIN, E. e SANTAELLA, L.;

b. da Informática, Ciências da Computação e Engenharias: considerando que foram selecionados 18 estudos, também não há grande confluência de autores em comum. O destaque foi VYGOSTSK, L. S., citado em 06 estudos e que não é um teórico da área em específica, mas trabalha com desenvolvimento humano, temática explorada nos trabalhos. Os autores com maior confluência na área foram:

- NIELSEN, J. em 04 estudos;
- FREIRE, P. e OBREGON, R. F. A. em 03 cada e
- ANTUNES, D. R.; BRITO, R. F.; CAMPOS, M. B.; DAMÁZIO, M. F. M.; DIAS, C.; KENSKI, V. M.; LAPOLLI, M. e MACEDO, C. M. S. em 02 cada;

c. VYGOSTSK, L. S. e FREIRE, P. são autores que transitaram em três campos, Educação, Linguagem e da Informática, Ciências da Computação e Engenharias;

d. NIELSEN, J.; CORDEIRO, A e FERREIRO, E. são autores que aparecem em 01 estudo em cada um dos campos da Educação e da Informática, Ciências da Computação e Engenharias;

e. AMARAL, W. M. e DIAS CINTAS, J. são utilizados como referência em um estudo de cada área da Linguagem e da Informática, Ciências da Computação e Engenharias.

f. Apenas VYGOSTSK, L. S. e FREIRE, P. que realizam uma circulação e articulação nas três áreas.

Como fundamentos de Conhecimentos do campo da Surdez, os estudos no Campo da Informática, Ciências da Computação e Engenharias, buscaram apoio em um conjunto de autores comuns, indicando uma maior confluência destes nos estudos selecionados, cuja expressão ficou assim identificada:

- QUADROS, R. M. de foi citada em 12 estudos;
- CAPOVILLA, F. C., em 09;
- FERNANDES, E.; GOLDFELD, M.; PERLIN, G.; SKLIAR, C., em 07;
- STROBEL, K.; STUMPF, M. R.; SUTTON, V., em 06;
- BRITO, L. F.; GÓES, M. C. A.; KARNOPP, L. B.; em 05;
- BOTELHO, P., LACERDA, C. B. F. de; SACKS, O., em 04 pesquisas,
- Seguida por FELIPE, T. A., em 03,
- Os demais destacados, com utilização em 02 estudos: BAKER, C. A.; CAMPOS, M. de B.; KYLE, J.; MOURA, M. C. de; SÁNCHEZ, C.; E SASSAKI, R. K.;

Outro fator que, a nossa vista, merece destaque é o fato de 03 estudos utilizarem apenas 03 autores da área da surdez para os subsidiarem, sem autores de sua área específica.

Foi identificado um trânsito entre as áreas dos seguintes autores:

- CAMPELLO, A. R. S.; SKLIAR, C.; e STROBEL, K. circulam nas quatro áreas selecionadas;
- BOTELHO, P. D.; CAPOVILLA, F. C.; GOLDFELD, M.; KARNOPP, L. B.; LACERDA, C. B. F. de; e SACKS, O. estão presentes nas áreas da Educação, Linguagem e da Informática, Ciências da Computação e Engenharias;
- FELIPE, T. A.; e STOKOE, C. W. estão presentes nas três áreas, Linguagem Informática, Ciências da Computação e Engenharias e Saúde, Medicina e afins;
- GÓES, M. C. R., na área de Educação, Informática, Ciências da Computação e Engenharias e Saúde, Medicina e afins;
- BRITO, L. F., nas áreas de Educação e Informática, Ciências da Computação e Engenharias; e
- FERNANDES, E.; SASSAKI, R. K.; e STUMPF, M. R., nas áreas de Informática, Ciências da Computação e Engenharias e Linguagem.

As teses do campo da Informática, Ciências da Computação e Engenharia buscaram apoio teórico de estudiosos no vasto campo das TICs e Globalização. Ficou evidenciada uma pequena confluência de autores em comum, na respectiva área do conhecimento, bem como no tocante à sua circulação entre as áreas:

a. No campo da Informática, Ciências da Computação e Engenharias, cinco autores foram destacados, sendo que LEVY, P. foi utilizado em 05 estudos; CASTELLS, M. em 03; e os demais em 02: DELEUZE, G.; LEÃO, L.; e SANTAELLA, L.; e 08 estudos não utilizaram autores da área para embasar-se;

b. Quanto à circulação de autores nas áreas, foi identificado que:

- LEVY, P; e SANTAELLA, L. circularam nos campos da Educação, Linguagem e Informática, Ciências da Computação e Engenharias;

- MORAN, J. M., no campo da Educação e da Informática, Ciências da Computação e Engenharias;

- BARBOSA S. D.; HALL, S.; e KENSKY, M., nos campos da Linguagem e Informática, Ciências da Computação e Engenharias.

Os estudos também buscaram se fundamentar em autores da área da linguagem, para a qual ficou evidenciada uma pequena confluência de autores em comum, bem como no tocante à sua circulação entre as áreas. Destaca-se que:

a. No campo da Informática, Ciências da Computação e Engenharias: houve maior confluência de autores em comum nos estudos, pois é a área básica destes estudos. Destacam-se quatorze autores, sendo que:

- STOKOE, W. C. foi utilizado em 08 estudos;

- QUADROS, R. M.; STUMPF, M. R.; e BRITO, L. F., em 07;

- CHOMSKY, N.; e FELIPE, T. A., em 05;

- SUTTON, V., em 04;

- SAUSSURE, F.; BAKHTIN, M.; e MARCUSCHI, L. A., em 03;

- FERNANDES, E.; FERNANDES, S.; KARNOPP, L. B.; e BARROS, E. M., em 02.

Ainda se identificou que uma tese utilizou apenas 01 autor da área de linguagem e uma não utilizou nenhum.

Quanto à circulação de autores referenciados nos estudos da área de Informática, Ciências da Computação e Engenharias nos campos de conhecimentos aqui destacados, foram identificados:

- BAKHTIN, M.; BRITO, L. F.; CHOMSKY, N.; FARACCO, C. A.; JAKOBSON, R.; MARCUSCHI, L. A.; e SAUSSURE, F. D., nos campos da Linguagem e Informática, Ciências da Computação e Engenharias;

- MORAN, J. M., no campo da Educação e da Informática, Ciências da Computação e Engenharias;

- QUADROS, R. M., nos campos da Informática, Ciências da Computação e Engenharias e Saúde, Medicina e afins.

**No campo da Saúde, Medicina, Enfermagem, Odontologia, Fonoaudiologia, Biologia, Biotecnologia e afins**, o banco de teses da Capes indicou dois trabalhos que tratam da temática “Surdos” e “inclusão digital”. A primeira foi o estudo de Barros (2011), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia da Universidade Federal do Ceará, cujo objetivo geral foi desenvolver uma tecnologia assistiva para auxiliar a produção vocal de pessoas Surdas utilizando o feedback fonoacústico tátil pulmonar, em integração sistemática com diferentes áreas tecnológicas. A segunda tese desta área é o estudo de Braz (2014), desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências e Biotecnologia da Universidade Federal Fluminense, que teve como objetivo geral desenvolver um dicionário *on-line* aberto e gratuito de termos científicos e termos essenciais em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para contribuir com o ensino e a divulgação das Ciências Biológicas e da Biotecnologia. Os objetivos gerais destes trabalhos seguem a mesma linha de intencionalidade da maior parte das teses analisadas neste trabalho, sobretudo aquelas da área da informática, da computação e das engenharias. Ou seja, têm como preocupação central a construção de soluções digitais que atendam às necessidades das pessoas Surdas<sup>26</sup>.

Em Barros (2011), por exemplo, que pensou em desenvolver uma tecnologia assistiva para auxiliar a produção vocal de pessoas Surdas, foi possível perceber uma preocupação com a contextualização político-econômica da sua problemática, além da questão técnica propriamente dita. O pesquisador menciona na introdução de seu trabalho uma crítica e um desejo de que seu trabalho escape dos princípios excludentes do neoliberalismo. No entanto, a tecnologia assistiva proposta, por focar na intencionalidade de possibilitar a produção vocal das pessoas Surdas, pode ser interpretada sob uma visão de inclusão compatível com as ideias de normalização e enquadramento dos Surdos ao padrão considerado socialmente como

---

<sup>26</sup> Necessidades criadas pelo mercado/sistema político-econômico capitalista neoliberal, destinadas a seu enquadramento nas exigências atuais. É importante destacar que tais necessidades são criadas no movimento de subjetivação desses sujeitos, no qual suas *selfs* são capturadas. Portanto, estes produtos atendem às necessidades originárias nas demandas sociais para seu enquadramento na sociedade capitalista neoliberal.

“normal”, que é a fala oralizada. Assim, de fato, seu trabalho tem a intenção de colaborar com o mercado, pois reduz os custos de investimento para a inserção de Surdos no trabalho.

Situação semelhante se encontra no estudo de Braz (2014), que tratou de desenvolver um dicionário *on-line* de termos científicos em ciências biológicas e biotecnologia. Apesar de não haver um posicionamento tão claro como em Barros (2011), também possui o mesmo propósito, relacionado à criação de condições para a profissionalização de Surdos na área, uma vez que este dicionário auxilia o trabalho no ensino escolar, que pode despertar o Surdo para o futuro profissional.

Em suma, foi possível perceber que os estudos realizados são relacionados com as questões que envolvem o cotidiano deste grupo de pessoas, uma vez que buscam explorar elementos de realidade que dificultam sua inserção na sociedade e, conseqüentemente, no trabalho, no lazer e na cultura do consumo. Em linhas gerais, a preocupação está em gerar produtos que contribuam com a normalização e o enquadramento dos Surdos à sociedade ouvinte. Mesmo que tratem de questões relacionadas às suas especificidades, no fim as questões não oferecem visibilidade às demandas da Comunidade Surda de se fortalecer em suas lutas pelo reconhecimento e pela valorização da sua língua e de seus traços culturais próprios. Nestes mecanismos, a Libras é vista como um recurso para se chegar ao Surdo, uma vez que ali a captura para o capital já ocorreu, com redução de custos, promovendo, assim, as condições para o estabelecimento do *Homo oeconomicus* Surdo.

#### 4.3.2 Como os pesquisadores brasileiros têm tratado dos seus objetos de pesquisas: evidências do posicionamento teórico pelas referências bibliográficas

Retomando a ressalva apresentada na exposição do percurso metodológico deste estudo, os autores foram organizados em quatro categorias: autores de áreas específicas/educação, autores do campo da surdez, autores do campo da TIC/globalização e autores do campo da linguagem. É necessário ressaltar que a vinculação aqui estabelecida de um autor em um determinado campo de conhecimento não significa que este seja um estudioso específico desse campo do saber. Significa apenas que o pesquisador de uma determinada tese, dentre todas aqui fichadas, utilizou alguma referência desse autor sobre alguma temática relacionada ao campo de conhecimento em questão. Além disso, nessa organização, em diversas teses, os mesmos autores são listados tanto no campo da surdez quanto no campo da linguagem, pois se trata de casos em que os pesquisadores das teses utilizaram obras de autores que abordam a relação entre as duas temáticas.

Outra questão importante a ser ressaltada é que o campo de “conhecimentos específicos” reuniu autores que tratam dos “conhecimentos específicos” de conhecimento de cada tese fichada. Além disso, o emprego de autores do campo da educação juntamente com autores das áreas específicas tratadas nas respectivas teses se justifica, pois a maior parte dos estudos de doutorado fichados se relacionavam com o campo da educação em algum momento. A exceção são aqueles da área da “Saúde, medicina, enfermagem, odontologia, fonoaudiologia, biologia e afins” e alguns do campo da “Informática, da computação e das engenharias”.

Outra observação importante é que as referências teóricas no campo da TIC e da Globalização se encontram no mesmo espaço. A justificativa para este fato vincula-se à ideia de que a avaliação de ambas em conjunto colabora para a compreensão da visão de sociedade e de suas relações mediante os processos de inclusão digital por parte dos pesquisadores. O Quadro 13 traz um resumo das principais referências utilizadas pelos pesquisadores brasileiros.

Quadro 13 – Demonstrativo das referências das produções acadêmicas brasileiras que envolvem a temática “Surdos” e “Inclusão Digital” de 1995 a 2018, por campo de conhecimento, conforme dados da Capes.

AUTORES UTILIZADOS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS/EDUCAÇÃO DE CADA TESE POR CAMPO DE CONHECIMENTO			
EDUCAÇÃO (5)	LINGUAGEM (12)	INFORMÁTICA, CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO E ENGENHARIAS (18)	SAÚDE, MEDICINA E AFINS (2)
<p><b>TESE 1</b> ALVES, N.; CANDAU, V. M ESTEBAN, M. T. FERRAÇO, C. E. FREIRE, P. MACEDO, R. S. VYGOSTYSK, L. S. PRETTO, N. de L.</p> <p><b>TESE 2</b> <b>SEM ACESSO</b></p> <p><b>TESE 3</b> BRUNER, J. S. CIDADE, R. E. A FREITAS, P. S CORDEIRO, A. FEATHERSTONE, M. FERREIRO, E. FREIRE, P. FREIRE, J. B. LADWEIG, L. A. LUIZ, T. R. B. LURIA, A. R. SANTIM, S.</p>	<p><b>TESE 1</b> ALVES, L. NOVA, C.</p> <p><b>TESE 2</b> ADERALDO, M. F. ARAUJO, V. L. S. ASSIS, I. A. P. DIAS CINTAS, J.</p> <p><b>TESE 3</b> ARAUJO, V. L. DIAS CINTAS, S. J. ASSIS, I. A. P. BAKER, M.</p> <p><b>TESE 4</b> ADERALDO, M. F. ARAUJO, V. L. S. ASSIS, I. A. P.; DIAS CINTAS, J. MONTEIRO, S. M. M. PEREGO, E.</p> <p><b>TESE 5</b> BERNARDINO, E. L.</p>	<p><b>TESE 1</b> BAQUERO, R.; MOLL, L. C. OLIVEIRA, M. K. de VYGOSTSK, L. S. HILGARD, E. M. PIAGET, J.</p> <p><b>TESE 2</b> CAMPOS, C. M.; KENSKI, V. M. LIBÂNEO, J. C. PERRENOUD, P. PRETTO, N. L.</p> <p><b>TESE 3</b> FERREIRO, E. PIAGET, J. VYGOTSKY, L. S. FREIRE, P. SOARES, M. CAMPOS, M. de B.</p> <p><b>TESE 4</b> ARAÚJO, V. L. S.</p>	<p><b>TESE 1</b> FRANCO, E. GREENE, M. C. L. BARROS, P. M. F. DEMO, P.</p> <p><b>TESE 2</b> CAPOVILLA, F. C. GOHN, M. G. OLIVEIRA, E. G. SERRANO, J. M. de M.</p>

<p>SCHILLER, F. A TANI, G. VYGOTSKY, L. S.</p> <p><b>TESE 4</b> BOURDIEU, P. BUENO, J. G. S. GENTILINE, J. A. O'KEILLY, M. C. R. de B.</p> <p><b>TESE 5</b> AMARAL, G. P. CALEGARI, E. CAMPOS, A. B. FREIRE, P. KRANZ, C. R. SKOVSMOSE, O. STEFHENI, M.</p>	<p>FREIRE, P. SILVEIRA, M. S.</p> <p><b>TESE 6</b> BELLONI, M. L. BONITO, M. A. MARTELETO, R. M. MARTÍN-BARBERO, J. MATA, M. C. MATTELART, A. MCLUHAN, M.</p> <p><b>TESE 7</b> ADERALDO, M. F. ARAUJO, V. L. S. ASSIS, I. A. P. DIAS CINTAS, J. FEITOSA, M. P.; S. MONTEIRO, M. M. VIEIRA, P. A.</p> <p><b>TESE 8</b> CHARTIER, R. CASSON, R. LAJOLO, M. ZIBERMAN, R.</p> <p><b>TESE 9</b> CARELLI, I. M. VYGOTSKY, L.S.</p> <p><b>TESE 10</b> AMARAL, W. M. ALVES, I. M.; COSTELLO, E. FAULSTICH, E.</p> <p><b>TESE 11</b> ALBRES, N. SANTIAGO, V. ALEXANDER, B.</p> <p><b>TESE 12</b> BONSIPE, G. CARDOSO, R.</p>	<p><b>TESE 5</b> FOUCAULT, M. KENSKI, V. M. MACEDO, C. M. S. de PIAGET, J.</p> <p><b>TESE 6</b> BRITO, R. F. BURKHARD, R. A. CARDOSO, M. C. DEELY, J. DIAS, C. FLOR, C. da S. NIELSEN, J. OBREGON, R. F. A. SANTAELLA, L. VYGOTSKY, L. S.</p> <p><b>TESE 7</b> BRITO, R. F. DIAS, C. FAJARDO, I. LAPOLLI, M. MACHADO, P. C. NIELSEN, J. OBREGON, R. F. A. PIVETTA, E. M.</p> <p><b>TESE 8</b> BATISTA, C. R. DAMÁZIO, M. F. M. LAPOLLI, M. MACEDO, C. M. S.</p> <p><b>TESE 9</b> ALVES, M. DA C. BRAGA, C. S. CORRADI, J. A. M. PABLOS, J.M. DE MORAES, A. OBREGON, R. F. A.</p> <p><b>TESE 10</b> AGUIAR, V. T. ANTUNES, D. R. FREIRE, P. VYGOTSKY, L. S.</p> <p><b>TESE 11</b> ALMEIDA, L. D. A. FUKS, H. GEROSA, M. A. GUIZZARDI, G. NIELSEN, J. PIMENTEL, M.</p> <p><b>TESE 12</b> ANTUNES, D. R. AUSUBEL, D. P. FREIRE, P. PIAGET, J. VYGOTSKY, L. S.</p> <p><b>TESE 13</b> AMARAL, W. M. de</p> <p><b>TESE 14</b></p>	
---	---	---	--

		<p>BAPTISTA, F.</p> <p><b>TESE 15</b> CAMPOS, M. B. DAMÁZIO, M. F. M. NIELSEN, J. VYGOTSKY, L. S.</p> <p><b>TESE 16</b> SAN-SEGUNDO, R.</p> <p><b>TESE 17</b> CORDEIRO, A. LEITE, T. A.</p> <p><b>TESE 18</b> COSTA, A. C. DE R. LIMAS, V. L. de S.</p>	
<b>AUTORES UTILIZADOS DE CONHECIMENTOS SOBRE SURDOS DE CADA TESE POR CAMPO DE CONHECIMENTO</b>			
<b>EDUCAÇÃO (5)</b>	<b>LINGUAGEM (12)</b>	<b>INFORMÁTICA, CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO E ENGENHARIAS (18)</b>	<b>SAÚDE, MEDICINA E AFINS (2)</b>
<p><b>TESE 1</b> CAMPELLO, A. R. S GESUELI, Z. M. KARNOPP, L. LACERDA, C. B. F. LACERDA, P. M. (Nada sobre nós sem nós) LOPES, M. C. MACHADO, P. C. MARQUES, C. V. MORGADO, M. C. NERY, A. PELEGRINO, G. dos S. SACS, O. SAIONARA, F. dos SKLIAR, C. STROBEL, K.</p> <p><b>TESE 2</b> <b>SEM ACESSO</b></p> <p><b>TESE 3</b> ARRIENS, M. A. BEHARES, L. A. FERREIRA, S. GÓES, M. C. R. GOLDFELD, M. LODI, A. C. MIRANDA, W. MOURA, M. C. QUADROS, R. M. REILY, L. ROMAINE, S. ROSSI, T. R. F. RUDE, T. C. S. SÁ, N. R. L. de SOARES, M. A. L.</p> <p><b>TESE 4</b> BOTELHO, P. D. BRITO, L. F. BRITO, R. de F. BUTLER, Y. G. CAPELLO, A. R. e S.</p>	<p><b>TESE 1</b> LANE, H.; LODI, A.C.</p> <p><b>TESE 2</b> NENHUM</p> <p><b>TESE 3</b> NENHUM</p> <p><b>TESE 4</b> NENHUM</p> <p><b>TESE 5</b> AMARAL, W. M. do AMORIM, J. de A. ARAUJO, V. L. S. BOTELHO, P. BRITO, R. F. D. CAPOVILLA, F. C. FELIPE, T. A. FERNANDES, E. FERREIRA-BRITO, L. F. GESSER, A. GOLDFELD, M. LACERDA, C. B. F. D. PERLIN, G. QUADROS, R. M. QUEVEDO, S. R. P. de SACKS, O. W. SKLIAR, C. STROBEL, K. L. STUMPF, M. R.</p> <p><b>TESE 6</b> GOLDFELD, M. KLEIN, M. LOPES, C. PERLIN, G. QUADROS, R. M. ROCHA, S. SACKS, O. SKLIAR, C. STOKOE, W.</p>	<p><b>TESE 1</b> BRITO, L. F. KARNOPP, L. B. QUADROS, R. M. SACKS, O. SKLIAR, C. CAMPOS, M. de B. CAPOVILLA, F. C. GOES, M. C. R. LACERDA, C. B. F. de STUMPF, M. R.</p> <p><b>TESE 2</b> ALVES, F. F. CAMARGO, E. P. CAMPBELL, J. L. FERNANDES, E. FERNANDES, S. GOLDFELD, M. KARNOPP, L. B. LAPOLLI, M. MARTINS, L. M. B. SKLIAR, C. STUMPF, M. R.</p> <p><b>TESE 3</b> CAPOVILLA, A. G. S. CAPOVILLA, F. C. FELIPE, T. FERNANDES, E. GIORDANI, L. F. KARNOPP, L. B. PERLIN, G. QUADROS, R. M. SKLIAR, C. SUTTON, V. ACKS, O.</p> <p><b>TESE 4</b> MELLO, A. G. QUADROS, R. M. STUMPF, M. R. SUTTON, V.</p>	<p><b>TESE 1</b> SKILAR, C. GÓES, M. C.</p> <p><b>TESE 2</b> AMMAN, J. K. AZULAY, C. CAMPELLO, A. R. CARVALHO, P. V. FELIPE, T. A. LODI, A. C. B. OLIVEIRA, L. A. STOKOE, W. STROBEL K. L.</p>

<p>CAPOVILLA, F.C. DAMINELLI, S. FLORY, E. GESSER, A. GOLDFELD, M. KARNOPP, L. B. KOTAKI, C. S. LACERDA, C. B. F. de LODI, A. C. B. NEBVES, J. QUADROS, R. M. de QUILES, R. E. S. SKLIAR, C. VIEIRA, P. A.</p> <p><b>TESE 5</b> CORRADI, J.A. M. SASSAKI, R. K.</p>	<p>STROBEL, K. STUMPF, M.</p> <p><b>TESE 7</b> SACKS, O.; STROBEL, K.</p> <p><b>TESE 8</b> FERREIRA-BRITO, L. GOLDFELD, M. LOPES, M. C. VEIGA-NETO, A. LUNARDI, M. L. PERLIN, G. QUADROS, R. M. SACKS, O. SKLIAR, C.</p> <p><b>TESE 9</b> BOTELHO, P. FERNANDES, E. FERREIRA-BRITO, L. GESSER, A. PERLIN, G. QUADROS, R. M. SACKS, O. SOARES, M. A. L. STUMPF, M. R.</p> <p><b>TESE 10</b> BARROS, M. CAMPELLO, A. R. S. CAPOVILLA, F. C. DAMÁZIO, M. F. M. QUADROS, R. M. SACKS, O. W. STOKOE, C. W. STUMPF, M. R.</p> <p><b>TESE 11</b> ASSIS, C. A. SILVA, A. R. CAMPELLO, A. R. S. FELIPE, T. A. KARNOPP, L. QUADROS, R. M. SACKS, O. W. STROBEL, K. STUMPF, M. R.</p> <p><b>TESE 12</b> CAMPELO, A. R. S. FALCÃO, L. A. GESSER, A. LAPOLLI, M. QUADROS, R. M. MASUTTI, M. L. STROBEL, K.</p>	<p><b>TESE 5</b> BOTELHO, P. BRITO, L. F. CAMPBELL, S. COLIN, D. GÓES, M. C. R. GOLDFELD, M. LANE, H. MARCHESI, A. MOURA, M. C. de PERLIN, G. QUADROS, R. M. SACKS, O. SKLIAR, C. STROBEL, K.</p> <p><b>TESE 6</b> BOTELHO, P. FERNANDES, E. LACERDA, C. B. F. LÉVY, P. PERLIN, G. QUADROS, R. M. SÁ, N. L. SASSAKI, R. K. SKLIAR, C. SOUZA, R. M. de STUMPF, M. R.</p> <p><b>TESE 7</b> CAPOVILLA, F. C. GOLDFELD, M. GUARINELLO, A. C. PERLIN, G. QUADROS, R. M. SASSAKI, R. K. STROBEL, K. SUTTON, V.</p> <p><b>TESE 8</b> QUADROS, R. M.</p> <p><b>TESE 9</b> BOTELHO, P. BRITO, L. F. CAMPELLO, A. R. S. CAPOVILLA, F. C. CARVALHO, J. R. CORREA, F. G. GARCÊZ, L. R. GOLDFELD, M. KARNOPP, L. QUADROS, R. M. de KOZLOWSKI, L. LACERDA, C. B. F. MONTEIRO, M. S. PERLIN, G. PINTO, B. L. SACKS, O.</p> <p><b>TESE 10</b> BOTELHO, P. FERNANDES, E. FERNANDES, S. F. GÓES, M. C. A. GOLDFELD, M. KARNOPP, L.</p>	
---	---	--	--

		<p>PERLIN, G.  QUADROS, R. M.  SACKS, O.  SÁNCHEZ, C.  STROBEL, K.  STUMPF, M. R.</p> <p><b>TESE 11</b>  BARROS, M. E.  CAMPOS, M.  CAPOVILLA, F. C.  GOLDFELD, M.  QUADROS, R. M.</p> <p><b>TESE 12</b>  BAKER, C.  BRITO, L. F.  CAPOVILLA, F. C.  FERNANDES, S.  HOFFMEISTER, R.  KYLE, J.  SÁNCHEZ, C.  SKLIAR, C.  STROBEL, K.</p> <p><b>TESE 13</b>  BAKER, C. A.  CAPOVILLA, F. C.  FELIPE, T. A.  FERNANDES, S.  SKLIAR, C.</p> <p><b>TESE 14</b>  SKLIAR, C. B.  STROBEL, K.</p> <p><b>TESE 15</b>  DORZIAT, A.  GÓES, M. C. R.  GOLDFELD, M.  LACERDA, C. B. F.  LIMA, D. M. C. A.  MACEDO, D. R.  MOURA, M. C.</p> <p><b>TESE 16</b>  GÓES, M. C. R.  QUADROS, R. M.</p> <p><b>TESE 17</b>  CAPOVILLA, F. C.  KYLE, J.</p> <p><b>TESE 18</b>  NAKAMURA, K.  STROBEL, K.  BRITO, L. F.  CAPOVILLA, F. C.  FELIPE, T. A.  MARQUES, P. A.  PIVETTA, E. M.  PIZZIO, A. L.  QUADROS, R. M.  PERLIN, G.  SAUSSURE, F.  STOKOE, W. C.  STUMPF, M. R.</p>	
--	--	--	--

		SUTTON, V. TAKAHIRA, A. G. R. TEMOTEO, J. G.	
AUTORES UTILIZADOS DE CONHECIMENTOS <b>SOBRE TIC E GLOBALIZAÇÃO</b> DE CADA TESE POR CAMPO DE CONHECIMENTO			
EDUCAÇÃO (5)	LINGUAGEM (12)	INFORMÁTICA, CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO E ENGENHARIAS (18)	SAÚDE, MEDICINA E AFINS (2)
<p><b>TESE 1</b> AMARAL, A. BAUMAN, Z. BARBOSA, A. CASTELLS, M. COUTO JUNIOR, D. R. LEMONS, A. LEVY, P. LEWIA, E. S. MORIN, E. PRIMO, A. T. RECUERO, R. ROSA, A. da S. SANTAELLA, L. SANTOS, E. SANTOS, R.</p> <p><b>TESE 2</b> <b>SEM ACESSO</b></p> <p><b>TESE 3</b> MORIN, E. SANTAELLA, L. SAVELLI, S. R. SOARES, S. G.</p> <p><b>TESE 4</b> CASTELLS, M. NASCIMENTO, G. V. S. do.</p> <p><b>TESE 5</b> BERNARDES, C. C. S. CARVALHO, M. C. S. MORAN, J. M.</p>	<p><b>TESE 1</b> KENSKY, M. LEVY, P.</p> <p><b>TESE 2</b> Nenhum autor</p> <p><b>TESE 3</b> Nenhum autor</p> <p><b>TESE 4</b> Nenhum autor</p> <p><b>TESE 5</b> BARBOSA S. D. BERG, C. H. PRATES, R. O.</p> <p><b>TESE 6</b> AMARAL, A. BAUDRILLAD, J. BAUMAN, Z. BERGSON, H. CASALI, C. CORTINA, A. FAERMAN, J. FERNANDES, S. FORD, A. GARCIA CANCLINI, N. GHAI, Y. GUARESCHI, P. GUATTARI, F. HALL, S. LEMONS, A. LÉVY, P. ORTIZ, R. RECUERO, R. da C. RÜDIGER, F. SANTAELLA, L. SANTOS SOUZA, B. de.</p> <p><b>TESE 7</b> Nenhum autor</p> <p><b>TESE 8</b> CANCLINI, N. LÉVY, P. SANTOS, B. S.</p> <p><b>TESE 9</b> ALMEIDA, M. E.</p> <p><b>TESE 10</b> Nenhum autor</p> <p><b>TESE 11</b> HALL, S.</p> <p><b>TESE 12</b></p>	<p><b>TESE 1</b> LEVY, P. MORAN, J. M.</p> <p><b>TESE 2</b> Nenhum autor</p> <p><b>TESE 3</b> Nenhum autor</p> <p><b>TESE 4</b> BALDESSAR, M. J. GIGLIO, K. CASTRO, C.</p> <p><b>TESE 5</b> CASTELLS, M. DELEUZE, G. GUATTARI, F. LEÃO, L. LÉVY, P. MURRAY, J. H. OBREGON, R. F. A. PERASSI, R. RODRÍGUES, J. A. SANTAELLA, L. SANTOS, M. SAVIANI, D.</p> <p><b>TESE 6</b> CAMPOS, F. R. G. CASTELLS, M. DELEUZE, G. FEENBERG, A. JAMESON, F. O.</p> <p><b>TESE 7</b> Nenhum autor</p> <p><b>TESE 8</b> Nenhum autor</p> <p><b>TESE 9</b> BICUDO, S. CASTELLS, M. KENSKY, V. M. LEÃO, L. LÉVY, P. SANTAELLA, L. TEIXEIRA, P. F. TOMPSON, J. B.</p> <p><b>TESE 10</b> HALL, S. MCLAREN, P. NORMAN, K. L.</p> <p><b>TESE 11</b> BARBOSA, S. D. J.</p>	<p><b>TESE 1</b> MORIN, E. BOHM, D.</p> <p><b>TESE 2</b> Nenhum autor</p>

	Nenhum autor	<p>GIBSON, R. ZORRINHO, C.</p> <p><b>TESE 12</b> CHOO, W. C. FEATHERSTONE, M. FREEMAN, O. GIDDENS, A. LASTRES, H. M. M. LÉVY, P.; LUHMAN, N. SANCHOTENE, C. R. S. TOURAINÉ, A.</p> <p><b>TESE 13</b> Nenhum autor</p> <p><b>TESE 14</b> Nenhum autor</p> <p><b>TESE 15</b> LEVY, P.</p> <p><b>TESE 16</b> RUSSELL, S. NORVING, P.</p> <p><b>TESE 17</b> Nenhum autor</p> <p><b>TESE 18</b> Nenhum autor</p>	
AUTORES UTILIZADOS DE CONHECIMENTOS <b>SOBRE LINGUAGEM</b> DE CADA TESE POR CAMPO DE CONHECIMENTO			
EDUCAÇÃO (5)	LINGUAGEM (12)	INFORMÁTICA, CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO E ENGENHARIAS (18)	SAÚDE, MEDICINA E AFINS (2)
<p><b>TESE 1</b> BAKHTIN, M. DELEUZE, G. LARROSA, J.</p> <p><b>TESE 2</b> <b>SEM ACESSO</b></p> <p><b>TESE 3</b> BAKHTIN, M.</p> <p><b>TESE 4</b> Nenhum autor</p> <p><b>TESE 5</b> Nenhum autor</p>	<p><b>TESE 1</b> BAKHTIN, M</p> <p><b>TESE 2</b> CASTILHO, A. T. de</p> <p><b>TESE 3</b> CASTILHO, A. de LEMLE, M. PERINI, M. A.</p> <p><b>TESE 4</b> CASTILHO, A. de LEMLE, M.</p> <p><b>TESE 5</b> MEIRELLES V. SAUSSURE, F. D.</p> <p><b>TESE 6</b> LIMA, M. do S. C.</p> <p><b>TESE 7</b> BERBER, T. SARDINHA, S. E. TANGNIN, O. VIANA, V.</p> <p><b>TESE 8</b> BAKHTIN, M. KARNOPP, L.</p>	<p><b>TESE 1</b> BRITO, L. F. FELIPE, T. A.</p> <p><b>TESE 2</b> CUNHA, C. CINTRA, L.</p> <p><b>TESE 3</b> CAGLIARI, C. CAPOVILLA, A. G. S. CAPOVILLA, F. C.</p> <p><b>TESE 4</b> BRITO, L. F. JAKOBSON, R. STOKOE, W. C.</p> <p><b>TESE 5</b> ANTUNES, I. ARAÚJO, L. BAKHTIN, M. BARTHES, R. BRITO, L. F. CHOMSKY, N. FARACO, C. M. MOURA, F. M. FÁVERO, L. L. FERNANDES, E. MARCUSCHI, L. A. TRAVAGLIA, L. C.</p>	<p><b>TESE 1</b> CAGLIARI, L. C.</p> <p><b>TESE 2</b> ABRANTES, A. M. MARCHESI, A. NASCIMENTO, S. P. F. QUADROS, R. M. de.</p>

	<p>SUTTON-SPENCE, R.</p> <p><b>TESE 9</b> BRITO, L. F. FARACCO, C. A. GERALDI, J. MARCUSCHI, L. A. SAUSSURE, F. TRAVAGLIA, L. C.</p> <p><b>TESE 10</b> BASÍLIO, M. BECHARA, E. BIDERMAN, M. T. C. CALVET, L. J. CASTILHO, A. T. CHOMSKY, N. DELBECQUE, N. FARIA-NASCIMENTO, S. P.; FERREIRA, L. NASCIMENTO, C. B. NEVES, M. H. M.</p> <p><b>TESE 11</b> BARROS, D. BASSNETT, S. JAKOBSON, R. PELLEGRINI, T.</p> <p><b>TESE 12</b> CORACINI, M. J.</p>	<p><b>TESE 6</b> QUADROS, R. M. STUMPF, M. R.</p> <p><b>TESE 7</b> CHOMSKY, N. JAKOBSON, N. MARTINS, T. A. ROSA, K, A. V.</p> <p><b>TESE 8</b> Nenhum autor</p> <p><b>TESE 9</b> BARROS, M. BORGES, L. C. SALOMÃO, N. M. R. QUADROS, R. M. SAUSSURE, F.; STUMPF, M. R.</p> <p><b>TESE 10</b> BAJARD, E. BAKHTIN, M. CHOMSKY, N. FARACO, C. A. FOUCAMBERT, J. LURIA, A. MARCUSCHI, L. A. SAUSURE, F.</p> <p><b>TESE 11</b> FERNANDES, S. MARCUSCHI, L. A. STOKOE, W. C. STUMPF, M. R.</p> <p><b>TESE 12</b> ANDERSON, J. M. BAKHTIN, M. CHOMSKY, N. QUADROS, R. M. STOKOE, W. C.</p> <p><b>TESE 13</b> BRITO, L. F. CHOMSKY, N. VIOTTI, E. C. QUADROS, R. M. de KARNOPP, L. B. FERNANDES, S. F. STOKOE, W. C.</p> <p><b>TESE 14</b> BARROS, E. M. CAMPOS, M. B. CAPOVILLA, C. F. QUADROS, R. M. KARNOPP, L. B. FELIPE, T. A. FERNANDES, S. STOKOE, W. C. STUMPF, M. R. SUTTON, V.</p> <p><b>TESE 15</b></p>	
--	---	--	--

		<p>FERNANDES, E.</p> <p><b>TESE 16</b> BRITO, L. F. FELIPE, T. A. STOKOE, W. C. STUMPF, M. R. SUTTON, V.</p> <p><b>TESE 17</b> BRITO, L. F. FELIPE, T. A. QUADROS, R. M. STOKOE, W. C. STROBEL, K. STUMPF, M. R. SUTTON, V. XAVIER, A. N.</p> <p><b>TESE 18</b> BARRETO, M. BRITO, L. F. CAPOVILLA, F.C. FELIPE, T. A. MARQUES, P. A. PIVETTA, E. M. PIZZIO, A. L. QUADROS, R. M. PERLIN, G. SAUSSURE, F. STOKOE, W. C.; STUMPF, M. R. SUTTON, V. TAKAHIRA, A. G. R. TEMOTEO, J. G.</p>	
--	--	---	--

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Os dados apresentados no quadro acima evidenciam que:

a.No campo da Educação, não houve uma prevalência de autores comuns, apenas FREIRE, P., utilizado em três estudos, e VYGOTSKY, L. S., em dois;

b.No campo da linguagem, dos doze estudos selecionados, também não há convergências de autores comuns deste campo, sendo que DIAS, C. J. foi citado em 05 estudos; ARAUJO, V. L. e ASSIS, I. A. P., ambos em 04; e ADERALDO, M. F., em 03;

c. No Campo da Informática, Ciências da Computação e Engenharias, considerando que foram selecionados 18 estudos, também não há grande confluência de autores em comum. O destaque foi VYGOSTSK, L. S., citado em 06 estudos (não é da área em específico, mas trabalha com desenvolvimento humano, temática explorada nos trabalhos); NIELSEN, J., em 04; FREIRE, P. e OBREGON, R. F. A., em 03 cada; e os seguintes: ANTUNES, D. R.; BRITO, R. F.;CAMPOS, M. B.; DAMÁZIO, M. F. M.; DIAS, C.; KENSKI, V. M.; LAPOLLI, M.; e MACEDO, C. M. S., em 02 cada;

d.Na Saúde, Medicina e Afins, não houve autores em comum;

e. VYGOSTSK, L. S. e FREIRE, P. são autores que transitaram em três campos, Educação, Linguagem e da Informática, Ciências da Computação e Engenharias;

f. NIELSEN, J.; CORDEIRO, A.; e FERREIRO, E. são autores que aparecerem em 01 estudo em cada um dos campos da Educação e da Informática, Ciências da Computação e Engenharias;

g. Já AMARAL, W. M. e DIAS CINTAS, J. são utilizados como referência em um estudo de cada área da Linguagem e da Informática, Ciências da Computação e Engenharias.

Assim, não é possível dizer que nas áreas específicas ocorreu confluência significativa de autores comuns nos estudos selecionados nesta pesquisa. Apenas VYGOSTSK, L. S. e FREIRE, P. realizam essa confluência e articulação nas três áreas. No campo da Saúde, Medicina e afins, até pela pequena quantidade de estudos selecionados, não houve a presença de autores afins.

Apesar de apresentarem objetivos mais voltados para a avaliação de questões mais técnicas, as pesquisas **no campo da educação** não deixam de expressar uma visão crítica, que pode ser percebida quando se observam os nomes de FREIRE, P., VYGOTSKY, L. S. e BOURDIEU, P. no campo das referências bibliográficas utilizadas. São autores cuja tradição teórica se alinha à preocupação com questões sociais.

O mesmo foi possível observar com as referências no campo da Linguagem, em que aparecem nomes como o do filósofo BAKHTIN, M., da vertente marxista, mas também de DELEUZE, G. e LARROSA, J., alinhados ao pensamento foucaultiano.

Há também uma preocupação em compreender a realidade e as condições de vivência das pessoas Surdas numa perspectiva que ultrapassa as questões relacionadas à comunicação, o que pode ser percebido na inclusão de autores que pensaram os processos de vivência das pessoas Surdas para além dos aspectos linguísticos, com a presença de estudiosos como CAMPELLO, A. R. S. e QUADROS, R. M. de; a primeira é Surda, e a segunda, filha de Surdos. Além de CAPOVILLA, F. C.; LODI, A. C. B. e SKLIAR, C., aparecem outros nomes, como GOLDFELD, M.; KARNOPP, L. B.; e LACERDA, C. B. F. de.

Os principais autores utilizados para compreender a relação entre TIC e Globalização também colaboram para a compreensão da visão de sociedade e das relações na atualidade por parte dos pesquisadores. Nesse aspecto, foram encontrados estudiosos como CASTELLS, M. e sua compreensão da sociedade em rede, que, conforme seus críticos, aparece como sendo naturalizada, no sentido de decorrer de um processo determinado por relações economicistas em escala global, deixando para segundo plano a compreensão das determinações culturais e sociais. E LÉVY, P., com o conceito de Cibercultura, uma dimensão onde uma espécie de

inteligência coletiva impacta profundamente os processos educacionais e de formação, os quais deixam de ter sua centralidade no espaço das instituições acadêmicas e passam a se desenvolver também em outros ambientes, como o virtual, com maior capacidade de vascularidade no tecido social. Uma das críticas a esse posicionamento está na maneira entusiasmada de entender o papel dos recursos digitais e de suas infinitas possibilidades, deixando para segundo plano a crítica sobre as desigualdades de acesso a eles. Crítica que se estende também ao posicionamento de Edgar Morin e sua análise dos saberes necessários à educação contemporânea.

Por outro lado, quando se trata da compreensão da TIC nos processos globais, são utilizados poucos autores que caminham numa postura crítica mais radical, como BAUMAN, Z., o qual pensou a inclusão digital como um elemento colaborador da naturalização de uma racionalidade pautada nos princípios neoliberais.

Em suma, embora as pesquisas de doutorado no campo da educação que envolvem a temática “Surdos” e “Inclusão Digital” demonstrem um posicionamento crítico no trato de questões mais intimamente relacionadas aos temas da educação, esse posicionamento não se mantém no trato com as questões que envolvem temas relacionados ao papel das TICs na atualidade. Estes últimos continuam sendo tratados sob uma percepção bastante entusiasmada, deixando para segundo plano a crítica das diferenças de acesso aos recursos digitais e o impacto dessas diferenças no cotidiano das pessoas, em especial, os Surdos.

No campo da Linguagem, a análise do quadro 10 evidencia uma pequena confluência de autores em comum, nas respectivas áreas do conhecimento, bem como no tocante à sua circulação entre as áreas. Destaca-se que:

a. No campo da Educação, apenas BAKHTIN, M. apresentou contribuições em 02 trabalhos; ainda, chama-se atenção para o fato de 03 teses não utilizarem nenhum autor da área de linguagem;

b. No campo da Linguagem, houve emprego de quatro autores em comum, sendo que CASTILHO, A. de foi utilizado em 04 estudos, e BAKHTIN, M.; LEMLE, M.; e SAUSSURE, F. D., em 02;

c. No campo da Informática, Ciências da Computação e Engenharias, houve maior confluência de autores em comum nos estudos, com destaque a quatorze autores, sendo que STOKOE, W. C foi utilizado em 08 estudos; QUADROS, R. M.; STUMPF, M. R.; e BRITO, L. F., em 07; CHOMSKY, N.; e FELIPE, T. A., em 05; SUTTON, V., em 04; SAUSSURE, F.; BAKHTIN, M.; e MARCUSCHI, L. A., em 03; e os demais em 02: FERNANDES, E.;

FERNANDES, S.; KARNOPP, L. B.; e BARROS, E. M. Ainda se identificou que uma tese utilizou apenas 01 autor da área de linguagem e uma não utilizou nenhum;

d. Não há autores em comum no Campo da Saúde, Medicina e Afins, e 01 tese utilizou apenas 01 autor da área de linguagem.

Quanto à circulação de autores nas áreas, foi identificado que:

a. BAKHTIN, M.; BRITO, L. F.; CHOMSKY, N.; FARACCO, C. A.; JAKOBSON, R.; MARCUSCHI, L. A.; e SAUSSURE, F. D. circulam nos campos da Linguagem e da Informática, Ciências da Computação e Engenharias;

b. MORAN, J. M., no campo da Educação e da Informática, Ciências da Computação e Engenharias;

c. QUADROS, R. M., nos campos da Informática, Ciências da Computação e Engenharias e Saúde, Medicina e afins.

Dentre os doze trabalhos no **campo da linguagem**, como foi afirmado anteriormente, Monteiro (2016), Vieira (2016) e Chaves (2017) apresentam estudos que, por serem considerados como mais específicos e técnicos, pois tratam de avaliar ou propor avanços em recursos de legendagem, pouco discutem o sentido de inclusão digital para seus autores. Isso pode ser observado nas referências bibliográficas utilizadas, as quais recorrem a autores como ADERALDO, M. F.; ARAUJO, V. L. S.; ASSIS, Í. A. P.; BAKER, M.; e DÍAS-CINTAS, J., estudiosos do campo da tradução e da legendagem, especificamente. Apesar disso, também buscam referências em nomes como CASTILHO, A. T. de; LEMKE, M.; e PERINI, M. A., conhecidos linguistas brasileiros que, sem menosprezar a importância da norma culta da linguagem, defendem o respeito às diferentes expressões linguísticas cotidianas, o que pode apontar para um posicionamento mais crítico, ainda que de maneira sutil.

Já a tese de Nascimento (2018), da Universidade de São Paulo, para além de algumas das referências acima mencionadas, apresenta a utilização de autores como SARDINHA, T. B.; TAGNIN, S. O. E.; e VIANA, V., importantes nomes no estudo da linguística dos corpos, campo do conhecimento intimamente relacionado à linguagem dos meios digitais e a uma abordagem empirista. Há nesse estudo uma preocupação maior em entender o mundo dos Surdos, o que pode ser percebido na existência de referências como SACKS, O. e STROBEL, K., sendo esta última uma pesquisadora Surda.

Nas teses de Souza (2015), Nascimento (2016) e Krusser (2017), apesar de também poderem ser consideradas estudos com objetivos de cunho mais técnico, foi possível observar a utilização de autores com histórico de militância política, sobretudo no campo da educação e da linguagem. Identificaram-se nesses trabalhos nomes como de FREIRE, P. e de diversos

autores no campo da linguística, área do conhecimento que preza pelo respeito à língua, à fala e à linguagem, como CALVET, L. J.; CHOMSKY, N.; CORACINI, M. J.; DELBECQUE, N.; NASCIMENTO, S. P. de F.; SAUSSURE, F. de.

Também no campo da linguagem aparecem diversos gramáticos, como BASÍLIO, M.; BECHARA, E.; BIDERMAN, M. T. C.; NEVES, M. H. de M. E um importante gramático citado em Nascimento (2016), mas também em Monteiro (2016), Vieira (2016) e Chaves (2017), que é CASTILHO, E. T., o qual entende a língua como multissistêmica na sua relação com dispositivos sociocognitivos. Além de FERREIRA, L., que advoga a necessidade de uma gramática da língua de sinais.

No referencial de conhecimentos específicos das teses que trataram de criar e adequar o designer de recursos digitais às características das pessoas Surdas, encontram-se autores como BERNADINO, E. L. de; BONSIPE, G.; e CARDOSO, R., os quais buscam uma abordagem histórica e crítica do conceito de designer.

Quanto aos autores/pesquisadores da área da Surdez utilizados como fundamentação teórica para os estudos aqui elencados nos diferentes campos de conhecimento, o levantamento nas teses possibilita dizer que, no Campo da:

a. Educação, na área da surdez, não houve preponderância de um grupo de autores. Os que mais se destacaram foram utilizados em apenas dois estudos cada: GOLDFELD, M.; KARNOPP, L. B.; LACERDA, C. B. F. de; LODI, A. C. B.; QUADROS, R. M. de; SKLIAR, C.;

b. Da Linguagem, identifica-se uma maior preponderância de um grupo de autores em comum, cuja utilização ficou da seguinte forma:

- SACKS, O. W.; e QUADROS, R. M. foram citados em 07 estudos;
- STROBEL, K.; STUMPF, M. R., ambas citadas em 05 estudos;
- PERLIN, G., em 04; CAMPELLO, A. R. S.; CAPOVILLA A.; FERREIRA-BRITO, L.; GESSER, A.; GOLDFELD, M.; SKLIAR, C., em 03;
- Os demais em 02: BOTELHO, P, F. C.; FELIPE, T. A.; FERNANDES, E.; LOPES, M. C.; STOKOE, C. W.;
- Chama atenção o fato de um estudo utilizar apenas 02 autores da área para o subsidiar;
- E 03 teses não terem buscado apoio em nenhum autor da área específica da surdez.

C. No Campo da Informática, Ciências da Computação e Engenharias, pode-se identificar também uma maior confluência de autores comuns nos estudos selecionados, cuja expressão ficou assim:

- QUADROS, R. M. de foi citada em 12 estudos;
- CAPOVILLA, F. C., em 09;
- FERNANDES, E.; GOLDFELD, M.; PERLIN, G.; SKLIAR, C., em 07;
- STROBEL, K.; STUMPF, M. R.; SUTTON, V., em 06;
- BRITO, L. F.; GÓES, M. C. A.; KARNOPP, L. B., em 05;
- BOTELHO, P.; LACERDA, C. B. F. de; SACKS, O., em 04 pesquisas;
- FELIPE, T. A., em 03;
- Os demais destacados contaram com utilização em 02 estudos: BAKER, C. A.; CAMPOS, M. de B.; KYLE, J.; MOURA, M. C. de; SÁNCHEZ, C.; SASSAKI, R. K.;
- Outro fator que, a nossa vista, merece destaque é o fato de 03 estudos utilizarem apenas 03 autores da área da surdez para os subsidiarem;

d. No campo de Saúde, Medicina e afins, não foi identificada a utilização de autores em comum, além de uma tese utilizar apenas 02 autores da área da surdez.

e. Foi identificado um trânsito entre as áreas dos seguintes autores:

- CAMPELLO, A. R. S.; SKLIAR, C.; e STROBEL, K. circulam nas quatro áreas selecionadas;
- BOTELHO, P. D.; CAPOVILLA, F. C.; GOLDFELD, M.; KARNOPP, L. B.; LACERDA, C. B. F. de; e SACKS, O. estão presentes nas áreas da Educação, Linguagem e da Informática, Ciências da Computação e Engenharias;
- Enquanto FELIPE, T. A.; e STOKOE, C. W. estão presentes nas três áreas, Linguagem Informática, Ciências da Computação e Engenharias e Saúde, Medicina e afins e
- GÓES, M. C. R., na área de Educação, Informática, Ciências da Computação e Engenharias e Saúde, Medicina e afins;
- SOARES, M. A. L. foi citada nas áreas de Educação e Linguagem;
- BRITO, L. F., nas áreas de Educação e Informática, Ciências da Computação e Engenharias e
- FERNANDES, E.; SASSAKI, R. K.; e STUMPF, M. R., nas áreas de Informática, Ciências da Computação e Engenharias e Linguagem.

Logo, no campo da surdez, entre pesquisadores clássicos e contemporâneos, é latente a preocupação em entender o universo desses sujeitos, o que pode ser percebido no uso de obras

de autores como: ARAUJO, V. L.; BARROS, M. E.; BOTELHO, P.; BRITO, R. F. de; COPOVILLA, F. C.; DAMAZIO, M. F. M.; FALCÃO, L. A.; FELEPE, T. A.; FERNANDES, E; BRITO, L. F.; GESSER, A.; GOES, M. C. R.; GOLDFELD, M.; LACERDA, C. B. F. de; LAPOLLI, M.; MASUTTI, M. L.; PERLIN, G.; QUADROS, R. M. de; QUEVEDO, S. R. P. de; SACKS, O.; SKLIAR, C.; STOKOE, W, C.; STROBEL, K.; STUMPF, M. R.; e LODI, A. C. B. São autores de diversas abordagens, como a histórico-cultural, a linguística etc.

Considerando os autores/estudiosos da área das TICs e Globalização utilizados para fundamentar os estudos dos diferentes campos do conhecimento aqui delimitados, ao observar o quadro 10, fica evidenciada uma pequena confluência de autores em comum, nos estudos realizados nos respectivos campos do conhecimento, bem como no tocante à sua circulação entre as áreas. Fica evidenciado que, no campo da:

b. Educação, apenas três autores tiveram contribuições em 02 trabalhos: CASTELLS, M.; MORIN, E.; e SANTAELLA, L.;

c. Da Linguagem, houve emprego de dois autores em comum, sendo que:

- LEVY, P. foi utilizado em 03 estudos;
- HALL, S., em 02;
- Demarca-se que 02 teses utilizaram apenas 01 autor da área de TIC e Globalização;
- E 06 estudos não utilizaram nenhum autor da referida área;

d. Da Informática, Ciências da Computação e Engenharias, cinco autores foram destacados, sendo que

- LEVY, P. foi utilizado em 05 estudos;
- CASTELLS, M., em 03;
- DELEUZE, G.; LEÃO, L.; e SANTAELLA, L., em 02;
- 08 estudos não utilizaram autores da área para embasar-se.

e. Não há autores em comum no Campo da Saúde, Medicina e Afins; dos dois estudos selecionados, 01 utilizou apenas dois autores da área e um não utilizou nenhum.

Quanto à circulação de autores nas áreas, foi identificado que:

• AMARAL, A.; LEMOS, A.; RECUERO, R. estiveram presentes em estudos no campo da Educação e Linguagem;

• LEVY, P.; SANTAELLA, L., nos campos da Educação, Linguagem e Informática, Ciências da Computação e Engenharias;

- MORAN, J. M., no campo da Educação e da Informática, Ciências da Computação e Engenharias;
- BARBOSA S. D.; HALL, S.; e KENSKY, M., nos campos da Linguagem e Informática, Ciências da Computação e Engenharias;
- MORIN, E., nos campos da Educação e Saúde, Medicina e afins

A investigação da posição dos pesquisadores quanto à visão de TIC e sua relação com o mundo globalizado nos estudos de Souza (2015), Nascimento (2016) e Krusser (2017) não demonstrou indícios de posicionamento ideológico crítico, visto que as únicas referências encontradas foram estudiosos como da engenheira elétrica BARBOSA, S. D. J., dos cientistas da computação SILVA, B. S. da S. e BERG, C. H., graduado em Publicidade e Propaganda com doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento. São estudiosos que trataram da interação humano computador numa perspectiva exclusivamente tecnológica.

Nas teses de Arcoverde (2004), Cláudio (2016), Silva (2015), Oliveira (2017) e Nobrega (2017), cujos objetivos centrais têm como preocupação a avaliação de como os Surdos se relacionam com os recursos digitais em interação com o mundo que os cerca, encontram-se no rol de referências utilizadas autores como ALVES, L. e a historiadora NOVA, C., estudiosas de recursos digitais e interatividade. Há também a presença do semiólogo e antropólogo colombiano MARTIN-BARBERO, J., que se preocupou em avaliar as relações entre a comunicação e os processos culturais; além da professora argentina MATA, M. C., que se dedicou ao entendimento do conceito de cidadania comunicativa; do teórico da comunicação MCLUHAN, M., criador do termo “aldeia global”; do historiador francês CHARTIER, R., que se ocupou de compreender a trajetória da leitura e da escrita como práticas sociais. E, por fim, de VYGOTSKY, pensador no campo da psicologia, e da professora ALBRES, N. de, a qual trabalha com a formação de professores de Libras, dentre outros.

Quanto às referências no campo da surdez, as fontes basicamente se repetem: GOLDFELD, M.; PERLIN, G.; QUADROS, R. M. de; SACKS, O.; SKLIAR, C.; STOKOE, W. C.; STROBEL, K. C.; STUMPF, M. R. etc. Mas também aparecem outros, como LANE, H., que é um professor de psicologia da Northeastern University de Boston especialista em cultura Surda e língua gestual; LOPES, M. C., que desenvolve pesquisas no campo da inclusão e da educação de Surdos; e o professor VEIGA-NETO, A., estudioso do pensamento foucaultiano, das teorias do currículo, inclusão e educação. Este último escreveu alguns textos com a temática dos Surdos em parceria com LOPES, M. C. Além dos autores acima,

encontramos também BRITO, L. F., professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro e que trabalha desde 1977 com Semântica e Pragmática da Linguística.

Outros autores citados foram: BOTELHO, P., uma terapeuta ocupacional que possui doutorado em linguagem e letramento pela Universidade de Maryland e trabalhou com programas de orientação de transição escola-mundo do trabalho de jovens e adultos surdos; FERNANDES, E., professora aposentada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro com grande experiência em linguística e cognição e que atuou com temas ligados à educação dos Surdos; a professora GESSER, A., da Universidade Federal de Santa Catarina, que possui experiência na área de língua inglesa, linguística aplicada e pesquisou temas relacionados ao ensino de Libras como língua adicional para ouvintes, formação de tradutores/intérpretes de Libras e contextos bi/multilíngues de minorias linguísticas, pesquisadora Surda; CAMPELLO, A. R., professora adjunta do Instituto Nacional de Educação dos Surdos que pesquisa temas relacionados à língua de sinais, educação e direitos dos Surdos, pesquisadora Surda; FELIPE, T. A., que desenvolve pesquisas sobre metodologia para ensino de Libras e políticas para educação de Surdos envolvendo recursos tecnológicos; KARNOPP, L. B., professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que desenvolve pesquisas sobre estudos culturais em educação com ênfase em Libras.

As referências no campo das TICs e globalização, propriamente ditas, são as mais variadas; o que mais aparece é LÉVY, P. Mas há também outros nomes que pensaram nestas relações por outros vieses, como BAUDRILLARD, J.; BAUMAN, Z.; GUATTARI, F.; HALL, S.; CANCLINI, N. G.; GUARESCHI, P.; ORTIZ, R.; CORTINA, A.; e SOUZA SANTOS, B., os quais são críticos da cultura de massa, das relações de consumo e de poder.

No campo da linguagem, um dos estudiosos mais radicais que aparece é o de BAKHTIN, M., o qual possui forte influência das ideias marxistas. Outros linguistas que seguem na linha bakhtiana também são citados, como, FARACO, C. A.; e GERALDI, J. W. Mas há citações de outros autores que seguem tendências teórico/ideológicas diversas, como MARCUSCHI, L. A.; SAUSSURE, F. de; TRAVAGLIA, L. C.; LIMA, M. do S. C.; SUTTON-SPENCE, R.; BARROS, D.; JAKOBSON, R.; e PELLEGRINI, T.

Destaca-se o fato de se ter encontrado na avaliação dos estudos de doutorados vinculados aos campos de conhecimentos relacionados à linguagem que tratam das temáticas “Surdos”/”Inclusão Digital” que a maior parte dos trabalhos foram realizados em instituições de ensino localizadas nas regiões Nordeste e Sudeste do país. Já as pesquisas de doutorado realizadas nos campos relacionados a “Informática, Computação e Engenharias”,

distintamente, em sua maioria, foram realizadas em instituições da região Sul do Brasil, conforme descrito no próximo subitem.

As referências no **Campo da Informática, Computação e Engenharias** são as mais variadas e parecem seguir uma mesma linha de pensamento. Na tese de Stumpf (2005), por exemplo, dentre as referências específicas para seu objeto de estudo, aparece a pesquisa de doutoramento de Campos (2001). Quanto às referências no campo da educação em Stumpf (2005), elas vão desde FERREIRA, E. a PIAGET, J.; VYGOTSKY, L. S.; FREIRE, P.; e SOARES, M. Ou seja, é possível perceber uma forte influência da corrente interacionista em seu pensamento. Portanto, há uma preocupação em compreender os sujeitos na interação com o meio, como protagonista do seu processo de aprendizagem. Já no campo de compreensão da surdez, as referências não diferem muito do que se pode observar nas outras pesquisas sobre a temática. A pesquisadora se apoia em nomes como CAPOVILLA, F. C., doutor em psicologia experimental e consultor científico de diversas instituições como Capes, CNPq, além de coordenador do Programa de Avaliação Nacional do Desenvolvimento Escolar Surdo Brasileiro. Além de nomes como CAPOVILLA, A. G. S.; FELIPE. T. A.; FERNANDES, E.; KARNOPP, L. B.; PERLIN, G.; QUADROS, R. M. de; SUTTON, V.; SACKS, O.; e SKLIAR, C.

No **campo da linguagem**, além de CAPOVILLA, F. C. e CAPOVILLA, A. G.S., estudiosos do campo da linguagem Surda especificamente, Stumpf (2005) também buscou apoio nas ideias de CAGLIARI, L. C., importante nome brasileiro no campo da linguística.

O Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul demonstrou sofrer forte influência da corrente interacionista. Dentro desta perspectiva, a tese de Campos (2001) buscou como referências na área de conhecimento da educação autores como PIAGET, J.; HILGARD, E. R.; VYGOTSKY, L. S.; e outros que se ocuparam da compreensão de Vygotsky, como BARQUEIRO, R.; MOLL, L. C.; e OLIVEIRA, M. K. de. No campo da surdez, as referências são basicamente as mesmas de Stumpf (2005) e Quixaba (2017). No campo de compreensão das relações ente TIC e globalização, a pesquisa de Campos (2001) apresenta dentre as referências os nomes de LÉVY, P. e MORAN, J. M. No campo da linguagem, Campos (2001) usou como referência a professora BRITO, L. F e FELIPE. T. A.

Dos trabalhos de pesquisa realizados na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a tese de Quixaba (2017) tem como uma das referências no campo da educação PERRENOUD, P., defensor de uma pedagogia da formação de competências; e LIBÂNEO, J. C., estudioso

mais alinhado à perspectiva crítico-social dos conteúdos, crítico das ideias de PERRENOUD, P. Há ainda outros autores que buscaram compreender os processos de formação de professores e as relações entre educação e tecnologias digitais, como CAMPOS, C. de M. e KENSKI, V. M.

No campo que relaciona TIC e globalização, dentre as diversas referências, é citado PRETTO, N. de L., doutor em Ciências da Comunicação e ativista da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, cujo pensamento crítico defende a transformação pela práxis. No campo da linguagem, aparecem nomes como CUNHA, C., gramático e estudioso da língua, e CINTRA, L. F. L., autores de “Nova gramática do português contemporâneo”, obra inovadora no campo da gramática tradicional.

Quanto aos seis estudos de doutorado desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina – Brito (2011), Quevedo (2013), Lapolli (2014), Busarello (2016), Flor (2016) e Ribas (2018) –, cujos objetivos gerais seguem a mesma linha, as referências são basicamente as mesmas. Nesses estudos, foi possível perceber que o processo de produção de conhecimento ocorre de forma articulada, visto que os diversos pesquisadores do programa conseguem manter um diálogo teórico entre si, de maneira que sempre buscam referências entre os pesquisadores do próprio programa. É assim que no campo da educação e dos conhecimentos específicos, por exemplo, é possível encontrar a tese de Brito (2011) no rol de referências das teses de Flor (2016) e Ribas (2018). A influência da corrente interacionista é comum. Autores como PIAGET, J. e VYGOTSKY, L. S. aparecem nas referências de Quevedo (2013) e Ribas (2018). Além de outros autores de filiações filosóficas distintas, como FOUCAULT, M., em Quevedo (2013), e DEELY, J., em Ribas (2018).

As referências no campo da Surdez também são basicamente as mesmas utilizadas nas teses produzidas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: PERLIN, G.; FERNANDES, E.; QUADROS, R. de M.; STUMPF, M. R.; GOLDFELD, M.; SACKS, O. etc. No campo da TIC e globalização ocorre o mesmo, os nomes de LÉVY, P. e CASTELLS, M. aparecem em Quevedo (2013), Ribas (2018) e Lapolli (2014). Quevedo (2013) também busca referências em GUATTARRI, F.; DELEUZE, G.; e em SAVIANI, D., este último vinculado ao uma base epistemológica bem distinta daquela dos dois primeiros. No campo da linguagem, entre gramáticos e linguistas brasileiros e estrangeiros, além dos linguistas específicos da língua de sinais, as influências são mais diversificadas e oscilam entre BAKHTIN, M.; CHOMSKY, N.; MARCUSCHI, L. A.; FARACO, C. A.; TRAVAGLIA, L. C. e outros.

Quanto às referências das cinco teses vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Informática Universidade Federal do Paraná, segunda com maior número de pesquisas com temas que relacionam as temáticas “Surdos” e “Inclusão Digital”, além das referências técnicas específicas, que não foram levantadas neste estudo, a preocupação dos pesquisadores em compreender a realidade Surda pode ser percebida, sobretudo, na extensa lista de autores e estudiosos dos Surdos presente nas referências de suas pesquisas. Situação também encontrada na análise das teses das outras universidades aqui elencadas. Um fato interessante é que, novamente, parece-nos haver um diálogo entre os pesquisadores das diversas universidades na área da “Informática, Computação e Engenharias” a respeito das fontes de estudo sobre a realidade Surda. Dessa forma, os autores no campo da Surdez são basicamente os mesmos e, por isso, não serão novamente elencados.

No campo da educação, novamente é observada a influência de correntes mais críticas da educação, com o nome de VYGOTSKY, L. S.; PIAGET, J.; e FREIRE, P. nos estudos de Bueno (2014) e Guimarães (2013). O que também ocorre com as referências no campo da linguagem nos referidos estudos, os quais buscaram nomes como BAKHTIN, M.; CHOMSKY, N.; FARACO, C. A.; SAUSSURE, F. de; e MARCUSCHI, L. A. No campo das TICs e Globalização, Bueno (2014) e Guimarães (2013) já se apoiam em nomes como HALL, S.; GIDDENS, A.; e LÉVY, P., dentre outros.

Já nas teses de Trindade (2013), Antunes (2015) e Iatskiu (2018), as referências são basicamente voltadas para a compreensão de questões técnicas ligadas aos conceitos específicos do campo da informática, da computação e das necessidades específicas das pessoas Surdas, sem que haja uma preocupação com a contextualização social e crítica de suas questões em geral. Portanto, quase inexitem referências que buscam entender as relações entre as TICs e os processos de globalização. Por outro lado, são praticamente as mesmas as referências no campo da surdez e da linguagem, visto que se ocupam apenas da compreensão da língua de sinais com a finalidade específica de desenvolver alguma solução digital.

Por fim, das quatro últimas teses do campo da “Informática, Computação e Engenharias”, as duas vinculadas a programas de doutorado de Engenharia Elétrica, embora sejam de universidades diferentes, apresentam objetivos gerais semelhantes no sentido de que tratam de conceitos específicos dessa área de conhecimento. Em Araújo (2012) e em Amaral (2012), as referências no campo da surdez e da linguagem são comuns, como nas teses de Trindade (2013), Antunes (2015) e Iatskiu (2018).

O mesmo também ocorre na avaliação das referências da tese de Souza (2018) e de Fernandes (2016), onde são notáveis as influências, dentro das referências no campo da educação, da corrente interacionista pela recorrência ao nome de VYGOTSKY, L. S. No campo da surdez, além dos nomes já citados nas outras teses, aparece DORZIAT, A., professora da Universidade Federal da Paraíba, orientadora de pesquisas com os temas estudos Surdos, políticas de inclusão e currículo, além de crítica da forma técnica como a educação dos Surdos tem sido historicamente tratada. E no campo das TICs e globalização, a principal referência foi LÉVY. P.

Enfim, se nos campos relacionados à “Informática, Computação e Engenharias”, parece-nos haver um diálogo intencional entre os pesquisadores a respeito das referências teóricas e dos objetivos traçados nas pesquisas de doutorado que relacionam as temáticas “Surdos” e Inclusão Digital”, o mesmo não parece ocorrer com os estudos de doutorado encontrados nos campos de conhecimento relacionados à Saúde, Medicina e afins, conforme podemos observar no próximo subitem.

No campo da **Saúde, Medicina, Enfermagem, Odontologia, Fonoaudiologia, Biologia, Biotecnologia e afins**, embora os objetivos gerais sigam a mesma linha de intencionalidade da maior parte das teses pertencentes ao campo da “Informática, Computação e Engenharias” aqui analisadas, cuja preocupação central está em pensar a construção de soluções digitais que atendam às necessidades das pessoas Surdas, são as referências utilizadas pelos pesquisadores que nos permitirão compreender o posicionamento teórico deles.

Dessa forma, em Barros (2011), por exemplo, foi possível perceber uma preocupação com a contextualização político-econômica da sua problemática. O pesquisador tratou seu objeto de pesquisa com autores específicos do campo da fonoaudiologia, como FRANCO, E.; GREENE, M. C. L.; e BARROS, P. M. F. de. Há também outros que buscam compreender a ciência de maneira ampla e crítica, como DEMO, P. No campo da surdez, busca amparo nas ideias de SKLIAR, C.; e GÓES, M. C. R. de. No campo das TICs e globalização, cita MORIN, E.; e BOHM, D. Se MORIN traz uma visão otimista da relação entre TIC e globalização, por outro lado, BOHM, D. pondera ao alertar para os possíveis impactos da razão e da tecnologia desenfreadas no mundo social. No campo da linguagem, o principal nome é o de CAGLIARI, L. C., já relacionado em outros trabalhos.

Em Braz (2014), não há um posicionamento tão claro como em Barros (2011). Entretanto, dentre os autores no campo de conhecimentos específicos e da educação, além de CAPOVILLA, F. C.; OLIVEIR, E. G.; e SERRANO, J. M. de M., que trabalharam

respectivamente com temas relacionados a neuropsicolinguística, tecnologias digitais em educação e escola inclusiva; também aparece GOHN, M. da G., estudiosa de movimentos sociais e de processos de cidadania.

No campo da surdez, os autores citados por Braz (2014) incluem nomes já relacionados aqui, em outras pesquisas, como FELIPE, T. A.; LODI, A. C. B.; CAMPELLO, A. R. e S.; STOKOE, W.; e STROBEL, K.E também aparecem outros autores, como AMMAN, J. K., médico suíço pioneiro na educação das pessoas surdas no século XVIII, alinhado à corrente oralista, que acreditava que a língua gestual atrofiava o desenvolvimento da fala e do pensamento. Além dos psicólogos KELMAN, C. A.; MARCHESI, A.; do historiador CARVALHO, P. V. de, e da professora OLIVEIRA, L. A.

A ausência de autores no campo das TICs e globalização reflete o silêncio da pesquisadora sobre seu posicionamento em relação a esses temas. Entretanto, no campo da linguagem, além da professora de linguística ABRANTES, A. M., Braz (2014) também usou autores que pesquisaram a língua de sinais especificamente, como NASCIMENTO, S. P. do e QUADROS, R. M. de.

Enfim, a avaliação dos autores utilizados pelos estudos que envolvem as temáticas “Surdos” e “inclusão digital” possibilitou visualizar, ainda que superficialmente, as opções teóricas dos pesquisadores. E, dentro dessa captura, foi possível perceber que, em grande parte dos trabalhos, há uma preocupação em pensar criticamente os temas em questão. Poucos são os casos de omissão frente às dificuldades políticas e sociais das pessoas Surdas. Em maior ou menor intensidade, os pesquisadores se mostraram preocupados em considerar essas pessoas sob uma perspectiva mais ampla, que ultrapasse as perspectivas centradas no conceito de “deficiência” propriamente dito, para alcançar a compreensão dos Surdos enquanto pessoas, cidadãos situados no tecido social e político.

Entretanto, esses estudos, por mais que se empenhem na compreensão da realidade dos Surdos, jamais poderão superar a necessidade de desenvolvimento de mecanismos que possibilitem, também, as condições para que ocorram processos de protagonismos Surdos na produção de conhecimentos sobre aspectos da sua realidade. Nesse sentido, os movimentos de lutas dos Surdos apontam para essa possibilidade. Dentro dessa perspectiva, a avaliação da organização política das pessoas Surdas oferece caminhos para que os pesquisadores consigam compreender que,

[...] as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe

um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da "consciência" e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar "um pouco na frente ou um pouco de lado" para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da "verdade", da "consciência", do discurso (FOUCAULT, 1998, p. 71).

Portanto, mais que oferecer soluções digitais para colaborar com melhorias nas condições de vida das pessoas Surdas e/ou se colocar na pretensão de dar voz a esses sujeitos, é necessário que a comunidade acadêmica reconheça os processos de lutas das pessoas Surdas. É necessário que a comunidade acadêmica se posicione ao lado dos Surdos na luta por melhores condições de escolarização, de trabalho e formação política, bem como, de formação de pesquisadores Surdos. Daí a necessidade de compreender esses processos de luta e os discursos que os permearam.

#### **4.4 A organização política das pessoas Surdas: as lutas por inclusão social**

Klein (2018) recorre à história para investigar os discursos que permearam a constituição dos movimentos dos Surdos. Segundo a autora, a comunidade Surda encontra nesses movimentos uma possibilidade de caminhada política e de resistência à cultura ouvinte, que ocupa uma posição hegemônica nos diferentes espaços educacionais, sociais e culturais. Cultura essa que dificultou, inclusive, o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais e das identidades surdas.

Tais movimentos são importantes, uma vez que possibilitam a criação de espaços articulados pelos próprios Surdos, como associações, cooperativas, clubes, os quais permitem a essas pessoas, além de um intercâmbio cultural e linguístico, uma possibilidade de organização na luta pela garantia dos seus direitos de acesso à sua língua, à educação, à saúde, ao lazer e ao trabalho.

A articulação desses espaços nos diversos continentes está vinculada à Federação Mundial de Surdos (WFD), a qual, por meio de diversos organismos ligados às Nações Unidas, buscam exercer influências nas políticas e nas recomendações dadas aos governos dos diversos países. De acordo com Klein (2018), a WFD teve importante papel nas recomendações dadas pela Unesco a favor do reconhecimento formal da Língua de Sinais

como língua natural das pessoas surdas em 1984, fator importante na garantia do acesso precoce de crianças surdas à língua de sinais.

Porém, ainda conforme Klein (2018), antes dessa resolução, já no ano de 1981, a ONU promoveu o “Ano Internacional dos Deficientes”. Tal evento foi importante, pois possibilitou uma ampla discussão sobre a conquista da cidadania dos deficientes e motivou procedimentos concretos dos governos. Nesse período, também ganharam espaço as preocupações com as oportunidades de trabalho e sua relação com as possibilidades de independência das pessoas com deficiência.

Tudo isso resultou em diversas campanhas que tinham como objetivo propagar os direitos dos cidadãos com deficiência, como: direitos a atendimentos qualificados, à educação, ao lazer, à profissionalização, ao emprego etc. Ao citar o referido evento, fica evidente uma vertente que coloca as pessoas Surdas no rol de pessoas com deficiência, legitimando um discurso que trata estas pessoas sob a perspectiva médico-clínica, focado nas limitações físicas.

Entretanto, as pessoas Surdas precisam ser reconhecidas pelas suas peculiaridades culturais. E a história do movimento Surdo brasileiro, que é bem mais antiga do que se pensa, pode contribuir para a compreensão dessa nova perspectiva, no trato das questões que envolvem estas pessoas. Conforme relatou Klein (2018), essa história começa a ser contada pela própria comunidade Surda com a chegada ao Brasil do francês H Ernest Huet, no ano de 1857. Huet era Surdo e havia dirigido o Instituto de Surdos de Paris. No Brasil, procurou divulgar a língua de sinais entre os surdos quando fundou a primeira escola para meninos Surdos.

A primeira Associação Brasileira de Surdos foi fundada entre as décadas 1920/1930 na cidade do Rio de Janeiro por um grupo de surdos que lutava pelo direito de serem educados em sua língua natural. Esta associação foi desativada e, depois, retomada décadas mais tarde, por volta de 1971, por um grupo de Surdos de São Paulo, e também acabou sendo desativada (KLEIN, 2018).

Nos anos de 1970, um grupo de profissionais ouvintes ligados à surdez fundou a Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo – Feneida, que, segundo Klein, ocorreu sem a participação dos surdos, os quais nem sabiam da existência dessa organização. No ano de 1983, um grupo de pessoas Surdas que lutava por seus direitos reivindicou espaço junto à Feneida, o que lhes foi negado (KLEIN, 2018).

Assim, montaram uma chapa para concorrer às eleições para diretoria da entidade e conseguiram vencer, o que possibilitou a reestruturação do Estatuto da entidade, passando a

ser denominada Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis). A Feneis é, portanto, uma organização em nível nacional, embora os surdos possuam em suas cidades formas mais localizadas de organização, como as associações e os clubes (KLEIN, 2018).

Toda essa história de organização do movimento em prol dos direitos das Pessoas Surdas possibilita compreender o quanto os campos discursivos são constituídos a partir de relações de saber/poder, permeadas por movimentos de tentativa de sujeição das pessoas Surdas em relação a outras ouvintes, mas, acima de tudo, por movimentos de resistências dessas pessoas.

Quanto aos movimentos de resistência das Pessoas Surdas, Klein (2018) cita como exemplo aqueles que ocorrem no campo da educação, em que se fizeram emergir discussões a respeito da sua participação nas decisões da escola. Discussões que buscam uma ruptura com um determinado conceito de educação especial, procurando redefinir novos espaços, novos sujeitos e novos saberes que, muitas vezes, acabam por se contrapor aos saberes oficiais. Para Klein (2018, p.15),

[...] as resistências aos discursos totalizantes das comunidades surdas vêm se apresentando de diferentes formas, tanto nos movimentos de lutas pelo reconhecimento da Língua de Sinais, como na criação das associações de surdos, grande parte delas surgindo num dos períodos de maior ênfase à oralidade e à negação da diferença (SKLIAR, 1997), envolvendo o final do século passado até aproximadamente as décadas de 60 e 70 de nosso século.

Trata-se de uma luta árdua e, em grande parte das vezes, solitária, visto que conforme Novaes (2010, p. 48), “entre 95%r 96% das pessoas Surdas crescem e se desenvolvem em famílias ouvintes, que desconhecem ou rejeitam o uso da língua de sinais, o que dificulta a comunicação e interação social dessas pessoas”.

As implicações desta realidade na vida das pessoas Surdas são maiores do que se possa imaginar. Considerando a língua como elemento constitutivo da identidade individual e social dos seres humanos, para além de simples usuários de uma língua, Novaes acredita que “somos a língua que falamos” (NOVAES, 2010, p. 49).

O autor destaca a luta das pessoas Surdas por escolas específicas para suas necessidades linguísticas e culturais, que possam lhes oferecer condições de integração com os ouvintes e de equalização de oportunidades na conquista de cargos públicos, por exemplo. Destaca também a luta destas pessoas por condições de tratamento e acesso à saúde e a oportunidades de emprego.

Diante do diagnóstico da realidade Surda, Novaes (2010) conclui ao afirmar a necessidade de uma legislação específica para essas pessoas, capaz de reconhecer e valorizar suas potencialidades sem tentar incluí-los no mundo dos ouvintes de maneira a forçá-los a agir como estes.

Falar hoje de inclusão das pessoas surdas no Brasil pode significar um retrocesso, haja vista que, pela forma em que vem se desenvolvendo, em breve, ocorrerá o desaparecimento de uma cultura e uma língua, que, a duras penas, têm sobrevivido. Incluir é dar as mesmas condições sociais a todos, não se esquecendo de que nos casos excepcionais, e este o é, a forma de se tratar deve ser desigual, uma vez que a Cultura e a Língua dos surdos sempre foram e sempre serão diferentes das dos ouvintes (NOVAES, 2010, p. 168).

Enfim, a necessidade de políticas públicas que promovam a melhoria nas condições de vida e acesso das pessoas Surdas há muito foi percebida por estas pessoas. Embora a realidade contemporânea esteja bem longe do que seria um cenário ideal, a luta pela implementação de tais políticas alcançou grandes conquistas históricas, as quais podem ser visualizadas no breve resumo dos principais dispositivos legais destinados à promoção social das pessoas com deficiência no Brasil. São eles, em ordem cronológica:

- 1990 - É promulgada a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que estabelece a obrigatoriedade de que 20% das vagas em concurso público sejam destinadas às pessoas com deficiência;
- 1991 – Para colaborar com a ampliação das oportunidades de acesso ao mundo do trabalho, é promulgada a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a qual estabelece que empresas de determinado porte têm que reservar de 2% a 5% de suas vagas para pessoas com deficiências;
- 2000 – a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece as normas e os critérios de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- 2002 – Para reconhecer, oficializar e legalizar a língua de sinais, é promulgada Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais;
- 2005 – Ocorre a regulamentação da lei 10.436, por meio do decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, o qual também dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e prevê, inclusive a formação de tradutores e intérpretes de Libras-Língua Portuguesa;
- 2010 – Para colaborar com o processo de diagnóstico das pessoas Surdas, é promulgada a Lei nº 12.303, de agosto de 2010, que obriga hospitais e maternidades a

oferecerem gratuitamente o exame de “Emissões Otoacústicas Evocadas”, popularmente conhecido como “teste da orelhinha”, o qual permite o processo de Triagem Auditiva Neonatal – TAN;

- 2010 – É criada a Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras;

- 2011 – É promulgada a Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e estabelece, no artigo 20, o Benefício de Prestação Continuada – BPC, o qual garante o valor de um salário-mínimo mensal às pessoas com deficiência e pessoas com mais 65 anos que não possuam condições de prover o próprio sustento;

- 2015 – É promulgada a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Como se pode observar, dos oito dispositivos legais acima mencionados, apenas a Lei nº 12.303/2010, que estabelece a Triagem Auditiva Neonatal, a lei nº 10.436 e o decreto nº 5.626, que dispõem sobre a língua de sinais, foram pensados segundo as especificidades das pessoas Surdas. Entretanto, é necessário ressaltar que, embora sejam importantes, o simples fato de se criarem dispositivos legais com base nas especificidades das pessoas Surdas não é suficiente para atender a essas especificidades. Tomemos como exemplo a implementação da Lei de Triagem Auditiva Neonatal, que, em função da falta de profissionais adequados e bem formados, de protocolos unificados e da criação de uma rede de suporte que permita uma evolução no cuidado da pessoa Surda após o diagnóstico, pode contribuir para fortalecer concepções oralistas e o vínculo da surdez ao caráter clínico e à ideia de deficiência, ao invés de potencializar o desenvolvimento no campo bilíngue.

A Lei nº 13.146/2015, embora não se atenha às necessidades dessas pessoas, também apresenta a atenção com as suas especificidades em alguns de seus artigos, em especial, o inciso V do artigo 3º do capítulo I, que estabelece a garantia de recursos de comunicação como Libras, Braile e outros em diversas instituições públicas (escolas, universidades etc.).

A Lei nº 13.146/2015 representou um passo importante, visto que estabelece os direitos fundamentais das pessoas com deficiências como direito à vida, à habilitação, direito à saúde e à educação, direito à moradia, ao trabalho e à Assistência Social, à Previdência Social, à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer, direito ao transporte e à mobilidade, direito à participação na vida pública. Além de dispor sobre acessibilidade, essa lei prevê o acesso à

informação e à comunicação, às tecnologias assistivas, à justiça etc. Enfim, trata dos diversos âmbitos da vida das pessoas com deficiências.

Torna-se necessário dizer que não basta apresentar os principais dispositivos legais destinados à promoção social das pessoas com deficiência no Brasil, é fundamental, principalmente, refletir sobre a importância desses dispositivos e da atuação do Estado na promoção dos processos de inclusão digital, em especial, como aponta este estudo, no caso das pessoas Surdas. Muito colaboram nessa reflexão as discussões de Acioli (2014), a qual, com base em seus estudos de doutorado, constatou que o direito de acesso à informação e a formação para lidar com esse acesso são essenciais para alcançarem autonomia no meio eletrônico. Nesse sentido, acreditamos que o papel do Estado é fundamental para garantir tanto a implementação de políticas de inclusão digital, quanto a oferta de políticas que promovam a correção de desigualdades que permeiam o acesso aos recursos materiais e imateriais necessários à atuação no meio eletrônico.

Para Acioli (2014), é função do Estado a preparação integral das pessoas para o uso das tecnologias, o que coloca em questão o tipo de educação ofertada, que, na realidade brasileira, não tem promovido a “formação integral dos sujeitos”, formando-os para uma atuação ativa capaz de transformar a própria vida e a realidade social na qual está inserido. A pesquisadora ainda sugere que uma educação imbuída dessa finalidade só é possível quando associada à compreensão dos direitos humanos e fundamentais, visto que a compreensão de tais direitos pode formar os sujeitos num processo de humanização, ao conscientizar o homem de seus direitos e responsabilidades no uso das informações. Conforme Acioli (2014, p. 253);

27.[...] diante da Sociedade da Informação e de todas as peculiaridades relacionadas a ela, o modelo de produto cultural para a educação se encaixa perfeitamente, tendo em vista que ocasiona sua contextualização às especificidades e requisitos advindos com a era tecnológica, configurando um deles na necessidade de uma educação capaz de gerar uma humanização na utilização do meio eletrônico.

28. Humanização essa que se vincula à ideia de conscientização, no sentido de reflexão crítica sobre o uso dos recursos tecnológicos, seus efeitos, riscos e, principalmente, sobre a colocação da pessoa como cidadão nas relações estabelecidas naquele meio.

29. A educação, como produto cultural e contextualizada à realidade concreta, ao transformar-se em norma jurídica, pelo processo de positivação, deve, então, trazer esse conteúdo para ser aplicada como caminho na retificação das desigualdades sociais existentes, o que, ante a problemática proposta, corresponde à exclusão digital.

Resumindo, tudo passa pela educação, que precisa ser repensada a fim de que, nas palavras da autora, se possa “alcançar a real noção de ferramenta para o pleno desenvolvimento humano no meio eletrônico” (ACIOLI, 2014, p. 254). De tudo que foi abordado nesta seção, três questões se sobressaem:

a) A necessidade de aprimoramento na coleta de dados pelo IBGE a respeito da condição das pessoas Surdas ou da criação de outros mecanismos que possibilitem a produção de dados estatísticos sobre os diversos âmbitos das vivências surdas;

b) A criação e a implementação de políticas públicas específicas para as necessidades desta população;

c) A reafirmação da importância da educação nos processos de inclusão digital.

Voltando ao foco desta seção, que busca compreender a importância das políticas públicas para os processos de inclusão (em especial, de inclusão digital) das pessoas Surdas, não é possível negar que as políticas públicas são fundamentais. O que se questiona é que, até o momento, não foi possível identificar a implementação de políticas públicas propriamente ditas, mas apenas a criação de alguns dispositivos legais, os quais nem sempre estão acompanhados de ações articuladas e padronizadas em território nacional para sua implementação.

Considerando que os processos de inclusão digital são possíveis somente em articulação com outras formas de inclusão (como a educacional, a econômica, de acesso aos serviços de saúde etc.), seria ingênuo e precipitado acreditar que o simples fato de oferecer às pessoas Surdas condições de acesso às TICs seria suficiente para promover sua inclusão digital. Esse acesso às TICs é importante e precisa ser estimulado, mas igualmente importante é a oferta de condições de formação crítica para operar esses recursos.

A falta de dados oficiais exatos sobre as condições de vida das pessoas Surdas influencia profundamente na criação de condições que lhes permitam avanços na melhoria de vida dessas pessoas. O desenvolvimento de pesquisas voltadas para a temática Surda muito tem contribuído para esse avanço. Entretanto, seu alcance ainda não consegue atingir de forma substancial as problemáticas contemporâneas dos Surdos em função dessa falta de dados, os quais possibilitariam uma visão real e globalizada dos problemas ao tirarem essas pessoas da invisibilidade social a que estão submetidas.

Entretanto, ao Estado Neoliberal não parece ser interessante cessar esse processo de invisibilidade das pessoas com deficiências (como o caso dos Surdos), visto que isso, além de fortalecer os processos de luta, implicaria também a criação de novas demandas num contexto social em que se caminha cada vez mais para uma retração da ação estatal. Ao mesmo tempo,

os conflitos estão presentes e as pessoas acabam buscando formas de resistência e organização em associações, como a Feneis. Para conter esses focos de resistência e perpetuar o processo de (in)exclusão, as demandas criadas são cooptadas e ressignificadas.

Isso explica, por exemplo, o avanço na quantidade da produção de pesquisas sobre a temática Surda. Mas explica também a falta de suporte adequado para o desenvolvimento dessas pesquisas, as quais acabam por produzir conhecimentos circunscritos a realidades restritas ou a condições demasiadamente genéricas. Como no caso dos estudos preocupados com o desenvolvimento de “*softwares*” que, na grande maioria, destinam-se às pessoas Surdas alfabetizadas na Língua Portuguesa e/ou na Libras. Ou no caso dos estudos que buscam compreender os processos de (in) exclusão, os quais geralmente são obrigados a buscar apoio nas técnicas de estudo de caso, mais particularmente do estudo de grupos isolados, devido à falta de dados oficiais gerais.

A visibilidade, portanto, só é permitida dentro dos limites impostos pela organização estrutural. Assim, o desenvolvimento de pesquisas científicas, longe de desmerecer sua importância, tem se mostrado um importante instrumento de resistência, na medida em que fornece material para o embasamento e a justificativa das demandas das pessoas Surdas na luta pela criação dos dispositivos legais acima citados, por exemplo. Embora a maioria das pesquisas analisadas nesse estudo tenham sido produzidas por pessoas ouvintes, em geral, são pessoas que de alguma forma estão comprometidas com a causa Surda, seja como professores, amigos ou parentes de Surdos. Seus estudos partem, na maioria das vezes, dos problemas que essas pessoas enfrentam cotidianamente. Essa dinâmica nos permite compreender como, ainda que indiretamente, conseguem influenciar as relações de poder a que estão submetidas.

Na falta de políticas públicas de inclusão digital articuladas, as pessoas Surdas acabam, por vias próprias, encontrando formas de ocupar os espaços digitais ao usufruírem da maneira que conseguem dos produtos digitais disponíveis no mercado. E o fazem, ainda que, na maioria das vezes, não consigam explorar todas as potencialidades que tais recursos (geralmente pensados para atender o público ouvinte) têm a oferecer.

Retomando o objetivo central traçado para esta seção – qual seja, averiguar o papel das políticas públicas no fomento à pesquisa científica e nos processos de inclusão digital–, somos conduzidos à conclusão de que, dentre outras coisas, na falta de dados oficiais sobre as condições de vida e as demandas das pessoas Surdas e, também, na ausência de políticas públicas voltadas para estas pessoas, as políticas de fomento à pesquisa científica têm possibilitado algum avanço nestas reflexões. Mas as considerações aqui realizadas não se limitam a isso, há muito ainda para ser avaliado. Entretanto, por ora, devido às limitações de

tempo e de condições de coleta de dados para as questões levantadas neste estudo, a tese aqui apresentada se encerra na certeza de que o assunto não se esgotou.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispuesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão (FREIRE, 1967, p.97)

Criar meu web site  
 Fazer minha home-page  
 Com quantos gigabytes  
 Se faz uma jangada  
 Um barco que veleje  
 Que veleje nesse infomar  
 Que aproveite a vazante da infomaré  
 Que leve um oriki do meu velho orixá  
 Ao porto de um disquete de um micro em Taipé  
 Um barco que veleje nesse infomar  
 Que aproveite a vazante da infomaré  
 Que leve meu e-mail até Calcutá  
 Depois de um hot-link  
 Num site de Helsinque  
 Para abastecer  
 Eu quero entrar na rede  
 Promover um debate  
 Juntar via Internet  
 Um grupo de tietes de Connecticut  
 [...]  
 Eu quero entrar na rede pra contactar  
 Os lares do Nepal, os bares do Gabão [...]  
 (GIL, 1997)

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações [...] captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam [...] Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício (FOUCAULT, 1998, p.182)

Enfim, chegamos à quinta e última seção deste estudo, a qual traz em seu prefácio Paulo Freire para provocar, Gilberto Gil para aliviar sem desvirtuar e Foucault para analisar. Embora Paulo Freire seja um pesquisador cuja orientação filosófica se alinha à tradição marxista e este estudo busque fundamentação nos princípios foucaultianos, tomamos de empréstimo suas palavras para reafirmar a necessidade da criação de mecanismos de resistência. Sobretudo, resistência no campo da educação, de maneira que o espaço da escola

possibilite de fato uma formação capaz de evitar a “perdição das individualidades” e sua submissão às “prescrições alheias”, situação tão presente na realidade das pessoas Surdas.

A citação de Paulo Freire também se justifica pela necessidade de reafirmar a importância de sua obra para a educação num momento histórico tão polarizado, em que muitos ousam levantar insultos ao seu nome sem sequer conhecer o seu legado. Levantar a bandeira de defender o seu legado, para além de divergências político-filosóficas, torna-se um dever de todos os que se acham comprometidos com a construção de um sistema educacional mais justo e humanizado. É dever de todos que, assim como reclama Gilberto Gil, querem “entrar na rede”, querem “promover um debate”, querem “contactar” e compreender “com quantos gigabytes se faz um barco que veleje nesse informar”, que querem “aproveitar a vazante da infomaré”. Que o debate requerido nos versos de Gilberto Gil seja crítico e capaz de perceber as relações de poder “em suas extremidades, em suas ramificações”, em suas “formas e instituições mais regionais e locais”, como bem identificou Foucault.

Retomamos a temática central deste estudo, que se ocupou de analisar o processo de (in) exclusão digital das pessoas Surdas no Brasil e a importância de elaboração e implementação de políticas públicas focadas nesta temática, bem como os principais questionamentos da tese: a) Existem políticas públicas nacionais destinadas à inclusão digital das pessoas Surdas no Brasil, no período entre 1995 e 2018? b) Quais os desdobramentos na produção acadêmico/científica decorrentes dessas políticas?

Diante do objetivo central da pesquisa – analisar e compreender as políticas públicas de inclusão digital das pessoas Surdas brasileiras no período de 1995 a 2018, bem como as contribuições das pesquisas científico/acadêmicas neste processo, compreendendo que todo o processo de análise deveria perpassar um caminho em que buscasse um entendimento da (in)exclusão digital das pessoas surdas, frente às dificuldades de acesso à linguagem e da carência de política efetivamente inclusivas. Diante, também, do desdobramento deste objetivo em outros seis específicos, quais sejam, identificar e analisar:

- a) A existência de políticas públicas nacionais voltadas para a sua inclusão digital;
- b) A existência de pré-requisitos para a sua inclusão digital;
- c) O uso das TICs para a ampliação das possibilidades de sua inclusão digital;
- d) As implicações das políticas públicas e das relações de poder nos processos de inclusão digital;
- e) As formas utilizadas, coletivamente, para a sua participação na inclusão digital;
- f) O papel das políticas públicas no fomento à pesquisa científica e nos processos de inclusão digital.

Procedeu-se à execução de um estudo bibliográfico, permeado pelas ideias de Foucault e amparado pela utilização de técnicas como revisão da literatura científica sobre o tema, análise de documentos/dados oficiais e análise bibliométrica. Porém, ao constatar certa fragilidade na construção e apresentação dos dados oficiais, optou-se neste estudo por construir um *corpus* de dados tendo como base outros estudos científicos de doutoramento sobre o tema.

Cada seção da tese aqui apresentada teve início com um texto gerador (a descrição de uma cena de filme ou recortes de reportagens difundidas nos veículos de comunicação), que, de alguma forma, introduziu as reflexões desenvolvidas. Assim, a seção 2 deste trabalho, que se propôs a discutir sobre as relações entre comunicação, linguagem, conhecimento e inclusão digital, começa com o resumo de uma cena do filme “Como estrelas na Terra – Toda criança é especial”, contemplando o primeiro objetivo específico. Na cena descrita, um professor ordena ao pai de uma criança com dislexia que leia o texto em chinês de uma caixa de jogos, mesmo sabendo que ele não domina o idioma chinês. O objetivo é tenta convencer o pai de que a dificuldade do seu filho não era fruto de atitudes “indisciplinadas”, mas de uma dificuldade de aprendizagem que transcendia a capacidade de compreensão da família e da própria criança.

A cena, muito sensível e emocionante, embora não contemple a problemática Surda, serve de analogia para a compreensão de como processos de linguagem são complexos e envoltos por uma série de (pré) conceitos, os quais afetam profundamente a vida cotidiana das pessoas que não se enquadram no parâmetro de normalidade estabelecido pelo meio social no qual estão inseridas.

No caso do filme, a dificuldade da criança era apenas com a linguagem escrita, mas o sofrimento da criança retratado ali impressiona e emociona o espectador. No caso das Pessoas Surdas, as dificuldades com a linguagem escrita são consequência da privação do sentido da audição, o que pode tornar a situação ainda mais sofrida e complexa. Tal privação afeta todos os âmbitos da vida dessas pessoas, desde as relações afetivas/familiares até de socialização e formação acadêmica e, inevitavelmente, as condições de inclusão digital vivenciadas por estes sujeitos.

Assim, importa profundamente na compreensão da dinâmica da inclusão digital das pessoas Surdas a compreensão das interconexões entre os processos de comunicação e os processos de formação/aquisição de linguagem. De como estes últimos impactam e são impactados por inovações no âmbito dos primeiros numa complexa rede de relações no âmbito da sociedade contemporânea. Sociedade essa tão afetada pelo desenvolvimento de

recursos digitais. Importa, também, a compreensão das especificidades das pessoas surdas tanto no que se refere às condições de acesso à linguagem quanto de acesso à informação e aos conhecimentos em função das dificuldades de comunicação que enfrentam.

Buscando amparo nas ideias de Foucault, as discussões apontam para um entendimento da linguagem como algo que ultrapassa sua função de instrumento de comunicação entre sujeitos, para abarcar também um conceito capaz de influenciar na formação de identidades sociais e individuais. Com base na obra “As palavras e as coisas”, do autor supracitado, a qual entende que toda existência humana no mundo está submetida a ordenações e a uma espécie de lei interior composta por redes secretas de significações que ligam as coisas umas às outras de algum modo, a linguagem é apresentada como um dos códigos fundamentais de uma cultura que rege as diversas dimensões da vida das pessoas, a qual possui uma espécie de capacidade de transformação conforme as necessidades do momento histórico a que corresponde.

As análises de Foucault (1966) são importantes na medida em que possibilitam compreender como, na raiz do pensamento moderno, a linguagem deixa de ser percebida como representação do mundo passando a ser entendida como instrumento de funcionamento da mente humana e de seus sujeitos. E que, evoluindo para um contexto social permeado pela utilização das TICs, adquire a capacidade de determinar, inclusive, o grau de participação e integração dos sujeitos.

Dentro dessa perspectiva, para além de um código a ser utilizado nos processos de comunicação, a linguagem assume importante papel na formação de identidades individuais, sociais e culturais. E, com a infiltração das TICs nos diversos âmbitos da vida cotidiana e da possibilidade de “globalização” de práticas e acessos, mas também de potencialidades de inclusão a que tais tecnologias se propõem, a compreensão dos processos de inclusão digital das pessoas Surdas emerge de forma complexa.

Considerando que a consolidação dessas tecnologias acabou potencializando a necessidade dos processos de comunicação por meio do uso de diferentes linguagens, na compreensão da inclusão digital das pessoas Surdas adquire importância o entendimento dos processos de comunicação e de aquisição/formação da linguagem. É que, ao perceber o mundo de uma forma particularmente diferente, permeada pelo uso de outros sentidos diante da privação da audição, as relações com os processos de comunicação e de formação de linguagem dessas pessoas se configuram de maneira diferenciada.

Entretanto, são pessoas que convivem de forma diluída em espaços predominantemente ouvintes, cujos códigos linguísticos compartilhados não são

imediatamente apreensíveis aos seus sentidos, e acabam por enfrentar grandes dificuldades de comunicação com seus pares, interferindo no seu processo de reconhecimento enquanto sujeitos e de interação social.

Assim, com o auxílio de Telles (2009), para quem a linguagem pode ser encarada como um trabalho simbólico que institui e promove a mediação das relações sociais, suportando também aquilo que não é dito, aquilo que é sugerido, bem como, os valores éticos e morais que lhe são externos, fomos compreendendo a importância da linguagem e da comunicação como uma prática de interação com o objetivo, para além de transmitir e compartilhar informações, de envolver a formação do sentimento de pertencimento a um grupo.

Para que ocorra a compreensão das ideias não ditas e sugeridas e dos valores acima mencionados, é necessário, antes de mais nada, que ocorra um processo de comunicação eficiente, o que nem sempre ocorre numa relação de comunicação entre as pessoas Surdas e o mundo, predominantemente, ouvinte. Tal fato abre precedentes para discussões sobre as relações entre linguagem, poder e heterogeneidade linguística.

Nessa situação, a Libras representa um importante instrumento facilitador dos processos de comunicação e, conseqüentemente, de interação social, por possibilitar a quebra de barreiras comunicacionais, retirando do isolamento social as pessoas que, por algum motivo, não conseguem perceber o mundo por meio de estímulos auditivos. Possibilita, também, o acesso a toda uma gama de conhecimentos, que, mediados pela linguagem adequada, possibilitariam melhores processos de formação humana, profissional e social.

Apesar de toda essa importância, Razuck (2011) demonstrou em seus estudos que o escasso conhecimento de Libras tem dificultado o pleno desempenho de todas as funções que a língua poderia possibilitar, afetando inclusive a estruturação do pensamento. A autora também demonstrou que, em situação de privação apenas do sentido da audição, a criança Surda possui as mesmas potencialidades de desenvolvimento que as demais crianças. Entretanto, as situações cotidianas nas quais essas crianças se encontram não lhes permitem uma compreensão plena da realidade que as cerca. Assim como também não lhes permite a compreensão das trocas simbólicas imbricadas nessas relações devido a um processo de comunicação que é falho.

Diante dessa realidade, o espaço escolar possui imensa responsabilidade para com essas crianças, pois, ao mesmo tempo em que é nesse espaço que os processos de exclusão em função das dificuldades de comunicação se intensificam, é também nesse espaço que as possibilidades de formação e aquisição da linguagem possuem uma maior probabilidade de se

ampliarem. O ambiente escolar ainda é um dos principais espaços de interação e aprendizagem das pessoas Surdas, ainda que de maneira precária.

Reconhecer a importância do papel da escola para as pessoas Surdas é importante, mas também é salutar compreender a situação de precariedade quando se almeja a busca por melhorias. Tal precariedade pode ser explicada por diversas razões, pois:

- a) Na maioria das vezes, os professores regentes ainda não se percebem como responsáveis pelo ensino aos Surdos;
- b) A atuação dos intérpretes não favorece o amplo acesso dos Surdos ao conhecimento;
- c) Eles são submetidos aos conteúdos escolares de forma resumida e simplista;
- d) Os profissionais das escolas tendem a tratar as crianças Surdas de maneira protecionista (oferecendo e exigindo menos deles).

Enfim, as suas dificuldades de comunicação não estão sendo supridas pela escola, assim como também não está sendo suprida a consolidação da aprendizagem do conhecimento científico acumulado pela humanidade.

A inclusão digital destes sujeitos, que, aparentemente, poderia colaborar com a diminuição dessas barreiras, assim como o processo de alfabetização e escolarização, envolve toda uma gama de elementos que, em função das dificuldades de comunicação e formação, escapa à compreensão das pessoas Surdas. A navegação no ambiente virtual, por exemplo, requer o domínio e a utilização de diversas linguagens, já presentes no cotidiano das pessoas e imbricadas nos diversos âmbitos da vida moderna, mas que escapam ao seu entendimento, visto que tais linguagens são predominantemente voltadas para o público ouvinte. Daí a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas que estimulem e favoreçam processos de letramento digital desse grupo de pessoas.

Tais processos são importantes e possuem caráter de urgência, visto que, assim como acredita Cláudio (2016), podem ser consideradas cidadãs Surdas aquelas pessoas que acompanham as experiências partilhadas nas comunidades Surdas politizadas, que se ocupam de participar da discussão de questões políticas e linguísticas, participando, também, da luta pelo direito ao acesso à comunicação, à educação, ao emprego etc. Nesse processo de luta política, a utilização dos recursos midiáticos (como a internet) tem o potencial de possibilitar aos sujeitos Surdos o acesso a informações e a plataformas de interação social. Entretanto, o que se observa é a existência de várias barreiras, visto que muitos dos recursos visuais (como vídeos do *YouTube*, por exemplo), são apresentados apenas nas línguas oralizadas, assim

como suas legendas, reforçando a necessidade de que as pessoas Surdas adquiram uma formação bilíngue.

Para além disso, tão importante quanto a formação bilíngue é também a formação do pensamento crítico e político capaz de promover condições de formação de uma cidadania comunicativa. Um importante recurso para formação dessa cidadania comunicativa pode ser encontrado no uso da internet graças à sua capacidade de facilitar o acesso a informações e de promover o diálogo e a reflexão acerca dos acontecimentos do mundo e das próprias comunidades Surdas. Entretanto, a utilização das redes sociais de forma satisfatória requer o mínimo de domínio dessas línguas. Dessa forma, a cidadania comunicativa Surda esbarra na questão do acesso à língua e, conseqüentemente, dos processos de alfabetização (ou letramento) digital.

Mas a defasagem na formação acadêmica dos alunos Surdos e a falta de condições para uma formação política crítica não são os únicos elementos que precisam ser considerados na compreensão dos processos de (in) exclusão digital. Também é necessário considerar questões de ordem econômica atuando e influenciando a realidade política. Na sociedade capitalista predominantemente ouvinte na qual estamos inseridos, a produção de recursos e produtos digitais é pensada para atender as demandas e especificidades das pessoas ouvintes, o que dificulta o uso autônomo, independente e produtivo dos sistemas informatizados pelas pessoas surdas. Daí a importância de políticas públicas no âmbito da educação que visem à promoção do pleno acesso à língua de sinais e à língua portuguesa, bem como o acesso a recursos digitais (*hardwares* e *softwares*) produzidos dentro de uma perspectiva bilíngue.

Em resumo, a falta de acesso ao domínio de uma língua e de uma linguagem capaz de conectar as pessoas Surdas ao mundo que os circunda interfere profundamente nas condições de existência dessas pessoas quando, por exemplo, a eles são negadas condições de formação acadêmica isonômicas às condições das pessoas ouvintes, o que tem resultado num processo histórico de isolamento e negação desses sujeitos.

Processo este que não ocorre de forma tão pacífica quanto possa parecer à primeira vista, às pessoas Surdas que existem de fato e têm buscado representativa numa luta constante e, muitas vezes, permeada por desafios enormes. Mas são lutas que resultaram em grandes conquistas, com a implementação de importantes políticas públicas de inclusão as quais possibilitaram a garantia da presença dessas pessoas em importantes espaços públicos, como a escola.

Diferentemente da ideia de que as políticas públicas são uma espécie de dádiva oferecida à população graças à benevolência dos governos, como tentam inculcar alguns

agentes políticos, preferimos compreendê-las como resultado da tensão entre as demandas da sociedade e relações de poder nela existentes. Assim, antes de pensar a respeito do papel que as políticas públicas possuem nos processos de inclusão digital das Pessoas Surdas, consideramos necessário pensar um pouco mais nessas relações.

Dessa forma, avançamos nossas reflexões na seção 3, partindo da análise de duas reportagens: o discurso em Libras de Michelle Bolsonaro na cerimônia de posse do presidente eleito no Brasil para 2019 e a extinção da Secadi meses depois da data de sua posse. A análise da relação entre as duas reportagens propõe o entendimento do conceito de política e poder em sua relação com as estruturas concretas da sociedade, que aqui são representadas pela compreensão da condição Surda de estar no mundo.

Em Foucault, mais uma vez, foi possível compreender as relações capilares entre economia, política e poder, bem como a influência desses três conceitos na realidade concreta das pessoas. Foi possível compreender como as relações de poder perpassam a realidade cotidiana dos sujeitos possibilitando o exercício do direito de cidadania e, ao mesmo tempo, moldando inclusive “modos e maneiras de pensar”, assim como o desenvolvimento do neoliberalismo possibilitou a formação daquilo que Foucault denomina *homo oeconomicus*. Esse conceito é entendido como uma espécie de modo de vida perfeitamente adaptado conforme os interesses do governo que lhe rege. E, dentro desse entendimento, foi possível também estabelecer algumas relações entre o conceito do *homo oeconomicus* predominante no contexto neoliberal e uma reflexão sobre o conceito de cidadania baseado nos padrões de consumo.

Fundamentada nesse conceito, a condição de cidadão passa a se relacionar com a capacidade do sujeito de participar e ter acesso a algo que é considerado coletivamente como importante. E, dentro desse rol de coisas consideradas como importantes coletivamente, surgem as TICs, que, ao atingirem um elevado grau de infiltração na vida das pessoas (nos âmbitos social, político, econômico, cultural, das relações afetivas cotidianas, dos processos de comunicação etc.), permitem a ampliação dos espaços públicos em escala global, possibilitando uma maior visibilidade do mundo virtual, mas também, na realidade concreta, visto que as relações entre o virtual e o real estão cada vez mais estreitas.

Nesse sentido, compreendemos que o acesso a essas tecnologias digitais carrega grandes ambiguidades, pois, por um lado, pode colaborar com a promoção do direito do exercício da cidadania, por meio, por exemplo, do ativismo *on-line*, e, por outro lado, a falta de acesso a esses recursos restringe também o acesso a espaços públicos e privados, visto que as diversas instituições têm buscado cada vez mais otimizar a oferta de seus serviços por meio

do uso das TICs, tendendo inclusive a migrar os processos de atendimento ao público para os espaços virtuais, utilizando-se de recursos *on-line*. Diante disso, os sujeitos que não conseguem ter acesso a esses recursos passam a ter seus direitos de cidadão restringidos, o que pode representar, também, a restrição de sua capacidade de exercício de alguma forma de poder, seja econômico, político, cultural, social etc.

Dáí surgem novas demandas da sociedade, quando as pessoas são impulsionadas indiretamente a buscarem condições de inclusão, muitas vezes por iniciativa própria, diante da imposição de necessidades criadas pela realidade social na qual estão inseridas. Nesse processo, passam a participar de maneira precária das relações no mundo virtual. Uma precariedade que pode ser entendida como resultado das dificuldades de comunicação e deformação que lhes ofereçam condições de olhar de maneira crítica para os conteúdos oferecidos nos meios digitais. Sem o olhar crítico, correm o risco de absorverem as mais diversas e variadas influências, podendo, inclusive, estar vulneráveis a manipulações. Um exemplo disso pode ser encontrado na análise da relação existente entre duas reportagens que deram início à seção 3, as quais sugerem que a ausência do olhar crítico possa ter ocorrido no processo eleitoral de 2018, quando promessas eleitoreiras foram suficientes para elegerem um presidente que não se mostrou comprometido com a causa das pessoas com deficiência.

Durante todo o período eleitoral, foi possível perceber um grande investimento por parte do comitê de campanha do presidente eleito em campanhas que atingissem o público Surdo, até por influência da primeira-dama, que, ao dominar a Libras, conseguiu estabelecer um canal direto de comunicação com essas pessoas. Assim, foi possível perceber nas mídias digitais um grande número de Surdos declarando apoio ao então candidato sem se darem conta de que muitas de suas propostas de campanha (como a ideia de enxugamento da ação estatal) poderiam comprometer a criação de políticas que pudessem atender às demandas históricas do público Surdo.

Dessa forma, é possível compreender o quanto a questão da (in) exclusão digital é complexa e o quanto a teoria foucaultiana a respeito da formação do poder pode contribuir para a compreensão da participação das pessoas surdas nos processos de inclusão digital. Esse exemplo do processo de convencimento e cooptação das pessoas Surdas durante as eleições para presidente do Brasil ocorridas em 2018 nos ajuda a compreender também o movimento de articulação de poder, que, para Foucault, encontra-se distribuído de forma periférica e molecular, podendo ser exercido em níveis variados e em pontos diferentes da rede social, num complexo de “micropoderes” atuando de forma capilar. A cooptação das pessoas Surdas

foi um dos recursos utilizados pelo presidente eleito para reunir forças capazes de estabelecer o seu projeto de poder.

Com isso, conseguimos entender também o papel e a atuação do Estado, que não pode ser considerado como um órgão único de poder. Faz-se necessário, pois, entender a importância da atuação dos poderes periféricos para o processo de inclusão digital dos Surdos. E a compreensão da atuação desses poderes perpassa inevitavelmente o entendimento de como, mesmo diante de tantas dificuldades de acesso a recursos e conteúdos digitais (como linguagem inadequada às especificidades dos Surdos, conteúdo voltado para o público ouvinte etc.) por parte das pessoas Surdas, ainda existe uma parte desse grupo de pessoas que consegue burlar uma realidade aparentemente pré-determinada de exclusão digital.

Assim como outras conquistas das pessoas Surdas podem ser interpretadas, sobretudo, como resultantes de um processo de lutas que tiveram como fundamento as necessidades cotidianas imediatas dessas pessoas, também a demanda por inclusão digital o é. Dito de outra forma, assim como, por exemplo, a criação do decreto nº 5.626, que regulamentou a lei 10.436 (que reconhece a Libras como língua oficial dos Surdos), foi fruto uma intensa luta das pessoas Surdas em organizações como a Feneis, as quais sempre se comunicaram em suas relações cotidianas por meio dessa língua. Do mesmo modo, a dinâmica da luta pela inclusão digital parte das estruturas elementares da sociedade, de forma que as pessoas, diante das dificuldades diárias de comunicação e interação social, começam a fazer uso dos recursos digitais por meios próprios.

Existe, portanto, um movimento de resistência que aparentemente parte das necessidades imediatamente percebidas para evoluir na organização política de interesses comuns em associações que poderão atuar junto aos agentes públicos na elaboração de políticas que efetivamente contemplem as necessidades primeiras. Entretanto, nas entrelinhas desse movimento, podem existir outras forças influenciadoras que não são percebidas imediatamente. Por isso, a importância da compreensão crítica dessa dinâmica, a qual só é possível por meio de um processo educativo capaz de democratizar o acesso ao saber.

Diante disso, e considerando as relações entre poder, saber e resistência, tais como pensadas por Foucault (1986, 1987, 1998, 2008, 2014, 2015), e o fato de que todo conhecimento só é possível dentro de condições políticas que permitam tanto a formação dos sujeitos quanto dos seus domínios de saber, vamos reconhecendo um movimento circular na análise das políticas públicas. Nesse movimento, ao mesmo tempo que resultam de lutas travadas por diversos movimentos da sociedade, também podem ser consideradas como instrumentos de formação de cidadão, os quais, imbuídos de formação crítica, poderão se

converter em novos agentes e atuar no processo de luta por mais políticas inclusivas. O intelectual pode estar a serviço do Estado ou numa posição de resistência contra ele, o que ocorre graças ao conceito de verdade, apresentado por Foucault (1986, 2014), que traz consigo.

De modo geral, toda essa reflexão sugere a necessidade de superar uma visão limitada baseada na ideia de acesso, ou não, aos recursos digitais e no binômio inclusão/exclusão, visto que a realidade cotidiana das pessoas já se encontra profundamente permeada pelos recursos digitais, o que inviabiliza afirmar que existem pessoas totalmente excluídas ou plenamente incluídas. De alguma forma e em intensidades diferenciadas, as pessoas já se encontram conectadas.

O que parece estar ocorrendo atualmente é que o aumento da intensidade e do escopo na difusão de informações com o advento das TICs tem conduzido a uma supervalorização do conhecimento e dos processos de aprendizagem, caminhando para uma compreensão do conceito de conhecimentos no sentido plural, buscando abarcar todas as formas de diversidade (sejam culturais, físicas ou sociais). A grande crítica a essa posição ocorre quando, ao avaliar a ligação entre posição ideológica e a produção capitalista, tal relação aparenta ter mais ligação com as cadeias globais de produção, cuja difusão e propagação de mercadorias encontram-se dirigidas por publicitários e administradores, do que com a formação de uma nova sociedade em si.

Entretanto, para além das determinações capitalistas, existe o poder de resistência das pessoas, expresso na capacidade que elas encontram de se infiltrarem nos espaços virtuais e de ressignificar sentidos originalmente estabelecidos. Por um lado, como afirmou Acioli (2014), ao implantar o acúmulo de informações como a base para o processo de dominação, a divisão de classes e o exercício de poder por meio da Revolução Tecnológica iniciada no século XX, o capitalismo possibilitou que fosse criado entre pessoas e empresas o desejo de alcançar uma espécie de poder informacional. Poder este que, por estar relacionado com a capacidade de posse, controle e manipulação de informações de diversas naturezas, possibilitou a criação de uma determinada classe econômica-social, formando “elites de expertises” e de potências tecnológicas dos âmbitos público e privado.

Por outro lado, a busca pela expansão de mercados consumidores de produtos digitais em busca de lucratividade, ainda que inconscientemente ou apesar da avaliação prévia do surgimento de consequências destoantes das suas intenções primárias, também colaborou para a “democratização” de acesso a esses recursos pela via do mercado. Uma “democratização” planejada e desigual, que ocorre somente na medida em que não é capaz de ameaçar a ordem

excludente estabelecida. Em outras palavras, realizada de forma a incluir para manter a segregação, por isso, uma espécie de (in) exclusão.

Apesar disso, não encontramos neste estudo o que se pode denominar de “políticas de inclusão digital voltadas para as pessoas Surdas”. Encontramos apenas algumas ações políticas que, longe de negar sua importância, dado que resultaram em grandes conquistas diante da dimensão dos problemas enfrentados por essas pessoas, estão longe de sanar a dívida histórica de reconhecimento, valorização e acolhimento por parte da sociedade em geral para com as pessoas Surdas.

Partindo dessa premissa, na seção 4 deste estudo, buscou-se avaliar a importância das Políticas Públicas para o sujeito Surdo na promoção de condições favoráveis à inclusão digital partindo de exemplos práticos expressos em duas reportagens: uma exibida pelo Fantástico em 01/09/2019, que anuncia o corte de verbas para bolsas de iniciação científica e os impactos disso na vida dos estudantes; e outra exibida pela EPTV em 27/08/2015, que conta a história da professora Mariana de Lima Isaac Leandro Campos, primeira Pessoa Surda a defender doutorado no Estado de São Paulo.

O uso do recurso de iniciar a seção com as duas reportagens ocorreu para enfatizar, logo de início, a dinâmica de movimentação dos poderes e forças atuantes no tecido social, bem como o potencial das políticas inclusivas na melhoria das condições de vida das pessoas de modo geral, independentemente de serem Surdas ou ouvintes. O exemplo da aluna, que, juntamente com a perda da bolsa de iniciação científica, também perdia a possibilidade de vislumbrar um futuro melhor, foi utilizado para contribuir com a compreensão de como a capacidade de exercício de poder na sociedade neoliberal se encontra limitada pelas relações econômicas desiguais nela estabelecida. Se, para a aluna da reportagem, que era ouvinte, essa limitação era preponderante, no caso das pessoas Surdas e pobres a situação pode ser ainda mais agravante.

O que demonstra a importância das políticas públicas, visto que, para além das ambiguidades que possam carregar, também podem colaborar com a criação de condições de equalização e justiça social, desde que formuladas e implementadas adequadamente, segundo as necessidades da população a que atende. A produção de dados estatísticos é essencial, na medida em que possibilita o conhecimento dessas condições. Entretanto, encontramos grandes dificuldades na busca da caracterização da condição das Pessoas Surdas no Brasil como um todo em função da falta de dados oficiais fidedignos. O IBGE, principal órgão responsável para a produção desses dados, oferece poucos dados que não possibilitam compreender de maneira aprofundada e atualizada aspectos importantes da realidade Surda, como, por

exemplo: condições de acesso à língua, condições de escolarização, condições de trabalho, de lazer, de saúde etc.

Diante da dificuldade de encontrar dados oficiais fidedignos, neste estudo surgiu a proposta de investigar a realidade das pessoas Surdas por meio da análise de estudos de doutorado que se debruçaram sobre a questão. Grande parte destes estudos estão focados em realidades específicas por se tratar de estudos de caso em pesquisas aplicadas. Apesar disso, na ausência de banco de dados em escala global (pelo menos em termos de território brasileiro) sobre as questões que afetam a realidade das Pessoas Surdas, estes estudos assumem grande importância, uma vez que, embora retratem realidades específicas de cada região, apresentam alguns elementos comuns uns aos outros. Entretanto, observamos que a falta de dados mais abrangentes sobre a condição de vida dessas pessoas tem sido um fator limitante para o avanço das pesquisas e, conseqüentemente, para a criação de um banco de conhecimentos que poderiam, em tese, colaborar para a elaboração e implementação de políticas inclusivas mais eficientes.

Como foi afirmado anteriormente, não é possível saber ao certo sequer a quantidade exata de Surdos que existem no Brasil. Da mesma forma, não é possível saber com exatidão as condições socioeconômicas e sociais dessas pessoas. Tampouco é possível saber ao certo como estas pessoas têm participado do mundo digital. O que sugere a importância da criação de um banco de dados em escala nacional sobre estas questões que aborde desde as problemáticas que envolvem as situações de surdez em recém-nascidos até a vida adulta.

A ausência desses dados, que, em nossa opinião, não parece algo tão difícil de ser solucionado, parece ter relação com uma falta de vontade política em aperfeiçoar os mecanismos de coleta de dados do IBGE e de criar organismos de recenseamento dessas pessoas. Tais mecanismos poderiam facilmente ser desenvolvidos de forma integrada com os sistemas de saúde e de educação com a ajuda, por exemplo, de *softwares* de baixíssimo custo, que poderiam representar benefícios sem precedentes para as pessoas Surdas, sobretudo na potencialização de mecanismos de organização e luta social. Um recenseamento desse tipo poderia dar visibilidade a uma grande parcela da população que tem sido ignorada ao longo do processo histórico, ao mesmo tempo, dando munção para o surgimento de novas demandas das pessoas Surdas. O que talvez não seja interessante ao Estado neoliberal, tão focado na diminuição de suas funções.

Diante da carência desses dados, as pesquisas que se ocupam de compreender a condição das pessoas Surdas ainda sobrevivem da forma como podem, mas demonstrando sua capacidade de criar movimentos de resistência e reafirmando a cada dia os problemas

vivenciados pelas pessoas Surdas no seu cotidiano. É assim que encontramos no banco de teses da CAPES404 teses, das quais:

- a) 44,5% são de programas de doutorado no âmbito da educação;
- b) 27,5% no âmbito do campo da linguagem;
- c) Os outros 28% se distribuem em outras 6 áreas do conhecimento.

O fato de a maioria dos estudos se concentrarem no âmbito da educação talvez esteja relacionado à ideia de que é no espaço da escola que as pessoas Surdas adquirem maior visibilidade social. É na escola que, com todos os problemas que a escolarização das Pessoas Surdas enfrenta, essas pessoas começam a ser percebidas, instigando questionamentos e promovendo as inquietações que sustentam as problemáticas abordadas nas teses de doutorado. A importância dessas inquietações está no fato de que, transformadas em estudos acadêmicos, puderam endossar a luta por políticas de educação inclusiva. Políticas estas que, apesar de todos os percalços, têm contribuído para dar visibilidade e melhor tratamento às necessidades das pessoas Surdas.

Também não parece ser por acaso que o segundo campo de conhecimento que mais produz pesquisas sobre as Pessoas Surdas seja o das Linguagens, visto que tudo que envolve as dificuldades dessas pessoas passa pela dificuldade de comunicação. Entretanto, embora os problemas de comunicação sejam anteriores ao processo de escolarização, eles só alcançam uma visibilidade maior e capacidade de inquietar os seus interlocutores no espaço da escola. O que reforça a tese de que a ocupação do espaço público (seja presencial ou virtual) pelas pessoas Surdas é essencial, pois pode conduzir as pessoas a um processo de reflexão coletiva que, posteriormente, pode se converter em mudanças positivas.

Nesse sentido, ressaltamos a importância da Lei nº 13.146/2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoas com Deficiência, que, pelo menos no campo da pesquisa científica, pode ter potencializado a produção de conhecimento sobre a temática em questão, visto que, após a sua promulgação, foi possível perceber um aumento na média anual de produção de pesquisas de doutorado. No campo da educação, essa média subiu de 4,3 (no período de 1999 a 2014) para 23 trabalhos ao ano (compreendendo o período de 2015 a 2018). No campo dos estudos da linguagem, para os mesmos períodos, esse aumento passou de uma média de produção de quase 03 trabalhos ao ano para uma média de pouco mais de 13 trabalhos científicos ao ano. O que comprova, partindo do pressuposto de que toda pesquisa tem como fundamento uma problemática de grande relevância, que os problemas de comunicação, de acesso à linguagem e de escolarização das pessoas Surdas carecem de compreensão. E que essa necessidade de compreensão precisa ser reafirmada constantemente

até que consigam possibilitar efetivamente processos de mudança. Afinal, como afirmamos anteriormente, acreditamos no potencial que as inquietações levantadas pelos pesquisadores e expresso nas produções científicas, resultantes dessas inquietações, são de suma importância para a fundamentação de argumentos a favor da implementação de política públicas com foco nas necessidades das pessoas Surdas.

O estabelecimento da garantia de acesso e permanência das pessoas Surdas nos espaços públicos como na escola regular, por meio da lei, criou situações em que a responsabilidade sobre a educação dessas pessoas deixou de ser exclusividade das famílias, passando a atingir diretamente o poder público e a comunidade como um todo. Graças a essa ocupação, professores, supervisores pedagógicos, diretores e até mesmo os demais alunos passaram a sentir a necessidade de adequação de suas condutas para receber os alunos Surdos.

Quanto às pesquisas com temáticas relacionadas à inclusão digital envolvendo a temática Surda, das 37 teses encontradas no banco da Capes:

- a) Quase 49% são do campo da informática, da computação e das engenharias;
- b) Aproximadamente 32% do campo das linguagens;
- c) E 13,5% do campo da educação.

Mais uma vez, Educação e Linguagem estão presentes na produção de pesquisas a respeito da condição Surda de ser no que se refere aos processos de inclusão digital. Numa comparação entre a média anual de produção de teses de doutorado com temáticas que envolvem inclusão digital e Surdos antes e depois da promulgação da Lei nº 14.146/2015, também foi possível perceber:

a) Um aumento de 1,36 (no período de 1999 a 2014) para 5,5 (no período de 2015 a 2018). Ou seja, após a implementação da lei, a média de trabalhos produzidos sobre as referidas temáticas mais que triplicou;

b) Dentre as 36 teses fichadas (uma vez que em 1 não foi possível o acesso ao texto), em apenas uma o pesquisador se declarou como Pessoa Surda. O que, à primeira vista, pode parecer irrelevante, ganha importância quando se pensa na negação de condições sociais de protagonismo a que as pessoas Surdas estão submetidas. A esmagadora maioria das pesquisas são produzidas por pessoas que pensam pelos Surdos, como se essas pessoas não fossem capazes de pensar por si próprias. Enfim, em geral, são pessoas ouvintes pensando em soluções digitais para pessoas surdas.

A dinâmica das pesquisas no campo da inclusão digital voltada para as pessoas Surdas parece ser quase a mesma: trata-se de pesquisas aplicadas que partem do diagnóstico de alguma dificuldade enfrentada por essas pessoas mediante um estudo de caso para, em

seguida, propor a criação de um *software*, aplicativo ou coisa do gênero que possa suprir essa necessidade. A maioria desses recursos são desenvolvidos para serem utilizados por pessoas que se comunicam em Libras, em português ou nas duas línguas, o que reforça a necessidade de acesso a processos de formação bilíngue. Enfim, apenas os processos práticos são considerados.

Tudo isso acaba por reafirmar a necessidade da oferta de oportunidade de formação cognitivo-intelectual para as pessoas Surdas como requisito fundamental para a promoção de oportunidades inclusivas de acesso ao mundo digital. O que requer o estabelecimento de um sistema de ensino capaz de pensar a condição de Surdez numa perspectiva bilíngue. Daí a importância da articulação de diversas políticas públicas inclusivas relacionados aos processos de formação escolar e acadêmica desses sujeitos.

Diante do reconhecimento da necessidade de integração das políticas inclusivas, retomamos os oito pontos levantados ao final da seção anterior:

- 1) A importância do meio social no desenvolvimento cognitivo e afetivo das Pessoas Surdas;
- 2) As dificuldades para compreender as especificidades dos Sujeitos Surdos diante da carência de dados estatísticos;
- 3) A potencial contribuição das tecnologias para o processo de socialização e de comunicação das pessoas Surdas com o meio ouvinte condicionada à compreensão da linguagem vinculada aos processos de escolarização;
- 4) A necessidade de adequação das informações veiculadas nos recursos tecnológicos conforme as especificidades da cultura Surda;
- 5) A ausência de diretrizes específicas para a produção de recursos digitais voltados para o público Surdo;
- 6) A importância do conhecimento da língua (tanto a Portuguesa quanto a Libras) para a navegação nos meios digitais;
- 7) A falta de termos que possam traduzir os diversos conteúdos das várias áreas de conhecimento da Língua Portuguesa para a Libras;
- 8) A importância do uso de artefatos de natureza infográfica na produção de ferramentas digitais voltadas para os Surdos.

Este estudo, que se encerra aqui, para além de tentar buscar respostas, almeja, acima de tudo, contribuir com a incitação de questionamentos que apontem para a construção de reflexões sobre o quanto ainda precisa ser investigado no trato da temática da inclusão digital

das pessoas Surdas, o quanto as pesquisas nesse campo necessitam da construção de dados oficiais que permitam a compreensão das pessoas Surdas em sua integralidade.

Para estudos posteriores, ficam questões do tipo:

1. Como superar a visão de inclusão digital das pessoas Surdas baseada no binômio inclusão/exclusão (acesso ou não a recursos digitais) se nem mesmo conseguimos saber com precisão quem são, quantos são e como vivem estes sujeitos?

2. Como aperfeiçoar os mecanismos de coletas de dados a respeito da condição de ser das pessoas Surdas possibilitando conferir maior visibilidade a essas pessoas?

3. Como os recursos digitais podem efetivamente contribuir com essa tarefa? Retomando as ideias de Foucault presentes no prefácio desta seção, essas são questões essenciais para a compreensão das relações de poder em suas extremidades e ramificações imbricadas nos processos de inclusão digital das pessoas Surdas.

## REFERÊNCIAS

- ACIOLI, C. G. **A educação na Sociedade de Informação e o Dever Fundamental Estatal da Inclusão Digital**. 2014. 248 f. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. CDU:342.7:378.
- ADRIANO, N. de A. **Literatura surda: as categorias da narrativa do gênero humor por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)**. 2018. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2018.
- ALBUQUERQUE, J. A. G. Michel Foucault e a teoria do poder. **Revista de Sociologia da USP Tempo Digital**, [s.l.], v. 7, n. 1-2, p. 105-110, out. 1995. ISSN 0103 – 2070.  
<https://doi.org/10.1590/ts.v7i1/2.85209>
- ALMEIDA, B. D. S. **O conceito de cidadania nos documentos que regulam a educação no Brasil: uma análise a partir da concepção de Vita Activa em Hannah Arendt**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2015.
- ALVIO-BORBA, A.; MATA-LIMA, H. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr./jun. 2011. ISSN 2317-6318. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n106/n106a03.pdf>. Acesso em: 23/02/2018.  
<https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000200003>
- AMARAL, W. M. do. **Sistema de transcrição da língua brasileira de sinais voltado à produção de conteúdo sinalizado por avatares 3D**. 2012. 241 f. Tese (Doutorado em Engenharia elétrica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- ANTUNES, D. R. **Proposta de um modelo computacional para representação de sinais em uma arquitetura de serviços HCI-SL para línguas de sinais**. 2015. 242 f. Tese (Doutorado em Informática) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.
- ARAÚJO, A. S. de. A questão do método em Foucault. **Revista Educação On-LinePUC-Rio**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 113-127, 2013. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/21608/21608.PDF>. Acesso em: 02 out. 2013.
- ARAUJO, T. M. U. de. **Uma solução para geração automática de trilhas em língua brasileira de sinais em conteúdos multimídia**. 2012. 170 f. Tese (Doutorado em Engenharia Elétrica) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.
- ARCOVERDE, R. D. de L. **Os surdos em contexto digital: o encontro com a palavra escrita em língua portuguesa**. 2004. 240 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.
- BAKHTIN, M. M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: UNESP; Hucitec, [data].
- BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARROS, J.; MARQUES, T. **Pessoas surdas: direitos, políticas sociais e serviço social**. Fortaleza: Ed. Arara Azul, 2009.

BARROS, P. M. F. de. **Tecnologia assistiva: biofeedback fonátil torácico para surdos**. 2011. 172 f. Tese (Doutorado em Biotecnologia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. ISBN 978-85-7110-495-2.

BRASIL. Secretaria de Direitos humanos. **Cartilha do Censo 2010: pessoas com deficiência**. Brasília: SNPD, 2012. Disponível em: <http://www.unievangelica.edu.br/novo/img/nucleo/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf> . Acesso em: 19 maio 2015.

BRASIL. **Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8112compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112compilado.htm). Acesso em: 14 fev. 2020.

BRASIL. **Lei 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm). Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. **Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm). Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. **Lei 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm). Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.626%2C%20DE%2022,19%20de%20dezembro%20de%202000..](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.626%2C%20DE%2022,19%20de%20dezembro%20de%202000..) Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. **Lei 12.303, de 2 agosto de 2010**. Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Otoacústicas Evocadas. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/lei/l12303.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12303.htm). Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. **Lei 12.319, de 1º setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Interprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-)

[2010/2010/lei/112319.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.319%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20SETEMBRO%20DE%202010.&text=Regulamenta%20a%20profiss%C3%A3o%20de%20Tradutor,Art.](http://2010/2010/lei/112319.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.319%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20SETEMBRO%20DE%202010.&text=Regulamenta%20a%20profiss%C3%A3o%20de%20Tradutor,Art.). Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. **Lei 12.435, de 06 de julho de 2011**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm). Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. **Lei 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 17 fev. 2020.

BRAZ, R. M. **LIBRAS e a divulgação dos conceitos científicos sobre ciências e biotecnologia**: integração internacional de um dicionário científico online. 2014. 250 f. Tese (Doutorado em Ciências e Biotecnologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

BRITO, R. F. de. **Modelo de referência para desenvolvimento de artefatos de apoio ao acesso dos surdos ao audiovisual**. 2012. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão de Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BROCHADO, S. M. D. **A apropriação da escrita por crianças surdas usuárias da Língua de Sinais Brasileira**. 2003. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2003.

BUENO, J. **Pesquisa-ação na construção de insumos conceituais para um ambiente computacional de apoio ao letramento bilíngue de crianças surdas**. 2014. 162 f. Tese (Doutorado em Informática) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.  
<https://doi.org/10.5753/cbie.sbie.2015.887>

BUSARELLO, R. I. **Gamificação em Histórias em Quadrinhos Hipermídia**: diretrizes para a construção de objeto de aprendizagem acessível. 2016. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal da Santa Catarina, 2016.

BUZATO, M. E. K. **Entre a fronteira e a periferia**: linguagem e letramento na inclusão digital. 2007. Tese (Doutorado em Estudos e Linguagens) – Instituto de Letras e Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CADIOTTO, C. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. **Filosofia Unisinos**, [s.l.], v. 11, n.1, p. 33-43, jan/abr, 2010. DOI: 0.4013/fsu.2010.111.03  
<https://doi.org/10.4013/fsu.2010.111.03>

CALÇADE, P. O que muda na estrutura do Ministério da Educação. **Nova Escola**. [S.l.], Jan 2019. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/15272/o-que-muda-na-estrutura-do-ministerio-da-educacao> Acesso em: 12 out. 2019.

CAMPOS, R. do M. R. **Ecos do Silêncio: culturas e trajetórias de surdos em Macapá.** 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2016.

CAMPOS, M. de B. **Ambiente Telemático de Interação e Comunicação para suporte à Educação bilíngue de surdos.** 2001. 230 f. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.  
<https://doi.org/10.22456/1982-1654.5278>

CHAVEIRO, N. **Qualidade de vida das pessoas surdas que se comunicam pela língua de sinais: construção da versão em libras dos instrumentos Whoqol-Bref e Whoqol-Dis.** 2011. (Tese de Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde , Universidade Federal de Goiás, 2011.

CHAVES, E. G. **Legendagem de filmes em língua inglesa e portuguesa: análise dos parâmetros de segmentação e velocidade de legendas para ouvintes.** 2017. 218 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

CLÁUDIO, J. P. **A cultura dos sujeitos comunicantes surdos: construções da cidadania comunicativa e comunicacional digital no facebook.** 2016. 293 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2016.

COLACIQUE, R. C. **Visualidades surdas na cibercultura: aprendizagens em rede.** 2018. 242 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

COUTINHO, M. D. M. da C. **A constituição de saberes num contexto de educação bilíngue para surdos em aulas de matemática numa perspectiva de letramento.** 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015.

DIAS, W. C. F. G. da S.; PASCHOAL, M. R.; CAVALCANTI, H. G. Análise da cobertura da triagem auditiva neonatal no Nordeste brasileiro. **Revista Audiology Communication Research**, [s.l.], v. 22, e1858, 2017, ISSN 2317-6431. <https://doi.org/10.1590/2317-6431-2017-1858>

DEMO, P. Aprendizagens e Novas Tecnologias. In: Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física. Vol. 1, n. 1, p.53-75, Agosto/2009. ISSN 2175-8093.

DUSSEL, E. **20 Teses de Política.** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; São Paulo: Expressão Popular, 2007. ISBN 978-987-1183-68-5.

FERNANDES, J. C. L. **Ambiente virtual para auxiliar surdos na construção de frases com diferentes tempos verbais.** 2012. 106 f. Tese (Doutorado em Engenharia Biomédica) – Universidade de Mogi das Cruzes, Mogi das Cruzes, 2012.

FLOR, C. da S. **Recomendações para a criação de pistas proximais de navegação em websites voltadas para surdos pré-linguísticos.** 2016. 338 f. Tese (Doutorado em

Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. Lisboa: Portugália Editora, 1966. (Coleção Problemas).

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Coleção Tópicos). ISBN 978-85-336-2402-3.

FOUCAULT, M. O poder e a política de Michel Foucault. Tradução de Andre Degenszajn. **Revista Ecopolítica**, São Paulo, n. 12, mai-ago/2015, pp. 93-107.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987. 288p. CDU – 343.8(091).

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. (Leituras Filosóficas).

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, G. Pela Internet. In: GIL, Gilberto. *Quanta*. Rio de Janeiro: Universal Music, 1997. CD.

GUERRA, R. de S. **Dimensões do consumo na vida social**. 2010. Tese(Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

GUIMARAES, C. **Arquitetura pedagógica computacional para interações intelectuais entre crianças surdas e pais não-surdos em libras e português**. 2013. 161 f. Tese (Doutorado em Informática) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Revista Psicologia**: teoria e pesquisa, v. 22, n. 2, p. 201-210, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>. Acesso em: 11/01/2020. Acesso em: 11 fev. 2020.

IATSKIU, C. E. A. **CORE-SL-SW-GENERATOR**: gerador automático da escrita da libras a partir de um modelo de especificação formal dos sinais. 2018. 105 f. Tese (Doutorado em Informática) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse estatística da educação básica 2019. Brasília, DF: Inep, 2019. Disponível

em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 01 fev. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinótese estatística da educação superior 2018**. Brasília, DF: Inep, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 01 fev. 2020.

IRIGARAY, H. A. R. A inserção dos surdos no mercado de trabalho: políticas públicas, práticas organizacionais e realidades subjetivas. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 17, n. 2, p. 214-232, maio/ago. 2016. ISSN 2178-8030. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/4169> . Acesso em: 19 jan. 2018.

KLEIN, M. **Movimentos surdos e os discursos sobre surdez, educação e trabalho: a constituição do surdo trabalhador**. [S.l.]: ANPED, 2018. Disponível em: [http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt03\\_07.pdf](http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt03_07.pdf). Acesso em: 28 fev. 2018.

KLEIMAN, A. **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

KOSTOGRIZ, A. Rethinking the spatiality of literacy practices in multicultural conditions. **AARE: The Association for Active Education Researchers**, 2005. Disponível em: <http://www.aare.edu.au/04pap/kos04610.pdf>. Acesso em: 17 set. 2005.

KRUSSER, R. da S. **Design editorial na tradução de português para libras**. 2017. 410 f. Tese (Doutorado em Estudos de Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

LACERDA, C. B. F. de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622006000200004>

LAPOLLI, M. **Vizualização do conhecimento por meio de narrativas infográficas na web voltadas para surdos em comunidades de práticas**. 2014. 278 f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

LEANDER, K. M.; MCKIM, K. Tracing the everyday ‘sitings’ of adolescents on the internet. **Education, Communication and Information**, [s.l.], v. 3, n.1, p.11-30, 2003. Disponível em: <http://www.vanderbilt.edu/litspace/sitings.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2005

LEMKE, J. L. **Textual politics: discourse and social dynamics**. London: Taylor e Francis, 1995.

LEMKE, J. L. Metamedia literacy: Transforming meanings and media. In: REINKING, D. *et al* (ed.). **Handbook of Literacy and Technology**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 1998. p. 283-302.

LEMKE, J. L. Travels in Hypermodality. **Visual Communication**, London, p. 299-325, v.1, n.3, 2002. <https://doi.org/10.1177/147035720200100303>

LIMA, M. D. **Política educacional e política linguística na educação dos e para os Surdos**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2018.

LOPES, M. C.; RECH, T. L. Inclusão, biopolítica e educação. **Educação**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 210-219, maio/ago. 2013.

LUIZ, T. R. B. **O uso de softwares para estimulação da percepção do surdo frente aos parâmetros de velocidade do ritmo**: proposta de utilização do BPM Counter e do VPM Counter no programa de atividades rítmicas adaptado às pessoas surdas. 2008. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13. ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998. p. vii-xxiii.

MACHADO, R. D. **Direito, política e poder**: o direito como instrumento da ação política. 2012. 135f. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

MAIA, A. C. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Revista de Sociologia da USP Tempo Digital**. v. 7. n. 1-2. Out. de 1995. ISSN 0103 – 2070.  
<https://doi.org/10.1590/ts.v7i1/2.85208>

MAIGRET, É. **Sociologia da comunicação e das mídias**. Tradução de Marcos Magno. São Paulo. Ed. Senac, 2010.

MARTINS, L. M. N.; LINS, H. A. de M. Tecnologia e educação de surdos: possibilidades de intervenção. **Revista Nuances**: estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v. 26, p. 188-206, maio/ago. 2015. <https://doi.org/10.14572/nuances.v26i2.3481>

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. Tradução Renata Santini. 3. ed. São Paulo: Edições, 2018.

MEDEIROS, A. C. J. P. de. **Análise das políticas de inclusão digital da rede pública municipal de ensino de Uberlândia no período 1999-2012**. 2013. 207f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

MENEZES, F. L.; SIQUEIRA, T. H. Histórico e mito da declaração universal dos direitos humanos. *In*: JUBILUT, L. L.; LOPES, R. de O. (org.). **Direitos humanos e vulnerabilidade e a declaração universal dos direitos humanos**. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2018. p. 29-30.

MICHELE Bolsonaro faz discurso em libras no parlatório do Palácio do Planalto. **G1**, 01 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/01/michelle-bolsonaro-faz-discurso-em-libras.ghtml>. Acesso em: 12 out. /2019.

MONTEIRO, S. M. M. **Legendagem para surdos e ensurdecidos (lse) e legendagem para ouvintes**: um estudo sobre a segmentação e a velocidade na campanha política de 2010. 2016. 232 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

MOURA, G. M. de. Atendimento educacional especializado para alunos surdos: concepções e práticas docentes no município de São Paulo. 2016. 358 f. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MOURÃO, M. P. Formação e educação a distância: em busca de elos e estratégias de apoio. *In.*: SILVA, L. C.; DECHICHI, C.; MOURÃO, M. P. **Políticas e práticas de formação continuada de professores para educação especial**: alguns olhares sobre o curso de extensão Professor e surdez: cruzando caminhos, produzindo novos olhares. Uberlândia: EDUFU, 2010. 169p.

NASCIMENTO, A. K. P. do. **Convencionalidade nas legendas de efeitos sonoros na legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE)**. 2018. 241 f. Tese (Doutorado em Estudos de Tradução) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

NASCIMENTO, C. B. do. **Terminografia em língua de sinais brasileira**: proposta de glossário ilustrado semibilingue do meio ambiente em mídia digital. 2016. 222 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

NASCIMENTO, G. V. S. do. **Para ler vozes na tela**: a escola como potencializadora das legendas como recurso de acessibilidade para surdo. 2018. 251 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Grande Dourados, Dourados, 2018.

NEW LONDON GROUP. A pedagogy of multiliteracies: designing social futures. **Harvard Educational Review**, Cambridge, MA, v. 66, n. 1, p. 60-92, 1996.  
<https://doi.org/10.17763/haer.66.1.17370n67v22j160u>

NOBREGA, C. S. R. da. **Literatura Surda**: As produções digitais de textos religiosos Literários e Não Literários. 2017. 157 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

NOGUERA-RAMÍREZ, C. E. **Pedagogia e governamentalidade ou da modernidade como uma sociedade educativa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. (Coleção Estudos Foucaultianos).

OLIVEIRA, A. P. P. de. **Ensinar-aprender inglês com uso de tecnologias digitais em contexto de inclusão de surdos**: um estudo sob a perspectiva da teoria da atividade. 2017. 290 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Linguística Aplicada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PASTORE, J. **Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência**. São Paulo. Editora LTr, 2000.

PEREIRA JÚNIOR, F. S.; ABACAR, M. Uma possibilidade de superação da dicotomia quantitativo-qualitativo na pesquisa em psicologia. **Revista Científica da FASETE**, v., n.

,2015. Disponível em:

[https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2015/9/uma\\_possibilidade\\_de\\_superacao\\_da\\_dicotomia\\_quantitativo\\_qualitativo\\_na\\_pesquisa\\_em\\_psicologia.pdf](https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2015/9/uma_possibilidade_de_superacao_da_dicotomia_quantitativo_qualitativo_na_pesquisa_em_psicologia.pdf). Acesso em: 11 fev. 2020.

PERLIN, G. T. T. Identidades surdas. *In.*: SKLIAR, C. (org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças: Porto Alegre: Ed. Mediação, 1998. p. 51-73.

PIMENTA, M. T. da R. **A política de inserção do Brasil na sociedade da informação**: uma avaliação política do Programa Sociedade da Informação: SOCINFO. 2014. 222 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2014.

PISCITELLI, A. Enredados: Ciudadanos de la cibercultura. *In.*: DABAS, E., NAJMANOVICH, D. **Redes**: El – lenguaje de los vínculos. Buenos Aires: Paidós, 1995. p. inicial – final.

PRADO, T. M. da S. Foucault, a História e a Linguagem. **Princípios Revista de Filosofia**. Natal, v.21, n. 35. p. 3762, Jan/Jun. de 2014. E-ISSN:1983-2109.

PRATT, M. L. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. São Paulo: EDUSP, 1999.

PRITCHARD, Alan. Statistical bibliography or bibliometrics? **Journal of publication**, [s.l.], v. 25, p. 348-349, 1969

QUEIROZ, J. Sistemas semióticos, artefatos cognitivos. Umwelt: uma contribuição ao design da informação. info design. **Brazilian Journal of Information Design**, [s.l.], v. 7 n. 2, [2010], p. 7–12. ISSN 1808-5377. <https://doi.org/10.51358/id.v7i2.94>

QUEVEDO, S. R. P. **Narrativas hipermediáticas para ambiente virtual de aprendizagem inclusivo**. 2013. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

QUIXABA, M. N. O. **Diretrizes para projeto de recursos educacionais digitais voltados à educação bilíngue de surdos**. 2017. 127 f. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

RAMOS, C. R. Histórico da Feneis até ao ano de 1988. *In.*: **Por Sinal Versão Beta**. [S.l.]. 2004. Disponível em:

<https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=19&idart=170>. Acesso em: 27 jan. 2020.

RAZUCK, R. C. de S. **As pessoas surdas e suas possibilidades no processo de aprendizagem e escolarização**. 2011. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

REZENDE FILHO, C. de B.; CÂMARA NETO, I. de A. **A evolução do conceito de cidadania**. Macapá: Cead, 2013. Disponível em:

<http://www.ceap.br/material/MAT16092013195054.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2018.

RIBAS, A. C. **Diretrizes para desenvolvimento de ícones digitais acessíveis ao público surdo**. 2018. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

ROSSI, A. R.; SILVA, L. C. da. Ventos, trovoadas e brisas no ensino de Libras na educação superior. Curitiba: Appris, 2018. 190 p. ISBN 978-85473-1986-1.

SANTIAGO, V. de A. A. A participação dos surdos no mercado de trabalho. *In: Por Sinal Versão Beta*. [S.l.], 2011. Disponível em: <http://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=12&idart=299>. Acesso em: 19 jan. 2018.

SANTOS, C. E. R. dos. **Ambiente virtual de aprendizagem e cenários para investigação: contribuições para uma Educação Financeira acessível**. 2016. 280 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Universidade Anhanguera de São Paulo, São Paulo, 2016.

SANTOS, J. M. O. Considerações sobre o filme Como estrelas na terra, toda criança é especial. **Ensaios Pedagógicos**, Sorocaba, v. 2, n.1, p.132-133, jan./abr. 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/70-236-1-PB.pdf>. Acesso em: 11 out. 2019.

SANTOS, L. C. M. dos. **Aprendizado bilíngue de crianças surdas mediadas por um software de realidade aumentada**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, 2015.

SCHROEDER, E. Conceitos espontâneos e conceitos científicos: o processo da construção conceitual em Vygotsky. **Atos de Pesquisa em Educação – FURB**, Blumenau, v. 2, n. 2, p. 293-318, maio/ago. 2007. ISSN 1809 – 0354.

SILVA, A. C. da. **KARITU: um software colaborativo no letramento de crianças surdas sob a ótica bilíngue**. 2000. 191 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SILVA, A. B. da. **Literatura em libras e educação literária de surdos: um estudo da coleção "educação de surdos" e de vídeos literários em libras compartilhados na internet**. 2015. 196 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

SILVA, L. C. da; MARQUES, M. R. A. A inclusão social e educacional nos 25 anos de aprovação da Constituição Federal de 1988. *In: SILVA, M. V.; PERONI, V. M.; AZEVEDO, J. M. L. A Constituição Federal 25 anos depois: balanços e perspectivas da participação da sociedade civil nas políticas educacionais. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, [s.l.], v. 29, n. 2, 2013.

SOCIO, L. As palavras e as coisas: uma história do pensamento que nos ajuda a entender a emergência do sujeito n filosofia moderna. **Sapere aude**, Belo Horizonte, v. 7, n. 12, p. 58-69, jan./jun. 2016. ISSN: 2177-6342. <https://doi.org/10.5752/P.2177-6342.2016v7n13p58>

SOUSA, C. de S. **Blogging <http://www.englishnowhere.blogspot.com>**: ensinando inglês (sem distância) para surdos. 2009. 125f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

SOUSA, D. S. S.; SOUSA, J. E. P. de. Sujeitos de identidade e consumo na pós-modernidade: os novos consumidores nas vendas.com. **Revista Temática**, [s.l.], Ano XI, n. 06, Jun. 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/viewFile/24647/13465>. Acesso em: 25 set. 2017.

SOUZA, C. L. de. **Abordagem computacional para criação de neologismos terminológicos em línguas de sinais**. 2018. Tese (Doutorado em Modelagem Matemática e Computacional) - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SOUZA, K. R.; KERBAUY, M. T. M. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Revista Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, n. 61, p.21-44, jan/abr. 2017. ISSN 0102-6801  
<https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v31n61a2017-p21a44>

SOUZA, L. C. de. **Recomendações para cursos on-line em língua portuguesa com foco na integração de alunos surdos**. 2015. 404 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SOUZA, S. de. **Educação de Surdos**: a construção da identidade e a apropriação cultural no ambiente da escola polo (inclusiva) da rede estadual de Santa Catarina. 2011. (Tese de Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

STUMPF, M. R. **Aprendizagem de escrita de língua de sinais pelo sistema IgWriting**: línguas de sinais no papel e no computador. 2005. 250 f. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.  
<https://doi.org/10.22456/1982-1654.9717>

TAKAKI, N. H. Letramentos na sociedade digital: navegar é e não é preciso. 2008. 199 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

TELLES, L. F. P. Elementos da Comunicação e suas Formas de Planejamento. **Anuário da Produção Acadêmica Docente**, [s.l.], v. III, n. 5, p. 149-161, 2009.

TRIENTA, F. T.; FARIAS FILHO, J. R.; SANT'ANNA, A. P.; RABELO, L. M. Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. **Produção**, [s.l.], v. v. xx, n. x, Disponível em:  
[http://www.scielo.br/pdf/prod/2013nahead/aop\\_prod0312.pdf](http://www.scielo.br/pdf/prod/2013nahead/aop_prod0312.pdf). Acesso em: 30 set. 2019.

TRINDADE, D. de F. G. **InCoP**: um framework conceitual para o design de ambientes colaborativos inclusivos para surdos e não surdos de cultivo a comunidades de prática. 2013. 168 f. Tese (Doutorado em Informática) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.  
<https://doi.org/10.5753/CBIE.SBIE.2013.457>

VALENTE, J. A. (org.). **Aprendendo para a vida: os computadores na sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2001.

VALENTINI, C. B. As novas tecnologias da informação e a educação de surdos. *In*: SKLIAR, C. (org.). **Atualidade da educação bilíngüe para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. Inclusão, exclusão, in/exclusão. *Verve*, [ *s.l.*], v. 20, p. 121-135, 2011. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/14886-35805-1-SM%20(1).pdf. Acesso em: 28 jan. 2020.

VIEIRA, P. A. **A influência da segmentação e da velocidade na recepção de legendas para surdos e ensurdecidos (LSE)**. 2016. 244 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016. <https://doi.org/10.14393/DL32-v11n5a2017-22>

ZYCH, A. C. **Avaliação do processo de escolarização de pessoas surdas em sua interação no contexto social**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual: Campinas- SP, 2003.

### APÊNDICE1

#### QUADRO DE PESQUISAS DE DOUTORADO SOBRE PROBLEMÁTICAS QUE ENVOLVEM AS PESSOAS SURDAS DO BANCO DE TESES DA CAPES

ÁREA	QUANTIDADE	ANO (Quantidade de pesquisa por ano)	TOTAL (Por blocos de saber)
Direito	3	2010, 2017, 2018	16
Ciência Social (antropologia social)	4	2010(2), 2013, 2016	
Sociologia e Antropologia	1	2011	
Cultura e Sociedade	1	2011	
Sociologia	2	2013, 2016	
Filosofia	1	2016	
Ciência Política	1	2014	
História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia	1	2016	
Ensino, Filosofia e História das Ciências	1	2018	
Difusão do Conhecimento	1	2015	
Educação	138	1996(2), 1998, 1999, 2000 (2), 2001(2), 2002(3), 2003(5), 2004, 2005(6), 2006, 2007(4), 2008(3), 2009(7), 2010(5), 2011(6), 2012, 2013(7), 2014(12), 2015(12), 2016(19), 2017(24), 2018(14)	180
Educação, História, Política e Sociedade	2	2005, 2018	
Educação, Arte e História da Cultura	1	2015	

Educação Ambiental	1	2011	
Educação Para a Ciência e a Matemática	5	2013, 2014(2), 2015, 2016	
Ensino da Matemática	1	2018	
Educação em Ciências	2	2016, 2018	
Educação Física e Esporte	2	2008, 2017	
Educação Matemática	6	2013, 2014, 2015, 2016(2), 2018	
Educação Especial	17	2004, 2008, 2009(2), 2010, 2012, 2013(3), 2014(2), 2015(2), 2016(2), 2017(2)	
Educação e Saúde na Infância e na Adolescência	1	2018	
Educação em Ciências Química da Vida e Saúde	1	2018	
Geografia	3	2015, 2018(2)	
Artes	1	2014	6
Artes Visuais	1	2018	
Artes Cênicas	2	2011, 2016	
Arquitetura	1	2017	
Design	1	2009	
Psicologia	20	1996, 1999, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2008(2), 2009, 2010, 2011, 2012(2), 2013, 2014, 2015, 2017(2), 2018	31
Psicologia Clínica e Cultura	1	2015	
Psicologia Cognitiva	2	2003, 2006	
Psicanálise	1	2018	
Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	4	2002, 2003, 2011, 2015	
Psicologia Social, do Trabalho e das	1	2009	

Organizações			
Psicologia Social	2	2005, 2016	
Língua Portuguesa	1	2018	111
Letras	17	2003, 2004(2),2008(4), 2011 (2), 2012, 2015, 2016, 2017(3), 2018(2)	
Letras Neolatinas	1	2016	
Linguística e Letras	3	1999, 2013, 2017	
Linguística Aplicada	24	1996, 2004(4), 2005, 2006(2), 2008, 2011, 2013, 2014(2), 2015(4), 2016(4), 2017(2), 2018	
Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem	2	2015, 2016	
Linguística	34	1995, 1996, 1998, 2001, 2003, 2004, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011(2), 2012(4), 2013(3), 2014(4), 2015(2), 2016(3), 2017(2), 2018(4)	
Linguística e Língua Portuguesa	2	2014, 2018	
Estudos Linguísticos	8	2011, 2012, 2013, 2014, 2015(2), 2016, 2018	
Estudos da Linguagem	4	2013, 2014, 2015, 2017	
Estudos Linguísticos e Literários em Inglês	1	2008	
Linguística e Literatura	1	2017	
Literatura	1	2007	
Estudos da Tradução	6	2014, 2016, 2017(3), 2018	

Comunicação Social	1	2015	21
Distúrbios da Comunicação	5	2015(2), 2016(2), 2017	
Informática	5	2013(2), 2014, 2015, 2018	
Informática na Educação	3	2001, 2015, 2017	
Modelagem Matemática e Computacional	1	2018	
Engenharia e Gestão do Conhecimento	6	2012, 2013, 2014, 2016(2), 2018	
Engenharia Elétrica	6	2004, 2010, 2012(2), 2014(2)	
Química	2	2016, 2018	8
Química Biológica	6	2013(2), 2014, 2015, 2016(2)	
Ensino em Biociências e Saúde	1	2017	30
Engenharia Biomédica	1	2012	
Odontologia	1	2015	
Ciências Odontológicas	1	2015	
Enfermagem Psiquiátrica	1	2005	
Enfermagem	4	2004, 2010, 2012, 2018	
Ciências e Biotecnologia	1	2014	
Ciências Biológicas (Biologia Genética)	1	2011	
Medicina	1	2011	
Ciências Médicas	2	2000, 2016	
Ciências da Saúde	2	2011, 2016	
Neuropsiquiatria e Ciências do Comportamento	1	2012	
Neurociência e Comportamento	1	2009	
Otorrinolaringologia	1	2014	
Saúde da Criança e do Adolescente	2	2006, 2008	
Saúde Pública	1	2014	

Saúde Coletiva	2	2018(2)	
Fonoaudiologia	3	2000(2), 2018	
Biotecnologia	1	2011	
Biologia e Patologia Bucodental	1	2001	
Genética e Biologia Molecular	1	2013	
<b>TOTAL GERAL</b>			404 teses

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

## APÊNDICE 2

### FICHAS DE RESUMO DAS TESES SOBRE “SURDOS” E “INCLUSÃO DIGITAL”

#### FICHAS DE ANÁLISE DAS TESES

<b>TESE 1</b>
<b>TÍTULO:</b> Ambiente Telemático de Interação e Comunicação para suporte à Educação Bilíngue de surdos
<b>AUTOR/ANO:</b> Márcia de Borba Campos, 2001 (não dá para saber se é surda, parece que não é)
<b>DOUTORADO EM:</b> INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO <b>INSTITUIÇÃO:</b> Universidade federal do Rio grande do Sul
<b>TIPO DE PESQUISA:</b> Pesquisa Aplicada
<b>PROBLEMÁTICA CENTRAL:</b> Considerando que a maioria dos problemas das pessoas surdas relacionadas as dificuldades de acesso à informação é que essas informações encontram-se representadas na língua oralizada, a pesquisadora questiona: “Que características deve ter um ambiente computacional para suporte à construção da leitura e escrita da L1 e da L2 para surdos, utilizando-se interações em encontros virtuais?”
<b>METODOLOGIA:</b> Após investigar quais eram as principais dificuldades de comunicação nos ambientes telemáticos entre os surdos, a pesquisadora criou um software que permite a comunicação entre surdos/surdos e entre surdos/ouvintes para compor um ambiente de educação a distância capaz de utilizar a língua de sinais. Ferramenta esta que foi testada por professores, alunos surdos e interpretes de libras.  <b>PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:</b> observação participante e questionários semiestruturados  <b>POPULAÇÃO ESTUDADA:</b> professores de surdos, intérpretes da LIBRAS e alunos surdos, os quais, por meio de seus depoimentos, indicaram a relevância social do trabalho e o potencial pedagógico do ambiente
<b>CONCLUSÕES:</b> O software criado cumpriu com sua função. O ambiente disponibilizou recursos para aquisição/fixação da cultura de informática em consonância com a cultura surda.
<b>TESE 2</b>
<b>TÍTULO:</b> Modelo de Referência para Desenvolvimento de Artefatos de Apoio ao Acesso dos Surdos ao Audiovisual
<b>AUTOR/ANO:</b> Ronnie Fagundes de Brito, 2011 (não dá pra saber se o pesquisador é surdo, mas parece não ser)
<b>DOUTORADO EM:</b> ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO

<b>INSTITUIÇÃO:</b> Universidade federal de Santa Catarina
<b>TIPO DE PESQUISA:</b> Pesquisa Aplicada (bibliográfica e documental)
<p><b>PROBLEMÁTICA CENTRAL:</b> Entre usuários surdos, nem todos possuem nível de alfabetização no português adequado à leitura de legendas, e nem todos se comunicam por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras), de forma que se deve disponibilizar a legenda tanto em português quanto em Libras, sempre oferecendo acesso visual à informação sonora. Identifica-se a necessidade de investigar como produzir artefatos de apoio à acessibilidade para os diferentes tipos de públicos surdos (os que preferem o português e os que preferem a Libras como meio de comunicação), diante o audiovisual acessado por meio de plataformas digitais. Como apoiar a produção dos artefatos para acessibilidade dos surdos ao audiovisual digital de modo a potencializar a participação dos surdos na sociedade do conhecimento?</p>
<p><b>METODOLOGIA:</b> Para o primeiro objetivo específico, “Caracterizar os diferentes perfis de surdos”, foi utilizado o método da observação direto, onde através da convivência com surdos do projeto Letras-Libras, pode-se perceber os diversos perfis deste grupo de surdos. Esta observação foi reforçada na literatura científica relacionada à problemática. O segundo objetivo “Identificar e relacionar os artefatos que permitem o acesso de surdos ao audiovisual” foi realizado através do método de revisão sistemática da bibliografia a partir de uma chave de pesquisa que relacionava as palavras chave do problema. O terceiro objetivo “Integrar os processos e mídias existentes para produção destes artefatos em um modelo de referência” que apresenta os processos e artefatos passíveis de utilização em ambientes digitais foi desenvolvido baseado em cenários de uso com identificação dos itens comuns e integrados em um modelo de referência. O modelo de referência foi então validado por meio do método Delphi. O último objetivo “Apresentar um cenário com produção e fruição de conteúdos com acessibilidade aos surdos”, foi desenvolvido seguindo métodos de desenvolvimento de software.</p> <p><b>PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:</b> pesquisa bibliográfica</p> <p><b>POPULAÇÃO ESTUDADA:</b></p>
<p><b>CONCLUSÕES:</b> A pesquisa oferece recursos que permitem ampliar a acessibilidade dos surdos ao audiovisual, potencializando sua participação na sociedade do conhecimento. Diante as diferentes visões a respeito da surdez e de preferências dos surdos adotou-se um enfoque que oferece recursos para acesso ao audiovisual tanto por meio da língua oral quanto por meio de LS. As possibilidades para desenvolvimento de artefatos de apoio fundamentaram-se na ideia de que o surdo pode conhecer tanto a língua portuguesa, para interação com a sociedade dos ouvintes, quanto a língua de sinais, como meio de comunicação efetivo no contexto da cultura surda. Este enfoque é inerente à acessibilidade do audiovisual visto que este é produzido em uma língua oral e o acesso dos surdos é ampliado quando seu conteúdo é traduzido para uma língua de sinais.</p> <p>Há de se notar que a produção audiovisual é predominantemente baseada na cultura oral e posteriormente oferecido ao surdo por meio do desenvolvimento de artefatos de apoio ao seu acesso. Porém o contrário também seria interessante, onde o ouvinte é apresentado ao conteúdo audiovisual originalmente sinalizado e inacessível a quem desconhece as LS, mas que se torna acessível com a dublagem oral ou legendagem escrita. (p.304)</p>

<b>TESE 3</b>
<b>TÍTULO:</b> Narrativas Hipermediáticas para Ambiente Virtual de Aprendizagem Inclusivo
<b>AUTOR/ANO:</b> Silvia Regina Pochmann de Quevedo, 2013 (não dá pra saber se o pesquisador é surdo ou não)
<b>DOUTORADO EM:</b> ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO <b>INSTITUIÇÃO:</b> Universidade federal de Santa Catarina
<b>TIPO DE PESQUISA:</b> Pesquisa Aplicada
<b>PROBLEMÁTICA CENTRAL:</b> Este trabalho apresenta um estudo para composição de ambientes virtuais de ensino inclusivos voltados para estudantes surdos e ouvintes, disponibilizando conteúdos similares em diferentes discursos narrativos.
<b>METODOLOGIA:</b> Depois de disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem (WEBGD Acessível), no contexto do projeto Educação Inclusiva: Ambiente web Acessível com Objetos de Aprendizagem para Representação Gráfica, os diferentes discursos narrativos foram apresentados aos potenciais estudantes para verificação de sua viabilidade no processo de ensino e aprendizagem. O processo de verificação foi desenvolvido através da prática de grupos focais compostos conjuntamente por usuários finais. Para esta pesquisa foram realizadas quatro sessões de testes das narrativas, com sucessiva discussão em grupos focais e aplicação de questionário, com um total de 26 alunos.
<b>PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:</b> Pesquisa bibliográfica, Realização de grupos focais, aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas, análise de discursos
<b>POPULAÇÃO ESTUDADA:</b> 26 alunos entre surdos que falavam libras, ouvintes que falavam português e libras, e ouvintes que só falavam português
<b>CONCLUSÕES:</b> A convergência conceitual desta tese permitiu avançar na instrumentalização tecnológica de um ambiente virtual bilíngue, valendo-se do ambiente virtual WebGD Acessível e de suas narrativas como processos potencializadores de compartilhamento para, com a commodity chamada informação, gerar mais conhecimento e daí à inovação. Por isso, a principal contribuição desta tese reside nas diretrizes sugeridas a um ambiente virtual de aprendizagem. (p.352)  Na perspectiva adotada para este trabalho conclui-se que a aprendizagem por meio de diferentes gêneros de narrativas se dá para todos os alunos, independentemente de seu perfil, atendendo às diferentes formas que o aluno gosta de aprender, para que aprenda mais e melhor. Daí a importância de diferentes narrativas, que se amplia ainda mais, a partir da constatação de que elas podem servir como principal elemento demarcador do modelo de usuário em um sistema hiper-mídia. O ambiente virtual de aprendizagem inclusivo para o aluno surdo poderá ser acessado não pela diferença imposta pela “deficiência”, mas pela narrativa que o aluno mais gosta de aprender. (p.353)  Especialmente as revisões manual e sistemática demonstraram as grandes

dificuldades do aluno surdo para com a Língua Portuguesa (p.353)

Viu-se que limitações cognitivas ou afetivas para os surdos são decorrentes do que lhes é oferecido pelo grupo social em que convivem, o que em muitos casos contribui para corroborar sua condição de surdo como “deficiente”, “diferente” e não pela singularidade que essa mesma condição oferece. (p.354-355).

As causas sociais que envolvem a questão da surdez podem ser superadas. Faltam dados estatísticos específicos à singularidade do sujeito para compor as políticas públicas de educação de acordo com seus interesses, pois são esses dados, dispostos de forma a propiciar informação, que determinam quanto, como e onde devem ser utilizadas as verbas públicas. (p.355)

(...)ambientes virtuais de aprendizagem se mostram adequados para uma efetiva educação inclusiva e bilíngue para surdos e ouvintes. (p.356)

#### TESE 4

**TÍTULO:** Diretrizes para Projeto de Recursos Educacionais Digitais Voltados à Educação Bilíngue de Surdos

**AUTOR/ANO:** Maria Nilza Oliveira Quixaba, 2017  
(não possível saber se o autor não é surdo)

**DOUTORADO EM:** INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO  
**INSTITUIÇÃO:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**TIPO DE PESQUISA:** Pesquisa Aplicada

**PROBLEMÁTICA CENTRAL:** Este é um dos estudos que indica a necessidade de pensar em diretrizes para o projeto de recursos educacionais digitais que auxiliem na educação bilíngue do público surdo. Quais diretrizes emergem a partir da revisão bibliográfica e interação com especialistas, que possam apoiar projeto de recursos educacionais digitais voltados à educação bilíngue de surdos?

**METODOLOGIA:** Mapa de conceitos de Trochim que contem 5 etapas: a) preparação (coleta de fontes bibliográficas e entrevistas), b) compilação, c) estruturação, d) representação e) elaboração do conjunto final.

**PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:** Pesquisa bibliográfica, entrevistas com 16 profissionais bilíngues inicialmente e com mais 13 numa segunda fase, técnicas de observação participante

**POPULAÇÃO ESTUDADA:**

**CONCLUSÕES:** O trabalho de pesquisa realizado possibilitou a elaboração de 33 diretrizes que podem auxiliar designers na produção de materiais direcionados à educação bilíngue dos surdos.

#### TESE 5

<b>TÍTULO:</b> Diretrizes para Desenvolvimento de Ícones Digitais Acessíveis ao Público Surdo
<b>AUTOR/ANO:</b> Armando Cardoso Ribas, 2018 (não é possível saber se o pesquisador é surdo ou não, mas parece que não)
<b>DOUTORADO EM:</b> ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO <b>INSTITUIÇÃO:</b> Universidade Federal de Santa Catarina
<b>TIPO DE PESQUISA:</b> Pesquisa Aplicada
<b>PROBLEMÁTICA CENTRAL:</b> Diante da constatação de que o conhecimento da língua utilizada nos sistemas digitais é fundamental para uma navegação bem sucedida e de que os usuários surdos podem encontrar problemas devida a ausência da audição na navegação online; o autor observa a necessidade de desenvolvimento de ícones acessíveis para usuário surdo, visto que estes demonstram-se incompletos ou inexistentes. O autor também observa a inexistência de diretrizes específicas que atendam as características dos usuários surdos.
<b>METODOLOGIA:</b> O trabalho foi dividido nas seguintes etapas: a aplicação de um questionário juntamente com uma entrevista com surdos; levantamento de diretrizes existentes para desenvolvimento de ícones; teste e verificação da aplicabilidade dessas atuais diretrizes; e entrevista com grupo focal de surdos verificado quais são os principais problemas encontrados por este público quando navegam em um site ou sistema digital. Posteriormente, com base nas etapas anteriores e nas características da cultura surda, foram criadas as diretrizes que foram devidamente experimentadas junto aos desenvolvedores de ícones, para verificar a sua aplicabilidade para a confecção de ícones para pessoas surdas.
<b>PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:</b> Revisão Sistemática da Literatura, Pesquisa de campo com surdos, buscando identificar a compreensibilidade dos elementos visuais ícones do editor de texto Word e do editor de slide Power Point, Pesquisa de campo com surdos, buscando identificar problemas e sugestões para melhoria de elementos icônicos acessíveis, Pesquisa de campo com desenvolvedores de ícones para verificar sua compreensão das recomendações já criadas, Pesquisa de campo com desenvolvedores de ícones para verificar sua compreensão das recomendações desenvolvidas por este autor. Grupos focais
<b>POPULAÇÃO ESTUDADA:</b> 12 participantes, todos surdos congênitos com domínio de Libras e cursando graduação
<b>CONCLUSÕES:</b> O conhecimento da língua utilizada nos sistemas digitais é determinante para uma navegação bem-sucedida. No que se refere aos surdos pré-linguísticos, no entanto, essa estimativa (língua e sistema) fica comprometida, porque os links não estão disponíveis na linguagem adequada da cultura dos surdos. Assim, enquanto localizam a informação, os surdos se deparam com palavras ambíguas ou textos que os distraem, que os levam a realizar entendimentos incorretos e a acessar de forma equivocada uma página, site ou aplicativo, prejudicando a localização da informação pretendida. As pesquisas até então realizadas estavam incompletas, e que muito ainda estava por se fazer para que questões semânticas e do design de ícones pudessem, de fato, contribuir para facilitar a navegação de surdos em sites, sistemas ou aplicativos. Sem dispor de diretrizes de como produzir materiais para a web, tradutores/intérpretes, designers e webdesigners não poderiam desenvolver websites adequados às necessidades dos usuários surdos. Com base no exposto, o cerne dessa pesquisa passou a ser a proposição de diretrizes para a criação de ícones acessíveis

voltadas para surdos pré-linguísticos (p. 153). Em relação à contribuição dos ícones, percebeu-se com este estudo que quando os surdos são guiados por eles, surdos tendem a navegar melhor, de maneira que não abandonarão o sistema (p.155)

#### TESE 6

**TÍTULO:** Aprendizagem de escrita de língua de sinais pelo sistema SignWriting: línguas de sinais no papel e no computador

**AUTOR/ANO:** Marianne Rossi Stumpf, 2005 (é surda)

**DOUTORADO EM:** INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO  
**INSTITUIÇÃO:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**TIPO DE PESQUISA:** Pesquisa exploratória, Pesquisa-Ação

**PROBLEMÁTICA CENTRAL:** A tese busca compreender como o sistema SignWriting pode servir de suporte a uma nova proposta pedagógica ao ensino da língua de sinais e letramento para crianças surdas usuárias da LIBRAS e Língua de Sinais Francesa.

**METODOLOGIA:** A pesquisa parte de relatos de vida da pesquisadora e do apoio teórico utilizado para compreender o ensino de língua de sinais para crianças surdas em uma escola brasileira (introduzindo o SignWriting e um software de apoio) e em três escolas francesas, para avaliar as contribuições da tecnologia na apropriação da língua de sinais.

**PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:** observação participante, aplicação de diversas atividades, relatos de experiências

**POPULAÇÃO ESTUDADA:** 7 alunos de uma escola brasileira entre 8 e 10 anos de idade, 29 alunos de uma escola francesa com faixa etária entre 5 a 15 anos.

**CONCLUSÕES:** A incorporação de da escrita da língua de sinais na educação de crianças surdas pode contribuir para o avanço na consolidação de uma educação bilíngue. O uso do computador possibilita novas alternativas de comunicação para pessoas surdas e, por isso, importante recurso no processo de aprendizagem das crianças. Editores de texto como SignWriter ou SW-Edit torna as aulas mais atrativas do que um editor de textos em português, embora tenha suas limitações. As novas tecnologias podem contribuir muito com a melhorias dos processos comunicativos dos surdos, possibilitando maior independência e maior participação nos diversos campos da atividade humana. Porém, está intimamente relacionado ao grau de escolarização e compreensão da leitura e escrita.

#### TESE 7

<p><b>TÍTULO:</b> Gamificação em Histórias em Quadrinhos Hipermídia: diretrizes para a construção de objeto de aprendizagem acessível</p>
<p><b>AUTOR/ANO:</b> Raul Inácio Busarello, 2016(não é surdo)</p>
<p><b>DOUTORADO EM:</b> ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO <b>INSTITUIÇÃO:</b> Universidade Federal da Santa Catarina</p>
<p><b>TIPO DE PESQUISA:</b> Pesquisa qualitativa, exploratória, pesquisa aplicada</p>
<p><b>PROBLEMÁTICA CENTRAL:</b> O autor propõe a utilização de objetos de aprendizagem formados por histórias em quadrinhos hipermídia, como ferramenta para o ensino de geometria descritiva partindo das características da linguagem do aluno surdo. Entretanto, observou-se que a utilização de recursos de gamificação poderiam resultar efeitos positivos se aplicados ao projeto, o levou o autor a na busca da identificação de quais elementos de gamificação contribuem para a construção de objetos de aprendizagem em quadrinhos hipermídia. Nesse contexto, esta tese investiga como desenvolver um objeto de aprendizagem em histórias e quadrinhos hipermídia, utilizando os conceitos e possibilidades da gamificação, contribuindo para a motivação e geração de conhecimento de alunos surdo. Como desenvolver um objeto de aprendizagem em histórias e quadrinhos hipermídia, utilizando os conceitos e possibilidades da gamificação, contribuindo para a motivação e geração de conhecimento de alunos surdos?</p>
<p><b>METODOLOGIA:</b> A metodologia adotada tem base qualitativa, ancorada em pesquisa exploratória. Assim, dividiu-se a pesquisa em quatro fases: 1. Contemplando revisões sistemáticas para a produção teórica e bibliográfica sobre motivações de aprendizagem do aluno surdo e gamificação; 2. Construção do objeto de aprendizagem com base na linguagem de histórias em quadrinhos estruturada em mecânicas de gamificação, onde a narrativa fantasiosa serve como motivador ao aluno, engajando-o a aprender através do domínio disposto ao longo da história, resolvendo problemas na trama com base no conhecimento adquirido; 3. Testagem do objeto de aprendizagem com um grupo de alunos surdos voluntários do Instituto Santa Teresinha – SP; 4. A Coleta de dados se deu através de questionário de perfil do aluno, questionário de grau de motivação, exercícios e grupo focal.</p> <p><b>PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:</b> Revisão bibliográfica, aplicação de questionário e realização de grupos focal.</p> <p><b>POPULAÇÃO ESTUDADA:</b> 19 indivíduos surdos – totais ou parciais –, alunos do Instituto Santa Terezinha de São Paulo –SP, alfabetizados na Língua Portuguesa Brasileira e na Língua Brasileira de Sinais, maiores de 16 anos de idade, que não tenham tido contato com o domínio de sólidos – disciplina de representação gráfica – e que estejam vinculados a alguma instituição de ensino para surdos.</p>
<p><b>CONCLUSÕES:</b> Como resultado obteve-se indícios positivos sobre a capacidade do objeto de aprendizagem motivar os alunos surdos durante o processo de aprendizagem. Elementos da gamificação como a utilização de narrativas fantasiosas, desafios, crescimento de níveis de habilidades, mistério e capacidade do aluno compreender e interferir na sua forma de aprender, somados às características visuais dos quadrinhos, contribuíram para a motivação e aprendizagem do aluno. Apesar da língua portuguesa escrita ser um problema no fator comunicacional, a visualidade do artefato contribui para o entendimento do domínio e história. De forma geral o objeto de aprendizagem se mostrou como inovador ao público, favorecendo</p>

uma experiência ímpar como o conteúdo do domínio. Por fim, foram estabelecidas sete diretrizes que exploram a resposta à questão desta tese. Entre as diretrizes destacam-se:

**1. A linguagem adotada no objeto:** a linguagem adotada no objeto deve possibilitar a compreensão do conteúdo e favorecer a motivação do estudante. Esta diretriz é subdividida em três tópicos que contemplam: 1. A utilização de imagens sequenciais familiares ao público, criando assim um vínculo entre aluno e mídia principal do artefato; 2. Utilização de pouca quantidade de textos em língua portuguesa escritos e comuns ao público surdo (p.317)

**2. A concepção das metas e regras de aprendizagem:** estabelece que as regras e metas tanto da aprendizagem, como da história e da interação devem ser desenvolvidas de forma que fiquem claras e sejam enfatizadas nos elementos que constituem o objeto. (p.317 e 318)

**3. A construção da narrativa fantasiosa:** favorece o estímulo da história para o aluno.

**4. A tradução e fragmentação do conteúdo de domínio:** favorecendo o reconhecimento e a visualização de sentido por parte do aluno

**5. Os caminhos para o acompanhamento da aprendizagem:** forma da construção da narrativa possibilita que os elementos da trama forneçam ao aluno informações sobre seu processo de aprendizagem.

**6. As possibilidades de socialização do objeto:** investe em formas de comunicação on-line, através de mecânicas que abordam a curiosidade, o desafio e a competição.

**7. A interface de apresentação do objeto:** as interfaces devem possibilitar a imersão do aluno e a facilidade na visualização e reconhecimento dos comandos e links para o conteúdo de domínio.

## TESE 8

**TÍTULO:** Ambiente Virtual para ajudar surdos na construção de frases com diferentes tempos verbais

**AUTOR/ANO:** João Carlos Lopes Fernandes, 2016(não é possível saber se o autor é ou não surdo)

**DOUTORADO EM:** ENGENHARIA BIOMÉDICA  
**INSTITUIÇÃO:** Universidade de Mogi das Cruzes

**TIPO DE PESQUISA:** Pesquisa Aplicada

**PROBLEMÁTICA CENTRAL:** Este trabalho apresenta um ambiente virtual de aprendizagem (AVA) concebido para auxiliar o discente surdo na melhoria do seu desempenho na linguagem escrita.

**METODOLOGIA:** A pesquisa foi dividida em duas fases. Na primeira foi criado um ambiente virtual de aprendizagem, o que possui cinco fases com níveis de

dificuldade crescente, com frases compostas de lacunas a serem preenchidas e um vídeo explicativo da situação que era apresentada na figura que ilustrava a cena. Na segunda fase foram selecionados 26 alunos para utilização do AVA dentre na Escola Municipal de Educação Especial Neusa Basseto. Os alunos foram separados em dois grupos, o Grupo Controle (GC) com 11 alunos que obtiveram um melhor resultado em oQ1 e possuíam melhor desempenho acadêmico (informação recebida dos professores), e o Grupo Experimental (GE) com 11 alunos. Os dois grupos continuaram assistindo as aulas normais e o GE utilizou também o AVA no laboratório de informática. Em seguida, aplicou-se outro questionário (Q2) também em papel para observar se o GE após o uso do AVA havia se aproximado dos resultados do GC.

**PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:** questionários

**POPULAÇÃO ESTUDADA:** 15 discentes com média de idade de 11 a 15 anos para utilização do AVA dentre os 31 voluntários da pesquisa realizada na Escola Municipal de Educação Especial Neusa Basseto.

**CONCLUSÕES:** Os resultados estatísticos garantiram a eficácia do AVA, que poderá também ser utilizado para outros idiomas e diferentes disciplinas. Para isso, é necessário apenas substituir os vídeos, imagens e lacunas (gaps), o que poderá ser executado pelo próprio professor.

## TESE 9

**TÍTULO:** Pesquisa-ação na Construção de insumos conceituais para um ambiente computacional de apoio ao letramento bilíngue de crianças surdas

**AUTOR/ANO:** Juliana Bueno, 2014(não é surda)

**DOUTORADO EM:** INFORMÁTICA  
**INSTITUIÇÃO:** Universidade Federal do Paraná

**TIPO DE PESQUISA:** Pesquisa-ação

**PROBLEMÁTICA CENTRAL:** Como a escola bilíngue ainda não possui um ensino/aprendizagem bilíngue, que dê peso igual ao ensino das duas línguas propostas, nem muito menos explora o artefato computacional como recurso de apoio à aquisição de conhecimento por parte do alunado surdo,; este trabalho propõe mudanças no âmbito escolar bilíngue surdo, unindo teoria e prática em um projeto de letramento bilíngue estruturado e sistematizado, principalmente, pelos princípios do Letramento pela Via Direta.

**METODOLOGIA:** a metodologia adotada ao longo do trabalho foi interdisciplinar e abrangeu temas relacionados à Ciência da Computação (IHC e Informática na Educação), Linguística (Letramento) e Educação de Surdos. Utilizou-se como principais referenciais teóricos: aquisição de linguagem, letramento e Pesquisa-Ação

**PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:** Revisão de literatura, trabalho de campo

**POPULAÇÃO ESTUDADA:** 4 alunos surdos, fluentes em Libras e estudantes do 3o ano do Ensino Fundamental de uma escola bilíngue de surdos, localizada na Região Metropolitana de Curitiba, que atende crianças surdas desde a Educação Infantil até o 5o ano do Ensino Fundamental e mais alunos surdos no EJA.

**CONCLUSÕES:** Os resultados das atividades junto aos alunos foram satisfatórios e continuaram em um processo de melhoria das aulas de letramento da professora e um maior interesse e produtividade na Língua Portuguesa escrita dos alunos participantes e demais alunos que vieram a trabalhar neste contexto de letramento posteriormente.

## TESE 10

**TÍTULO:** 'Recomendações para a Criação de Pistas Proximais de Navegação em Websites voltadas para Surdos Pré-Linguísticos'

**AUTOR/ANO:** Carla da Silva Flor, 2016 (não é surda)

**DOUTORADO EM:** ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO  
**INSTITUIÇÃO:** Universidade Federal de Santa Catarina

**TIPO DE PESQUISA:** Pesquisa Aplicada

**PROBLEMÁTICA CENTRAL:** Uma das teorias que estuda o comportamento desses usuários no processo de busca é a Coleta de Informações. Basicamente, essa teoria baseia-se na percepção subjetiva do valor que as pessoas calculam enquanto acessam pistas proximais (hiperlinks de texto, ícones, etc.). Essa teoria acredita que o sucesso em uma busca por navegação depende da análise semântica, realizada pelos usuários, da proximidade entre o hiperlink acessado e o conteúdo que se deseja encontrar, portanto, o conhecimento da língua utilizada no website é de fundamental importância para uma busca bem-sucedida. No entanto, devido à insuficiência na alfabetização de surdos pré-linguísticos ocasionada pela ausência do input auditivo, eles apresentam relevantes dificuldades de navegação em websites, que vão desde à confusão na escolha dos hipertextos, provocada pela semelhança visual e semântica entre as palavras, e problema de compreensão da leitura. Em face do exposto, o objetivo traçado para esse trabalho foi propor recomendações para a criação de pistas proximais de navegação em websites voltadas para surdos pré-linguísticos.

**METODOLOGIA:** Com base nos resultados obtidos no trabalho de campo e na revisão bibliográfica, elaborou-se um protótipo de website que serviu de base para a aplicação de testes empíricos de usabilidade e de entrevistas semiestruturadas com participantes surdos.

**PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:** pesquisas bibliográficas e estudos de campo, entrevistas semiestruturadas

**POPULAÇÃO ESTUDADA:** 11 tradutores/intérpretes de Libras/ Português que possuem de um ano e meio a 20 anos de experiência na área; 31 pessoas surdas.

**CONCLUSÕES:** Ao final, obteve-se um conjunto de 40 recomendações, divididas por sete diretrizes principais, que versam sobre aspectos semânticos, clareza e design das pistas proximais em língua de sinais, aspectos semânticos e design das pistas proximais em imagens, combinação entre os formatos das pistas (texto, imagem

e vídeos em língua de sinais), navegação do website e aspectos gerais que melhoram o desempenho dos usuários surdos. Espera-se que com essas recomendações, designers, websigners e tradutores/intérpretes de português-Libras possam se guiar para elaborar projetos de websites mais acessíveis a surdos pré-linguísticos

#### TESE 11

**TÍTULO:**InCoP: Um Framework Conceitual para o Design de Ambientes Colaborativos Inclusivos para Surdos e Não Surdos de Cultivo a Comunidades de Prática

**AUTOR/ANO:** Daniela de Freitas Guilhermino Trindade, 2013 (Parece que não é surda)

**DOUTORADO EM:** INFORMÁTICA  
**INSTITUIÇÃO:** Universidade Federal do Paraná

**TIPO DE PESQUISA:** Pesquisa Aplicada

**PROBLEMÁTICA CENTRAL:** O presente trabalho estuda o processo de criação do conhecimento em uma Comunidade de Prática (CoP) em torno do domínio da Libras (Língua Brasileira de Sinais) formada por surdos e não-surdos. As observações permitiram determinar alguns aspectos, que foram compilados e apresentados como um framework conceitual para apoiar o design de ambientes colaborativos virtuais de cultivo à CoP inclusivos aos surdos. A inclusão, neste contexto, implica, principalmente, em garantir a possibilidade de mediação de um intérprete para a comunicação.

**METODOLOGIA:** Foi realizada uma pesquisa junto à comunidade surda para saber quais as dificuldades enfrentadas por essas pessoas no uso dos recursos da internet e quais as orientações dos organismos oficiais sobre os protocolos para elaboração de recursos digitais para pessoas surdas. Em seguida foi criado um framework voltado para este público, que posteriormente foi testado junto a eles por meio de uma videoconferência.

**PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:** Revisão de literatura, estudo etnográfico, elaboração e aplicação de um framework, entrevistas, análise de documentos

**POPULAÇÃO ESTUDADA:** 3 representantes da comunidade surda, 1 intérprete de Libras, 4 ouvintes voluntário

#### CONCLUSÕES:

Os surdos necessitam de ferramentas computacionais que levem em conta as suas peculiaridades para que possam realizar todas as suas possibilidades humanas. Interações por meio de atividades colaborativas mediadas por computadores são relevantes para a formação do surdo e podem contribuir para a criação da sua identidade (p. 138).

- Para promover a construção do conhecimento entre surdos e não surdos é preciso, dentre outras coisas: oferecer ferramentas para a comunicação, entre os diferentes perfis de atores, e de apoio linguístico (dicionários e tradutores); utilizar formas de apresentação e estruturação da informação adequada aos surdos (vídeo,

escrita de sinais), além daquelas próprias dos não-surdos; garantir a exibição adequada do falante corrente para permitir e facilitar a percepção, pelo intérprete, para possibilitar a tradução e a intervenção quando necessária; garantir a exibição adequada do intérprete para permitir aos surdos a compreensão das mensagens; fornecer apoio para que toda a informação do ambiente (instruções, artefato...) seja útil.

- Com relação à comunicação, associada aos atos de fala, à organização conversacional e aos princípios de cooperação, verificou-se que: para garantir a comunicação síncrona entre os diferentes perfis de participantes (língua visual-gestual e língua falada) é preciso a mediação de um intérprete; os ambientes criados para dar suporte às CoPs, desencadeiam um proeminente uso de perguntas e respostas (ação e reação), o que minimiza as dificuldades de organização de turnos de comunicação e de sequências interativas neste ambiente de interação envolvendo duas línguas distintas; o estabelecimento e a formalização de protocolos sociais podem ser úteis para organizar a comunicação (turnos e sequências) e o processo de correção em interações síncronas; é importante utilizar mecanismos de percepção que situem o foco da exibição do contexto no ator corrente; é preciso diferenciar as responsabilidades para apoiar o alcance dos objetivos no ambiente de colaboração (p. 139-140).

## TESE 12

**TÍTULO:** Arquitetura Pedagógica Computacional para Interações Intelectuais entre Crianças Surdas e Pais não-Surdos em Libras e Português

**AUTOR/ANO:** Cayley Guimaraes, 2013  
(não é possível saber se o autor é ou não surdo)

**DOUTORADO EM:** INFORMÁTICA  
**INSTITUIÇÃO:** Universidade Federal do Paraná

**TIPO DE PESQUISA:** Pesquisa Aplicada

**PROBLEMÁTICA CENTRAL:** É possível construir uma metodologia etnográfica para a criação de Arquitetura Pedagógica Computacional que auxilie no desenvolvimento de ferramentas tecnológicas para mediar o processo comunicacional e educacional entre crianças Surdas e pais não-Surdos que sirvam de apoio às Interações Intelectuais dentro de uma abordagem de Letramento Bilíngue em Libras e Português. Temos, portanto, como objetivo geral, para provar tal tese, o desenvolvimento de um meta-ambiente conceitual sob a forma de um “framework” para auxiliar a comunidade de Surdos e os desenvolvedores a construir as ferramentas computacionais intelectuais que promovam as Interações Intelectuais, para cultivar o bilinguismo.

**METODOLOGIA:** Após realizar uma pesquisa bibliográfica sobre as necessidades das pessoas surdas e com a ajuda de pais, professores, psicólogos, assistentes sociais e interpretes de libras, o autor desenvolveu um framework para surdos. Em seguida realizou um estudo de caso para testar a ferramenta.

**PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:** estudo de caso, observação de campo, aplicação de questionários, entrevistas.

<p><b>POPULAÇÃO ESTUDADA:</b> pais, psicólogos, 5 professores de Libras, cientistas da computação, assistentes sociais ligados a causa dos surdos. Também 25 crianças surdas com idades entre 7 e 12 anos.</p>
<p><b>CONCLUSÕES:</b> Ao constatar a ausência e/ou inadequação de ferramentas para o letramento bilíngue, criou-se um framework, com requisitos computacionais para Sistemas de Informação, Visão Computacional e Sistemas de Saúde voltados para as necessidades dos Surdos.</p>

<p><b>TESE 13</b></p>
<p><b>TÍTULO:</b>Proposta de um Modelo Computacional para Representação de Sinais em uma Arquitetura de Serviços HCI-SL para Línguas de Sinais</p>
<p><b>AUTOR/ANO:</b> Diego Roberto Antunes, 2015 (não é possível saber se o autor é ou não surdo)</p>
<p><b>DOUTORADO EM:</b> INFORMÁTICA <b>INSTITUIÇÃO:</b> Universidade Federal do Paraná</p>
<p><b>TIPO DE PESQUISA:</b> Pesquisa Aplicada</p>
<p><b>PROBLEMÁTICA CENTRAL:</b> A tese explora as necessidades reais dos surdos e investiga as LS, sua estrutura e a forma de utilizá-las para a construção de ferramentas computacionais que auxiliem estes usuários no acesso à informação e ao conhecimento e tem o intuito de criar ferramentas para o usuário final que proporcionem acessibilidade e ofereçam uma interações satisfatória por meio das LS.</p>
<p><b>METODOLOGIA:</b> Pesquisa bibliográfica sobre as línguas de sinais e sobre as modelagens existentes nas Ciências da Computação para representar as línguas de sinais e os movimentos humanos. Em seguida, procedeu a formalização de um framework para colaborar na construção de um modelo computacional para representação de sinais visando permitir e facilitar a aprendizagem. Ao final, explorou a aplicabilidade do modelo em contextos reais em conjunto com outras pesquisas de doutorado.</p> <p><b>PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:</b> pesquisa bibliográfica,</p>
<p><b>POPULAÇÃO ESTUDADA:</b></p> <p><b>CONCLUSÕES:</b> A hipótese adotada nesta pesquisa é de que o desenvolvimento desta arquitetura e a solução dos seus subproblemas computacionais e linguísticos é um requisito para a construção de aplicativos e de sistemas para o usuário final que promovam o acesso à informação e ao conhecimento por meio de uma língua de sinais, alavancando a inclusão destas comunidades na sociedade.</p> <p>Além do desenvolvimento do CORE-SL em si, a tese apresentou um conjunto de processos, metodologias e discussões computacionais sobre os diversos aspectos técnicos relacionados à representação dos sinais, proporcionando resultados importantes para a continuidade das pesquisas na Arquitetura HCI-SL.</p>

<b>TESE 14</b>
<b>TÍTULO:</b> Visualização do Conhecimento por Meio de Narrativas Infográficas na Web Voltadas para Surdos em Comunidades de Práticas
<b>AUTOR/ANO:</b> Mariana Lapolli, 2014 (não é possível saber se o autor é ou não surdo)
<b>DOUTORADO EM:</b> ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO <b>INSTITUIÇÃO:</b> Universidade Federal de Santa Catarina
<b>TIPO DE PESQUISA:</b> Pesquisa Aplicada
<b>PROBLEMÁTICA CENTRAL:</b> Como a visualização do conhecimento por meio de narrativas infográficas na web pode contribuir para a aprendizagem de surdos em comunidades de prática - CoPs?
<b>METODOLOGIA:</b> Foi estabelecido um fluxograma de trabalho envolvendo etapas cuja execução possibilitou reflexões sobre como a visualização do conhecimento por meio de narrativas infográficas na web pode contribuir para a aprendizagem de surdos em CoPs. Neste processo, diversos pontos foram levantados, confirmando a hipótese delineada e mostrando tópicos que devem ser levados em consideração pela equipe de elaboração de narrativas infográficas na web no intuito que essa forma de visualizar o conhecimento de fato contribua para a aprendizagem de surdos em CoPs. Primeiro foi realizada uma pesquisa bibliográfica. Em seguida, foram selecionadas pessoas para compor uma equipe multidisciplinar que trabalhou na elaboração de uma infografia na web com fins educativos. Quando se chegou à versão final dos <i>storyboards</i> , as telas foram escolhidas, os softwares para a criação do material visual. Com o material finalizado pelos designers, foi necessário dialogar com os programadores para explicar como deveria funcionar a narrativa infográfica. A verificação das narrativas infográficas desenvolvidas para a aprendizagem de surdos em CoPs foi realizada primeiramente com dois grupos compostos por pessoas surdas e ouvintes e, posteriormente, com especialistas na área de infografia e visualização.
<b>PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:</b> Pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestruturadas, observação de campo.
<b>POPULAÇÃO ESTUDADA:</b> um grupo de 22 pessoas que possuíam alguma intimidade com ambientes virtuais, composto por pessoas surdas e ouvintes.
<b>CONCLUSÕES:</b> As narrativas infográficas na web devem ser criativas e representar uma forma inovadora para a aprendizagem, despertando a curiosidade do intérprete. Devem ter elementos persuasivos e informativos, com uma interface curiosa de abertura que serve de sumário mostrando o que tem dentro do documento. Os ícones devem ser rapidamente entendidos, fáceis de decodificar, reconhecíveis e relacionados ao que vai acontecer quando clicado. Para acessar os links, deve haver uma hierarquia, estando ativos primeiramente aqueles com conteúdos mais simples e, à medida que complexidade aumenta, novos links vão sendo ativados. (p.195) As narrativas infográficas na web devem funcionar de maneira simples sem necessidade de explicações. Elas devem ter a menor quantidade de texto possível, colocando apenas um título ou um texto explicativo em cada tela para que se saiba qual é o seu objetivo. os textos em português devem ser curtos e simples e a tradução para LIBRAS é essencial. Uma proposta para não poluir o ambiente com janelas de vídeo

é colocar um pequeno link ao lado do texto em português que, ao ser clicado, abra o vídeo com o intérprete de LIBRAS. A janela do vídeo em LIBRAS deve ter um tamanho que permita visualizar bem os 197 movimentos das mãos e a expressão facial do intérprete da língua de sinais. Sobre a tradução dos vídeos, alguns surdos defendem que ela deveria ser um pouco mais extensa que os textos apresentados em português, explicando o conteúdo de forma mais detalhada. (p.196-197)

percebe-se que ao longo desta pesquisa que a visualização do conhecimento por meio de narrativas infográficas na web contribui para a aprendizagem de surdos em CoPs (199).

### TESE 15

**TÍTULO:** Uma Solução para Geração Automática de Trilhas em Língua Brasileira de Sinais em Conteúdos Multimídia

**AUTOR/ANO:** Tiago Maritan Ugulino de Araujo, 2012 (não é possível saber se o autor é ou não surdo)

**DOUTORADO EM:** ENGENHARIA ELÉTRICA  
**INSTITUIÇÃO:** Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**TIPO DE PESQUISA:** Pesquisa Aplicada

**PROBLEMÁTICA CENTRAL:** A pesquisa busca uma solução para a geração automática de trilhas de LIBRAS em conteúdos multimídias para melhorar o acesso dos surdos às Tecnologias da Informação e da Comunicação.

**METODOLOGIA:** Foi realizada uma pesquisa bibliográfica a respeito de um tipo de linguagem que permita descrever regras de tradução em língua portuguesa para glosa. Em seguida foi desenvolvida uma ferramenta para permitir a definição de sinais e regras de tradução segundo as linguagens de descrição. Após foi realizada a implementação desta solução as plataformas de TV Digital, Web w Cinema Digital. Ao final, fez-se a experimentação com surdos brasileiros.

**PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:** Pesquisa bibliográfica, aplicação de questionários

**POPULAÇÃO ESTUDADA:** 20 usuários surdos de 13 a 56 anos.

**CONCLUSÕES:** Os resultados mostraram que a solução proposta é eficiente e capaz de gerar em embarcar as trilhas de LIBRAS em diferentes conteúdos e cenários.

### TESE 16

**TÍTULO:** Sistema de Transcrição da Língua Brasileira de Sinais Voltado à Produção de Conteúdo Sinalizado por Avatares

**AUTOR/ANO:** Wanessa Machado do Amaral, 2012 (não é possível saber se o autor é ou não surdo)

<p><b>DOUTORADO EM:</b> ENGENHARIA ELÉTRICA  <b>INSTITUIÇÃO:</b> Universidade Estadual de Campinas</p>
<p><b>TIPO DE PESQUISA:</b> Pesquisa Aplicada</p>
<p><b>PROBLEMÁTICA CENTRAL:</b> Sistemas de transcrição foram desenvolvidos para as línguas de sinais. Porém, uma vez que não foram criados com o intuito de gerar animações por computador, estes sistemas de transcrição possuem limitações, tais como ambiguidades ou omissão de informações, dificultando seu uso para os propósitos deste trabalho. Este trabalho propõe um sistema de transcrição para a reprodução computacional e em tempo real de conteúdo em língua de sinais através de um agente virtual sinalizador, modelo tridimensional que representa uma figura humana e que articula os sinais de libras.</p>
<p><b>METODOLOGIA:</b> Primeiro foi realizada uma revisão bibliográfica sobre sistemas de transcrição. Em seguida foi criado um sistema de transcrição de sinais e um de enunciados em língua de sinais, além da apresentação dos detalhes da implementação do agente virtual sinalizador que utiliza o sistema de transcrição proposto para realizar a animação.</p> <p><b>PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:</b> Pesquisa bibliográfica</p> <p><b>POPULAÇÃO ESTUDADA:</b> 33 pessoas (16 surdas e 17 ouvintes) fluentes em libras, com idades entre 12 a 35 anos.</p>
<p><b>CONCLUSÕES:</b> As contribuições diretas deste trabalho são: a) uma contribuição é a análise e o levantamento de quais características são necessárias e suficientes para a descrição de sinais da libras para posterior animação de personagens 3D. b) o trabalho oferece um sistema de transcrição da libras que descreve os sinais através das características identificadas, organizando as informações de forma hierárquica e explícita. c) foi implementada uma ferramenta que lê os sinais transcritos pelo sistema proposto e gera conteúdo sinalizado. A ferramenta é independente de personagem 3D e foi avaliada, pelos próprios deficientes auditivos, sendo que os resultados revelaram que os sinais transcritos e animados pelo personagem 3D são inteligíveis. Uma grande contribuição deste trabalho para pesquisas futuras é oferecer um mecanismo para a criação de sistemas de tradução, que em tempo real transformem qualquer língua escrita, como por exemplo o português, em libras, para a posterior reprodução computacional de conteúdo sinalizado. Uma vez que os softwares de tradução existentes ainda possuem lacunas significativas mesmo entre duas línguas escritas (ou seja, a tradução de textos inglês – português por exemplo ainda não é completamente satisfatória) um sistema de tradução português - libras é uma interessante linha de pesquisa futura a este trabalho.</p>

<p><b>TESE 17</b></p>
<p><b>TÍTULO:</b> Abordagem Computacional para Criação de Neologismos Terminológicos em Línguas de Sinais</p>
<p><b>AUTOR/ANO:</b> Celso Luiz de Souza, 2018 (não é possível saber se o autor é ou não surdo)</p>
<p><b>DOUTORADO EM:</b> MODELAGEM MATEMÁTICA E COMPUTACIONAL  <b>INSTITUIÇÃO:</b> Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais</p>

<b>TIPO DE PESQUISA:</b> Pesquisa Aplicada
<b>PROBLEMÁTICA CENTRAL:</b> a presente tese apresenta uma abordagem inovadora para criação de neologismos terminológicos (sinais técnicos) para as áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (CTEM) em língua de sinais
<b>METODOLOGIA:</b> a presente tese apresenta uma abordagem inovadora para criação de neologismos terminológicos (sinais técnicos) para as áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (CTEM) em língua de sinais. Para avaliar a qualidade e a utilidade dos sinais técnicos criados por meio desta abordagem, considerou-se neste trabalho um estudo de caso no âmbito da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Em particular, foram avaliados sinais em Libras criados para conceitos técnicos da área de Desenho Arquitetônico. Constituiu-se, para este fim, um comitê avaliador composto por falantes de Libras e conhecedores de escrita de sinais, os quais realizaram suas avaliações tomando como base aspectos fonéticos, fonológicos e a própria estrutura morfológica da língua de sinais em questão.
<b>PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:</b> Estudo bibliográfico e trabalho de campo
<b>POPULAÇÃO ESTUDADA:</b> grupo de pessoas composto por falantes de Libras e conhecedores de escrita de sinais
<b>CONCLUSÕES:</b> Os resultados obtidos sugerem que a abordagem proposta é promissora, sendo que cerca de 60% dos novos sinais criados foram classificados com nível de satisfação similar àquele atribuído a sinais de uma base de dados de referência (criados manualmente), em uma escala de classificação de cinco níveis.

<b>TESE 18</b>
<b>TÍTULO:</b> CORE-SL-SW-GENERATOR: Gerador automático da escrita da Libras a partir de um modelo de especificação formal dos sinais
<b>AUTOR/ANO:</b> Carlos Eduardo Andrade Iatskiu, 2018 (não é possível saber se o autor é ou não surdo)
<b>DOUTORADO EM:</b> CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO <b>INSTITUIÇÃO:</b> Universidade Federal do Paraná
<b>TIPO DE PESQUISA:</b> Pesquisa Aplicada
<b>PROBLEMÁTICA CENTRAL:</b> Esta tese está inserida no contexto de uma Arquitetura de Interação Humano-Computador em Língua de Sinais (HCI-SL) que tem o intuito de dar suporte à criação de ferramentas e de aplicações para o usuário final que ofereçam uma interação de qualidade por meio das Línguas de Sinais e no Modelo Computacional para a representação de sinais das LS (CORE-SL), seu módulo principal, que permite a resolução de questões como armazenamento, indexação, recuperação, reconhecimento, reprodução, síntese, entre outras.
<b>METODOLOGIA:</b> Pesquisa exploratória em estudos já realizados pelo grupo de pesquisa, focados nas necessidades reais das comunidades Surdas e Análise

das ferramentas existentes na literatura de apoio, quanto ao uso do SignWriting, com o auxílio de especialistas em IHC, utilizando um conjunto de guidelines e heurísticas para entender o real problema do baixo uso de ferramenta. Em seguida, definição da plataforma, linguagem de desenvolvimento, framework e sistema de gestão de banco de dados para ser utilizado no desenvolvimento da ferramenta e de um mini-corpus da Libras retirado de um contexto real que seria utilizado nos experimentos de teste. Ao final, executar os experimentos de teste na ferramenta com o objetivo de aferir a qualidade da geração dos sinais em SignWriting, realizando a geração de um gíbi e realizar o comparativo dos sinais gerados com materiais pré-existentes na base da SignWriting.org.

**PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:** Pesquisa Bibliográfica, trabalho de campo.

**POPULAÇÃO ESTUDADA:**

**CONCLUSÕES:** Considerando a baixa eficiência das ferramentas existentes como uma das hipóteses da não apropriação deste sistema de escrita pelas comunidades Surdas ao redor do mundo, os resultados demonstraram que o Gerador de SignWriting permite não somente que os sinais sejam criados mais rapidamente pelo usuário a partir de sua especificação ao nos componentes dos sinais, mas, também, que eles surjam de forma automática como resultado de processos de interação usuário-sistema derivados da mesma Arquitetura, entre os quais a solicitação de acesso à informação associada a um verbete da Libras e a tradução de uma palavra da Língua Portuguesa em Língua de sinais. O gerador tem aplicação natural no contexto real de ensino/aprendizagem do SignWriting junto as comunidades Surdas, podendo, adicionalmente, ser parte da saída de uma ferramenta de consulta durante a atividade de escrita neste sistema de escrita das línguas de sinais. Por último, considerando que diversas línguas de sinais são compostas pelo mesmo conjunto de primitivas (tanto no nível fonológico da língua quanto no conjunto de primitivas de suas grafias), conjectura-se que o CORE-SL e a ferramenta podem gerar sinais para qualquer outra língua de sinais ou, em outras palavras, são universais. Como resultado concreto, foi fornecido uma ferramenta que pode ser integrada aos demais módulos da Arquitetura HCI-SL, a fim de que com a integração diversos outros serviços possam ser realizados

## TESE 19

**TÍTULO:** Os surdos em contexto digital: O encontro com a palavra escrita em língua portuguesa

**AUTOR/ANO:** Rosana Delmar de Lima Arcoverde, 2004 (não é possível saber se o autor é ou não surdo)

**DOUTORADO EM:** LINGÜÍSTICA APLICADA E ESTUDOS DA LINGUAGEM

**INSTITUIÇÃO:** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

**TIPO DE PESQUISA:** Não foi possível saber

**PROBLEMÁTICA CENTRAL:** Este estudo procura analisar em que medida as tecnologias digitais podem envolver surdos no uso social da linguagem

escrita/língua portuguesa e também as maneiras pelas quais interações entre surdos e ouvintes no contexto digital auxiliam nesse processo de apropriação.

**METODOLOGIA:** Além da pesquisa bibliográfica buscou-se criar situações em que práticas enunciativo discursivas pudessem ser exercidas, através de um Website - Oficina de Roteiros e de ferramentas de Comunicação (Chat, e-mail, lista de discussão). Uma análise qualitativa dos dados é apresentada em dois blocos. No primeiro, refletimos sobre os usos das tecnologias digitais e a qualidade desses usos e discutimos aspectos relacionados ao letramento digital dos participantes, às interações surdos/surdos e surdos/ouvintes e a temas que circularam nesse contexto digital. No segundo bloco, centramos a análise sobre a produção escrita dos surdos e buscamos compreender de que maneira as tecnologias digitais podem envolver surdos e ouvintes no processo de apropriação da linguagem escrita/língua portuguesa.

**PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:**

**POPULAÇÃO ESTUDADA:**

**CONCLUSÕES:** A análise assinala que a interação vivida no contexto digital pode constituir surdos e ouvintes em interlocutores efetivos que compartilham experiências, conhecimentos e linguagens sociais. As conexões estabelecidas formam os fios dialógicos e ideológicos necessários para o encontro plurilíngüe de enunciados, de vozes, de entonações, de temas e de pontos de vista, abrindo-se, assim, novo espaço de interação social para o surdo.

## TESE 20

**TÍTULO:** A influência da segmentação e da velocidade na recepção de legendas para surdos e ensurdecidos (LSE)

**AUTOR/ANO:** Patrícia Araújo Vieira, 2016 (não é possível saber se o autor é ou não surdo)

**DOCTORADO EM:** LINGÜÍSTICA APLICADA

**INSTITUIÇÃO:** Universidade Estadual do Ceará

**TIPO DE PESQUISA:** Estudo descritivo-exploratório com procedimento experimental de natureza quanti-qualitativa

**PROBLEMÁTICA CENTRAL:** Esta tese procurou examinar a influência de dois parâmetros técnicos, a velocidade e a segmentação linguística, preconizados pelos teóricos em legendagem (DÍAZ CINTAS; REMAEL, 2007; D'YDEWALLE et al, 1987; PEREGO, 2008) como parâmetros essenciais para uma recepção confortável de programas audiovisuais legendados.

**METODOLOGIA:** Pesquisa bibliográfica, seleção dos vídeos, preparação do corpus, seleção dos participantes, preparação do projeto no rastreador (desenho experimental), coleta dos dados, análise quantitativa dos dados gerados pelo rastreador ocular e análise dos dados.

**PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:** Pesquisa bibliográfica, relatos, aplicação de questionários

**POPULAÇÃO ESTUDADA:** 16 pessoas, sendo 8 surdos e 8 ouvintes

**CONCLUSÕES:** Os resultados sugeriram que as legendas em condições mal segmentadas causaram incômodos aos participantes e maior custo no processamento da leitura da legenda. A condição rápida e bem segmentada demonstrou ser a mais confortável para os participantes, principalmente para os participantes surdos que tiveram melhor recepção nessa condição. Dessa forma, os resultados dos dois estudos sugeriram que os problemas de segmentação linguística na LSE influenciam tanto no processamento da leitura das legendas quanto no conforto durante a recepção do documentário.

### TESE 21

**TÍTULO:** Legendagem de Filmes em Língua Inglesa e Portuguesa: análise dos parâmetros de segmentação e velocidade de legendas para ouvintes

**AUTOR/ANO:** Elida Gama Chaves, 2017 (não é possível saber se o autor é ou não surdo)

**DOUTORADO EM:** LINGÜÍSTICA APLICADA  
**INSTITUIÇÃO:** Universidade Estadual do Ceará

**TIPO DE PESQUISA:** Pesquisa descritivo-comparativa

**PROBLEMÁTICA CENTRAL:** Esta pesquisa avaliou legendas para ouvintes, de filmes em DVD, nos contextos de língua inglesa e portuguesa, analisando a velocidade e os padrões de distribuição do texto audiovisual e de segmentação linguística encontrados e como eles se relacionam entre si e com aqueles da LSE de filmes em DVD e de programas de TV. C

**METODOLOGIA:** Inicia comparando os problemas de segmentação e a velocidade das legendas para ouvintes, de filmes em DVD, nos contextos de língua inglesa (britânica e americana) e de língua portuguesa (brasileira) – LO inglês/português. Na sequência compara os problemas de segmentação e a velocidade das legendas em português, nos contextos de legendas para ouvintes (DVD) e de legendas para surdos no Brasil (DVD e TV), descritas na pesquisa de Chaves e Amoreira (2015) e no projeto CORSEL (ARAÚJO, 2015) – português LO/LSE. Ao final busca descrever os padrões de segmentação e velocidade das legendas para ouvintes de filmes em DVD, nos contextos de línguas inglesa e portuguesa, e comparar ao padrão resultante das pesquisas sobre a recepção e o processamento de legendas.

**PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:** Pesquisa bibliográfica, extrator de legendas, etiquetador de parâmetros técnicos da legendagem, o gerador de lista de palavras WordList para gerar listas de palavras com dados estatísticos sobre as legendas, e o concordanciador Concord para gerar linhas de concordância, importantes para a verificação dos padrões e das frequências de ocorrências dos parâmetros técnicos e linguísticos da legendagem.

**POPULAÇÃO ESTUDADA:**

**CONCLUSÕES:** De um lado, as pesquisas descritivas e baseadas em corpus da legendagem revelaram os padrões de vários tipos de legendagem, fornecendo informações sobre seus parâmetros, como: legendas de filmes em DVD são lentas e mal segmentadas, legendas de TV são rápidas e mal segmentadas, legendas de programas de ficção (filmes, séries e telenovelas) apresentam problemas de segmentação linguística nos sintagmas verbal e nominal, e as legendas de programas de não ficção (documentários) apresentam problemas de segmentação nos sintagmas nominal e preposicional. Esses padrões dizem respeito às características das legendas e não sugerem por si sós a influência que exercem sobre a recepção. Por outro lado, as pesquisas experimentais sobre a recepção e o processamento de legendas. O resultado acabou frustrando a expectativa inicial de que legendas de DVD atendem aos padrões de qualidade de uma legenda, uma vez que são feitas por profissionais legendistas e tendo em vista que o DVD é um tipo de mídia que, quando lançado por produtoras e/ou distribuidoras, sob as exigências de mercado, imprime credibilidade. Comparação entre legendas para ouvintes (DVD) e legendas para surdos (DVD e TV) mostra que há semelhança entre as legendas de DVD (LO e LSE): ambas são mal segmentadas, possuem muitas legendas de uma linha e percentuais e tipos de problemas de segmentação linguística semelhantes. Os padrões encontrados na LO de DVD podem causar algum tipo de desconforto no espectador, se levarmos em conta que nenhuma delas atendeu ao padrão de rápida e bem segmentada.

**TESE 22**

**TÍTULO:** Legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE) e legendagem para ouvintes: um estudo sobre a segmentação e a velocidade na legendagem da campanha política de 2010

**AUTOR/ANO:** Silvia Malena Modesto Monteiro, 2016 (não é possível saber se o autor é ou não surdo)

**DOCTORADO EM:** LINGÜÍSTICA APLICADA

**INSTITUIÇÃO:** Universidade Federal do Ceará

**TIPO DE PESQUISA:** Pesquisa descritiva exploratória

**PROBLEMÁTICA CENTRAL:** A pesquisa analisa a recepção de dois grupos de participantes à legendagem de programas políticos brasileiros, tendo como principal foco dois parâmetros técnicos da legendagem: a segmentação linguística (divisão das falas em blocos semânticos, baseada nas unidades semânticas e sintáticas) e velocidade da legenda.

**METODOLOGIA:** Após estudo bibliográfico, e com base no conceito de que uma segmentação linguística adequada respeita o mais alto nível sintático e a estrutura dos sintagmas e das orações complexas, observou-se a recepção dos participantes a legendas em quatro condições experimentais: Lenta Bem Segmentada (LBS), Lenta Mal Segmentada (LMS), Rápida Bem Segmentada (RBS) e Rápida Mal Segmentada (RMS).

**PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:** pesquisa bibliográfica, coleta de dados no rastreador ocular, aplicação de questionário

**POPULAÇÃO ESTUDADA:** 8 surdos e 8 ouvintes

**CONCLUSÕES:** Os resultados mostraram que tanto na condição LBS quanto na LMS os dados exploratórios e experimentais convergiram, nos dois grupos de participantes, confirmando as hipóteses de que legendas LBS facilitam a recepção de surdos e ouvintes e legendas LMS dificultam a recepção de surdos e ouvintes; Também foram confirmadas as hipóteses de que Legendas RBS facilitam a recepção de surdos e ouvintes e legendas RMS dificultam a recepção de surdos e ouvintes. No que diz respeito à velocidade das legendas, os dados obtidos sugerem que ela não foi um entrave à recepção por parte dos dois grupos, visto que não houve aumento da duração das fixações na condição RBS, em relação às outras, dando indícios de que o processamento da leitura pode não ter sido dificultado. Esses resultados sugerem que a segmentação é um parâmetro relevante na legendagem, a qual pode influenciar a recepção de surdos e ouvintes quanto a legendas do gênero campanha política. Por outro lado, os dados nos dão indícios de que a velocidade não é um entrave à recepção dessas legendas, visto que só houve perda de conteúdo nos relatos dos participantes quando eles assistiram a legendas rápidas mal segmentadas, o que acreditamos ter sido influência da má segmentação, e não da velocidade.

### TESE 23

**TÍTULO:** Recomendações para cursos on-line em língua portuguesa com foco na integração de alunos surdos

**AUTOR/ANO:** Letícia Capelão de Souza, 2015 (não é surda, só o irmão)

**DOUTORADO EM:** ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

**INSTITUIÇÃO:** Universidade Federal de Minas Gerais

**TIPO DE PESQUISA:**

**PROBLEMÁTICA CENTRAL:** Quais aspectos de linguagem, design e estratégias de comunicação devem compor um ambiente virtual de aprendizagem em língua portuguesa (LP) voltado para alunos surdos? O objetivo deste estudo consiste na produção de recomendações para cursos on-line, com foco no público surdo, sintetizadas na forma de um guia. Estas recomendações são voltadas para profissionais, quando propõem, desenvolvem e implementam cursos on-line, em especial, na acessibilidade em Língua Portuguesa (LP), para integração de alunos surdos.

**METODOLOGIA:** Para fundamentação e metodologia de pesquisa, além de uma revisão tradicional da literatura, foi feita uma revisão sistemática, aplicando a metodologia da "Systematic Literature Review" (SLR), cujo objetivo foi identificar o panorama atual de pesquisas no Brasil, de 2007 a 2013, na área de Educação a Distância (EaD), voltados para o público surdo. A partir destas revisões foi possível confirmar a existência de poucas soluções e pesquisas voltadas para a área de acessibilidade na EaD para surdos. Com isso, realizou-se uma pesquisa utilizando o Método de Inspeção Semiótica Intermediada (MISI), uma das ferramentas epistêmicas da Engenharia Semiótica (EngSem), uma teoria da Interação Humano-Computador (IHC). Estas ferramentas epistêmicas permitem levantar hipóteses sobre o problema, experimentar diferentes possibilidades de solução e avaliar os resultados, dentre as quais, têm-se os métodos para avaliação de comunicabilidade. O MISI é um

dos métodos propostos pela EngSem para avaliar a comunicabilidade de sistema interativos. A comunicabilidade é a propriedade de um sistema transmitir ao usuário os princípios de interação e decisões do que vão guiá-lo. O MISI foi aplicado para a avaliação dos aspectos de comunicabilidade da interface em LP para alunos surdos, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da UFMG, customizada a partir do Moodle. A partir destas pesquisas realizadas com alunos surdos e orientada por especialistas em EngSem, foi possível identificar problemas de comunicação no AVA da UFMG e, em particular, em um curso de Libras neste ambiente. O que possibilitou propostas de melhorias e contribuição para as recomendações sugeridas no guia.

**PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:** Pesquisa bibliográfica, aplicação de questionários, observação de campo.

**POPULAÇÃO ESTUDADA:** 4 Alunos surdos (universitários ou que concluíram o ensino médio) com conhecimentos em língua portuguesa, libras e tecnologias, 2 avaliadoras especialistas em IHC/EngSem e 2 intérpretes de libras

**CONCLUSÕES:** Verificamos que, na realidade no contexto brasileiro educacional e social, grande parte dos problemas enfrentados pelos alunos surdos refere-se ao acesso às informações, pois sua primeira língua (língua natural) é a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a LP é sua segunda língua. Logo, esta pesquisa busca contribuir para os esforços de integração e a permanência dos surdos no ensino superior, explorando os recursos da EaD.

#### TESE 24

**TÍTULO:** A cultura dos sujeitos comunicantes surdos: construções da cidadania comunicativa e comunicacional digital no *facebook*

**AUTOR/ANO:** Janaína Pereira Cláudio, 2016(não é possível saber se é surda)

**DOUTORADO EM:** CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

**INSTITUIÇÃO:** Universidade do Vale do Rio dos Sinos

**TIPO DE PESQUISA:** Percurso transmetodológico: etnografia,

**PROBLEMÁTICA CENTRAL:** A Pessoas Surdas e suas Possibilidades no Processo de Aprendizagem e Escolarização

**METODOLOGIA:** Inicialmente foi feito um mapeamento de pesquisas já realizadas sobre o tema. E estudo dos conceitos trabalhados na pesquisa. Em seguida foi realizado um estudo sobre fatos sociohistóricos das pessoas surdas no Brasil. Depois foram realizadas as explorações empíricas com observações de campo.

**PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:** aplicação de questionários, entrevistas etnográficas, observação de campo, relatos de vida, análise de documentos, observação de campo.

**POPULAÇÃO ESTUDADA:** 3 comunidades surdas no *facebook*, para entrevistas: 2 participantes homens e 2 mulheres, todos professores de libras com idades entre 36 e 48 anos.

**CONCLUSÕES:** Os resultados mostram que os sujeitos comunicantes surdos vivem e dão importância à sua necessidade comunicacional e informacional para resolver as suas práticas cotidianas pessoais e profissionais. Mostra também que o domínio e a prática de sua língua natural são exercícios relevantes de cidadania comunicativa surda, que representa

#### TESE 25

**TÍTULO:** Convencionalidade nas legendas de efeitos sonoros na legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE)

**AUTOR/ANO:** Ana Katarinna Pessoa do Nascimento, 2018 (não é possível saber se é surda)

**DOUTORADO EM:** ESTUDOS DA TRADUÇÃO  
**INSTITUIÇÃO:** Universidade de São Paulo

**TIPO DE PESQUISA:** Pesquisa bibliográfica

**PROBLEMÁTICA CENTRAL:** Levando em consideração a importância do som no cinema, realizou-se uma pesquisa para analisar como as traduções dos efeitos sonoros ocorria em língua de sinais.

**METODOLOGIA:** Linguística de corpus, pois possibilita a análise eletrônica e grande quantidade de dados.

**PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:** Pesquisa bibliográfica, análise de documentos, análise de DVDs de 3 países (Brasil, EUA e França)

**POPULAÇÃO ESTUDADA:** 3 filmes brasileiros

**CONCLUSÕES:** Os resultados demonstraram que a maioria dos efeitos sonoros encontrados nos filmes da pesquisa foram legendados sem uma preocupação em ligar o som à sua significação na trama.

#### TESE 26

**TÍTULO:** Literatura em Libras e Educação Literária de Surdos: um Estudo da Coleção "educação de Surdos" e de Vídeos Literários em Libras Compartilhados na Internet.

**AUTOR/ANO:** Arlene Batista da Silva, 2015 (não é surda)

**DOUTORADO EM:** LETRAS  
**INSTITUIÇÃO:** Universidade Federal do Espírito Santo

**TIPO DE PESQUISA:** Pesquisa Documental

**PROBLEMÁTICA CENTRAL:** Tem como objetivo central investigar as representações de leitor, leitura e literatura que se delineiam a partir de obras literárias em línguas de sinais da contemporaneidade que circulam no contexto da educação escolar de sujeitos surdos inseridos no Ensino Fundamental, baseados nos

pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural, a partir do pensamento de Roger Chartier.

**METODOLOGIA:** Partindo do princípio de que a leitura literária, os objetos culturais e a formação do leitor são práticas culturais criadas pelo ser humano, marcadas e transformadas pela sociedade ao longo da história, toma como corpus de trabalho os DVDs da coleção "Educação de Surdos", produzidos pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) em 2003 e distribuído pelo MEC às escolas de todo o País, em cotejo com os vídeos de produções literárias em Libras, postadas no YouTube de maneira não institucionalizada. Na análise de uma primeira parte do corpus (os DVDs), constatou-se que estes são construídos sob a ótica do surdo como sujeito bilíngue, a fim de atender a interesses da Política de Educação Inclusiva do país, apresentar um novo modelo, a norma bilíngue, a ser incorporada pela comunidade escolar. Somados a isso, lançam mão da literatura com fins pedagógicos e propõem atividades aos surdos calcadas em práticas tradicionais de ensino de literatura, tais como: conhecer os gêneros literários (lírico, épico/narrativo e dramático) e estabelecer comparações entre as línguas e, assim, não propiciam o debate nem sobre discussões em torno do conteúdo temático e estético, nem sobre a criação literária do surdo (como autor, intérprete/tradutor ou leitor), de modo a refletir sobre seu lugar no mundo. Soma-se a isso o fato de que o material se constitui num tipo de formação à distância para direcionar o trabalho do professor e, sobretudo, capacitá-lo a aprimorar seus conhecimentos em língua e literatura de sinais. Nos vídeos do YouTube, constatou-se uma produção com materialidades distintas, em que a literatura é apresentada como vivência subjetiva e comunitária, como criação e manifestação identitária; o leitor como sujeito crítico, ativo e fluente em Libras para acessar os sentidos do texto, e a leitura literária como atividade que exige o engajamento, a interação do leitor com o texto para produzir sentidos. No entanto, verificamos que em ambas as classes de produções culturais, o contexto de circulação e apropriação e os suportes que lhes dão materialidades são dimensões essenciais para as diferentes representações e práticas de leitura dessas obras, que podem rasurar os protocolos de leitura inscritos nos objetos.

**PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:** Registros audiovisuais  
**POPULAÇÃO ESTUDADA:**

**CONCLUSÕES:** Tanto os DVDs quanto os vídeos do YouTube são objetos ambivalentes que podem servir aos interesses da política inclusiva escolar, inculcando a norma "bilíngue" e uma leitura literária com objetivos pedagógicos que todos devem incorporar, mas também permitem escapar a essas coerções pela via da leitura com o foco na literatura como manifestação das memórias e da experiência visual próprias da comunidade surda. Tanto os DVDs quanto os vídeos do YouTube são objetos ambivalentes que podem servir aos interesses da política inclusiva escolar, inculcando a norma "bilíngue" e uma leitura literária com objetivos pedagógicos que todos devem incorporar, mas também permitem escapar a essas coerções pela via da leitura com o foco na literatura como manifestação das memórias e da experiência visual próprias da comunidade surda

## TESE 27

**TÍTULO:** Ensinar-aprender inglês com uso de tecnologias digitais em contexto de inclusão de surdos: um estudo sob a perspectiva da teoria da atividade

**AUTOR/ANO:** Ana Paula Pires de Oliveira, 2017 (não é surda)

<p><b>DOUTORADO EM: LINGÜÍSTICA APLICADA</b>  <b>INSTITUIÇÃO:</b> Universidade Federal do Rio de Janeiro</p>
<p><b>TIPO DE PESQUISA:</b> Pesquisa etnográfica</p>
<p><b>PROBLEMÁTICA CENTRAL:</b> A pesquisa busca investigar como alunos e professores percebiam os diversos instrumentos mediadores numa classe regular com inclusão de alunos surdos, incluindo a interpretação em LIBRAS e tecnologias digitais enquanto aprendiam/ensinavam inglês.</p>
<p><b>METODOLOGIA:</b> Pesquisa bibliográfica e observação participantes com gravação das aulas realizadas em uma turma inclusiva de sexto ano na sala de informática de uma escola pública no município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro, e de relatos dos próprios participantes sobre esta prática, obtidos através de entrevistas e questionários.</p> <p><b>PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:</b> observação de campo, aplicação de questionários, relatos de vida, entrevistas</p> <p><b>POPULAÇÃO ESTUDADA:</b> uma turma inclusiva de sexto ano com 22 alunos, sendo 10 surdos e 11 ouvintes.</p>
<p><b>CONCLUSÕES:</b> Ao final, conclui-se que a inclusão aconteceu, mas não em sua plenitude. A atividade, entretanto, gerou um movimento dialético que pode propiciar mudanças na prática pedagógica dos docentes envolvidos, na busca de um ensino de línguas no qual sejam priorizadas as práticas sociais e a colaboração, em oposição a um ensino descontextualizado e metalinguístico, no qual as tecnologias digitais de informação e comunicação podem apresentar-se como importantes aliadas e no qual o aluno seja seu protagonista.</p>

<p><b>TESE 28</b></p>
<p><b>TÍTULO:</b> Terminografia em Língua de Sinais Brasileira: proposta de glossário ilustrado semibilíngue do meio ambiente em mídia digital</p>
<p><b>AUTOR/ANO:</b> Cristiane Batista do Nascimento, 2016 (não é surda)</p>
<p><b>DOUTORADO EM: LINGUISTICA</b>  <b>INSTITUIÇÃO:</b> Universidade de Brasília</p>
<p><b>TIPO DE PESQUISA:</b> Pesquisa Aplicada</p>
<p><b>PROBLEMÁTICA CENTRAL:</b> A pergunta que guia a proposta é: Que características da macro e da microestrutura de uma obra lexicográfica semibilíngue contribuem para atender às especificidades dos surdos? O objetivo principal deste trabalho foi desenvolver um glossário ilustrado semibilíngue da área de Meio Ambiente, com vistas à escolarização de surdos do Ensino Fundamental II.</p>
<p><b>METODOLOGIA:</b> Os procedimentos metodológicos adotados foram: (i) recolha de termos da área do Meio Ambiente para criação de fichas lexicográficas em Língua Portuguesa (LP) com base no modelo de Faulstich (2010); (ii) busca de</p>

definições dos termos em obras lexicográficas de referência; (iii) reformulação das definições extraídas de materiais lexicográficos diversos; (iv) recolha dos termos do Meio Ambiente na LSB; (v) organização dos termos em campos temáticos e preparação de materiais visuais para a apreensão de conceitos do Meio Ambiente; (vi) promoção das sessões de criação de sinais-termo; (vii) promoção das sessões de validação de sinais-termo; (viii) armazenamento dos termos em LSB; (ix) criação das ilustrações dos termos do Meio Ambiente e revisão por especialistas; (x) desenho do modelo do glossário para criação do suporte em mídias digitais; (xi) descrição da composição fonológica dos sinais-termo para busca pelo sinal no suporte digital e; (xii) registro dos dados no suporte digital. A partir dessas etapas, criamos o Glossário Ilustrado do Meio Ambiente LibrasPortuguês – GIMALP, um modelo terminográfico online que apresenta três mecanismos de acesso aos verbetes: pela LSB, pela LP e pela ilustração

**PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:** Pesquisa bibliográfica, observação participante.

**POPULAÇÃO ESTUDADA:** o glossário semibilíngue foi idealizado para estudantes surdos da educação básica que cursam os anos finais do Ensino Fundamental, que vai do 6º ao 9º ano, com a duração de quatro anos, sinalizantes da Língua de Sinais Brasileira (LSB) e usuários da modalidade escrita da Língua Portuguesa (LP) como segunda língua (L2), com idade entre 11 e 14 anos.

**CONCLUSÕES:** Após pesquisar materiais diversos para criar o GIMALP, constatamos que a terminologia do Meio Ambiente em LSB era escassa. No intuito de contribuir com a expansão terminológica e “equipar” a LSB, apropriando-nos aqui do termo de Calvet (2007), promovemos sessões de criação e de validação dos sinais. É preciso equipar a LSB com terminologia para que cumpra sua missão de ser uma língua escolar, na qual o estudante surdo possa aprender em sua própria língua, o que, sem sombra de dúvida, favorece o aprendizado de conteúdos e da LP. Por fim, convém lembrar que, por se tratar de uma proposta, o GIMALP possui apenas 50 sinais-termo cadastrados. Concluímos que o glossário também contribui com análises linguísticas dos sinais, principalmente na análise dos principais parâmetros constitutivos desses itens lexicais; ademais a ferramenta é útil para ensinar a LSB como primeira língua, a partir da conscientização dos sinalizantes sobre sua própria língua.

## TESE 29

**TÍTULO:** Literatura Surda: As produções digitais de textos religiosos Literários e Não Literários

**AUTOR/ANO:** Carolina Silva Resende da Nobrega, 2017 (não foi possível saber se a autora é surda ou não)

**DOUTORADO EM:** LETRAS  
**INSTITUIÇÃO:** Universidade Federal da Paraíba

**TIPO DE PESQUISA:** Pesquisa descritiva

**PROBLEMÁTICA CENTRAL:** A tese tem como sua temática principal a organização de textos religiosos em Libras, separados em Literários e Informativos,

com o fim de identificar o uso dos temas na Literatura Surda. Questões levantadas: quais são as categorias necessárias para os textos sagrados? Por que essas estratégias são utilizadas e em que momentos do texto? Há possibilidade de a pessoa surda compreender o texto religioso em Libras sem o uso do português? Os objetivos da tese é analisar e categorizar as produções digitais dos textos religiosos; analisar, na Libras, o uso dos léxicos comparativos entre diferentes textos religiosos; e destacar os textos religiosos categorizados para os tipos de textos Literários e Informativos em Libras.

**METODOLOGIA:** Foi realizada inicialmente uma pesquisa bibliográfica sobre a literatura surda e sobre conceitos voltados à religião. Em seguida, foram selecionados em DVD e na internet buscando compreender como esses vídeos foram produzidos e como são compreendidos pelas pessoas surdas. Essa compreensão foi avaliada por meio de um questionário aplicado aos participantes da pesquisa por meio de vídeos pelas redes sociais ou por e-mails. Na sequência procedeu à categorização dos dados.

**PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:** Estudo bibliográfico, aplicação de questionário, vídeos,

**POPULAÇÃO ESTUDADA:** 12 pessoas surdas evangélicas com idade entre 28 e 44 anos de diversas regiões do Brasil: Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco e Rio de Janeiro.

**CONCLUSÕES:** Com base na pesquisa foi identificado dois tipos de texto religiosos: o literário (com as seguintes produções textuais: figura, figurino, tradução, narrativa e criação) e o informativo. Constatou-se a necessidade de se inserir nas sinalizações elementos bíblicos pouco explorados no texto religioso como a exibição de livros, capítulos e versículos de textos religiosos. Também conclui-se ser necessário que o sinalizante, sendo ouvinte ou surdo, seja bilíngue e fluente nas duas línguas.

### TESE 30

**TÍTULO:** Design editorial na tradução de Português para LIBRAS

**AUTOR/ANO:** Renata da Silva Krusser, 2017 (pesquisadora não é surda)

**DOUTORADO EM:** ESTUDOS DA TRADUÇÃO  
**INSTITUIÇÃO:** Universidade Federal de Santa Catarina

**TIPO DE PESQUISA:** Pesquisa Aplicada

**PROBLEMÁTICA CENTRAL:** Nesta pesquisa procuramos compreender como os estudantes surdos leem textos em vídeos na língua de sinais. O leitor imprime um ritmo próprio de leitura? Como? Como faz marcações e anotações sobre o texto? Como busca informações no vídeo? Como faz para entender a ideia geral do conteúdo e da hierarquia do texto? Como navega pelas seções ou capítulos? Ao longo da investigação fomos percebendo as dificuldades dos leitores e explorando diferentes recursos de design para observar como interferem na leitura.

**METODOLOGIA:** É um estudo de caso de caráter exploratório observando

a experiência de leitura dos textos traduzidos para Libras a partir do desenvolvimento de protótipos em diferentes versões de design. A avaliação do desempenho e da satisfação dos leitores contribui para evidenciar problemas de design e oportunidades de melhorias nas interfaces em vídeo dos textos em Libras. A pesquisa incluiu estudo bibliográfico que busca estabelecer uma relação entre as teorias da tradução e do design visando contribuir para as definições projetuais, uma busca sistemática da literatura para conhecer como as funções dos diferentes elementos gráficos do texto escrito são exploradas na configuração da interface para o texto em língua de sinais e um estudo sobre a leitura para identificar o que contribui para que seja eficaz, eficiente e promova a satisfação dos leitores tanto no texto escrito como no vídeo em Libras. A pesquisa incluiu também a elaboração de protótipos e tarefas: a partir do estudo sobre os elementos do design editorial e da contribuição que podem oferecer para a leitura em Libras, foram desenvolvidos os protótipos para os testes de leitura. Três textos foram traduzidos de português para Libras em diferentes versões de design editorial. Os textos traduzidos foram selecionados da bibliografia utilizada nos cursos do IFSC câmpus Palhoça Bilíngue e as traduções foram feitas para fins educacionais.

**PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:** estudo de caso, revisão bibliográfica, aplicação de questionários, trabalho de campo.

**POPULAÇÃO ESTUDADA:** 33 surdos e 8 ouvintes, estudantes de tradução e interpretação

**CONCLUSÕES:** Observamos que o design na tradução para a língua de sinais precisa ser planejado para permitir dinamismo e flexibilidade na produção dos vídeos, e isso influencia as definições sobre a identidade visual do material, que pode optar por manter o estilo da publicação do texto de origem ou criar um estilo próprio. A definição de como estruturar o conteúdo, os intérpretes que irão participar, as formas de transições entre as partes do vídeo, por exemplo, caracterizam a identidade da publicação e podem influenciar a fluidez da leitura.

Nos vídeos com textos em língua de sinais a posição, tamanho e orientação da janela ou o uso de recortes do fundo para sobrepor o intérprete integrado com outros elementos são elementos que interferem na leitura. Acredita-se que o design editorial pode contribuir para uma leitura mais eficaz, fluida e agradável em Libras e para tanto é necessário aprofundar as pesquisas sobre a leitura de textos em vídeos analisando a contribuição de detalhes, de pequenos detalhes, que podem favorecer o desempenho e a satisfação do leitor surdo. As observações feitas ao longo do processo de design apontaram para a importância de se desenvolver trabalhos de tradução específicos para o estudo em vídeos com textos em Libras, envolvendo os 215 professores, tradutores e designers, considerando não apenas as diferenças linguísticas, mas as possibilidades didáticas e as contribuições do design para um estudo de qualidade na modalidade visual.

### TESE 31

**TÍTULO:** Visualidades surdas na cibercultura: aprendizagens em rede

**AUTOR/ANO:** Rachel Capucho Colacique, 2018 (não é surda)

**DOUTORADO EM:** EDUCAÇÃO

**INSTITUIÇÃO:** Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**TIPO DE PESQUISA:** Etnografia virtual

<p><b>PROBLEMÁTICA CENTRAL:</b> A tese investiga o papel das visualidades para a aprendizagem das pessoas surdas nos diferentes espaços/tempos educativos, na imbricação cibercultura/cidade, a partir de parâmetros que norteiam os estudos da visualidade e da pedagogia surda. Questão do estudo: De que forma a aprendizagem é materializada na cibercultura, especialmente nas redes sociais, a partir de conversas e narrativas visuais produzidas e veiculadas pela comunidade surda?</p>
<p><b>METODOLOGIA:</b> Depois de realizar uma pesquisa bibliográfica, a pesquisadora iniciou um trabalho de campo em redes sociais da internet (<i>facebook, instagran, youtube</i>).</p> <p><b>PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:</b> observação, participação e imersão em campo</p> <p><b>POPULAÇÃO ESTUDADA:</b> Participantes de grupos de pessoas surdas em redes sociais na internet</p>
<p><b>CONCLUSÕES:</b> A imagem possui papel preponderante para a aprendizagem surda na cibercultura. A compreensão da materialização da aprendizagem na cibercultura pela comunidade surda, observada em conversas e narrativas nas redes sociais, possibilitaram a identificação de alguns indicadores de aprendizagens surdas na cibercultura que foram agrupados em 5 dimensões: 1) linguístico-cognitivo cultural (ancorada numa proposta bilíngue e na fluência em libras, valorização e participação na cultura surda, domínio da língua portuguesa escrita e demonstração de conhecimentos em outras áreas de saber); 2) dimensão formativa (capacidade de refletir sobre seu próprio desenvolvimento e sobre as relações com outros sujeitos, capacidade de expressar opiniões, de compartilhar conhecimento etc.); 3) Dimensão comunicacional-integrativa (interação com o outro, troca de ideias, capacidade de dialogar e utilização de diferentes códigos linguísticos); 4) dimensão comportamental (valorização da autonomia, autoria e protagonismo surdos, mobilização de diferentes conhecimentos para participação cidadã, valorização das visualidades surdas), 5) dimensão tecnológica (exploração de visualidades no digital em rede, produção de objetos de aprendizagem, práticas de escrita, uso eficiente dos artefatos culturais e das redes sociais Facebook, Instagram como repositórios de narrativas textuais, sonoras e imagéticas diversas). Embora reconheça que muitas crianças chegam na escola, ainda hoje, sem dominar nenhuma forma de comunicação, a pesquisadora se ocupa neste trabalho de entender como se dá a participação dos surdos que tem acesso a esse recurso na internet.</p>

### TESE 32

**TÍTULO:** Karitu: um software colaborativo no letramento de crianças surdas sob a ótica bilíngue. NÃO FOI POSSIVEL ACESSO AO TEXTO

**AUTOR/ANO:** Ângela Carracho da Silva, 2000

**DOUTORADO EM:** EDUCAÇÃO  
**INSTITUIÇÃO:** Universidade Estadual de Campinas

**TIPO DE PESQUISA:**

<b>PROBLEMÁTICA CENTRAL:</b>
<b>METODOLOGIA:</b> <b>PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:</b> <b>POPULAÇÃO ESTUDADA:</b>
<b>CONCLUSÕES:</b>

<b>TESE 33</b>
<b>TÍTULO:</b> O uso de softwares para estimulação da percepção do surdo frente aos parâmetros de velocidade do ritmo: proposta de utilização do BPM COUNTER e do VOM COUNTER no programa de atividades rítmicas adaptado às pessoas surdas
<b>AUTOR/ANO:</b> Teumaris Regina Buono Luiz, 2008 (não é surdo)
<b>DOUTORADO EM:</b> EDUCAÇÃO FÍSICA <b>INSTITUIÇÃO:</b> Universidade Estadual de Campinas
<b>TIPO DE PESQUISA:</b> Pesquisa Aplicada (pesquisa quase-experimental com delineamento ex post facto 4 x 2. Onde o objetivo é analisar a interferência do método utilizado nos testes)
<b>PROBLEMÁTICA CENTRAL:</b> A proposta da presente pesquisa foi a de desenvolver um método que propicie ao surdo maior autonomia frente a estas questões do ritmo, onde ele mesmo visualize o ritmo externo, sem o auxílio de um intermediador, para tanto foram desenvolvidos dois softwares que tem por função mostrar ao surdo através da percepção visual e/ou da percepção tátil, qual o ritmo que está sendo tocado no ambiente como orientador de suas ações motoras rítmicas
<b>METODOLOGIA:</b> Depois de uma pesquisa bibliográfica foram desenvolvidos dois softwares para trabalhar ritmo com pessoas surdas. Em seguida, os softwares foram testados em 4 grupos de pessoas: G1.Com o uso das estruturas rítmicas; G2.Com o uso apenas das dicas visuais na interface do computador; G3. Com o uso apenas do celular com o estímulo tátil (vibratório) e G4. Com o uso dos dois softwares (“no computador” com a dica visual e “no celular” com o modo vibratório). A pesquisa foi realizada nas dependências da Escola de Educação Especial CENTRAU Ensino Fundamental, sito à rua José Veríssimo, 220, no bairro do Tarumã em Curitiba-Paraná.
<b>PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:</b> o TPBM (Teste de Padrões Básicos de Movimento), esta pesquisa utilizou duas ferramentas desenvolvidas durante o projeto. Uma delas diz respeito a utilização da percepção visual do surdo, através de dicas visuais que o orientam quanto ao ritmo musical presente no ambiente, trata-se do BPM (batidas por minuto) COUNTER. A outra e não menos importante, também desenvolvida durante o projeto do doutorado, pretende igualmente fornecer dicas ao surdo quanto ao ritmo musical no ambiente, mas desta vez, através do canal perceptivo tátil, trata-se do VPM (vibrações por minuto) COUNTER
<b>POPULAÇÃO ESTUDADA:</b> Foram selecionados para este estudo 32 indivíduos com surdez bilateral de severa à profunda de ambos os sexos, na faixa etária de 09 a 12 anos, alunos da 3ª e 4ª séries do ensino Fundamental (currículo

antigo).

**CONCLUSÕES:** Os resultados apontaram para diferenças não significativas quanto ao uso de diferentes métodos de dicas (tátil ou visual) para realização de movimentos dentro do padrão rítmico, com um  $p=0,2119$  para o ritmo lento e  $p=0,2891$  para o ritmo rápido com um  $\alpha=0,05$ . As médias obtidas nos testes evidenciaram a eficácia do uso de dicas, sejam elas visuais ou táteis na realização dos movimentos solicitados dentro dos parâmetros de velocidade (lento e rápido) do ritmo, sugerindo a viabilidade da utilização do uso dos softwares BPM (Batidas Por Minutos) e VPM (Vibrações Por Minuto) no Programa de Atividade Rítmica Adaptada ao surdo.

### TESE 34

**TÍTULO:** Para ler vozes na tela: a escola como potencializadora das legendas como recurso de acessibilidade para surdo

**AUTOR/ANO:** Grazielly Vilhalva Silva do Nascimento, 2018 (não é surda)

**DOUTORADO EM:** EDUCAÇÃO

**INSTITUIÇÃO:** Universidade Federal de Grande Dourados

**TIPO DE PESQUISA:** desenvolvida sob a abordagem qualitativa e quantitativa por meio da metodologia de estudo de painel e sob uma perspectiva transdisciplinar. Pesquisa de campo.

**PROBLEMÁTICA CENTRAL:** Esta tese de doutorado investigou as possibilidades de potencializar, no âmbito da educação, o uso de legenda em audiovisuais como recurso de acessibilidade e inclusão. A pesquisa teve como objetivo geral planejar, implementar e avaliar a efetividade de atividades didáticas voltadas para a ampliação, especialmente nos alunos surdos, das habilidades para interação com legendas presentes em objetos audiovisuais como recurso de acessibilidade e inclusão escolar e social. Ao conjunto dessas ações, denominamos de educationware. A tese defendida é que o uso e a interação da pessoa surda com recursos de legendas em objetos tecnológicos, quando efetivado pelo educationware em espaços de educação formal e/ou informal, potencializam a acessibilidade, a inclusão e o exercício pleno da cidadania da pessoa surda.

**METODOLOGIA:** Estudo bibliográfico. Os procedimentos para geração e análise de dados envolveram: seleção e downloads de objetos audiovisuais (estudo de recepção de mídia), avaliação diagnóstica inicial e processual, coletas de depoimentos do grupo participante da pesquisa, implementação de atividades didáticas voltadas à interação com o recurso de legendas, e aplicação de 297 questionários, totalizando 2.970 perguntas, por meio dos quais realizamos o acompanhamento da evolução do grupo de participantes diante do consumo de legendas em audiovisuais.

**PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:** Coletas de depoimentos, aplicação de questionários, observação participante, pesquisa de campo.

**POPULAÇÃO ESTUDADA:** Participaram da pesquisa 20 surdos e 13 ouvintes por um período de oito meses. A pesquisa foi desenvolvida em uma instituição pública de ensino superior da cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul.

**CONCLUSÕES:** Os resultados revelam que a implementação de atividades didáticas com a finalidade de ampliar as habilidades de interação com legendas potencializam o uso efetivo do recurso e, conseqüentemente, geram impactos positivos na promoção da acessibilidade, inclusão escolar e social da pessoa surda. Por fim, a investigação ressalta a importância da etapa de preparação e formação, denominada de educationware, em espaços de educação formal e/ou informal, para o uso e interação com recursos tecnológicos, sem a qual, a efetivação da acessibilidade, da inclusão e do exercício pleno da cidadania podem ficar comprometida

### TESE 35

**TÍTULO:** Ambiente Virtual de Aprendizagem e Cenários para investigação: contribuições para uma Educação Financeira acessível

**AUTOR/ANO:** Carlos Eduardo Rocha dos Santos, 2016(não é surdo)

**DOUTORADO EM:** EDUCAÇÃO MATEMÁTICA  
**INSTITUIÇÃO:** Universidade Anhanguera de São Paulo

**TIPO DE PESQUISA:** Pesquisa Aplicada

**PROBLEMÁTICA CENTRAL:** A presente pesquisa visa alinhar reflexões sobre Educação Financeira, Educação Inclusiva e Educação a Distância (EaD). Nesse sentido, propusemos como questão de pesquisa: “Quais características de um Cenário de Investigação, que considera aspectos da Educação Financeira Crítica, oferecido em um ambiente virtual de aprendizagem, favorecem a interação de usuários que utilizam diferentes canais sensoriais?”

**METODOLOGIA:** pesquisa foi organizada em quatro ciclos, cada um com duas fases. O primeiro ciclo contou com uma revisão de literatura, em que procuramos levantar as barreiras encontradas por pessoas com deficiência. No segundo ciclo, nos debruçamos no design do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e no design das atividades que foram utilizadas no curso. O terceiro ciclo foi destinado a criação, desenvolvimento e aplicação de um curso de noções básicas de Educação Financeira, chamado Estudo Piloto à nove participantes, sendo quatro surdos, um cego e quatro que não possuíam deficiências. Ainda nesse ciclo, em sua segunda fase, procuramos realizar o redesign, tanto do AVA quanto das atividades, a partir da observação e dos resultados coletados nos fóruns de discussão. No último ciclo, aplicamos novamente o curso redesenhado, nomeado de Curso Final, para dez pessoas, sendo quatro delas surdas, duas cegas, uma com deficiência visual, duas que declararam não possuir deficiências e uma que não revelou sua condição sensorial

**PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:** a. O lócus de pesquisa foi o ambiente virtual de aprendizagem Moodle e a coleta de dados ocorreu nos fóruns de discussão.

**POPULAÇÃO ESTUDADA:** Primeira etapa: 9 pessoas (4 surdos, 1 cego e 4 pessoas que não possuem deficiências. Segunda etapa: 10 pessoas (4 surdas, 2 cegas, 1 com deficiência visual e 2 sem nenhuma deficiência)

**CONCLUSÕES:** Nossos resultados indicam que os Cenários para Investigação propostos no curso contribuíram para o desenvolvimento da matemática e que as argumentações utilizadas nas interações nos fóruns de discussão estavam carregadas de criticidade, o que nos leva a crer que saber realizar cálculos

matemáticos não é condição suficiente para a tomada de decisões financeiras. No que tange ao processo de acompanhamento do professor/tutor em cursos a distância, diante das diversidades, barreiras e desafios a que fomos expostos, conseguimos apresentar uma proposta de sistema de tutoria que pode ser utilizado como um modelo inicial para cursos que atendam, inclusive, pessoas com deficiência. Por fim, evidenciamos que a EaD, por meio de cursos estruturados com base em Cenários para Investigação que passamos a denominar Cenários para Investigação Inclusivos a Distância, pode ser uma alternativa à capacitação profissional de pessoas com deficiência.

### TESE 36

**TÍTULO:** LIBRAS e a divulgação dos conceitos científicos sobre ciências e biotecnologia: integração internacional de um dicionário científico online  
**NÃO TIVEMOS ACESSO À TESE**

**AUTOR/ANO:** Ruth Maria Mariani Braz, 2014 (não é surda)

**DOUTORADO EM:** CIÊNCIAS E BIOTECNOLOGIA  
**INSTITUIÇÃO:** Universidade Federal Fluminense

**TIPO DE PESQUISA:** Pesquisa Aplicada

**PROBLEMÁTICA CENTRAL:** Desenvolver uma ferramenta multimídia na forma de um dicionário online aberto, gratuito, contendo termos científicos e termos essenciais em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), no intuito de contribuir para o ensino e a divulgação das Ciências Biológicas e da Biotecnologia

**METODOLOGIA:** a) uma análise quanto a ausência de termos científicos de Biotecnologia e Ciências na Libras, observando a ausência de dicionários disponíveis na internet (world wide web) que contemplasse esse espaço de divulgação tecnológica, b) a construção e utilização de materiais didáticos e estratégias para abordagem dos respectivos temas com a comunidade surda e c) a criação da versão brasileira do Dicionário online internacional SpreadTheSign no endereço [www.spreadthesign.com](http://www.spreadthesign.com) e de seu histórico de criação no Brasil no site [www.spreadthesignbrazil.uff.br](http://www.spreadthesignbrazil.uff.br).

#### PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:

**POPULAÇÃO ESTUDADA:** os estudantes oriundos do Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (IEPIC), instituição de ensino público estadual fundada em 1835 e que, desde 2001, realiza matrícula de estudantes com deficiências auditivas, de forma inclusiva, em turmas com crianças ouvintes.

**CONCLUSÕES:** Os resultados obtidos, além de contribuir para o ensino e aprendizagem de Ciências e Biotecnologia, iniciando a divulgação de novos termos em LIBRAS, devem também subsidiar discussões nas comunidades surda e científica sobre essa questão. A discussão sobre a ausência e difusão de sinais com a comunidade científica pode contribuir para a criação e disseminação de novos termos em Libras na área da biotecnologia e em outras áreas pela comunidade surda.

### TESE 37

<b>TÍTULO:</b> Tecnologia Assistiva: Biofeedback Fonotátil Torácico para surdos
<b>AUTOR/ANO:</b> Paulo Marcelo Freitas de Barros, 2011
<b>DOCTORADO EM:</b> BIOTECNOLOGIA <b>INSTITUIÇÃO:</b> Universidade Estadual do Ceará
<b>TIPO DE PESQUISA:</b> Pesquisa Aplicada, estudo de caso
<b>PROBLEMÁTICA CENTRAL:</b> desenvolver, de forma integrada, tecnologia assistiva (dura/leve) para auxiliar a produção vocal de pessoas Surdas utilizando o feedback fonoacústico tátil pulmonar utilizando, sistemicamente, diferentes áreas tecnológicas. Para tanto, foi desenvolvido um equipamento (hardware e software) capaz de transformar ondas sonoras em estimulação tátil acompanhado da criação simultânea de um software para a filtragem e visualização de sons da fala.
<b>METODOLOGIA:</b> O desempenho do equipamento e do software foi avaliado a partir de estudos de caso, trabalhando-se com 30 sujeitos ouvintes e 30 Surdos. O equipamento foi utilizado para captar os sons das cavidades oral e torácica durante emissões em forma modal, falsete e fricativa; registrar as sensações táteis das produções vocais; identificar e comparar o tempo de fonação, o jitter, o shimmer, o GNE (glottal noise excitation) e ainda, o nível de ruído da emissão vocal antes e após a utilização do equipamento.
<b>PRINCIPAIS FONTES DE COLETA DE DADOS:</b> <b>POPULAÇÃO ESTUDADA:</b> 30 sujeitos ouvintes e 30 surdos
<b>CONCLUSÕES:</b> Com os ouvintes, o equipamento facilitou a diferenciação tátil entre a sensação tátil-acústica dos sons na forma modal e falsete, modal e fricativo e entre falsete e fricativo, sugerindo que a caixa torácica funcionou como um filtro passa baixa. Com relação à intensidade, os registros dos sons vocálicos na forma modal com registro nas costas, foram superiores aos registros na boca ocorrendo o inverso nos registros em falsete e ausentes nos sons fricativos. A sensação tátil exclusivamente no tórax foi identificada em todos os estímulos modais, ausente nos falsetes e nos fricativos surdos. Com os Surdos, foi possível aumentar o tempo de fonação (4,28s), melhorar a F0 (19,78Hz), reduzir o ruído (0,57dB), melhorar os indicadores shimmer (2,5%) e jitter (1%) sem apresentar melhoras no GNE. Com o software desenvolvido foi possível selecionar as frequências do sinal de voz correspondentes aos sons da fala e apresentá-los de forma diferenciada em diferentes modelos gráficos. Assim, a tecnologia assistiva desenvolvida ofereceu condições de auxiliar a produção vocal referente à diferenciação entre os sons modal e falsete, modal e fricativo, falsete e fricativo. Com o feedback utilizado foi possível, também, auxiliar o aumento do tempo de emissão e obter melhorias na qualidade vocal. Através da percepção visual, a ferramenta computacional criada possibilitou o reconhecimento e a apresentação visual da presença do falsete. A tecnologia assistiva incluiu, também, a criação de um modelo de atuação em Atenção Básica e duas patentes direcionadas para a área ocupacional. No todo, o conjunto sistêmico proposto representa uma importante contribuição tanto para os profissionais da área de voz, quanto para as pessoas que necessitem dessa especialidade.